

ALESC 190 ANOS

190
ANOS

PASSADO | PRESENTE | FUTURO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ALESC 190 ANOS

190
ANOS

PASSADO | PRESENTE | FUTURO



NOVEMBRO 2024

O Projeto

Direção: ShareMKT – Marcos André de Siqueira
Gestão: Jorge Elias Dolzan
Projeto Gráfico, Direção de Arte: Paolo Malorgio Studio
Pesquisa e Textos: Mário Xavier (Coordenação) e Maria Eduarda Klann Baptistoti
Revisão: Renata Thaís Segala Dolzan
Editoração e Arte-Final: Gabriel Xavier e Humberto Serzedello Cortés Barros
Assessoria Jurídica: Vilmon Malcorra Villagran
Comercialização: Diogo Machado & Miranda
Vídeos e Fotografias dos depoimentos gravados: Wesley de Souza Custódio
Impressão: Hellograff – Gráfica e Editora
Número de páginas: 236
Formato: 23x32cm
Tiragem: 2.000 unidades

Editora

M A de Siqueira Editoração e Publicidade
Razão Social: SHARE MKT
CNPJ: 35.986.402/0001-91
www.sharemkt.com.br

Agradecimentos e Apoio

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Diretoria de Comunicação Social: Dayan Gaultyer Schütz
Coordenadoria de Imprensa: Cicieli Dalpiaz
Gerente de Comunicação Social: Rossana Espezin
Coordenadoria das Comissões: Evandro Carlos dos Santos
Centro de Memória - Coordenadoria de Documentação: Maria Ivonete Lessa, Aldérico Furlan, Juliana Bassetti
Biblioteca: Maurício Piccolli
Assessoria dos Gabinetes dos 40 Deputados e Deputadas da 20ª Legislatura

Fontes das Fotografias e Imagens

Acervo ALESC/Fotógrafos da Agência AL: Bruno Collaço, Carlos Killian, Giovanni Kalabaide, Rodolfo Espínola, Solon Soares, Vicente Schmitt
Gabinetes dos Deputados e Deputadas.
Casa da Memória de Florianópolis: Felipe Andrade
Arquivo Histórico da PMSC: Cabo PM Diego Eduardo Vieira Brito,
Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Setor da DP-4
4º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina: Major PM Anderson Galdino Torres de Oliveira, 3º Sgt PM Edenizio Pinho, Cabo PM David Gevaerd Neto

SHARE

www.sharemkt.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Xavier, Mário	
ALESC : 190 anos : passado, presente e futuro / Mário Xavier, Maria Eduarda Klann Baptistoti ; [organização Share MKT]. -- Florianópolis, SC : Share MKT, 2024.	
ISBN 978-65-985189-0-5	
1. Poder legislativo - Santa Catarina - História 2. Santa Catarina. Assembléia Legislativa - História I. Baptistoti, Maria Eduarda Klann. II. Share MKT. III. Título.	
24-234104	CDD-328.8164

Índices para catálogo sistemático:

1. Santa Catarina : Assembleia Legislativa : História : Ciência politica 328.8164
- Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



PREFÁCIO

ALESC: 190 ANOS COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina é conhecida como a “Casa do Povo” e essa denominação não é ao acaso. Os representantes do Poder são eleitos pelo voto, vêm de todas as regiões do Estado, de diversos segmentos da sociedade e integram partidos políticos com diferentes visões de mundo. Isso faz com que o ambiente dos debates tenha o viés da pluralidade de ideias, civilidade e respeito ao contraditório.

A Alesc também é uma casa sempre aberta aos visitantes. Quem chega no Palácio Barriga Verde pode assistir às sessões plenárias, reuniões de comissões, audiências públicas ou participar de uma gama de eventos que fazem parte da programação cotidiana. Mais importante, é um local onde o cidadão encontra deputadas e deputados, com os quais tem fácil acesso, desde os espaços comuns aos gabinetes parlamentares.

Para alcançar essa formatação, a Alesc acompanhou a sociedade catarinense e trabalhou para corresponder às necessidades de criar, adequar e suprimir leis que permeiam o tecido social, conforme as tendências de épocas. Essa construção alcança 190 anos de história, motivo de celebração.

A Assembleia Legislativa sempre trabalhou para atender à transformação da infraestrutura de Santa Catarina e garantir avanços sociais, em sintonia com o catarinense e o segmento produtivo. Valorizando a democracia e a proximidade com o cidadão. Com foco em, cada vez mais, promover a competitividade e estimular a representação da sociedade catarinense no cenário nacional e a abertura de intercâmbios pelo mundo.

Além disso, os estímulos à educação e à cultura, ao empreendedorismo, seja em áreas da prestação de serviços ou comércio, da indústria e do agro, do cooperativismo e microempresas, para citar exemplos, sempre estiveram na pauta da Alesc. Melhorar os serviços na saúde e segurança pública, ampliar o acesso à educação de qualidade, à habitação e à seguridade social são motivos de atenção permanente dos parlamentares.

O Parlamento também focou nas questões ligadas à igualdade de gêneros e ao incentivo à formação de jovens. Criou a Procuradoria Especial da Mulher, o Observatório da Violência contra a Mulher e o Programa Antonieta de Barros, de estágios para jovens de comunidades carentes. Antonieta, por sinal, abre nossa Galeria Lilás, da Bancada Feminina, com o destaque de ser a primeira deputada negra eleita no País e ter entre suas iniciativas a lei que instituiu o Dia do Professor.

Ademais, a Alesc está voltada ao futuro, sempre buscando a proximidade com o cidadão por meio de processos transparentes, ágeis e inovadores. Dentre as inovações de destaque está o trabalho das Bancadas Regionais, colegiados que passaram a tratar de questões locais com o olhar coletivo dos representantes de cada região catarinense, buscando encaminhamentos com a força do coletivo, na busca de resultados, que é o que a população cobra de seus representantes políticos.

Outra iniciativa com ampla receptividade da comunidade catarinense é o Alesc Itinerante, um programa que levou o Parlamento Catarinense a municípios de todas as macrorregiões, permitindo que o cidadão acompanhe os trabalhos dos deputados e que entidades locais exponham suas atividades e apresentem reivindicações.

Por tantos exemplos, tenho a convicção de que nossa Assembleia Legislativa tem papel relevante no contexto da sociedade catarinense e motivos para festejar os seus 190 anos de atividades, com a expectativa de sempre aprimorar a sua parceria com o desenvolvimento da comunidade, trabalhando o presente e construindo o futuro.



Aponte a câmera do celular
e acesse o depoimento
aqui.

Deputado Mauro De Nadal

Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de Santa Catarina



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Falar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina é relembrar uma das fases mais importantes da minha vida pública. Foi lá que eu comecei a dar meus primeiros passos em âmbito estadual. Sem dúvida alguma, estar na assembleia foi conviver com grandes figuras, presenciar e escrever a história do nosso estado e aprender com os demais deputados, com quem convivi, como tratar dos assuntos de relevância para a população catarinense.

Ela é muito importante para Santa Catarina, mas é ainda mais valiosa para a democracia. Afinal, ela é a caixa de ressonância de toda a sociedade. É lá que os deputados recebem os anseios, os pleitos, as reclamações, sugestões e propostas. Eu costumo sempre dizer que o plenário é algo vivo, pois é o palco dos debates e embates em busca de aperfeiçoar projetos e mudar a realidade e a direção das pessoas.

Recordo-me com muito carinho de cada momento que vivi nos corredores da Assembleia. Tive o privilégio e a honra de ser deputado por quatro mandatos e de ser presidente deste parlamento, um marco fundamental na minha carreira e de grande realização pessoal. Os deputados sempre desempenharam uma função crucial em alcançar recursos e desenvolver os municípios, seja nos grandes centros, seja nas áreas do interior. Não tenho dúvida de que se hoje nosso estado é uma referência para o Brasil e para o mundo, isso se deve também ao trabalho feito pelo parlamento. Tenho muita honra em poder dizer que fui presidente desta casa, que foi palco de atuações políticas de grandes quadros que escreveram a história política do nosso estado, pessoas que verdadeiramente foram representantes do povo. Além disso, é importante destacar que a casa possui um quadro funcional extremamente preparado, em todas as áreas. Participar deste ambiente é motivo de muito orgulho pra mim.

Agora como governador, sou muito feliz e grato em poder estar construindo uma relação extremamente republicana e respeitosa com essa que já foi minha casa. Desde que iniciei o meu mandato no executivo, sempre que recorri aos deputados fui ouvido e atendido, afinal, nós conseguimos implantar a filosofia de que os problemas de Santa Catarina são do estado e não somente do governo. Quando assumi, tínhamos uma fila de 140 mil pessoas aguardando para fazer uma cirurgia. Falei com os presidentes da Alesc, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas. Todos auxiliaram com repasse de recursos para iniciarmos o mutirão de procedimentos. Graças a este trabalho em conjunto, no ano de 2024 Santa Catarina foi o estado que mais fez cirurgias no Brasil, ficando na frente de São Paulo e Rio de Janeiro.

São ações como estas, com conversa franca e direta, que ajudam a estabelecer uma relação de respeito e harmonia entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. Não tenho dúvida de que assim nós conseguimos fazer o nosso papel de gestor público e zelar cada vez mais por independência entre os poderes, mas com uma só finalidade: construir um estado cada vez mais sólido e soberano.

Por fim, deixo aqui registrado os meus votos de que a Alesc seja ainda mais moderna, transparente e sensível aos apelos e às necessidades da população e do estado de Santa Catarina como um todo. Por isso, estes 190 anos, além de um marco fundamental para todos os catarinenses, representam, acima de tudo, um marco na história da democracia brasileira.



Aponte a câmera do celular
e acesse o depoimento
aqui.

Jorginho Mello

Governador do Estado de Santa Catarina



PARCERIA NA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE JUSTIÇA

Esta é uma saga que chega aos 190 anos e que continuará por muito tempo. Por isso, merece ser contada e celebrada por todos os que participaram e participam dela. Seja de forma direta – fazendo parte e contribuindo com essa trajetória no dia a dia – ou indireta, ao se beneficiar de direitos e benefícios ou atender às responsabilidades e deveres que dela se originaram.

Se o estado de Santa Catarina hoje se destaca das demais unidades da federação brasileira, ao garantir invejável qualidade de vida, segurança, desenvolvimento econômico e serviços essenciais aos seus cidadãos, é muito por conta desta instituição – a Assembleia Legislativa.

Em seu artigo 33, a Constituição do Estado de Santa Catarina destaca o seguinte: *"O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia, constituída de deputados, representantes do povo, eleitos pelo voto direto e secreto, em sistema proporcional, dentre brasileiros maiores de vinte e um anos, atendidas as demais condições da legislação eleitoral."*

A grande Casa Legislativa do Estado, assim, é a representação da população catarinense. E foi dessa maneira, por todas essas 19 décadas, que o povo do Oeste, Meio-Oeste, do Sul, da Serra, do Vale do Itajaí, do Norte do estado e da Grande Florianópolis pôde fazer valer suas vontades, vocações, sonhos e objetivos. Antes da instalação do Poder Legislativo, a integração de Santa Catarina não passava de um projeto – no qual, aliás, poucos efetivamente acreditavam. A imensa maioria da população estava no Litoral. Os demais habitantes e grupos étnicos estavam isolados das decisões administrativas, num tempo de precária infraestrutura e comunicação. Havia ainda uma situação incerta com a fronteira do Oeste e nas divisas com os estados vizinhos. Os imigrantes alemães haviam chegado há pouco.

Como estado, Santa Catarina era uma construção virtual. O desafio da integração mobilizou nossos deputados estaduais por décadas e décadas. Hoje, ser catarinense é motivo de orgulho para os que aqui nasceram ou cresceram. Vivemos em uma terra que mistura culturas, vocações e interesses de modo exemplar.

A importância histórica da Assembleia Legislativa está intimamente ligada à formação do povo de Santa Catarina. Ao voltarmos no tempo para perceber a construção do estado – desde seu tempo como província, o Período do Império, o Período Republicano, a construção do sistema federativo, a afirmação do poder local com suas características próprias –, a história de nosso Poder Legislativo é representativa e se confunde com a criação da identidade catarinense.

Também o nosso desenvolvimento está intimamente ligado ao espaço do debate público, que é o que acontece em uma Assembleia Legislativa. Como representativa dos vários segmentos da sociedade catarinense, ela consegue extrair as vontades, os pensamentos, os desejos, construir o consenso necessário não só na produção normativa, mas especialmente nos rumos de Santa Catarina. Isso se dá tanto no seu desenvolvimento econômico como no seu desenvolvimento social: nossos parlamentares sempre entenderam, antes mesmo de diversas outras assembleias estaduais do país, que esses conceitos se completam, já que intimamente ligados.

O Poder Judiciário de Santa Catarina deposita e sempre depositou na Assembleia sua confiança na construção de um modelo de Justiça. Toda a estrutura, toda a forma de agir da Justiça catarinense só acontece e se desenvolve com a participação efetiva da Assembleia Legislativa e do Poder Executivo. A harmonia entre os poderes e a construção de um espaço de debate público para as grandes questões institucionais de nosso estado são resultado dos esforços do Poder Legislativo.

A construção do nosso modelo passa pelo debate na Assembleia e passa também pelo debate com a Assembleia. É um Casa que acolhe, escuta e discute as necessidades dos demais atores institucionais, na busca de um consenso e dos mais nobres objetivos. Sempre que os representantes do Poder Judiciário lá estiveram, participaram de um debate em alto nível, técnico e atento aos interesses do povo de Santa Catarina.

Registrar os 190 anos da Assembleia Legislativa não é só uma obrigação – é uma imposição do sistema e da responsabilidade que nós temos com o futuro. A construção e a solidez das nossas instituições são fundamentais para o estado democrático de Direito.

O estado se baseia fundamentalmente na confiança das pessoas, no crédito que elas conferem aos poderes constituídos. Um período de 190 anos é um tempo de maturidade política. Todas as vezes em que o povo pediu a participação e a atuação da sua Assembleia Legislativa, recebeu uma resposta altiva, concreta e atenta à formação do estado e ao respeito à sociedade catarinense.

É uma satisfação e uma honra representar o Judiciário catarinense num momento tão especial e que certamente será comemorado nos 295 municípios de Santa Catarina. Ao completar 190 anos, a Assembleia Legislativa merece todos os aplausos e o reconhecimento pela importância que teve no desenvolvimento de todas as políticas que envolvem o Poder Judiciário do Estado.



Aponte a câmera do celular e acesse o depoimento aqui.



Desembargador Francisco Oliveira Neto

Presidente do TJSC (Biênio 2024-2026)



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	15
CAPÍTULO 2	
OS PRÉDIOS SEDES DA ALESC	23
CAPÍTULO 3	
OS PRESIDENTES DA ALESC NA MONARQUIA	33
CAPÍTULO 4	
OS PRESIDENTES DA ALESC NA REPÚBLICA	47
CAPÍTULO 5	
AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS CATARINENSES	79
CAPÍTULO 6	
CENTRO DE MEMÓRIA DA ALESC E MEMÓRIA POLÍTICA CATARINENSE	89
CAPÍTULO 7	
O PAPEL DO LEGISLATIVO CATARINENSE	97
CAPÍTULO 8	
BANCADAS REGIONAIS E ASSEMBLEIA ITINERANTE	105
CAPÍTULO 9	
OS DEPUTADOS E DEPUTADAS DA ATUAL LEGISLATURA	113
CAPÍTULO 10	
AS COMISSÕES PERMANENTES	141
CAPÍTULO 11	
A COMUNICAÇÃO SOCIAL NA ALESC	157
CAPÍTULO 12	
OS SERVIÇOS DA ALESC PARA A SOCIEDADE	167
CAPÍTULO 13	
GALERIA LILÁS: A PRESENÇA PARLAMENTAR FEMININA NA ALESC	179
CAPÍTULO 14	
OS COMPROMISSOS DOS LEGISLADORES COM O FUTURO	193
CAPÍTULO 15	
DNA CATARINENSE	207

C A P Í T U L O 1



*“Se eu vi mais longe,
foi por estar sobre
ombros de gigantes”*

Isaac Newton

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

“A FECOAGRO parabeniza
a ALESC por seus 190 anos,
celebrando a notável trajetória
que construiu nosso presente.
Convidamos todos a explorar
a história que solidificou as bases
do Poder Legislativo e que,
assim como o cooperativismo,
é marcada pela união, pelo
trabalho e pelo progresso.”



BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A presente obra visa a homenagear os 190 anos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), recuperando nos primeiros capítulos conteúdos preciosos do seu passado e abrindo caminho, nos subsequentes, para discorrer sobre o presente e propiciar também uma janela prospectiva acerca do futuro.

A trajetória do Poder Legislativo, assim como a do Executivo e do Judiciário, acompanha a história política e constitucional do Brasil, que é relativamente jovem como uma nação independente, republicana e democrática. Recordemos que o Império foi o período que se iniciou com a Independência, em 1822, e estendeu-se até 1889, quando a República foi proclamada.

Para compreender os primórdios do Parlamento Catarinense, é preciso uma breve contextualização histórica. De 1822 a 1889, o Brasil organizou-se politicamente como uma Monarquia Constitucional, sendo governado por um imperador, cujo poder era transmitido de maneira hereditária. O período imperial do Brasil é dividido em três fases: Primeiro Reinado, de Dom Pedro I, de 1822 a 1831; o Período Regencial, de 1831 a 1840; e o Segundo Reinado, de Dom Pedro II efetivamente no governo, de 1840 a 1889.

O Legislativo Catarinense nasceu no Período Regencial, em 12 de agosto de 1834, há 190 anos, quando as Assembleias Legislativas Provinciais foram criadas, substituindo os antigos Conselhos Gerais. O número de deputados era fixado de acordo com a densidade populacional. Como Santa Catarina figurava entre as províncias de pequeno porte, a representação era de apenas vinte legisladores. Esse número prevaleceu durante 47 anos, até 1881, quando a Lei nº 3.039 aumentou a representação para

22 deputados e, posteriormente, em meados dos anos 1950, para 40 deputados.

A primeira eleição para deputado ocorreu em 9 de novembro de 1834, para um mandato até 1837. A instalação do Legislativo, como nas demais Províncias, aconteceu em 1º de março de 1835. O primeiro presidente do Poder Legislativo foi Manoel Paranhos da Silva Veloso, tendo como vice-presidente Antônio Francisco da Costa, primeiro-secretário Jerônimo Francisco Coelho e segundo-secretário Severo Amorim do Valle. O primeiro Regimento Interno foi promulgado em 25 de julho de 1836 e suas disposições vigoraram por 36 anos. Somente no ano de 1872 sofreu alterações, embora não substanciais.

Houve 27 Legislaturas – o período durante o qual as assembleias legislativas exercem suas funções e para o qual foram eleitas – durante o período da Monarquia, também chamado de período do Império: a primeira delas com duração de três anos e as demais com duração de dois anos.

Algumas Legislaturas tiveram um único presidente da Mesa nos dois anos. Outras tiveram diferentes presidentes em cada ano; 24 deputados ocuparam a presidência, alguns deles por mais de uma vez. Um panorama desta época será apresentado no Capítulo 3.

AS LEGISLATURAS DURANTE A REPÚBLICA

Já a primeira Legislatura da Alesc no período da República – denominada à época de “Congresso Representativo de Santa Catarina” – foi instalada em 28 de abril de 1891, com a missão de elaborar a Constituição Catarinense, promulgada em 11 de junho de 1891. Uma compilação sobre os presidentes da Assembleia deste





LEGISLATURAS - PERÍODO MONÁRQUICO
(1824 - 1889)



LEGISLATURAS - PERÍODO REPUBLICANO ATÉ O ATUAL
(1891 - 2027)

período histórico até os dias de hoje é o foco do Capítulo 4.

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a promulgação da Constituição Brasileira, em 24 de fevereiro de 1891, os estados precisaram criar suas próprias Constituições Estaduais, em conformidade com a Carta Magna – termo utilizado para se referir à Constituição Federal de um país, que define os princípios fundamentais da organização estatal e os direitos essenciais dos cidadãos.

A Carta Magna estabeleceu novo regramento para a Nação, expresso em cinco títulos, subdivididos em seções e estas, em capítulos, com novas e profundas mudanças: o país deixou de ser monárquico, comandado por reis ou imperadores e seus descendentes; as Províncias passaram a se denominar “Estado”; e teve origem uma República Federativa, com eleições simultâneas para senadores e deputados em todo o país.

República é um regime de governo no qual o Chefe de Estado e o Chefe de Governo são escolhidos por meio de eleições diretas ou indiretas. Uma República Federativa (ou Federal) é um Estado que estruturalmente é simultaneamente uma República e uma Federação. Uma Federação é um estado composto por determinado número de regiões com governo próprio – chamados de “estados” – e unidas sob um governo federal.

ACESSO AOS DETALHES
SOBRE CADA LEGISLATURA
DESDE 1891

O leitor com interesse em conhecer detalhes de cada Legislatura durante a República deve acessar a página do *website* Memória Política de Santa Catarina, cujos conteúdos são resultantes da parceria da Alesc/Escola do Legislativo com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/Departamento de Sociologia e Ciência Política, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq). Visite acessando o QR code na página anterior.

Por meio de tal endereço, é possível ter acesso a informações como: o número das Legislaturas, as datas de realização das nove Assembleias Constituintes Estaduais, as deputadas e os deputados eleitos, a composição da Mesa Diretora, alguns acontecimentos do respectivo contexto histórico da época e as referências consultadas.

PERFIS BIOGRÁFICOS DOS
PRESIDENTES DA ALESC

Nos Capítulos 3 e 4, estão reunidos perfis biográficos e políticos sintéticos de todos os parlamentares que presidiram a Mesa da Assembleia a cada Legislatura, de 1835 a 1889, durante o Império; e de 1891 a 2024, durante a República. Ao final do resumo de cada presidente, consta um link de acesso específico à biografia do respectivo deputado.

Os perfis resumidos dos presidentes publicados neste livro tiveram por base o site Memória Política de Santa Catarina onde são encontrados em sua íntegra e também podem ser pesquisadas as biografias de todos os demais parlamentares que têm participado da vida dos catarinenses há 190 anos.

COMPREENDA A SEQUÊNCIA
DAS LEGISLATURAS

Para visualizar e compreender a sequência das 39 Legislaturas que compõem a história da Alesc durante a Monarquia e a República, disponibilizamos dois QR codes:
LEGISLATURAS - PERÍODO MONÁRQUICO (1824 - 1889).
LEGISLATURAS - PERÍODO REPUBLICANO ATÉ O ATUAL (1891 - 2027).



C A P Í T U L O 2

*“Posso não concordar com o
que dizes, mas defenderei até a
morte o direito de o dizeres”*

Voltaire

OS PRÉDIOS SEDES DA ALESC

“A ACAERT congratula
a ALESC pelos 190 anos,
ressaltando, neste capítulo,
os marcos arquitetônicos
que serviram como sedes
e que preservam a história
legislativa, assim
como as emissoras de rádio
e televisão mantêm viva a
memória do nosso estado.”

OS PRÉDIOS SEDES DA ALESC

Adentrar nos prédios que abrigaram a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina é mergulhar em um labirinto de histórias fascinantes, marcadas por controvérsias, mudanças e momentos cruciais para a democracia catarinense. Desde os primeiros dias em que as sessões eram realizadas em salas improvisadas até a construção majestosa do Palácio Barriga Verde, cada sede reflete não apenas a evolução física do Legislativo, mas também os desafios enfrentados pelos legisladores ao longo dos séculos.

Este Capítulo convida você a explorar os cenários que moldaram o exercício do poder legislativo em Santa Catarina, revelando as histórias por trás de cada edifício que já foi lar de decisões que impactaram a vida dos catarinenses.

Entre fatos e conjecturas, há inúmeras controvérsias acerca do verdadeiro local onde foi instalada a primeira sede da Assembleia Legislativa Provincial em Florianópolis, então Desterro, Capital da Província de Santa Catarina. Para muitos, a primeira sede teria sido uma sala localizada na Catedral, visto que, à época, era obrigatório que todo aquele que almejasse o cargo de deputado fosse católico. No entanto, as sessões realizadas no final de fevereiro de 1835 foram meramente preparatórias para a instalação da Assembleia Provincial e para as futuras deliberações, como a eleição da Mesa Diretora e a definição do local que abrigaria a sede.

Um dado que corrobora essa tese é que logo após a missa solene de instalação da Assembleia e o juramento dos eleitos, no dia 1º de março de 1835, eles *"se dirigiram à sala onde a Assembleia estava alojada temporaria-*

mente, cantando hinos sacros"⁽¹⁾ *para discutir "a possibilidade de desalojar a família do Presidente da Província dos cômodos que ocupava no Palácio do Governo, para neles instalar o Legislativo, muito mal acomodado àquela hora..."*⁽²⁾

DESTERRO

No Período Imperial, Florianópolis era conhecida como Desterro, oficialmente Nossa Senhora do Desterro. O nome "Desterro" derivava da localização da cidade em uma ilha isolada do continente, visto como um local de desterro ou exílio. A cidade foi elevada à categoria de vila em 1726 e posteriormente à de cidade em 1823, mantendo esse nome até 1894, quando foi oficialmente renomeada para Florianópolis, em homenagem ao presidente da Província de Santa Catarina na época da Proclamação da República, Floriano Peixoto.



1ª Sede da Assembleia Provincial - Casa de Câmara e Cadeia. Acervo: Casa da Memória.



2ª Sede da Assembleia Provincial - Quartel do Campo de Manejo (hoje o Instituto Estadual de Educação). Acervo: Centro de Memória Alesc.

Não há consenso sobre essa informação, tampouco evidências de que a solicitação mencionada tenha sido efetivamente executada. Em virtude da falta de certeza quanto ao local da primeira sede, os historiadores acreditam que tenha sido a Casa de Câmara e Cadeia, situada em frente à Praça do Palácio, atualmente conhecida como Praça XV de Novembro. Construído entre 1771 e 1780 pelo então Sargento-Mor Thomaz Francisco da Costa, o antigo casarão abrigava, além da Assembleia, a Câmara de Vereadores, no térreo, e a Cadeia Pública, no porão.

No entanto, em virtude da precariedade das instalações, da falta de higiene no local, do mau cheiro que vinha dos porões e da situação constrangedora de modo geral, em 16 de março de 1837, a Assembleia solicita a transferência de local e expressa o desejo de *"ser conservada na parte do Campo de Manejo onde faz as sessões até tiver lugar adequado"*⁽¹⁾. A título de localização, o Campo de Manejo é onde está localizado, hoje em dia, o Instituto Estadual de Educação.

O próximo local a abrigar o legislativo catarinense foi um prédio alugado, em 1858, supostamente situado na Rua do Príncipe (hoje Rua Conselheiro Mafra) esquina da Rua do Ouvidor (atual Rua Deodoro). Porém, em 1862, devido

às péssimas condições nas quais se encontrava o edifício, o Presidente da Província, padre Vicente Pires da Mota, ordena o retorno da Assembleia ao Quartel do Campo de Manejo.

Em 1863, os deputados foram novamente obrigados a se instalar na Casa de Câmara e Cadeia, uma vez que as dependências do Quartel aguardavam as tropas provenientes do Rio Grande do Sul que ali se alojariam. Evidentemente, essa decisão não agradou à maioria dos deputados. Indignados, eles dirigiram um ofício ao então Presidente da Assembleia, Marcelino Antônio Dutra, recusando a transferência e expressando todo o descontentamento com tal medida.

Infelizmente, tal ofício não surtiu efeito, causando um impasse tão grande *"que, pela primeira vez, na história do Legislativo catarinense, apesar de obrigar o Ato Adicional que houvesse sessão legislativa cada ano, nesse, de 1863, em tempos politicamente normais, não se reuniu a Assembleia, devido a uma greve desencadeada pela maioria dos seus deputados."*⁽²⁾

Apesar da greve, o retorno à Casa de Câmara e Cadeia foi inevitável, permanecendo os deputados nesse local até 1879. Nesse ano, a Assembleia foi transferida para um edifício situado na rua da Paz (atual Rua Jerônimo Coelho), esquina com a Rua do Imperador (atual

1 VERZBICKAS, Karin; ESPEZIN, Rossana. **A construção da democracia – os fatos que marcaram os 175 anos do Parlamento Catarinense – 1834 – 2009**. Santa Catarina: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2008..

2 CABRAL, Oswaldo. **Breve notícia sobre o Poder Legislativo em Santa Catarina – Suas Legislaturas e Seus Legisladores: 1835 – 1974**. Editora Lunardelli. Florianópolis, SC.

3 PIAZZA, Walter. **O Poder Legislativo catarinense: Das suas raízes aos nossos dias – 1834 – 1984**. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

4 CABRAL, Oswaldo. **Breve notícia sobre o Poder Legislativo em Santa Catarina – Suas Legislaturas e Seus Legisladores: 1835 – 1974**. Editora Lunardelli. Florianópolis, SC.

Rua Tenente Silveira). Por quase 30 anos, essa foi a sede do Legislativo Catarinense.

Entretanto, a situação começou a mudar em 1907, devido à falta de cuidado do local, “em lastimável estado de conservação, com o asfalto apodrecido e, assim, ante a impossibilidade de continuar a abrigar o Congresso Representativo do Estado – como então passara a denominar-se a Assembleia – tornou o Poder Legislativo, através de solicitação de seu Presidente, o Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, a pedir novamente à Câmara Municipal agasalho em suas dependências”⁽⁵⁾. Como pode ser constatado, mais uma vez na história da Assembleia, a Casa de Câmara e Cadeia foi a sua sede.

Finalmente, contudo, após 75 anos sem um local adequadamente destinado ao exercício das funções dos deputados, a Assembleia obteve uma sede própria. Inaugurado em 17 de setembro de 1910, o Palácio do Congresso do Estado foi construído na Praça Pereira Oliveira, a pedido do governador Gustavo Richard, e “exibia um visual majestoso, incorporando algumas características do Congresso dos Estados Unidos, em Washington, particularmente sua belíssima cúpula central.”⁽⁶⁾ A alegria dos deputados durou até 16 de maio de 1956, quando um incêndio destruiu totalmente o local e toda a história do Legislativo até então. E, novamente, os deputados se viram literalmente sem chão.

Neste ano de 1956, o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) sediou temporariamente a Assembleia e, entre 1957 e 1969, o Quartel da Polícia Militar do Estado, na Rua Nereu Ramos, foi abrigo dos deputados. A grande notícia chegou no governo de Ivo Silveira, quando foi concretizado o sonho acalentado desde 1835 – a construção do Palácio Barriga Verde, a segunda sede própria do Poder Legislativo, inaugurada em 14 de dezembro de 1970, em frente à Praça da Bandeira, onde permanece até os dias atuais.



3ª Sede da Assembleia Provincial – sobrado na Rua do Príncipe (hoje Rua Conselheiro Mafra) esquina da Rua do Ouvidor (hoje a Rua Deodoro). Acervo: Gilberto Gerlach.



4ª Sede da Assembleia Provincial - edifício situado na Rua da Paz (atual Rua Jerônimo Coelho), esquina com a Rua do Imperador (atual Rua Tenente Silveira). Acervo: Casa da Memória.



5ª Sede da Assembleia Provincial - Palácio do Congresso do Estado (Praça Pereira Oliveira). Acervo: Casa da Memória.



6ª Sede da Assembleia Provincial - Teatro Álvaro de Carvalho (TAC). Acervo: Casa da Memória.

5 CABRAL, Oswaldo. **Breve notícia sobre o Poder Legislativo em Santa Catarina – Suas Legislaturas e Seus Legisladores: 1835 – 1974.** Editora Lunardelli. Florianópolis, SC.

6 PEREIRA, Moacir. **Presidentes: O Legislativo na República.** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2013.



7ª Sede da Assembleia Provincial - Quartel da Polícia Militar do Estado (Rua Nereu Ramos). Acervo: Cabo PM David Gevaerd Neto - 4º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.



8ª Sede da Assembleia Provincial Palácio Barriga Verde (Praça da Bandeira). Acervo: Centro de Memória AleSC.

C A P Í T U L O

3



*“Sábio é aquele que conhece
os limites da própria ignorância”*

Sócrates

OS PRESIDENTES DA ALESC NA MONARQUIA

"A OCESC honra os 190 anos da ALESC,

homenageando os líderes que guiaram

nossa Assembleia na monarquia.

Convidamos todos a conhecer

os pioneiros que construíram

os alicerces do legislativo."



Este Capítulo apresenta os perfis dos 24 presidentes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina durante o período monárquico em nosso país. Cada um desses líderes desempenhou um papel crucial na política e na sociedade catarinense da época, deixando um legado que ressoa até os dias atuais. Suas contribuições moldaram o cenário do Poder Legislativo em Santa Catarina no Brasil Império. Uma inédita e criteriosa pesquisa foi realizada visando a oferecer um perfil resumido dos pioneiros deputados que presidiram a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) durante o período de 1835 até 1889, quando era denominada Assembleia Provincial. Ao final de cada texto, o leitor encontra também o QR code pelo qual as biografias completas dos parlamentares podem ser acessadas no acervo do website “Memória Política de Santa Catarina”. A ordem cronológica de apresentação dos deputados começa em 1835 e, na sequência, considerou sempre o primeiro ano em que cada um deles presidiu a Mesa da Assembleia.

MANUEL PARANHOS DA SILVA VELOSO

Partido: Partido Liberal (PL).
Presidente da Mesa: 1835 e 1838.
Legislaturas: 1ª (1835/1837), 2ª (1838/1839), 3ª (1840/1841) e 4ª (1842/1843).

Manuel Paranhos da Silva Veloso nasceu em 13 de outubro de 1803, em Rio Pardo (RS), filho de Manoel da Silva Paranhos e Maria Gracinda Rosa da Silva Paranhos. Formado em Direito, seguiu a carreira de advogado e magistrado. Paranhos teve uma trajetória política e profissional notável. Filiado ao Partido Liberal, foi presidente da Província do Pará, deputado na Assembleia Geral do Império, o primeiro presidente da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina e deputado por quatro vezes consecutivas durante o século XIX. Faleceu no Rio de Janeiro em 11 de abril de 1859.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MIGUEL DE SOUSA MELO E ALVIM

Partido: Partido Democrático (PD) e Partido Conservador (PC).
Presidente da Mesa: 1835, 1836, 1837, 1839 e 1840.
Legislaturas: 1ª (1824/1828), 1ª (1835/1837), 2ª (1838/1839), 3ª (1840/1841) e 4ª (1842/1843).

Miguel de Souza Melo e Alvim nasceu em 9 de março de 1784, em Santarém, Portugal, filho de Antônio de Sousa de Melo e Alvim e de Maria Bárbara da Silva Torres. Formado na carreira militar, Melo e Alvim desempenhou papéis importantes no cenário político brasileiro. Foi conselheiro do Império, conselheiro geral, deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina e presidente das Províncias de Santa Catarina e São Paulo durante o século XIX. Filiado ao Partido Democrático e ao Partido Conservador, faleceu no Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1855.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JERÔNIMO FRANCISCO COELHO

Partido: Partido Liberal (PL).
Presidente da Mesa: 1841.
Legislaturas: 1ª (1835/1837), 2ª (1838/1839), 3ª (1840/1841), 4ª (1842/1843), 5ª (1844/1845), 6ª (1846/1847) e 9ª (1852/1853).

Jerônimo Francisco Coelho nasceu em 30 de setembro de 1806 em Laguna (SC), filho de Antônio Francisco Coelho e Francisca Lina do Espírito Santo Coelho. Formou-se em Matemática e Engenharia, dedicando-se às profissões de engenheiro, jornalista e militar ao longo de sua vida. Politicamente, era filiado ao Partido Liberal. Coelho foi uma personalidade de destaque na política brasileira do século XIX, ocupando cargos como brigadeiro, deputado na Assembleia Legislativa Provincial catarinense, deputado geral, conselheiro geral do Império, conselheiro do Imperador, presidente das Províncias do Pará e do Rio Grande do Sul e ministro da Marinha e da Guerra do Brasil, entre outras funções militares exercidas. Faleceu em 16 de janeiro de 1860, em Nova Friburgo (RJ).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



TOMÁS SILVEIRA DE SOUSA

Partido: Partido Liberal (PL).
Presidente da Mesa: 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1864 e 1866.
Legislaturas: 3ª (1833/1834), 1ª (1835/1837); 2ª (1838/1839), 3ª (1840/1841), 4ª (1842/1843), 5ª (1844/1845), 6ª (1846/1847), 9ª (1852/1853), 15ª (1864/1865), 16ª (1866/1867) e 17ª (1868/1869).

Tomás Silveira de Sousa, filho de Anastácio Silveira de Sousa e Rufina Clara de Santo Antônio, nasceu em 1793 em Desterro (SC). Formado em Medicina e militar, atuou como médico e juiz de paz. Filiado ao Partido Liberal, foi uma figura importante na política local, servindo como vereador em sua terra natal, conselheiro geral e deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina durante o século XIX. Tomás faleceu em 14 de outubro de 1875, em Desterro (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

SEVERO AMORIM DO VALE

Partido: Partido Conservador.
Presidente da Mesa: 1846, 1847, 1848 e 1849.
Legislaturas: 1ª (1835/1837), 2ª (1838/1839),
3ª (1840/1841), 4ª (1842/1843), 5ª (1844/1845),
6ª (1846/1847) e 7ª (1848/1849).

Severo Amorim do Vale nasceu em 7 de dezembro de 1802 em Salvador (BA), filho de Raimundo José do Vale e Ana de Amorim e Castro. Formado em Direito, exerceu as profissões de advogado, juiz de direito e chefe de polícia. Filiado ao Partido Conservador, Vale teve uma carreira política e judicial destacada, servindo sete vezes como deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, presidente interino da Província catarinense e desembargador da Relação de Pernambuco durante o século XIX. Faleceu em Recife (PE).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

JOSÉ PEREIRA SARMENTO

Partido: Partido Conservador.
Presidente da Mesa: 1850, 1851, 1852 e 1853.
Legislaturas: 3ª (1840/1841), 4ª (1842/1843),
5ª (1844/1845), 6ª (1846/1847), 7ª (1848/1849),
8ª (1850/1851) e 9ª (1852/1853).

João Pereira Sarmiento nasceu em 1787, em Santa Catarina, filho de João Pereira Sarmiento e Maria Inácia Matildes. Dedicou-se à carreira militar, tendo sido esta sua formação e profissão ao longo da vida. Politicamente, era filiado ao Partido Conservador. Sarmiento foi um militar catarinense de destaque, servindo sete vezes como deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina e ocupando a presidência da Casa em dois mandatos no século XIX. Faleceu em 27 de março de 1853 em Desterro (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOAQUIM GOMES DE OLIVEIRA E PAIVA

Partido: Partido Conservador e Partido Liberal.
Presidente da Mesa: 1853, 1856 e 1868.
Legislaturas: 5ª (1844/1845), 6ª 1846/1847),
7ª (1848/1849), 8ª (1850/1851), 9ª (1852/1853),
10ª (1854/1855), 11ª (1856/1857), 13ª (1860/1861),
15ª (1864/1865), 16ª (1866/1867) e 17ª (1868/1869).

Filho de Manoel de Oliveira Gomes e Guiomar Inácia da Silva Pereira, Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva nasceu em 12 de julho de 1821 em Desterro (SC) e seguiu a formação eclesiástica. Exerceu as profissões de padre, jornalista, professor, escritor e literato. Filiado tanto ao Partido Conservador quanto ao Partido Liberal, destacou-se na vida política e cultural do século XIX. Foi vereador, deputado, presidente e vice-presidente na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina. Faleceu em 29 de janeiro de 1869, em sua cidade natal, Desterro (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOAQUIM AUGUSTO DO LIVRAMENTO

Partido: Partido Conservador.
Presidente da Mesa: 1854.
Legislaturas: 6ª (1846/1847), 8ª (1850/1851),
9ª (1852/1853), 10ª (1854/1855), 11ª (1856/1857)
e 15ª (1864/1865).

Filho de Joaquim Luís do Livramento e Ana Maria de Jesus, Joaquim Augusto do Livramento nasceu em 4 de fevereiro de 1820, em Desterro (SC). Formado em Direito, exerceu a profissão de advogado. Filiado ao Partido Conservador, Livramento destacou-se como juiz e promotor público. Durante o século XIX, atuou como deputado geral, deputado na Assembleia Legislativa Provincial e presidente interino da Província de Santa Catarina. Joaquim Luís do Livramento faleceu em 7 de maio de 1883, em sua cidade natal, Desterro (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



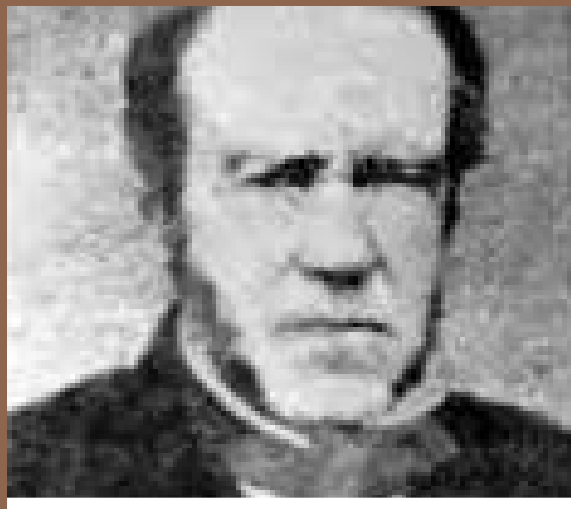
JOÃO FRANCISCO DE SOUSA COUTINHO

Partido: Partido Republicano Catarinense e Partido Liberal.
Presidente da Mesa: 1854 e 1855.
Legislaturas: 1ª (1835/1839), 2ª (1838/1839),
3ª (1840/1841), 4ª (1842/1843), 5ª (1844/1845),
7ª (1848/1849), 9ª (1852/1853), 10ª (1854/1855)
e 11ª (1856/1857).

João Francisco de Sousa Coutinho, filho de Domingos Francisco de Sousa Coutinho e Genoveva Francisca de Sousa, nasceu em 23 de março de 1804, em Desterro (SC). Com formação em contabilidade, “escrivania”, escrituração e composição, exerceu diversas funções ao longo de sua vida. Natural de Desterro, João Francisco destacou-se como contador, escrivão, escriturário e compositor. Politicamente, foi filiado ao Partido Republicano Catarinense e ao Partido Liberal. Serviu nove vezes como deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina e foi presidente interino da mesma Província durante o século XIX. João Francisco de Sousa Coutinho faleceu em 11 de setembro de 1869 em sua cidade natal, Desterro (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MARCELINO ANTÔNIO DUTRA

Partido: Partido Liberal e Partido Progressista.
Presidente da Mesa: 1857, 1861 e 1862.
Legislaturas: 5ª (1844/1845), 6ª (1846/1847), 9ª (1852/1853), 10ª (1854/1855), 11ª (1856/1857), 12ª (1858/1859), 13ª (1860/1861), 14ª (1862/1863), 15ª (1864/1865) e 16ª (1866-1867).

Filho de Manoel Dutra Garcia e Joaquina Maria da Conceição, Marcelino Antônio Dutra nasceu em Desterro (SC) em 19 de junho de 1809 e faleceu na mesma cidade em 13 de julho de 1869. Foi professor, promotor público, poeta e jornalista. Atuou como membro do Partido Liberal e do Partido Progressista. Ao longo do século XIX, destacou-se como um influente político, sendo eleito deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em dez ocasiões.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA PAIS

Partido: Partido Liberal.
Presidente da Mesa: 1858, 1859, 1860, 1865 e 1867.
Legislaturas: 4ª (1842/1843), 5ª (1844/1845), 6ª (1846/1847), 9ª (1852/1853), 10ª (1854/1855), 11ª (1856/1857), 12ª (1858/1859), 13ª (1860/1861), 15ª (1864/1865) e 16ª (1866/1867).

Francisco José de Oliveira Pais, filho de José de Oliveira Pais Leme e Felizarda Maria de Oliveira Ramos, nasceu em Desterro (SC) em 4 de dezembro de 1808 e faleceu na mesma cidade em 26 de junho de 1877. Formado como militar, também exerceu a profissão de advogado provisionado. Foi membro do Partido Liberal e ganhou destaque como presidente interino da Província, além de ter sido eleito deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em dez ocasiões durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

JOAQUIM XAVIER NEVES

Partido: Partido Conservador.
Presidente da Mesa: 1861.
Legislaturas: 4ª (1842/1843), 7ª (1848/1849), 9ª (1852/1853), 10ª (1854/1855), 12ª (1858/1859), 13ª (1860/1861) e 14ª (1862/1863).

Joaquim Xavier Neves, filho de Jacinto Xavier Neves e Joaquina Dorotéia de Jesus, nasceu em Paranaguá (PR) em 1793 e faleceu em São José (SC) em 04 de abril de 1872. Formado como militar, dedicou-se também à atividade de fazendeiro. Filiado ao Partido Conservador, destacou-se como sete vezes deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina. Além disso, assumiu interinamente a presidência da Província catarinense e foi eleito presidente da República Juliana, embora não tenha tomado posse, durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



AFONSO D'ALBUQUERQUE E MELO

Partido: Partido Liberal.
Presidente da Mesa: 1866 e 1869.
Legislaturas: 10ª (1854/1855), 11ª (1856/1857), 12ª (1858/1859), 14ª (1862/1863), 15ª (1864/1865), 16ª (1866/1867) e 17ª (1868/1869).

Afonso d'Albuquerque e Melo, filho de José Mariano d'Albuquerque e Melo e Maria Barbosa, nasceu em Pernambuco (PE) em 1811. Formado como militar, foi membro do Partido Liberal. Destacou-se como deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina por sete vezes durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MANUEL DO NASCIMENTO DA FONSECA GALVÃO

Partido: Partido Conservador.
Presidente da Mesa: 1870 e 1871.
Legislatura 18ª (1870/1871).

Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão, filho de José Antônio da Fonseca Galvão e Mariana Clementina de Vasconcelos Galvão, nasceu em Estância (SE) em 25 de dezembro de 1837 e faleceu em Recife (PE) em 23 de fevereiro de 1916. Formado em Direito, exerceu as profissões de advogado, juiz de direito, desembargador e escritor. Foi membro do Partido Conservador. Destacou-se como presidente interino da província, deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina e na Assembleia Geral do Império, representando os catarinenses durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

LUÍS FERREIRA DO NASCIMENTO MELO

Partido: Partido Conservador.
Presidente da Mesa: 1872 e 1873.
Legislaturas: 9ª (1852/1853), 10ª (1854/1855), 11ª (1856/1857), 13ª (1860/1861), 14ª (1862/1863), 18ª (1870/1871), 19ª (1872/1873) e 22ª (1878/1879).

Luís Ferreira do Nascimento Melo, filho de Manoel Ferreira de Melo e Joana Maria de Jesus, nasceu em São José (SC) em 23 de dezembro de 1809 e faleceu na mesma cidade em 16 de março de 1882. Militar e fazendeiro, foi membro do Partido Conservador. Atuou como vereador em sua terra natal, foi eleito oito vezes deputado na Assembleia Legislativa Provincial e serviu como presidente interino da Província de Santa Catarina durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

MARTINHO DOMIENSE PINTO BRAGA

Presidente da Mesa: 1874 e 1875.
Legislaturas: 19ª (1872/1873) e 20ª (1874/1875).

Martinho Domiense Pinto Braga, filho de Domingos José Pinto Braga e Maria Antônia Ferreira Braga, nasceu no Ceará (CE) em 1828. Formado em Engenharia de Agrimensura, exerceu esta profissão. Foi duas vezes deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, no século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MANOEL JOSÉ DE OLIVEIRA

Partido: Partido Conservador. Presidente da Mesa: 1876 e 1877.
Legislaturas: 8ª (1850/1851), 10ª (1854/1855), 13ª (1860/1861), 14ª (1862/1863), 15ª (1864/1865), 16ª (1866/1867), 18ª (1870/1871), 19ª (1872/1873), 21ª (1876//1877), 22ª (1878/1879), 25ª (1884/1885) e 26ª (1886-1887).

Manoel José de Oliveira, filho de José Luciano de Oliveira e Florisbela Rosa de Oliveira, nasceu em São Francisco do Sul (SC) em 1827 e faleceu em Desterro (SC) em 22 de maio de 1891. Foi militar e exerceu também a profissão de comerciante e advogado provisionado. Foi membro do Partido Conservador. Destacou-se como vereador em Desterro e foi eleito doze vezes deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

SÉRGIO LOPES FALCÃO

Partido: Partido Conservador.
Presidente da Mesa: 1877.
Legislaturas: 7ª (1848/1849), 13ª (1860/1861), 21ª (1876/1877) e 22ª (1878/1879).

Sérgio Lopes Falcão, filho de João Lopes Falcão e Francisca Romana da Pureza de Sousa Falcão, nasceu em Desterro (SC) em 22 de abril de 1811 e faleceu na mesma cidade em 14 de agosto de 1882. Formado em Direito, exerceu as profissões de advogado, juiz e procurador da Fazenda. Foi membro do Partido Conservador, eleito quatro vezes deputado na Assembleia Legislativa Provincial durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



OLÍMPIO ADOLFO DE SOUSA PITANGA

Partido: Partido Liberal e Partido Republicano Federalista.
Presidente da Mesa: 1880 e 1881.
Legislaturas: 16ª (1866/1867), 17ª (1868/1869) e 23ª (1880/1881).

Olímpio Adolfo de Sousa Pitanga, filho de João de Sousa Gomes Pitanga e Maria Clara de Jesus Pitanga, nasceu na Bahia (BA) em 1836 e faleceu em Porto, Portugal, em 1906. Formado em Direito, exerceu a profissão de advogado. Foi membro do Partido Liberal e do Partido Republicano Federalista. Destacou-se como deputado na Assembleia Legislativa Provincial e no Congresso Representativo de Santa Catarina durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

ANTÔNIO LUÍS FERREIRA DE MELO

Partido: Partido Conservador.

Presidente da Mesa: 1882 e 1883.

Legislaturas: 20ª (1874/1875), 24ª (1882/1883).

Antônio Luís Ferreira de Melo, filho de Luís Ferreira do Nascimento Melo e Anna Cândida Vieira da Rosa, nasceu em São José (SC) em 13 de junho de 1835 e faleceu na mesma cidade em 30 de julho de 1885. Formado em Direito, foi membro do Partido Conservador. Atuou como advogado e militar, além de ter sido vereador em sua terra natal. Também foi eleito duas vezes deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina durante o século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ALEXANDRE ERNESTO DE OLIVEIRA

Partido: Partido Liberal e Partido Federalista.
Presidente da Mesa: 1884.
Legislaturas:
Período Provincial: 15ª (1864/1865), 25ª (1884/1885), 26ª (1886/1887).
Período Republicano: 5ª (1901/1903), 6ª (1904/1906) e 7ª (1907/1909).

Alexandre Ernesto de Oliveira, filho de Joaquim José de Oliveira Cercal e Maria Lopes de Azevedo, nasceu em São Francisco do Sul (SC) em 1833 e faleceu em Joinville (SC) em 1908. Formado em Direito, exerceu as profissões de militar, advogado e promotor público. Foi filiado ao Partido Liberal e ao Partido Federalista. Destacou-se como seis vezes deputado na Casa Legislativa, sendo três no Período Provincial e três no Período Republicano, abrangendo os séculos XIX e XX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



FERNANDO HACKRADT JÚNIOR

Partido: Partido Conservador e Partido Federalista.
Presidente da Mesa: 1886 e 1887.
Legislaturas: 21ª (1876/1877), 24ª (1882/1883) e 26ª (1886/1887).

Fernando Hackradt Júnior, filho de Ferdinand Ernest Friderich Hackradt e Maria Haendchen Hackradt, nasceu em Biguaçu (SC) em 11 de novembro de 1852 e faleceu em Wiesbaden, Alemanha, em 23 de março de 1914. Foi comerciante por profissão e membro dos partidos Conservador e Federalista. Destacou-se como deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina e também como deputado geral, representando os catarinenses ao longo do século XIX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA E OLIVEIRA

Presidente da Mesa: 1887.
Legislaturas:
Período Colonial: 24ª (1882/1883), 25ª (1884/1885), 26ª (1886/1887), 27ª (1888/1889).
Período Republicano: 1ª (1891), 2ª (1894/1895), 3ª (1896/1897), 5ª (1901-1903), 6ª (1904/1906), 7ª (1907/1909) e 8ª (1910/1912).

Antônio Pereira da Silva e Oliveira, filho de Francisco Pereira da Silva e Oliveira e Manuela Rosa dos Santos Pacheco, nasceu em Vila Nova do Príncipe (SP) em 17 de julho de 1848 e faleceu em Florianópolis (SC) em 18 de novembro de 1938. Foi militar, comerciante, contador e fazendeiro. Destacou-se como governador de Santa Catarina, além de ter sido deputado federal e senador representando os catarinenses. Foi também deputado na Casa Legislativa em ambos os períodos, Provincial e Republicano, e participou como Deputado Constituinte no final do século XIX e início do século XX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ABDON BATISTA

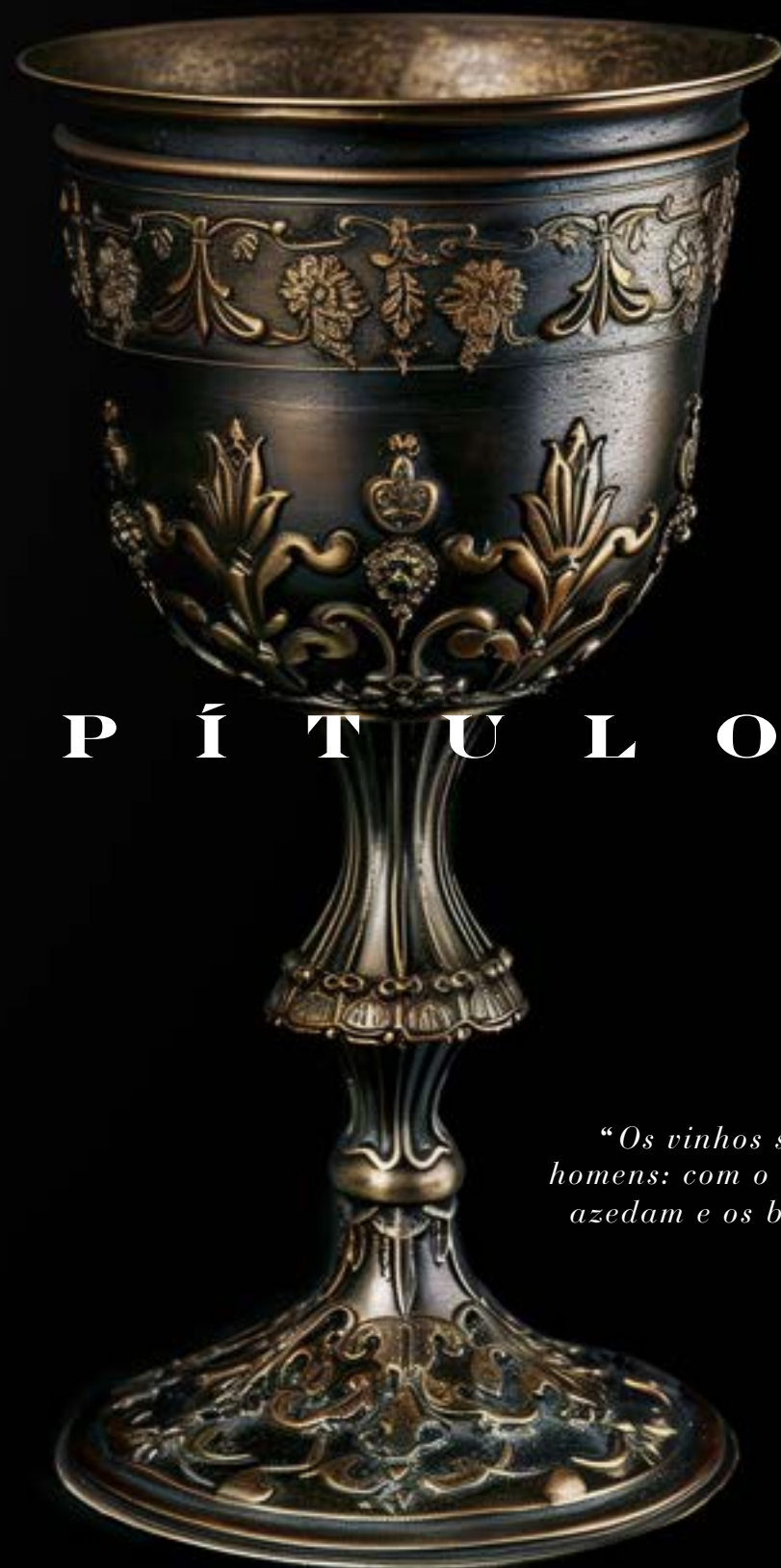
Partido: Partido Liberal, Partido Republicano Catarinense e Partido Republicano Federalista.
Presidente da Mesa: 1888 e 1889.
Legislaturas:
Período Colonial: 25ª (1884/1885), 27ª (1888-1889).
Período Republicano: 1ª (1892/1893) e 5ª (1901/1903).

Abdon Batista, filho de Hermenegildo Batista e Maria Carolina Batista, nasceu em Salvador (BA), em 30 de julho de 1852, e faleceu em Joinville (SC), em 15 de março de 1922. Formado em Medicina, exerceu as profissões de médico e empresário. Ao longo de sua carreira política, foi filiado ao Partido Liberal, ao Partido Republicano Catarinense e ao Partido Republicano Federalista. Destacou-se como vereador em São Francisco do Sul (SC), prefeito de Joinville (SC), deputado provincial e estadual na Casa Legislativa, governador interino de Santa Catarina e senador da República, representando os catarinenses durante os séculos XIX e início do XX.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

C A P Í T U L O 4



*“Os vinhos são como os
homens: com o tempo os maus
azedam e os bons apuram”*

Cícero

OS PRESIDENTES DA ALESC NA REPÚBLICA

"O Sicoob parabeniza a ALESC

pelos seus 190 anos, celebrando

os presidentes que consolidaram

a democracia catarinense.

Explore, neste capítulo,

os perfis daqueles que lideraram

a Assembleia na República.”



Acada Legislatura, os presidentes da Alesc são eleitos por seus pares para administrar – junto com os demais membros das Mesas Diretoras – o dia a dia de desafios, responsabilidades e realizações do Poder Legislativo no cumprimento do papel de legislar, fiscalizar o Poder Executivo e sediar os debates de interesse da sociedade catarinense.

Ao longo de mais de um século, transcorreram 39 Legislaturas - já apresentadas no Capítulo 1 -, das quais participaram 763 deputados e deputadas comprometidos com a construção do presente e do futuro de Santa Catarina, como uma autêntica caixa de ressonância da sociedade. O levantamento sobre o total de parlamentares foi atualizado e cancelado pela Coordenadoria de Documentação da Alesc e encontra-se publicado na presente obra, ao final do capítulo 9.

O presente Capítulo foi criteriosamente organizado para oferecer ao leitor breves perfis dos 52 deputados que presidiram a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina durante o período da República, que abrange de 1889 até 2024. Oito dos deputados exerceram a presidência por mais de uma vez.

Os conteúdos ora apresentados têm como fonte primordial as informações da própria Alesc e do portal Memória Política de Santa Catarina. A partir de tais fontes, foi procedida uma síntese de dados para consolidar os perfis a seguir, que seguem a sequência cronológica em que os respectivos deputados presidiram a Mesa da Alesc. Os perfis de todos eles podem ser acessados a partir do QR code ao final de cada resumo.

A compilação inicia por Abdon Batista – que foi presidente em 1888, durante a Monarquia, e participou também da transição para a República, em 1889 – e chega até 2024, com a presidência do deputado Mauro De Nadal, na 20ª Legislatura, de 2023 a 2027.

As pinturas que acompanham cada um dos 52 perfis integram a Galeria dos Presidentes, localizada no hall de entrada da sede da Alesc em Florianópolis – o Palácio Barriga Verde – e são da autoria de cinco artistas: Martinho de Haro, Zélio Andrezzo, Willy Zumblick, Malinverni Filho e A. R. Borges.



ABDON BATISTA

Partidos: Partido Liberal (PL), Partido Republicano Catarinense (PRC) e Partido Republicano Federalista (PRF).
Presidente da Mesa: 1888 e 1889.
Legislaturas:
Período Monarquia – 25ª (1884/1885) e 27ª (1888/1889);
Período República – 1ª (1892/1893) e 5ª (1901/1903).

Nasceu em 30 de julho de 1852, em Salvador (BA). Médico e empresário, natural de Salvador, Bahia, foi vereador em São Francisco do Sul (SC), prefeito de Joinville (SC), deputado provincial e estadual, governador interino de Santa Catarina e senador da República. Presidiu a Assembleia em 1888 e 1889, exercendo sua função ao final do período Imperial (também denominado de Monarquia) e no começo do período Republicano. Foi superintendente municipal de Joinville, de 1892 a 1893. Atuou como deputado à Assembleia Constituinte de 1891 e na Constituição Estadual de 1895. Foi quatro vezes Deputado Federal: 1903/1905, 1909/1911, 1912/1914 e 1918/1920. Eleito vice-governador do Estado, na chapa de Gustavo Richard. Foi ainda senador da República, entre 1912 e 1915. Dedicou mais de 30 anos à política catarinense e contribuiu para o desenvolvimento econômico da região Norte do Estado de Santa Catarina. Faleceu em 15 de março de 1922, em Joinville (SC). Um município catarinense recebeu o seu nome, Abdon Batista, a partir de 1989.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



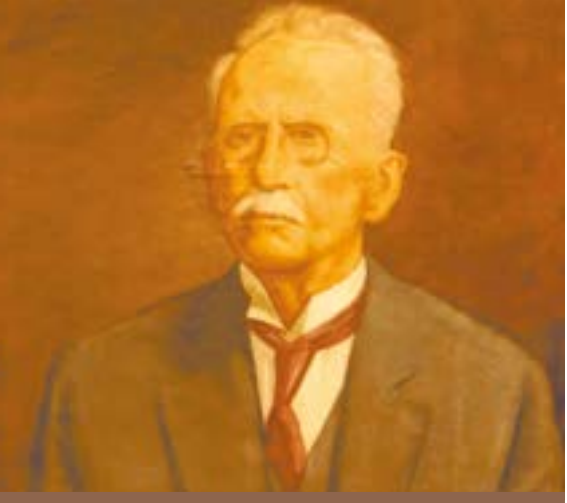
FRANCISCO TOLENTINO VIEIRA DE SOUZA

Partidos: Partido Liberal (PL) e Partido Republicano Catarinense (PRC).
Presidente da Mesa: 1891.
Legislaturas:
Período Monarquia – 22ª (1878/1879), 23ª (1880/1881), 24ª (1882/1883), 25ª (1884/1885), 26ª (1886/1887), 27ª (1888/1889);
Período República – 1ª (1891/1895).
Deputado Constituinte Estadual de Santa Catarina (1891), participou da 1ª Legislatura (1891).

Nasceu no dia 14 de julho de 1845, em São José (SC). Militar, jornalista e advogado provisionado, participou da 1ª Legislatura Republicana, foi deputado constituinte e presidente da 1ª Assembleia Constituinte de Santa Catarina, em 1891. Por seis vezes foi deputado na Assembleia Legislativa Provincial e representou os catarinenses como deputado federal. Obteve ordem para exercer advocacia em 1877, atuando em São José e Desterro, atual Florianópolis (SC), onde também trabalhou como jornalista, dirigiu a Gazeta do Sul (1890), ao lado de Tito Carvalho, e filiou-se ao Partido Liberal. Foi vereador na Câmara Municipal de São José (de 1873-1877 e de 1887-1890). Patrono da 13ª Cadeira da Academia Catarinense de Letras. Deputado na Câmara dos Deputados, por Santa Catarina, em quatro mandatos: 1894-1896, 1897-1899, 1900-1902 e 1903-1905. Faleceu em 14 de fevereiro de 1904, em São José. Uma rua no Centro de Florianópolis (SC) homenageia o seu nome.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ELISEU GUILHERME DA SILVA

Partidos: Partido Liberal (PL), Partido Republicano Catarinense (PRC) e Partido Republicano Federalista (PRF).
Presidente da Mesa: 1892 e 1893.
Legislaturas:
Período Monarquia – 22ª (1878/1879), 23ª (1879/1880), 24ª (1882/1883), 25ª (1884/1885) e 27ª (1888/1889);
Período República – 1ª (1892/1893), 5ª (1901-1903) e 9ª (1913-1915).

Nasceu em 20 de setembro de 1843, em São José (SC). Formado em Farmácia pela Escola Médica de Montevideo, no Uruguai, revalidou seu diploma pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e trabalhou em farmácias em Desterro e Laguna (SC). Vereador eleito à Câmara de Desterro, presidiu-a de 1887 a 1889. Em 19 de fevereiro de 1891, em Desterro, fundou o Partido Federalista e a União Nacional (que reunia liberais e conservadores). Foi abolicionista e teve destacado papel no Movimento Federalista de 1893. Eleito para a 1ª Legislatura Republicana da Alesc (1892-1893), foi deputado e presidente da Constituinte de 1892, além de presidente da Assembleia durante o biênio. Deputado federal eleito por Santa Catarina em quatro Legislaturas: 1903-1905, 1906-1908, 1921-1923 e 1924-1926. Faleceu em 16 de abril de 1928, no Rio de Janeiro (RJ).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



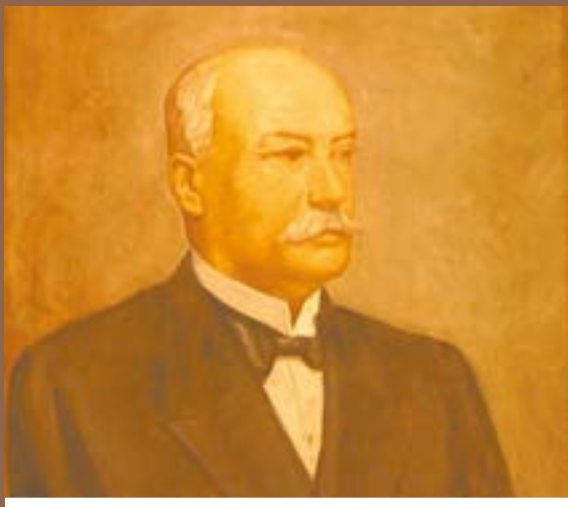
JOAQUIM ELÓI DE MEDEIROS

Partido: Partido Conservador. Presidente da Mesa: 1894 e 1895.
Legislaturas:
Período Monarquia – 18ª (1870-1871) e 19ª (1872/1873);
Período República – 2ª (1894/1895) e 3ª (1896/1897).

Nasceu em 4 de julho de 1833, em Desterro. Realizou a formação para padre no Seminário São José, no Rio de Janeiro (RJ), nos anos de 1856 e de 1857. Ocupou várias funções eclesásticas desde os 19 anos, quando rezou a primeira missa. Foi quatro vezes deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, presidente da Constituinte de 1895 e presidente da Mesa no biênio 1894/1895, tornando-se o primeiro sacerdote na história catarinense a ocupar a função. Presidente interino da Província de Santa Catarina (atual cargo de Governador), nomeado por carta imperial, governou-a de 6 de março a 26 de junho de 1889. Ainda na província catarinense, desempenhou as funções de: bibliotecário, diretor e redator do Jornal Conciliador (1872), representante da Exposição Provincial (1874), diretor-geral da Instrução Pública por quase 30 anos, e Presidente da Comissão de Recenseamento (1892). Faleceu em 31 de outubro de 1899, no Rio de Janeiro (RJ).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



LUÍS ANTÔNIO FERREIRA GUALBERTO

Partido: Partido Republicano Catarinense (PCR). Presidente da Mesa: 1896 e 1897.
Legislaturas: 1ª (1891), 2ª (1894/1895) e 3ª (1896/1897).

Nasceu em 8 de julho de 1857, em Nazaré (BA). Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia (1878) e, no início do ano de 1885, passou a residir em São Francisco do Sul (SC), onde exerceu a profissão. Atuou como delegado de Saúde do Porto e delegado de Higiene. Ainda em São Francisco do Sul, foi intendente (1889 a 1891), presidente (1895 a 1899) e superintendente (1899 a 1902) – todos equivalem atualmente ao cargo de prefeito municipal. Escreveu vários artigos e notas históricas, publicados na imprensa catarinense, sendo um dos fundadores (em 1896) e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), além de fundador da Cadeira número 4 da Academia Catarinense de Letras. Foi três vezes eleito Deputado Federal por Santa Catarina: 1900-1902, 1903-1905 e 1906-1908. Continuou suas atividades profissionais na Capital catarinense e integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), admitido como sócio em 1908. Faleceu em 6 de dezembro de 1931, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



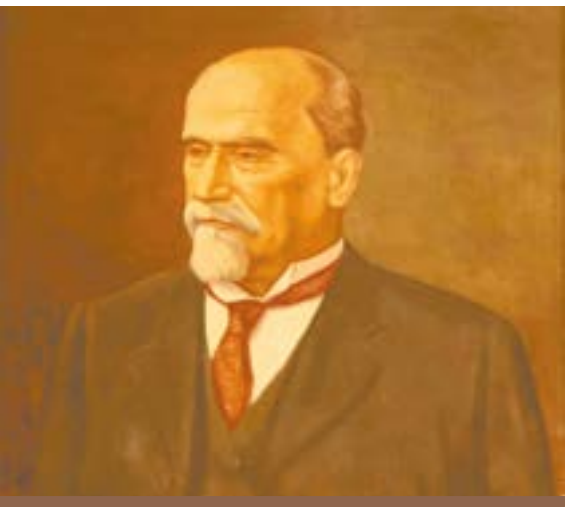
ANTÔNIO PINTO DA COSTA CARNEIRO

Partido: Partido Republicano Catarinense (PRC). Presidente da Mesa: 1898, 1899 e 1900.
Legislaturas: 1ª (1891), 2ª (1894-1895), 3ª (1896/1897), 4ª (1898/1900), 5ª (1901/1903) e 6ª (1907/1909).

Nasceu em 13 de agosto de 1849, na cidade de Porto, em Portugal. Em 1862, a família se mudou para o Brasil e passou a residir em Laguna (SC). Transferiu-se para Desterro, onde fundou o jornal “A União” e deu prosseguimento à sua formação no Colégio Santíssimo Salvador. De Desterro foi para Salvador (BA) e, depois, seguiu para Roma, na Itália, para continuar os estudos no Colégio Pio Brasileiro. Retornou à sua cidade natal em Porto, onde criou o jornal “Dez de Março”. Casado e com filhos, decide voltar para Laguna, em 1878. Naturalizado brasileiro, pode participar da vida política, que iniciou em Laguna, onde foi intendente e presidente da Intendência Municipal. Foi 1º suplente de Juiz Federal no Sul catarinense. Faleceu em 15 de agosto de 1908, em Laguna (SC), durante o mandato legislativo.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA E OLIVEIRA

Partido: Partido Liberal (PL). Presidente da Mesa:
Período Monarquia – 1887 e 1888;
Período República – 1901 a 1903, 1904 a 1906, 1907 a 1909 e 1910 a 1911.
Legislaturas:
Período Monarquia – 24ª (1882-1883), 25ª (1884-1885), 26ª (1886-1887) e 27ª (1888-1889);
Período República: 1ª (1891), 2ª (1894/1895), 3ª (1896-1897), 5ª (1901/1903), 6ª (1904/1906), 7ª (1907-1909) e 8ª (1910-1912).

Nasceu em 17 de julho de 1848, na Vila Nova do Príncipe (SP), hoje município de Lapa, território do Paraná. Quando Antônio tinha quatro anos sua família mudou para Lages (SC). Em 1875, mudou-se para São José (SC), onde atuou no comércio e na política, sendo eleito vereador. Na Legislatura de 1910-1912, foi presidente da Constituinte de 1910. Deputado Federal, participou duas vezes na Câmara: em 1912-1915, e em 1918-1920. Foi nomeado pelo Governo do Estado como chefe do Executivo de Florianópolis (para o mandato ou como interino) por seis vezes, entre os anos de 1891 e 1911. No período, destaca-se o aumento no número de escolas de ensino primário, que evoluiu de 5 para 27. Foi senador em 1924-1926 e 1927-1929. Faleceu a 18 de novembro de 1938, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



GUSTAVO LEBON RÉGIS

Partido: Partido Republicano Conservador (PRC).
Presidente da Mesa: 1912.
Legislaturas: 5ª (1901-1903), 6ª (1904/1906), 7ª (1907/1909), 8ª (1910-1912) e 9ª (1913/1915).

Nasceu em 18 de fevereiro de 1874, na localidade Ribeirão das Cordas, em Parati (SC), atual Araquari. Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro (RJ), em março de 1892, graduando-se especialista em Artilharia e Engenharia, e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Mais tarde, mudou-se para Desterro. Foi eleito cinco vezes deputado estadual, entre 1901 e 1915. Presidiu o periódico Revista da Sociedade Catharinense de Agricultura, lançada em 1905, e organizou o Pavilhão de Santa Catarina na Exposição no Rio de Janeiro, em 1908. Durante o governo de Vidal Ramos (1910-1914), como secretário-geral do Estado, intensificou ações no campo educacional e inaugurou várias escolas públicas catarinenses. Elegeu-se deputado federal por Santa Catarina, em 1915-1917. Foi secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina, entre 1913 e 1914. Em 16 de agosto de 1928, assumiu o comando do Colégio Militar de Porto Alegre. Faleceu em 19 de abril de 1930, no Rio de Janeiro (RJ).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOÃO GUIMARÃES PINHO

Partido: Partido Republicano Catarinense (PRC).
Presidente da Mesa: 1913 a 1915, e 1916 a 1917.
Legislaturas: 7ª (1907/1909), 8ª (1910-1912) e 9ª (1913/1915), 10ª (1916-1918), 11ª (1919/1921), 12ª (1922/1924), 13ª (1925/1927) e 14ª (1928/1930).

Nasceu no dia 20 de março de 1865, em Laguna (SC). Na terra natal foi alfabetizado, depois seguiu para o Rio de Janeiro (RJ), onde estudou no Colégio Abílio e no Colégio Dom Pedro II. De volta à Laguna, trabalhou na casa comercial Pinho & Cia., na qual também foi diretor, filiou-se ao Partido Federalista e depois ao Partido Republicano Catarinense (PRC), foi juiz de paz, suplente de juiz federal, provedor do Hospital Bom Jesus dos Passos e rico comerciante – possuía uma companhia de navegação e moinho de arroz. Foi eleito deputado estadual oito vezes. Assumiu o Estado de Santa Catarina como Governador interino, por duas vezes, quando era major, em 1914 e 1915. No ano de 1929, mudou-se para o Rio de Janeiro. Faleceu em 12 de fevereiro de 1948, no Rio de Janeiro (RJ).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



DORVAL MELQUÍADES DE SOUZA

Partidos: Partido Republicano Catarinense (PRC), Partido Liberal Catarinense (PLC) e Partido Republicano Federalista (PRF).
Presidente da Mesa: 1918.
Legislaturas: 1ª (1892-1893), 5ª (1901-1903), 6ª (1904-1906), 7ª (1907-1909), 8ª (1910-1912), 9ª (1913-1915); 10ª (1916-1918), 13ª (1925-1927) e 14ª (1928-1930).

Nasceu em 29 de novembro de 1869, em Desterro. Entrou para Guarda Marinha em 31 de outubro de 1888. Na carreira militar chegou a Capitão-de-Mar-e-Guerra, reformou-se como Contra-Almirante, foi Capitão dos Portos de Santa Catarina e Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros. Foi um parlamentar à frente de seu tempo: em 20 de agosto de 1930, apresentou projeto de lei no parlamento catarinense para permitir que as mulheres votassem. Em 1932, tornou-se vice-presidente do Diretório Central do PLC (Partido Liberal Catarinense), fundado por Nereu Ramos, e depois foi presidente do partido. Elegeu-se deputado federal de Santa Catarina, pelo PLC, para a Legislatura 1935-1937. Foi várias vezes “superintendente” (prefeito) de Florianópolis, nomeado pelo Governo Estadual, em 1912, 1913 a 1918. Reassumiu a função de 1933 a 1935. Faleceu em 30 de julho de 1940, no Rio de Janeiro (RJ).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



RAULINO JÚLIO ADOLFO HORN

Partido: Partido Republicano Catarinense (PRC).
Presidente da Mesa: 1919 a 1921, e 1922 a 1924.
Legislaturas: 11ª (1919-1921), 12ª (1922-1924) e 13ª (1925-1927).

Nasceu em 1º de julho de 1849, em Laguna (SC). Coursou Farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou e manteve contato com catarinenses envolvidos por ideais republicanos e abolicionistas. Em 1879, fundou a Farmácia Rauliveira e a Farmácia Popular, em Desterro, onde foi militar e chegou a coronel. Foi um dos fundadores, em Santa Catarina, do Partido Republicano Catarinense, em 1887, sendo seu principal representante, e do Clube Abolicionista de Desterro, do qual foi presidente. Com a Proclamação da República, Raulino integrou e presidiu a Junta Governativa de 1889 que governou provisoriamente Santa Catarina de 17/11/1889 a 02/12/1889, até a nomeação de Lauro Müller, como governador. Fez parte do grupo de republicanos que adquiriu o jornal Conservador, que depois passou a chamar-se “A República”. Foi senador por Santa Catarina, pelo PRC, e cumpriu mandatos em quatro legislaturas. Por quatro vezes exerceu também funções de superintendente de Florianópolis (atual cargo de prefeito), entre 1891 a 1901. Faleceu em 26 de setembro de 1927, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANTÔNIO VICENTE BULCÃO VIANNA

Partido: Partido Republicano Catarinense (PRC).
Presidente da Mesa: 1925 a 1927, e 1928 a 1930.
Legislaturas: 12ª (1922-1924), 13ª (1925-1927) e 14ª (1928-1930). Presidente da Assembleia Constituinte de 1928.

Nasceu em 11 de janeiro de 1875, na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, em São Francisco (BA). Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1897. No ano seguinte, ingressou no Corpo de Saúde do Exército, trabalhou no Hospital Militar de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, depois mudou para Santa Catarina, onde foi tenente-médico, e retornou ao Estado da Bahia. Em 1905, foi encaminhado novamente para Santa Catarina, onde iniciou seus trabalhos no Hospital Militar de Florianópolis e chegou à direção do estabelecimento, em 1916. Passou para a Reserva do Exército em 1929, como general de brigada, e foi diretor do Hospital de Caridade de Florianópolis. Por nomeação, ocupou inúmeros cargos públicos. Em novembro de 1924, presidiu o Conselho Penitenciário do Estado. Antônio assumiu interinamente o Governo do Estado catarinense duas vezes. Foi vereador em Florianópolis. Faleceu em 26 de março de 1943, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ALTAMIRO LOBO GUIMARÃES

Partidos: Partido Liberal Catarinense (PLC) e Partido Social Democrático (PSD).
Presidente da Mesa: 1935 a 1937.
Legislaturas: 1ª (1935-1937), foi deputado e presidente da Assembleia Constituinte de 1935.

Nasceu em 2 de março de 1899, em Tubarão (SC). Em Florianópolis, formou-se em Ciências e Letras (1916). Trabalhou no jornal O Estado e, em 1917, entrou para o quadro administrativo dos Correios e Telégrafos. Graduiu-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1937. Integrou o Diretório Central do Partido Liberal Catarinense, de 1927 a 1929, e foi aliado político de Nereu Ramos, fundador da legenda. Apoiou o Movimento Constitucionalista de 1932, foi preso com outros políticos na Fortaleza de Anhatomirim, e depois solto. Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina de 1938 a 1944. Foi vice-presidente da Comissão Executiva Regional do Partido Social Democrático (PSD) de Santa Catarina. Após a redemocratização do país, pelo PSD, concorreu a uma das vagas de deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte, tomando posse na Legislatura de 1946-1951. Como deputado constituinte, participou de parte dos trabalhos de elaboração da Constituição de 1946. Faleceu em 16 de agosto de 1946, no Rio de Janeiro (RJ).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOSÉ BOABAID

Partido: Partido Social Democrático (PSD).
Presidente da Mesa: 1947 a 1951.
Legislaturas: 1ª (1947-1951). Integrou e presidiu a Assembleia Estadual Constituinte de 1947.

Nasceu em 7 de agosto de 1906, em Palhoça (SC). Toda sua formação foi em Florianópolis: realizou os estudos primários no Colégio dos Franciscanos; o curso secundário, no Ginásio Catarinense; e a graduação em Direito, na Faculdade de Direito de Santa Catarina, concluída em 1938. Ainda era acadêmico de Direito quando se tornou Promotor Adjunto da Comarca de Palhoça. Em 1935, começou a lecionar no Grupo Escolar Wenceslau Bueno, no mesmo município, tendo sido diretor da unidade escolar. A partir do ano de 1938, passou a exercer a advocacia. Tornou-se Inspetor Escolar, em Florianópolis, no ano de 1941. Em 1947, elegeu-se deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). Entre 1948 e 1950, assumiu interinamente várias vezes o Governo do Estado de Santa Catarina, enquanto presidente da Assembleia, substituindo legalmente Aderbal Ramos, licenciado para tratamento de saúde. Em 1951, foi nomeado assessor técnico da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, aposentando-se no cargo em 1968. Faleceu a 26 de novembro de 1972, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



VOLNEY COLLAÇO DE OLIVEIRA

Partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP), Partido da União Democrática Nacional (UDN).
Presidente da Mesa: 1951 a 1952, e 1953 a 1954.
Legislaturas: 2ª (1951-1955), 3ª (1955-1959), 4ª (1959-1963) e 5ª (1963-1967).

Nasceu em 4 de abril de 1923, em Laguna (SC). Muitos de seus familiares estiveram envolvidos na política catarinense. Concluiu os estudos primários e o ginásio no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna. Iniciou o curso secundário no Colégio Batista, no Rio de Janeiro (RJ) e finalizou-o no Ginásio Lagunense, em Laguna (1939). No Rio de Janeiro, cursou o Pré-Jurídico no Instituto Lafayette (1940-1941), o de Censor Postal (1943) e se formou bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (1946). Foi Defensor Público da Justiça do Distrito Federal, de 1948 a 1950, à época, Rio de Janeiro. Depois do Parlamento, exerceu no Estado de Santa Catarina as funções de procurador da República (1972), membro do Conselho Penitenciário e procurador Regional Eleitoral. Além disso, no Rio de Janeiro, foi procurador da República. Faleceu dia 21 de outubro de 2020, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



PROTÓGENES VIEIRA

Partido: Partido Social Democrático (PSD).
Presidente da Mesa: 1952 a 1953.
Legislaturas: 1ª (1947-1951) e 2ª (1951-1955).

Nasceu em 4 de outubro de 1891, em Palmas (PR). Graduiu-se em Farmácia, em 1917, em São Paulo (SP). Trabalhou como tipógrafo, na capital paulista; e farmacêutico, no Núcleo Colonial Cruz Machado, no Estado do Paraná. Mudou-se para Mafra (SC) em 1923, onde dirigiu a Associação Beneficente dos Empregados Ferroviários e foi gerente da firma Bernardo Stamm. Iniciou a vida política se filiando ao Partido Social Democrático (PSD). Em Mafra, foi superintendente substituto (atual cargo de prefeito), em 1927, e suplente de juiz de direito. Assumiu interinamente o Governo do Estado catarinense de 24 de abril a 6 de maio de 1952, em substituição ao Governador titular Irineu Bornhausen. Exerceu o cargo de assessor técnico da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, função em que se aposentou. Faleceu em 13 de março de 1974, em Mafra (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



OSWALDO RODRIGUES CABRAL

Partido: União Democrática Nacional (UDN).
Presidente da Mesa: 1954 a 1955.
Legislaturas: 1ª (1947-1951) e 2ª (1951-1955).

Nasceu em 11 de outubro de 1903, em Laguna (SC). Graduiu-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (RJ), em 1929. Trabalhou como médico no Hospital de Caridade, em Joinville, de 1930 a 1936. Transferiu-se com a família para Florianópolis e, em 1937, a Companhia Editora Nacional publicou sua primeira obra de importância, "Santa Catharina: história - evolução". No dia 1º de novembro de 1938, foi eleito membro da Academia Catarinense de Letras. Um dos mais destacados pesquisadores da história de Santa Catarina, foi autor de obras sobre medicina, antropologia e história. Desempenhou várias funções no âmbito universitário, como professor nas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências e Letras, e foi o primeiro diretor do Instituto de Antropologia da UFSC (1968), dedicado aos estudos de Antropologia, Arqueologia e Etnologia. Integrou associações culturais nacionais e estrangeiras. Aposentou-se compulsoriamente em 1973, aos 70 anos. Faleceu em 17 de fevereiro de 1978, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



BRAZ JOAQUIM ALVES

Partido: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
Presidente da Mesa: 1955 a 1956, e 1959 a 1960.
Legislaturas: 1ª (1947-1951), 2ª (1951-1955), 3ª (1955-1959) e 4ª (1959-1963).

Nasceu no dia 3 de fevereiro de 1914, em Brusque (SC). Concluiu os estudos primários e o curso complementar no Grupo Escolar Feliciano Pires, ambos no município de Brusque. Fez o curso ginasial no Colégio Estadual Dias Velho, na capital Florianópolis, concluído em 1953. Na Escola Técnica de Comércio Santa Catarina, cursou o Técnico de Contabilidade, finalizado em 1957. Formou-se em Direito no ano de 1961, na Faculdade de Direito de Santa Catarina, atual Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lecionou em Brusque. Foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em Santa Catarina, no ano de 1945. Participou da Assembleia Constituinte de 1947. Dentre as homenagens recebidas, incluem-se: Reconhecimento aos 45 Ex-Presidentes do Legislativo catarinense pela contribuição prestada ao Estado, in memoriam, em Sessão Especial da Alesc, em 2013; e o Título Mérito Legislativo Catarinense, concedido pela Alesc, in memoriam, em Sessão Especial, em 2013. Faleceu em 1º de julho de 1987.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



PAULO KONDER BORNHAUSEN

Partido: União Democrática Nacional (UDN).
Presidente da Mesa: 1956 a 1957.
Legislaturas: 3ª (1955-1959)

Nasceu no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1929, onde graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC (Pontifícia Universidade Católica). Passou a exercer a advocacia no Rio e, depois, em Joinville (SC). Na condição de presidente do Legislativo, foi vice-governador do Estado até a eleição do vice-governador Heriberto Hülse. Foi vice-presidente do I Congresso de Assembleias Legislativas, realizado em São Paulo (SP), em 1956. Adquiriu o título e tornou-se diretor do jornal "A Resistência", em Florianópolis. Neste mesmo ano, liderou a UDN (União Democrática Nacional) na Assembleia. No governo de Heriberto Hülse, ocupou o cargo de secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina, em 1958. Voltou à advocacia e tornou-se empresário, com participação em diversas empresas. Em 2011, foi eleito conselheiro do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento Econômico). Dedicou-se às artes literárias e foi autor de livros sobre história política catarinense. Faleceu em Florianópolis, em 22 de março de 2024.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



RUY HÜLSE

Partido: União Democrática Nacional (UDN).
Presidente da Mesa: 1957 a 1958, e 1960.
Legislaturas: 3ª (1955-1959), 4ª (1959-1963) e 5ª (1963-1967).

Nasceu em 7 de fevereiro de 1926, em Criciúma (SC). cursou Engenharia de Minas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1950. Já graduado, retornou a Criciúma e exerceu atividades no ramo carbonífero na Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (1951) e na Cerâmica Criciúma S/A – CECRISA (1971-1991). Em 1965, foi eleito prefeito de Criciúma para o período de 1966 a 1970. Em 1968, criou a Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), atual Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), e conseguiu junto ao Governo Federal implantar a BR-101 a partir de Criciúma, entre outras realizações. Foi secretário municipal de Desenvolvimento da Prefeitura de Criciúma, na gestão de Altair Guidi, e secretário adjunto de Tecnologia, Energia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, em 1994. Desde 1997, presidiu o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (SIE-CESC), e é seu presidente de Honra. Em 2016, aos 90 anos, lançou o livro Ruy Hülse, autobiográfico. Em 2018, lançou outro, intitulado "O Carvão Mineral em Santa Catarina: uma visão fotográfica".



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOSÉ DE MIRANDA RAMOS

Partido: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
Presidente da Mesa: 1958 a 1959.
Legislaturas: 3ª (1955-1959).

Nasceu em 9 de outubro de 1916, em Lapa (PR). Formou-se pela Faculdade de Direito do Paraná, em 1940, e exerceu a advocacia em Curitiba, entre 1940 e 1943. Foi Promotor Público em Chapecó (SC), na época pertencente ao Território Federal do Iguaçu (1943-1947). Na mesma cidade, elegeu-se vereador, para mandato de 1945-1947, e prefeito, para o período de 1951-1955. Participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi uma liderança do trabalhismo nas décadas de 1950 e 1960 e contribuiu com o fortalecimento da democracia no país durante o período do bipartidarismo. Disputou vaga de deputado federal, ficou na suplência, sendo convocado para a 41ª Legislatura (1959-1963). Ocupou os cargos de secretário de Estado do Interior e Justiça (1966); procurador da Assembleia Legislativa Catarinense (1959-1977); e vogal da Junta Comercial de Santa Catarina (1975-1977). Faleceu no dia 4 de agosto de 1996, em Florianópolis.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOÃO ESTIVALET PIRES

Partido: Partido Social Democrático (PSD).
Presidente da Mesa: 1961 a 1963.
Legislaturas: 1ª (1947-1951), 2ª (1951-1955), 3ª (1955-1959) e 4ª (1959-1963).

Nasceu em 20 de abril de 1916, em Passo Fundo (RS). Alfabetizou-se em casa, instruído por sua avó materna. Realizou o curso primário no Colégio Elementar Protásio Alves e o ginasial no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, ambos em Passo Fundo. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1944. No ano de 1934, em função de dificuldades financeiras enfrentadas pela família, mudou-se para o município de Concórdia (SC), onde foi professor primário. Em Concórdia e na região do Alto Uruguai, tornou-se uma das lideranças do Partido Social Democrático (PSD). Foi secretário da Prefeitura Municipal de Concórdia durante a gestão de Dogello Gross. Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, entre 1963 e 1968, tendo sido vice-presidente do órgão no período de 3 de janeiro de 1966 até 2 de janeiro de 1968. Presidiu a Junta de Controle do Plano de Metas do Governo do Estado de Santa Catarina (PLAMEG). Faleceu em 22 de novembro de 1977, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



IVO SILVEIRA

Partidos: Partido Social Democrático (PSD) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA).
Presidente da Mesa: 1963 a 1964, 1964 a 1965, e 1965 a 1966.
Legislaturas: 2ª (1951-1955), 3ª (1955-1959), 4ª (1959-1963) e 5ª (1963-1967).

Nasceu em 26 de março de 1918, em Palhoça (SC). Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Acadêmico e Patrono da Cadeira número 7 da Academia de Letras de Palhoça. Em 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD), foi eleito prefeito de Palhoça. Elegeu-se governador do Estado no período entre 1966 e 1971. Durante o mandato, realizou inúmeras obras, das quais se destacam: início das obras da ponte Colombo Salles, na Capital; lançamento da pedra inaugural do Palácio Barriga Verde – sede da Assembleia Legislativa; expansão da rede elétrica, por meio de investimentos nas linhas alimentadoras e reformas na distribuição, e das redes de distribuição até o interior do Estado; criação do Plano Estadual de Educação e construção de 100 escolas em todo Estado; implantação da sede do Laboratório Central de Saúde Pública. Em 1982, foi secretário de Negócios da Fazenda no governo de Jorge Bornhausen. Faleceu em 2 de agosto de 2007, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



LECIAN SLOVINSKI

Partidos: Partido Social Democrático (PSD) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA).
Presidente da Mesa: 1966 a 1967, 1967 a 1968, e 1968 a 1969.
Legislaturas: 2ª (1951-1955), 3ª (1955-1959), 4ª (1959-1963), 5ª (1963-1967) e 6ª (1967-1971).

Nasceu em 31 de dezembro de 1919, em Cocal (SC), atual Cocal do Sul. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Foi advogado na Comarca de Araranguá (SC), de 1948 a 1950. Dentre suas realizações na presidência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, destacam-se a criação do primeiro Departamento de Comunicação Social da Casa e o início das obras da construção do Palácio Barriga Verde, atual sede do parlamento estadual. Foi ministro do Tribunal de Contas do Estado (atual cargo de Conselheiro), de 1969 a 1971. Participou ativamente no processo de implantação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Foi um dos fundadores da Sociedade Amigos da Polônia, em Florianópolis, e seu segundo vice-presidente. Lecian conheceu a Polônia em 2000 e retornou ao Brasil ainda mais admirado com a sua descendência. Faleceu em 25 de novembro de 2015, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ELGYDIO LUNARDI

Partidos: Partido Social Democrático (PSD) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA).
Presidente da Mesa: 1969 a 1970.
Legislaturas: 4ª (1959-1963), 5ª (1963-1967), 6ª (1967-1971) e 7ª (1971-1975).

Nasceu em 12 de outubro de 1918, no distrito de Fagundes Varela, na época pertencente ao município de Veranópolis (RS), hoje município de Fagundes Varela. Na terra natal, Elgydio fez os estudos primários e o secundário realizou no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em Passo Fundo (RS). Cursou o preparatório no Colégio Júlio de Castilhos, na capital gaúcha Porto Alegre. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1952. Mudou-se para Oeste de Santa Catarina, região que recebia muitos colonos oriundos do Rio Grande do Sul. Entre 1953 e 1960, exerceu a advocacia na comarca de Chapecó e em outras comarcas da região e do Sudoeste do Paraná. Iniciou a vida política eleito vereador à Câmara Municipal de Xaxim (SC), pelo Partido Social Democrático (PSD), para o período de 1955 a 1959. Depois de exercer vários mandatos como deputado, em 1974 foi nomeado procurador da Assembleia Legislativa, cargo em que permaneceu até a sua aposentadoria. Faleceu em 15 de novembro de 1990, em Florianópolis (SC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



PEDRO PAULO HINGS COLIN

Partidos: União Democrática Nacional (UDN), Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Presidente da Mesa: 1970 a 1971.
Legislaturas: 5ª (1963-1967) e 6ª (1967-1971).

Nasceu em 18 de setembro de 1927, em Porto Alegre (RS). Graduiu-se em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou a vida pública como vereador, em Joinville, pela União Democrática Nacional, com mandato de 1959 a 1963. Como presidente da Alesc, inaugurou o Palácio Barriga Verde, atual sede da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Representou os catarinenses na Câmara, como deputado federal, participando de quatro mandatos: 1971-1974, 1975-1978, 1979-1982 e 1983-1986. Em seu último mandato, no ano de 1984, deixou o hospital de cadeira de rodas e foi votar para restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República. Foi Adido Cultural na Alemanha. Filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1999. Em 2003, tornou-se presidente da BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens Móveis e Imóveis (Bescor). Faleceu em 1º de abril de 2008, em Nova York (EUA). Está sepultado em Joinville.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



NELSON PEDRINI

Partidos: Partido Social Democrático (PSD), Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Partido Democrático Social (PDS).
Presidente da Mesa: 1971 e 1972.
Legislaturas: 5ª (1963-1967), 6ª (1967-1971), 7ª (1971-1975) e 8ª (1975-1979).

Nasceu em 27 de maio de 1935, em Joaçaba (SC). Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1958. Exerceu a advocacia em diversas comarcas de Santa Catarina, com destaque para a região do Vale do Rio do Peixe, no Oeste do Estado. Em 1958, pelo Partido Social Democrático (PSD), foi eleito vereador à Câmara Municipal de Joaçaba (o mais votado) para o período de 1959 a 1963. Ocupou o posto de líder do partido na Casa. Em 1º de dezembro de 1977, tomou posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), onde foi vice-presidente em 1979 e presidente da instituição nos anos de 1980 e 1981. Aposentou-se em 1982. Entre 1982 e 1983, foi consultor geral do Estado. Assumiu o cargo de procurador geral de Santa Catarina em 15 de março de 1983, ocupando a função até 18 de fevereiro de 1986.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ZANY GONZAGA

Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Partido Democrático Social (PDS).
Presidente da Mesa: 1973 a 1975.
Legislaturas: 6ª (1967-1971), 7ª (1971-1975) e 8ª (1975-1979).

Nasceu em 24 de julho de 1916, em Porto União (SC). Graduiu-se em Direito na Universidade Federal do Paraná, em 1940. Representou as regiões do Planalto Norte e do Alto Vale do Rio do Peixe. Foi Constituinte Estadual de 1967. Defendeu as liberdades públicas e os direitos humanos durante o período do regime militar, marcado por prisões, censura prévia à imprensa, sequestros e violência. Como presidente da Mesa, restabeleceu o Prêmio Imprensa e o Troféu Jerônimo Coelho, por sugestão de seu assessor, o jornalista Sérgio Lopes. Por essas ações e outros posicionamentos, foi o primeiro político condecorado, em 1973, com a Medalha Anita Garibaldi, principal homenagem do Governo do Estado. Recebeu a Medalha do Mérito João Batista Bonassis, da OAB/SC. Secretário do Interior e Justiça entre 1975 e 1977. Foi advogado da família do ex-prefeito de Balneário Camboriú, Higinio João Pio, assassinado em 03/03/1969 na Escola de Aprendizes-Marinheiros de SC, conforme laudo pericial divulgado em audiência pública da Comissão Estadual da Verdade da Alesc, em 02/06/2014.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



EPITÁCIO BITTENCOURT

Partidos: Partido Social Democrático (PSD), Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Partido Democrático Social (PDS).
Presidente da Mesa: 1975 a 1976, e 1981 a 1983.
Legislaturas: 3ª (1955-1959), 4ª (1959-1963), 5ª (1963-1967), 6ª (1967-1971), 7ª (1971-1975), 8ª (1975-1979) e 9ª (1979-1983).

Nasceu em 30 de novembro de 1928, em Imaruí (SC), onde foi vereador de 1951 a 1954 e seu presidente, além de prefeito, de 1951 a 1954. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi deputado constituinte de 1967, e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, de 1973 a 1974. Eleito deputado federal, com mandato em 1983 a 1986, pelo PDS. Assumiu o mandato e renunciou para tomar posse no cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em 11 de junho de 1986, nomeado pelo governador Esperidião Amin. Ainda no Tribunal, foi eleito vice-presidente (de 4 de janeiro de 1988 até 1º de janeiro de 1989) e presidente (de 2 de janeiro de 1991 a 2 de janeiro de 1992), permanecendo na função de conselheiro até seu falecimento, em 10 de julho de 1995, em Florianópolis.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



WALDOMIRO COLAUTTI

Partido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA).
Presidente da Mesa: 1977 a 1979.
Legislaturas: 8ª (1975-1979) e 9ª (1979-1983).

Nasceu no dia 25 de julho de 1929, em Ibitinga (SP). Estudou no Grupo Escolar Professor Ângelo Martinho e no Colégio Municipal Miguel Landin, em Ibitinga. Finalizou o ensino médio no Colégio Oswaldo Cruz, na cidade de São Paulo (SP). Cursou Medicina na Universidade Federal do Paraná (UFPR), graduando-se em 1957. Depois de formado mudou-se para Santa Catarina, foi médico e diretor clínico do Hospital Maria Auxiliadora, em Presidente Getúlio, e diretor clínico do Hospital Miguel Couto, em Ibirama. Vice-prefeito de Ibirama nos anos de 1970 a 1972. Pela Aliança Renovadora Nacional, foi eleito duas vezes deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, representando o eleitorado do Vale do Itajaí. Na presidência da Alesc, advogou a tese de construção de hospitais regionais no interior do Estado. No segundo mandato, assumiu o cargo de secretário de Estado da Saúde, atuando na pasta de 1979 a 1982. Após esta data, voltou a exercer a medicina. Em 1986, inaugurou o hospital público que passou a levar o seu nome, Waldomiro Colautti, em Ibirama (antigo Hospital Miguel Couto). Faleceu no dia 24 de agosto de 2010.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MOACIR BÉRTOLI

Partidos: Partido Social Democrático (PSD) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA).
Presidente da Mesa: 1979 a 1981.
Legislaturas: 8ª (1975-1979), 9ª (1979-1983) e 10ª (1983-1987).

Nasceu em 27 de setembro de 1939, em Taió (SC). Graduado em Ciências Contábeis. Foi Assessor Técnico da Prefeitura de Taió. Fundou a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Duas vezes prefeito municipal de Taió, de 1964 a 1966 e de 1970 a 1973. Presidiu o Fundo de Previdência Parlamentar da Assembleia Legislativa (IPADESC), em 1977 e 1978. Também foi presidente da União Parlamentar Interestadual (UPI) em três biênios (de 1980 a 1986), uma entidade que congregava deputados estaduais de todo o Brasil. Na UPI, idealizou e executou projetos de interesse público e visando o aprimoramento da representação, incluindo as relações com Assembleias Nacionais de países europeus, com destaque a temas ligados à defesa do consumidor, ao meio ambiente e à democratização do serviço público. Em 4 de junho de 1986, tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), onde foi vice-presidente em 1987, 1995 e 1996. Presidiu a instituição nos anos de 1997 e 1998, e se aposentou em 2009.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JÚLIO CÉSAR

Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Partido Democrático Social (PDS).
Presidente da Mesa: 1983 a 1985.
Legislaturas: 8ª (1975-1979), 9ª (1979-1983) e 10ª (1983-1987).

Nasceu em 19 de dezembro de 1931, em Itajaí (SC). Fez o Curso Ginásial no Colégio Catarinense em Florianópolis, o Curso de Contabilidade no Colégio Santo Antônio, em Blumenau, e na Associação Brasileira de Ensino, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Direito em Curitiba (PR), em 1967. Entre 1959 e 1961, desempenhou a função de Primeiro Tabelião da Comarca de Itajaí. Reassumiu, em 1964, o 1º Tabelionato da Comarca de Itajaí. Em Itajaí, foi vereador, eleito pela ARENA para o período de 1966 a 1969, e presidente da Câmara em 1967. Eleito Prefeito Municipal de Itajaí, exerceu as funções de 1969 a 1973. Foi o primeiro secretário de Cultura, Esporte e Turismo de Santa Catarina, entre 1979 e 1982. Presidiu a Mesa da Alesc de 1983 a 1985. Exerceu cargos estaduais e federais após o cumprimento dos mandatos parlamentares. Condecorado com a Medalha da Inconfidência, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Após a atuação parlamentar, voltou a exercer a profissão de advogado. Faleceu em 6 de maio de 2013, em Florianópolis.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



STÉLIO CASCAES BOABAID

Partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).
Presidente da Mesa: 1985 a 1987.
Legislaturas: 9ª (1979-1983), 10ª (1983-1987) e 11ª (1987-1991).

Nascido em Rosário, Maranhão (MA), em 17 de setembro de 1922. Formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1952. Em 1953, radicou-se em Tubarão onde atuou como médico da Caixa dos Ferrovários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. No período de 1955 a 1958, mudou-se para Araranguá (SC), onde foi diretor do Hospital Bom Pastor e chefe do Posto de Saúde. Retornando a Tubarão em 1958, exerceu outras funções como médico e como diretor do Hospital Nossa Senhora da Conceição. Iniciou sua vida política como prefeito de Tubarão em 1966, mandato 1966-1969. Participou e incentivou a criação da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina que, posteriormente, deu origem à Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Durante toda a sua vida pública, Stélio Boabaid conseguiu conciliar as funções de médico e político ao mesmo tempo. Faleceu em Tubarão, no dia 24 de outubro de 2017.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JUAREZ ROGÉRIO FURTADO

Partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).
Presidente da Mesa: 1987 a 1989.
Legislaturas: 7ª (1971-1975) e 11ª (1987-1991).

Nasceu dia 1º de abril de 1938, em Lages (SC). Formou-se Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Paraná, em Curitiba (PR), em 1964. Foi vereador em Lages (SC), de 1967 a 1970, e 1970 a 1973, e prefeito municipal de 1973 a 1977. Deputado federal de 1979 a 1982. Sob sua inspiração, foi criada em 1980 a Frente Parlamentar Municipalista, que incentivava, no Congresso, estudos pormenorizados das agruras dos Municípios e a busca permanente e concreta do fortalecimento deles, para promover o desenvolvimento nacional e a conquista de valores democráticos. A Frente era apartidária e congregou, na fundação, mais de 160 senadores e deputados. Juarez Furtado foi deputado constituinte de 1989. Presidiu a Seccional Sul da União Parlamentar Interestadual (UPI), congregando Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de 1987-1989. Foi secretário de Estado do Trabalho e do Desenvolvimento Comunitário, de 1990 a 1991.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



HEITOR LUIZ SCHÉ

Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS), Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Partido Progressista Reformador (PPR) e Partido da Frente Liberal (PFL).
Presidente da Mesa: 1989 a 1991.
Legislaturas: 9ª (1979-1983), 10ª (1983-1987), 11ª (1987-1991) e (1999-2003).

Nasceu no dia 8 de março de 1938, em Rio do Sul (SC). Iniciou na política na adolescência, participando dos movimentos estudantis, como presidente do União Riosulense de Estudantes Secundários URE, tesoureiro Geral da União Paranaense de Estudantes Universitários e presidente do Partido Universitário Cristão. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 2 de janeiro de 1964. Por concurso público, tornou-se delegado da Polícia Civil, em Florianópolis (SC). Foi corregedor Geral e superintendente da Polícia Civil, e secretário de Estado da Segurança Pública. Deputado Constituinte da Constituição assinada em 5 de outubro de 1989. As lutas de Heitor Sché estiveram sempre ligadas à temática da segurança pública e às melhorias para a Polícia Civil e Polícia Militar, entre outras áreas em que apresentou projetos, requerimentos e resoluções ao Parlamento Catarinense.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



OTÁVIO GILSON DOS SANTOS

Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Renovador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido Progressista (PP). Presidente da Mesa: 1991 a 1993. Legislaturas: 9ª (1979-1983), 10ª (1983-1987), 11ª (1987-1991), 12ª (1991-1995) e 13ª (1995-1999).

Nasceu em 5 de junho de 1940, em Paulo Lopes (SC). Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi exator da Secretaria de Estado da Fazenda nos municípios de Paulo Lopes, Tijucas, Joaçaba e Joinville, de 1961 a 1975; e chefe da Assessoria Técnica, de 1975 a 1978. Presidiu o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa (IPADESC), de 1979 a 1981, e em 1983. Foi marca de sua gestão como presidente da Alesc a introdução de um moderno sistema informatizado. Em 2 de agosto de 1999 tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC). Foi eleito e empossado no cargo de corregedor-geral, de 2002 a 2005; e presidiu o TCE-SC entre 2005 e 2007. Atuou como secretário-geral da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Aposentou-se como conselheiro da Corte de Contas em 24 de agosto de 2009.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



IVAN CESAR RANZOLIN

Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS), Partido da Renovação Nacional (PRN), Partido Progressista Renovador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Progressista (PP) e Partido da Frente Liberal (PFL). Presidente da Mesa: 1993 a 1994. Legislaturas: 9ª (1979-1983), 10ª (1983-1987), 11ª (1987-1991), 12ª (1991-1995), 13ª (1995-1999) e 14ª (1999-2003).

Nasceu em 18 de junho de 1939, em Lages (SC). Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1967. Exerceu a advocacia e foi professor universitário. Presidiu o Conselho Municipal de Esportes de Lages, entre 1965 e 1966, cargo que novamente ocupou, entre os anos de 1971 e 1972. Exerceu a função de assessor jurídico da Câmara Municipal lageana, de 1967 a 1978. Em 1988, elegeu-se vice-prefeito de Lages, na chapa encabeçada por Raimundo Colombo. Foi deputado estadual constituinte de 1989. Em outubro de 2002, elegeu-se deputado federal, para a Legislatura 2003-2006. De 2007 a 2010, foi diretor-presidente da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS). Nomeado defensor público-geral do Estado, exerceu a função entre 2012 e 2016. Presidiu o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), de novembro de 2016 até dezembro de 2018.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



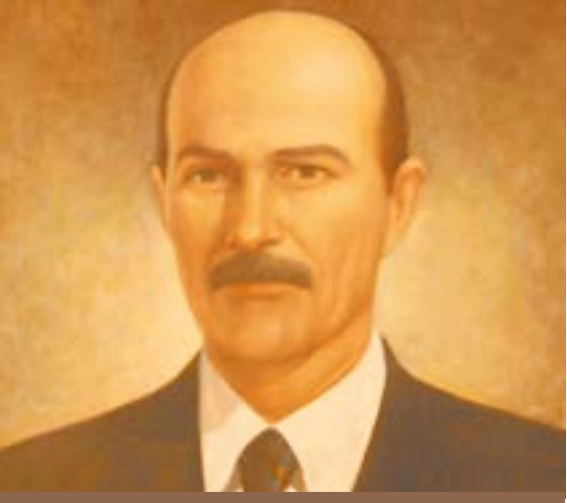
PEDRO BITTENCOURT NETO

Partidos: Partido Democrático Social (PDS) e Partido da Frente Liberal (PFL). Presidente da Mesa: 1995 a 1997. Legislaturas: 10ª (1983-1987), 11ª (1987-1991), 12ª (1991-1995) e 13ª (1995-1999).

Nasceu em 22 de janeiro de 1956, em Florianópolis (SC). Cursou Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1980. Entre as atividades profissionais na vida pública e privada destacam-se: advogado, diretor comercial, responsável pelo setor de produção, procurador e diretor-administrativo, secretário e assessor especial da Presidência da Alesc, assessor técnico legislativo da Alesc. Foi secretário da Justiça de 1985 a 1986. Deputado Constituinte da Constituição de 1989. Secretário da Casa Civil do Governo do Estado, de 1991 a 1992. Membro titular do Conselho de Administração das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e seu presidente, de 2011 a 2018, e conselheiro da Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Concorreu como deputado federal por Santa Catarina, com mandato na Legislatura de 1999 a 2002.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



FRANCISCO DE ASSIS KÜSTER

Partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Presidente da Mesa: 1997 a 1998. Legislaturas: 8ª (1975-1979), 9ª (1979-1983), 10ª (1983-1987), 13ª (1995-1999) e 15ª (2003-2007).

Nasceu em 31 de dezembro de 1943, em São Joaquim (SC). Em 1968 foi eleito vereador em Lages, reeleito em 1972. Em 1986, elegeu-se deputado federal constituinte, de 1987 a 1991, pelo PMDB. “Nas principais votações da Constituinte, pronunciou-se favoravelmente ao rompimento de relações diplomáticas com países de orientação política racista, à soberania popular, ao voto aos 16 anos, à nacionalização do subsolo, ao limite de 12% ao ano para os juros reais, à criação de um fundo de apoio à reforma agrária, à estatização do sistema financeiro, à jornada semanal de 40 horas e à anistia aos micro e pequenos empresários.” (CPDOC). Em 1988, com um grupo de dissidentes do PMDB, fundou em Santa Catarina o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e foi eleito vereador à Câmara Municipal de Florianópolis. Em 1999, assumiu a presidência das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



NEODI SARETTA

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT).
Presidente da Mesa: 1998 a 1999.
Legislaturas: 13ª (1995/1999), 14ª (1999/2003), 17ª (2011/2015), 18ª (2015/2019) e 19ª (2019/2023).

Neodi Saretta nasceu em 18 de outubro de 1963, na comunidade de Linha São Lourenço, interior do município de Jaborá (SC). Graduiu-se em Direito na Fundação Educacional do Oeste Catarinense (atual Unoesc), em Joaçaba (SC). Em 1988 disputou a primeira eleição política, tornando-se vereador em Concórdia (SC) e o primeiro eleito pelo PT. Em 1994, foi eleito deputado estadual, tendo sido o mais jovem daquela Legislatura e, também, o mais jovem parlamentar a ser presidente da Casa. Dedicou-se em especial às questões relativas à agricultura, emprego e renda, educação e saúde. A gestão de Saretta foi pautada pela defesa da moralidade do poder público e pelo acompanhamento das atividades dos demais Poderes. No ano de 2000, foi eleito prefeito de Concórdia, e reeleito em 2004. Exerceu ainda os cargos de presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) e da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM). Também foi presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador e do Fórum Parlamentar do Esporte.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



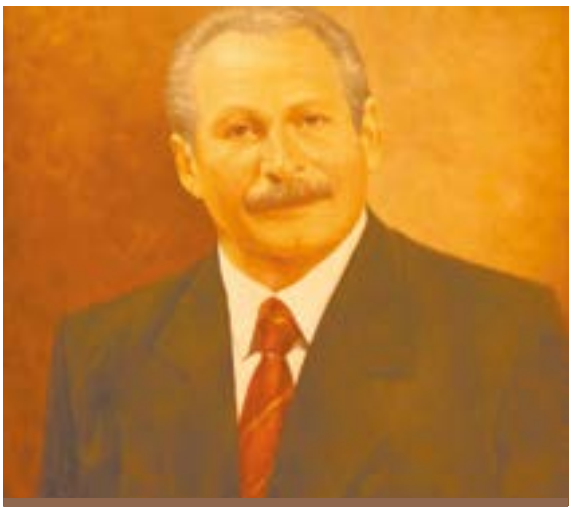
GILMAR KNAESEL

Partidos: Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Presidente da Mesa: 1999 a 2001.
Legislaturas: 12ª (1991-1995), 13ª (1995-1999), 14ª (1999-2003), 15ª (2003-2007), 16ª (2007-2011) e 17ª (2011-2015).

Nasceu em 28 de agosto de 1956, em Pomerode (SC). Graduado em Administração de Empresas pela UFSC. Foi o primeiro presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, de 2001 e 2002, período no qual também criou ferramentas de transparência e relacionamento direto entre o Legislativo e a população (Jornal Notícias, Rádio Digital, TVAL). Como parlamentar, defendeu a extinção do voto secreto nas sessões plenárias da Alesc. Foi secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, onde desenvolveu o Plano Integrado do Lazer (PDIL), institucionalizou os fundos Funcultural, Funturismo e Fundoesporte; e criou outros projetos e programas que contribuíram para o reconhecimento de Santa Catarina como o “Melhor Destino Turístico do Brasil”. Em 2011, presidiu a União de Parlamentares Sul-Americanos (UPM) e do Mercosul, quando atuou para quebrar barreiras alfandegárias que atrapalhavam o turismo entre esses países.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ONOFRE SANTO AGOSTINI

Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido da Frente Liberal (PFL), Democratas (DEM), Partido Social Democrático (PSD).
Presidente da Mesa: 2001 a 2003.
Legislaturas: 12ª (1991-1995), 13ª (1995-1999), 14ª (1999-2003), 15ª (2003-2007) e 16ª (2007-2011).

Nasceu em 22 de março de 1940, em Vacaria (RS). Tem formação em Administração Pública pelo Instituto Espanico do município de Alcalá de Henares, na Espanha. Entre as funções públicas que desempenhou, incluem-se: secretário municipal de Florianópolis; assessor para Assuntos Comunitários da Fundação Catarinense de Assistência Social (Fucadesc); chefe de gabinete dos deputados estaduais Raimundo Colombo, Cláudio Ávila da Silva e Joaquim Coelho Lemos; e servidor público da Alesc. Foi prefeito de Curitiba, de 1973 a 1977. Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (2007 a 2009). Em 2010, foi eleito deputado federal (legislatura 2011 a 2015), pelo DEM, do qual era delegado e membro do Diretório Regional em Santa Catarina. Durante o mandato, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD). Na Câmara dos Deputados foi vice-líder do DEM, em 2011, e vice-líder do PSD, de 2012 a 2013.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Presidente da Mesa: 2003 a 2005.
Legislaturas: 13ª (1995-1999), 14ª (1999-2003), 15ª (2003-2007) e 17ª (2011-2015).

Nasceu em 25 de setembro de 1950, em Rio do Sul (SC). Formado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, em 1976, e com pós-graduações no Rio de Janeiro (RJ) e em Ribeirão Preto (SP). Iniciou a carreira profissional no Hospital Infantil Menino Jesus de Itajaí (SC). Em 1980, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) em Itajaí, onde elegeu-se vereador para os mandatos de 1989 a 1994. Na Alesc, lutou especialmente pelos direitos da criança e das mães acompanhantes para crianças hospitalizadas. Percorreu o Estado realizando audiências públicas para realizar um diagnóstico da saúde e dos hospitais catarinenses. Em 2005, foi eleito prefeito de Itajaí. Durante seu mandato, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), investiu em obras de saneamento, habitação, porto e centro eventos, entre outras. Em 2016 e em 2020, elegeu-se novamente prefeito de Itajaí. Em 2018, tornou-se presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JULIO CESAR GARCIA

Partidos: Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Social Democrático (PSD).
Presidente da Mesa: 2005 a 2007, 2007 a 2008, e 2019 a 2021.
Legislaturas: 11ª (1987-1991), 12ª (1991-1995), 14ª (1999-2003), 15ª (2003-2007), 16ª (2007-2009), 19ª (2019-2023) e 20ª (2023-2027).

Nasceu em 28 de março de 1950, em Florianópolis (SC). Iniciou carreira no Banco do Estado de Santa Catarina, onde chegou à Direção de Crédito Geral e Câmbio, de 1983 a 1985. Presidiu a Indústria Carboquímica Catarinense S.A, em 1985, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em 1995, e a Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina, em 1996 e 1997. Foi deputado na Constituinte de 1989. Em 2005, como governador do Estado em exercício, encaminhou ao Legislativo o projeto de lei que garantiu às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's) de Santa Catarina o recebimento mensal de 1% dos recursos do Fundo Social. Em 2009, tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), sendo eleito para a presidência de 2014 a 2015. Aposentou-se no cargo de conselheiro, em 2017. Julio Garcia foi reeleito para o sétimo mandato, na 20ª Legislatura, na qual é o presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JORGINHO DOS SANTOS MELLO

Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Liberal (PL), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da República (PR) e Partido Liberal (PL).
Presidente da Mesa: 2009 a 2010.
Legislaturas: 13ª (1995-1999), 14ª (1999-2003), 15ª (2003-2007) e 16ª (2007-2011).

Nasceu em 15 de julho de 1956, em Ibicaré (SC). Formado em Estudos Sociais pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (1974-1977), Administração e Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (1988-1993). Iniciou a vida política aos 18 anos, como vereador de Herval d'Oeste, em 1976. Além das quatro Legislaturas como deputado estadual, elegeu-se deputado federal em 2011-2015. No ano de 2011, foi eleito o segundo parlamentar mais atuante do Congresso Nacional, de acordo com a Revista Veja. Na Câmara, participou da aprovação de dois projetos relevantes: do Programa Nacional de Ensino Técnico (Pronatec) e das alterações do Supersimples. Reelegeu-se deputado federal na Legislatura 2015-2019. Presidiu a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Brasileira de Bebida. Em 2018, foi eleito senador para a Legislatura 2019-2023. Eleito o 46º governador do Estado em 2022, com mandato de 2023 a 2027.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



GELSON LUIZ MERISIO

Partidos: Partido da Frente Liberal (PFL), Democratas (DEM), Partido Social Democrático (PSD) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Presidente da Mesa: 2010 a 2012, e 2015 a 2016.
Legislaturas: 15ª (2003-2007), 16ª (2007-2011), 17ª (2011-2015) e 18ª (2015-2019).

Nasceu em 31 de janeiro de 1966, em Xaxim (SC). Foi eleito vereador em Xanxerê em 1988, com mandato de 1989 a 1991. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Presidiu a Associação Comercial e Industrial de Xanxerê, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (Facisc). Entre 1999 e 2001, foi diretor financeiro da Casan. Em sua primeira gestão na presidência do Parlamento, começou a prática de devolver os recursos economizados no Legislativo para o Executivo realizar ações práticas em áreas como Saúde e Educação. É de sua autoria a criação do Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos e Municipais, que respondem por mais de 70% dos atendimentos feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado. Presidiu a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira nos biênios 2013-2014 e 2017-2018.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOARES CARLOS PONTICELLI

Partidos: Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido Progressista (PP).
Presidente da Mesa: 2013 a 2014.
Legislaturas: 14ª (1999-2003), 15ª (2003-2007), 16ª (2007-2011) e 17ª (2011-2015).

Nasceu em 10 de fevereiro de 1965, em Pouso Redondo (SC). Formou-se em Ciências e Matemática pela Universidade do Sul de Santa Catarina, em Tubarão (SC). Em Tubarão, dentre outras funções, foi diretor da Escola Técnica Diomício Freitas e do Colégio Energia. Na Prefeitura de Tubarão, exerceu a direção executiva da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social e Comunitário, a direção do Departamento de Ação Social e a Chefia do Gabinete de Relações Públicas e Imprensa. Eleito vereador em Tubarão para o período de 1997 a 2000. Presidiu a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), em 2012. Ocupou cargos diretivos – de 2002 a 2003, e de 2009 e 2010 – na União de Parlamentares do Mercosul – Bloco Brasileiro. Foi presidente da Escola do Legislativo, entre 2011 e 2012. Em 2016, elegeu-se prefeito de Tubarão, para mandato de 2017 a 2020. Assumiu, no início de 2019, a presidência da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam). Em 2020, Joares Ponticelli foi reeleito prefeito de Tubarão.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ROMILDO LUIZ TITON

Partidos: Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Presidente da Mesa: 2014 a 2015.
Legislaturas: 13ª (1995/1999), 14ª (1999/2003), 15ª (2003/2007), 16ª (2007/2011), 17ª (2011/2015), 18ª (2015/2019) e 19ª (2019/2023).

Romildo Titon é natural de Tangará. Foi agricultor, gerente de supermercado e representante comercial. Formou-se como Técnico em Contabilidade. Iniciou a vida política aos 20 anos na Intendência Distrital de Monte Carlo (SC). Exerceu dois mandatos na Câmara de Vereadores de Campos Novos (1977-1982 e 1983-1988). Foi eleito prefeito do município para o período de 1989 a 1992. Exerceu sete mandatos como deputado estadual na Alesc, concentrando sua atuação parlamentar na agricultura, saúde, acessibilidade e infraestrutura. Sua base eleitoral foram as regiões do Meio Oeste, Vale do Rio do Peixe e Planalto Sul catarinense. Presidiu por três vezes o Fórum Permanente pela Conclusão da BR-282 (em 1999, 2005 e 2007). Em 2013, foi relator do Código Ambiental de Santa Catarina, que estimulou o debate nacional para a revisão do Código Florestal Brasileiro. Foi presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira de 2015 a 2016.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



SILVIO DREVECK

Partidos: Partido Progressista (PP) e Progressistas (PP).
Presidente da Mesa: 2017 a 2018.
Legislaturas: 16ª (2007/2011), 17ª (2011/2015) e 18ª (2015/2019).

Filho de agricultores, Silvio Dreveck nasceu no interior do município de Campo Alegre. Ainda jovem, mudou-se para São Bento do Sul. Nesta época, trabalhou na área de produção da Condor S/A, empresa em que atuou até 1992, chegando ao cargo de gerente. Em 1988, formou-se em Administração de Empresas pela Universidade da Região de Joinville (Univille) e, em 1996, concluiu a Pós-Graduação em Marketing, Recursos Humanos e Finanças. Foi vereador de São Bento do Sul de 1989 a 1992, e de 1993 a 1996, assumindo a Secretaria Municipal de Saúde em 1993. Foi prefeito do município de 1997 a 2000, e de 2001 a 2004. Seu trabalho foi reconhecido por diversos setores, melhorando a qualidade de vida do município e projetando São Bento do Sul como modelo administrativo no Estado e no país. Presidiu o Parlamento do Sul (Parlasul) de 2011 a 2015. Foi o presidente da CPI da Telefonia Móvel de Santa Catarina, que culminou na assinatura de um Termo de Compromisso garantindo melhorias na qualidade do serviço para os catarinenses.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ALDO SCHNEIDER

Partido: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).
Presidente da Mesa: 2018 (faleceu em 19 de agosto de 2019).
Legislaturas: 17ª (2011/2015) e 18ª (2015/2019).

Filho de agricultores, é natural do município de Agrolândia (SC). Concluiu o curso superior de Tecnologia de Processos Gerenciais no Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniassevi). Atuou na Secretaria de Estado da Fazenda, como analista da Receita Estadual. Foi vereador no município de Ibirama (1988) e em 1989 exerceu o cargo de prefeito de Vitor Meireles, distrito de Ibirama, que foi emancipado no mesmo ano. Reelegeu-se prefeito de Vitor Meireles em 1996 e 2000. Foi nomeado secretário de Estado de Desenvolvimento Regional em Ibirama (2003). Sua base eleitoral foram as Regiões do Alto e Médio Vale do Itajaí. Na área de Defesa ao Consumidor, Aldo é autor da lei que determina a proibição de repasse aos consumidores do valor referente ao custo de emissão e remessa de boleto bancário na venda de produtos e serviços. A Lei que dispõe sobre o Serviço de Voluntário no âmbito do Estado também é de autoria do deputado e regulamenta a atividade em Santa Catarina. Aldo adoeceu enquanto era presidente da Alesc, se licenciou do cargo e faleceu em agosto de 2018, em Balneário Camboriú.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



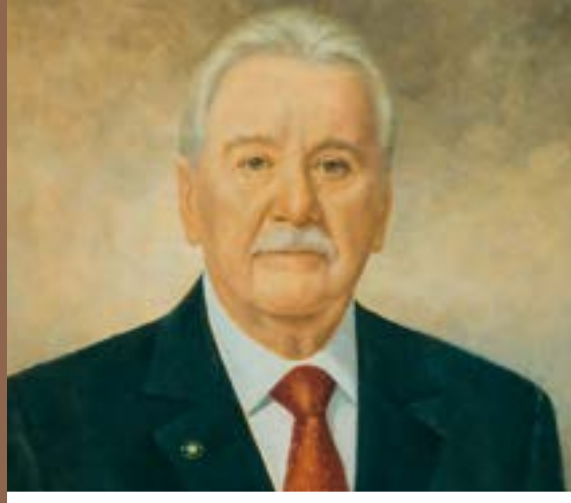
MAURO DE NADAL

Partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Presidente da Mesa: 2021 e 2023-2024.
Legislaturas: 17ª (2011-2015), 18ª (2015-2019), 19ª (2019-2023) e 20ª (2023-2027).

Mauro De Nadal é natural de Caibi (SC) e formado em Direito. Coursou a Escola da Magistratura e tem especialização em Gestão Pública. Foi prefeito de Cunha Porã por dois mandatos consecutivos. Exerceu o cargo de Secretário Regional de Palmitos e, em 2011, assumiu pela primeira vez uma cadeira no Parlamento Catarinense. Atualmente está no quarto mandato. De Nadal foi líder da Bancada emedebista e presidente da Comissão de Constituição e Justiça por três anos. Em 2021, foi eleito presidente da Assembleia Legislativa. Em fevereiro de 2023, foi reconduzido ao cargo de presidente da Alesc para o período de 2023/2024. Em 2024, De Nadal instituiu oficialmente as seis bancadas regionais e promoveu a descentralização do Parlamento por meio do Projeto "Alesc Itinerante", com a transferência temporária de sua sede para diferentes regiões do Estado. A iniciativa faz parte das comemorações dos 190 anos da Assembleia Legislativa e tem o objetivo de aproximar ainda mais o Parlamento da população.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MOACIR SOPELSA

Partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Presidente da Mesa: 2022.
Legislaturas: 14ª (1999-2003), 15ª (2003-2007), 16ª (2007-2011), 17ª (2011-2015), 18ª (2015-2019) e 19ª (2019-2023).

Nasceu em 6 de setembro de 1946, em Concórdia (SC). Agropecuarista, exerceu a vice-presidência da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e presidiu a Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS). Foi eleito vereador em Concórdia para o mandato de 1983 a 1989. De 1983 a 1988, atuou como secretário municipal da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi prefeito do município entre 1993 e 1996. Assumiu o cargo de secretário adjunto da Casa Civil do Estado de Santa Catarina entre 1997 e 1998. Em 2001, foi vice-presidente da Comissão Especial do Mercosul. Entre 2003 e 2006, foi secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. E de 2015 a 2018, assumiu o cargo de secretário da Agricultura e Pesca. Em 31 de janeiro de 2023, Moacir Sopelsa se despediu da vida política no Plenário da Alesc, ocasião em que recebeu homenagens dos parlamentares e representantes políticos presentes.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



C A P Í T U L O

5

AS
CONSTITUIÇÕES
ESTADUAIS
CATARINENSES

*“Só se vê bem com o coração,
o essencial é invisível ao olhos”*

Saint-Exupéry

“O SINDICARNE comemora
os 190 anos , destacando
a importância das Constituições
que moldaram nossa história.
Venha lembrar os momentos
que definiram Santa Catarina.”



SINDICARNE



Tela de Galdino Guttman Bixo
FONTE: Moacir Pereira. Presidentes: O Legislativo na República, 2013.

AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS CATARINENSES

De todas as leis que existem em um país ou em um Estado, a Constituição é a mais importante delas. As definições podem variar, mas em essência, uma Constituição é o documento fundamental de um Estado organizado. É o documento base que reúne o conjunto de normas jurídicas que ocupa o topo da hierarquia do direito de um Estado, enumerando e limitando os seus respectivos poderes e funções.

As Constituições Estaduais, conforme o artigo 25 da Constituição Federal do Brasil, são assim definidas: “Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. Cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta”.

Os deputados e as deputadas estaduais catarinenses são os responsáveis pela redação da Constituição Estadual de Santa Catarina, que deve ser aprovada pelo(a) governador(a) para passar a valer. A Constituição do Estado de Santa Catarina, atualmente em vigor, foi promulgada em 1989 – durante o mandato do governador Pedro Ivo Campos, do antigo PMDB, atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – e é constantemente atualizada por meio de emendas constitucionais.

No QR code a seguir é possível acessar as 10 Constituições Estaduais de Santa Catarina:



Aponte a câmera do celular e acesse as constituições aqui.

A CONSTITUIÇÃO DE 1989 FOI ASSINADA PELOS SEGUINTES PARLAMENTARES

Aloísio Piazza (Presidente)
Stélio Boabaid (Vice-Presidente) (in memoriam)
João Romário (1º Secretário)
Wilson Wan-Dall (2º Secretário)
João Gaspar (3º Secretário)
Salomão Ribas Júnior (Presidente da Comissão de Sistematização)
Neuzildo Fernandes (Relator Geral - in memoriam)
Joaquim Lemos (Relator Adjunto)
Lirio Rosso (Relator Adjunto) (in memoriam)
Pedro Bittencourt Neto (Relator Adjunto)
Ademar Duwe
Admir Bortolini (in memoriam)
Cesar Souza

Décio Knop
Francisco Mastella (in memoriam)
Gasparino Raimondi
Gilson dos Santos Heitor Sché
Hugo Matias Biehl
Ivan Ranzolin
Jarvis Gaidzinski (in memoriam)
João Matos
José Bel
José Zeferino Pedrozo
José Luiz Cunha
Jorge Gonçalves da Silva
Juarez Rogério Furtado
Julio Garcia
Lauro Vieira de Brito
Leodegar Tiscoski
Luci Choinaski
Mário Roberto Cavallazzi
Martinho Herculano Chizzo
Nelson Locatelli
Nilton Jacinto
Paulo Bauer
Raulino Rosskamp
Sidney Pacheco
Valdir Baretta

Vânio de Oliveira

PARTICIPANTES

Iraí Zílio (in memoriam)
Paulo Afonso Evangelista Vieira
Rivaldo Maccari (in memoriam)
Alan Índio Serrano
Altair Guidi (in memoriam)
João Macagnan
Luís Amilton Martins
Nodgi Enéas Pelizzetti (in memoriam)
Raimundo Colombo

Fonte: Constituição do Estado de Santa Catarina. Assembleia Legislativa. Edição atualizada em 2024.



Foto histórica: os constituintes de 1989. Fonte: Moacir Pereira. Presidentes: O Legislativo na República, 2013.

PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO CATARINENSE

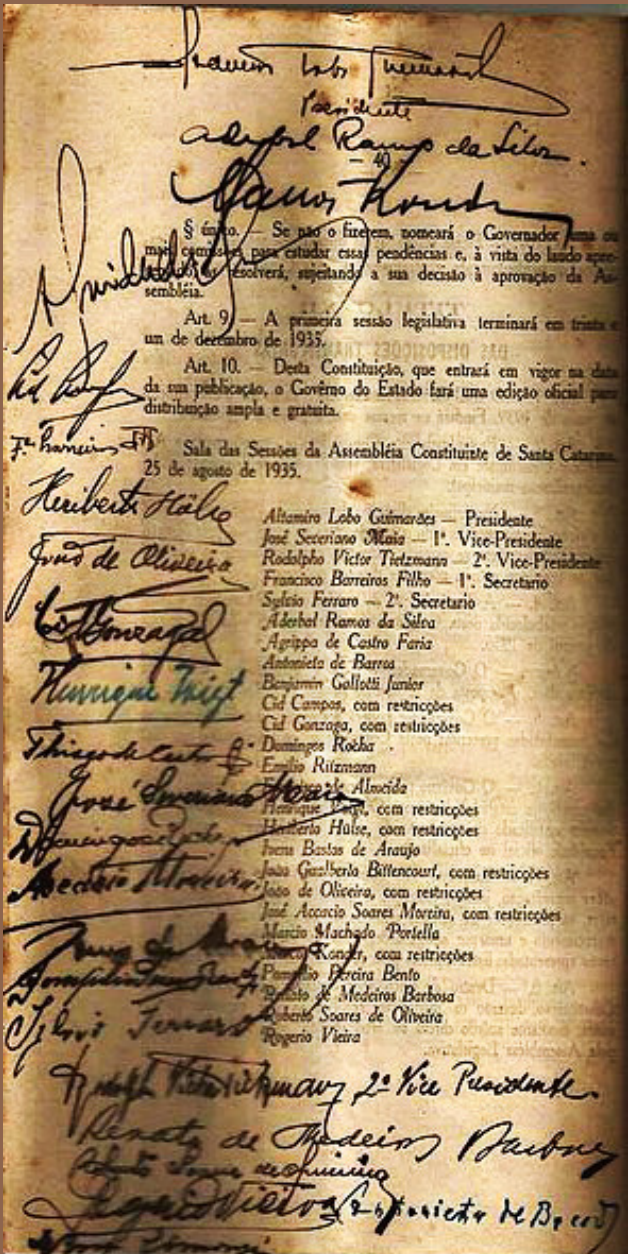
A Constituição de Santa Catarina inicia com o seguinte preâmbulo:

“O povo catarinense, integrado à nação brasileira, sob a proteção de Deus e no exercício do poder constituinte, por seus representantes, livre e democraticamente eleitos, promulga esta Constituição do Estado de Santa Catarina.”

No Título I, Dos Princípios Fundamentais, o artigo 1º diz: “O Estado de Santa Catarina, unidade inseparável da República Federativa do Brasil, formado pela união de seus Municípios, visando à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, preservará os princípios que informam o estado democrático de direito e tem como fundamentos: I - a soberania nacional; II - a autonomia estadual; III - a cidadania; IV - a dignidade da pessoa humana; V - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; VI - o pluralismo político”.

No artigo 2º, lê-se: “Todo o poder emanar do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Parágrafo único. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.” No total, são 10 Títulos, que se subdividem em Seções e Capítulos.

Na obra “Participação e Transparência: 30 anos da Constituição do Estado de Santa Catarina (1989-2019)”, Salomão Ribas Junior faz uma profunda análise de todas as Constituições estaduais, detalhando o assunto em 416 páginas, 20 Capítulos e farta documentação que foi pesquisada e contou com o apoio primordial da Mesa Diretora da Alesc e diversos dos setores internos da Casa, conforme o autor registra a todos os interessados, pois, recomenda-se a leitura de tal compêndio que propicia integral estudo e compreensão sobre o tema.



Assinatura dos Constituintes responsáveis pela Constituição estadual de 1935
FONTE: Centro de Memória Alesc

A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO CATARINENSE

A Constituição Federal, de cuja Assembleia Constituinte participaram os três senadores catarinenses Luiz Delfino, Esteves Júnior e Raulino Horn, foi promulgada a 24 de fevereiro de 1891. Já no mês seguinte realizaram-se as eleições para a Constituinte e Congresso do Estado. Este primeiro Corpo Legislativo viria a aprovar a primeira Constituição de Santa Catarina, substituindo a Carta que fora outorgada pelo 2º vice-governador em exercício, Gustavo Richard. Lauro Muller, o governador, e Raulino Horn, 1º vice, haviam reassumido suas cadeiras no Congresso Federal.

Para a Constituinte estadual de 1891 foram eleitos: Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Antônio Pinto da Costa Carneiro, Arthur Cavalcanti do Livramento, Arthur Ferreira de Mello, Carlos Renaux, Emílio Blum, Ernesto Canac, Francisco Tolentino Vieira de Souza, Henrique Boiteux, João Cabral de Mello, João José Teodoro da Costa, Joaquim Antônio de São Thiago, José de Araújo Coutinho, José Bonifácio Cunha, José Martim Cabral, Luiz Antônio Ferreira Gualberto, Manoel Victorino de Paula Ramos, Mário de Souza Lobo, João Paulo Schmalz, Polydoro Olavo de São Thiago, Pedro Ferreira e Silva e Vidal José de Oliveira Ramos.

Foi eleito presidente do Congresso Constituinte, Francisco Tolentino Vieira de Souza, egresso do Partido Liberal, dos tempos do Império; vice-presidente, Antônio Pinto da Costa Carneiro, político lagunense, português de nascimento, do Partido Conservador; 1º secretário, Manoel Victorino de Paula Ramos; 2º secretário, Hen-

rique Boiteux, oficial da Marinha, de linhagem tijuquense e conservadora.

Instalado a 28 de abril, a 11 de maio era eleito governador do Estado Lauro Muller, 1º vice, Raulino Horn, e 2º vice Gustavo Richard. A 11 de junho de 1891, era promulgada a primeira Constituição de Santa Catarina, em nome do povo, com o fim de estruturar um regime livre e democrático.

Nessa Carta, o Poder Legislativo seria exercido por um Congresso Representativo, composto de deputados eleitos por voto direto, em número mínimo de 22 e máximo de 40, na proporção de 1 para 15 mil habitantes, e exerceriam o mandato por três anos. Cada sessão legislativa duraria dois meses e se iniciaria a 22 de julho de cada ano, independente de convocação, na Capital do Estado, mas poderia, por motivo de ordem pública, ser convocada por seu presidente, para reunir-se em outro município.

O Poder Executivo seria exercido por um governador, com mandato de quatro anos, e teria, para substituí-lo nos impedimentos, um vice-governador. O Judiciário teria um Superior Tribunal de Justiça, composto de cinco magistrados vitalícios, como segunda instância, e juízes de Direito, nas Comarcas, como primeira, também vitalícios e inamovíveis em três entrâncias, por antiguidade.

Os municípios seriam autônomos, só poderiam ser criados por lei estadual, com um mínimo de cinco mil habitantes e a sua administração também apresentava um legislativo, chamado Conselho Municipal, composto de conselheiros, e um superintendente municipal, como chefe do Executivo, todos eleitos diretamente, por quatro anos.

(Fonte: Centro de Memória da Alesc)



C A P Í T U L O

6

CENTRO
DE MEMÓRIA
DA ALESC
E MEMÓRIA
POLÍTICA
CATARINENSE

*"A mente é como um paraquedas:
só funciona se estiver aberta"*

Albert Einstein

"Com orgulho, a ACAV

parabeniza a ALESC pelos 190

anos, destacando a importância

da preservação da memória política

que fundamenta nossa democracia.

Convidamos todos a conhecer

o acervo que preserva nosso legado

e perpetua a história da instituição."





Laboratório do Centro de Memória da Alesc.
Foto: Lucas Gabriel Diniz / Agência AL

A documentação, preservação e difusão do legado do Legislativo de Santa Catarina é um assunto que – ao longo do tempo – tem merecido destacado valor na Casa e é uma fonte fundamental de informações, imagens e publicações disponibilizadas para o público interno e externo, beneficiando a todos os catarinenses. Os acervos estão distribuídos de forma física e virtual, sendo que na internet abrangem dois principais endereços:

- 1 - Centro de Memória
- 2 - Memória Política de Santa Catarina



Aponte a câmera do
celular e acesse
aqui.



O Centro de Memória é vinculado à Coordenadoria de Documentação, foi inaugurado em 5 de outubro de 1999, e está localizado no hall do prédio da Alesc em Florianópolis, o Palácio Barriga Verde. O Centro tem como função preservar e difundir a produção legislativa, composta por documentos originais produzidos a partir de 1835, época da Assembleia Provincial.

VISÃO

Buscar a excelência em gestão documental, tornando-se referência em arquivos públicos.

MISSÃO

Conservar, preservar, restaurar e disponibilizar à sociedade o patrimônio histórico documental do Poder Legislativo Catarinense.

VALORES

Acessibilidade, eficiência, compromisso e fidelidade com a informação.

O Setor possui um laboratório onde a restauração dos documentos é feita por funcionários capacitados e treinados para esta atividade. Entre os procedimentos realizados, destacam-se alguns como: limpeza mecânica, banhos, testes de solubilidade de tinta e de pH, velatura e encolagem. No website Vídeos Institucionais do Centro (acessar QR code do Centro de Memória na página anterior), há um vídeo de 6 minutos que descreve o processo de preservação documental realizado na Alesc, bem como uma versão adaptada para o público infantil, com 3 minutos.

O Centro de Memória propicia aos cidadãos o acesso à história do Parlamento Catarinense não apenas dispondo seu acervo para pesquisa, mas também publicando sua produção legislativa, por meio da elaboração de livros compostos por documentos manuscritos e impressos, que registram os fatos da história de alguns municípios catarinenses. Estes li-

vros – e também as Constituições Estaduais Catarinenses – estão disponíveis para leitura on-line ou para download.

Os nove livros digitais sobre os municípios incluem: “De Desterro a Florianópolis”, “De Crescuma à Criciúma”, “De Jaraguá a Jaraguá do Sul”, “De Cruzeiro a Joaçaba”, “De Rio do Testo a Pomerode”, “Do Velho Chapecó a Chapecó”, “Da Vila Xanxerê a Xanxerê”, “De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu” e “De Nossa Senhora da Piedade do Tubarão a Tubarão” (acessar QR code do Centro de Memória na página anterior).

CENTRO DE MEMÓRIA

Segunda a sexta das 7h às 19h

centrodememoria@alesc.sc.gov.br

(48) 3221-2762 ou (48) 3221-2894

PORTAL MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA



Já o website Memória Política de Santa Catarina (QR code na página anterior) é um repositório digital de material didático desenvolvido especialmente para professores e estudantes – do nível médio e dos anos finais do Ensino Fundamental – com a intenção de colaborar no desenvolvimento das práticas pedagógicas sobre a história política catarinense.

Trata-se de Projeto conjunto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por meio da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por intermédio do Departamento de Sociologia e Ciência Política. Considerando que o website não requer cadastro para acesso às informações, pesquisadores, professores, estudantes da rede particular de ensino, população catarinense e internautas interessados no assunto também são beneficiados com o conteúdo publicado.

A premissa do website é gerar e disponibilizar material informativo, didático e documental com base em pesquisas e em materiais de arquivos relacionados à história política de Santa Catarina que têm como fontes: livros, jornais, revistas, bibliotecas, acervos da Alesc, da UFSC e de outras instituições catarinenses de ensino superior.

O Memória Política de Santa Catarina contém informações biográficas de 1.311 representantes políticos que exerceram os cargos de: depu-

tado estadual, deputado federal, senador e governador do Estado de Santa Catarina, titulares, suplentes e vices; Linhas do Tempo (com os tópicos: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Momentos Históricos); o item Personalidades; Galerias (com os tópicos: Constituições de Santa Catarina e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina); e Planos de Aula.

No caso do Poder Legislativo, os conteúdos abrangem o período de 1824 até os dias atuais e, no caso do Poder Executivo, abrange o período de 1711 até hoje. O website possui tecnologia responsiva e foi preparado, desde o início, para se adaptar a todos os formatos e tamanhos de tela – de smartphones a desktops. Assim, independentemente do dispositivo utilizado, o usuário dispõe da mesma qualidade de visualização, velocidade e integridade visual, quer realize o acesso à página via computador – o layout se expande por toda a tela – quer realize via celular ou tablet – as informações são reorganizadas.



HISTÓRICO DO PROJETO MEMÓRIA POLÍTICA DE SC

2013 Firmada a parceria entre a Alesc e a UFSC.

2013 O projeto ganhou edital (Processo: 405819/2013-7-Chamada 90/2013), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com apoio de recursos para realizar a primeira etapa do projeto.

2014 Ficou sob a responsabilidade da UFSC: o planejamento e programação do ambiente virtual de aprendizagem (protótipo) e produção de conteúdos referentes à linha do tempo sobre quatro momentos essenciais da história catarinense: Guerra do Contestado, Operação Barriga-Verde, Novembrada e Constituição de 1989, além da elaboração de planos de aula. À Assembleia – por meio do trabalho do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento (NPPC), da Escola do Legislativo –, coube o levantamento das listagens dos políticos de Santa Catarina, as legislaturas estaduais e federais, a localização das fontes de pesquisa, a produção do primeiro texto biográfico de cada um dos políticos e a captura de imagens para ilustrar o conteúdo. A cooperação dos setores da Alesc – Centro de Memória, Coordenadoria de Informações, Biblioteca e Diretoria de Comunicação Social – foi fundamental para essas e outras tarefas ao longo do projeto.

2015 A Assembleia aprovou o desenvolvimento do website Memória Política de Santa Catarina sob domínio da Alesc, pela Diretoria de Tecnologia e Informações (DTI) da Casa, com execução dos integrantes da Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento.

2015/2019 O NPPC produziu o segundo texto (com atualização das biografias), pesquisou e redigiu novos conteúdos biográficos; estabeleceu as relações de parentesco entre os biografados e os links entre

eles, realizou a revisão gramatical nas seções do website; elaborou conteúdo para a linha do tempo do Executivo Estadual e Federal e a linha individual dos biografados; descreveu as legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comparando-as com o conteúdo constante nas biografias e sanando as divergências; adicionou todas as referências conforme as normas técnicas, editou imagens e inseriu todo o conteúdo no website. O Núcleo de Comunicação da Escola do Legislativo produziu a logomarca para o portal e o folder do projeto.

2019-2021 Atualizações dos momentos históricos, das linhas do tempo, das galerias, das personalidades e demais informações sobre as legislaturas vigentes nos próximos períodos.

2022 No dia 16 de maio, a aba “Representantes Femininas” foi lançada no website Memória Política de Santa Catarina. Tal inclusão veio para colaborar com as atividades das professoras e professores visando ao atendimento da Lei nº 18.226/2021, uma iniciativa da Bancada Feminina da Alesc, sobre o ensino da História das Mulheres do campo e das cidades. A contribuição da Escola do Legislativo é ofertar o registro, a organização e a sistematização das informações sobre as mulheres que participaram da Política Catarinense. Além da aba que reúne as biografias das representantes femininas, o website também disponibiliza planos de aula sobre as eleitas que ocuparam os espaços de poder. Como se trata de um registro histórico, a disposição das biografias segue a ordem cronológica da ocupação dos cargos por parte dessas mulheres que participaram da política em Santa Catarina.

2022/2023/2024 Organização, revisão e padronização das informações por seção, tarefas aliadas às atualizações de todos os conteúdos do portal: linhas do tempo, momentos históricos, biografias e planos de aula.

(Fonte: Memória Política Alesc)

C A P Í T U L O 7

O PAPEL DO LEGISLATIVO CATARINENSE

“Onde não há lei, não há liberdade”

Locke

"A AINCADESC felicita a ALESC

pelos 190 anos, destacando

o papel vital do legislativo na

construção de um estado mais justo.

Compreenda a relevância de nossa

Assembleia na sociedade atual."



AINCADESC

A essência do trabalho desenvolvido pelo Legislativo Catarinense é ser um espaço dedicado às pessoas e ao amplo debate dos temas de interesse da sociedade. Florianópolis se tornou capital dos catarinenses em 1823, um ano após o Brasil se tornar independente de Portugal. A pequena cidade com pouco mais de 10 mil habitantes ainda se chamava Nossa Senhora do Desterro, quando o Império decidiu modernizar a administração pública, em 1834, e definiu que os chamados Conselhos Gerais de Representantes seriam substituídos por Assembleias Provinciais. Os representantes da população – escolhidos por um seletto grupo de eleitores – auxiliavam o presidente da Província de Santa Catarina a formatar as leis. O líder provincial era nomeado pelo governo imperial.

Passados 190 anos, a Assembleia Legislativa se tornou um poder plural na representação da sociedade. Santa Catarina, com seus 295 municípios, ganhou uma imensa diversidade cultural e tem uma economia pujante, que coloca o Estado como um dos mais importantes polos em vários segmentos produtivos. E o Legislativo Catarinense ganhou a dinâmica que a contemporaneidade exige para ser protagonista numa sociedade globalizada.

A Alesc, como a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina é conhecida, tem sua razão de ser na representação popular exercida por 40 parlamentares. Seus mandatos refletem o desejo de 5,6 milhões de catarinenses que a cada quatro anos vão às urnas para escolher seus representantes. É o poder mais democrático na estrutura do Estado, porque seus elei-

tos representam tanto o grupo que exerce o governo, como opositores. Seu plenário é uma fotografia da sociedade.

Quando se fala no Parlamento Catarinense, a imagem imediata remete às reuniões em que deputadas e deputados debatem grandes projetos e decidem pelo voto o que é desejo da maioria para aprovar leis e tomar decisões de amplo interesse social.

Quem conhece, porém, a dinâmica do Palácio Barriga Verde e o funcionamento da Alesc sabe que a chamada “Casa do Povo” é uma estrutura muito mais ampla.

O Plenário Osni Régis é, de fato, o coração da Assembleia Legislativa, sendo o local de Sessões Ordinárias e Extraordinárias, de Sessões Solenes e das mais concorridas reuniões de Comissões Técnicas; de grandes homenagens e também de convenções partidárias. Aliás, essa é uma característica da Casa Legislativa, que tem em seus deputados os representantes dos partidos com maior representação popular.

A VIDA POLÍTICA É A ESSÊNCIA DA ALESC

Cada partido envolve grupos com suas próprias tendências e ideologias. O ambiente, por isso, é diverso, e pressupõe o convívio respeitoso com quem pensa diferente. Isso também pode ser constatado na composição das 23 Comissões Permanentes, onde os parlamentares se distribuem para, com o apoio de suas assessorias, examinar e debater todos os projetos e propostas que chegam ao Parlamento, ou são apresentadas por eles próprios.



Projetos de lei podem ter origem na própria Alesc, no Executivo, no Judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas ou mesmo serem resultantes de iniciativas populares. E todos têm uma tramitação que envolve a análise da legalidade, de acordo com os padrões constitucionais, que é atribuição da Comissão de Constituição e Justiça. E também precisam ser avaliados sob o prisma das Câmaras Setoriais afins, que são as chamadas Comissões Técnicas.

Se a matéria envolve tributação, investimentos ou gastos públicos, certamente será motivo de análise da Comissão de Finanças e Tributação. Assim também se dá com temas ligados a áreas como saúde, educação, agricultura, segurança pública, idosos, pessoas com deficiência e várias outras comissões com vida própria.

Daí a intensa atividade parlamentar que antecede votações em plenário, com debates que podem ser ampliados com a convocação de agentes públicos para prestar informações ou formulações de pedidos de informação complementares aos órgãos proponentes ou envolvidos com os projetos em análise. E muitos temas polêmicos tornam-se motivo de audiências públicas, organizadas nas dependências do Palácio Barriga Verde, ou mesmo em outros municípios, conforme o foco do assunto em discussão, caso envolvam uma região ou comunidade.

A Alesc também é sempre uma Casa aberta ao debate de temas contemporâneos. Seu grande Auditório Antonieta de Barros, o Plenarinho Paulo Stuart Wright ou mesmo as salas das Comissões são locais cedidos para entidades, conforme a dimensão dos eventos. Ali é possível participar de palestras, congressos e reuniões. Em um dia, a pauta pode incluir questões como aleitamento materno, parto humanizado ou a importância dos cuidados para com a saúde mental dos jovens. Em outro, o foco está em propostas sobre energia limpa, evolução do transporte coletivo, a discussão sobre regras ambientais ou a necessidade de reavaliar a prestação de serviços públicos.

O Palácio Barriga Verde, entretanto, ainda tem mais a oferecer à sociedade. Também reser-

va espaços como o de estruturas de apoio e atenção a mulheres vítimas de violência, salas para atendimento a prefeitos e vereadores, e há áreas para eventos culturais, como exposições de obras de arte ou lançamentos de livros. Recebe grupos que vêm à sede do Legislativo para apresentações folclóricas ou comitivas de municípios que desejam promover festas comunitárias.

Além dos espaços e ambientes sempre cedidos com o máximo empenho – ainda que submetidos às regras para a programação de eventos –, há o reforço de divulgação por meio dos canais de comunicação da Alesc. Isto porque há uma sintonia fina entre a pauta de todos os eventos e a cobertura pela TV, pelo rádio e pelas mídias sociais.

Expressar a Alesc contemporânea e cosmopolita, portanto, é algo que só pode ser resumido como um ambiente dinâmico, plural, democrático e atento aos interesses da sociedade. O local onde, efetivamente, as pessoas são representadas e têm espaço para participar da vida pública catarinense.

A ALESC TAMBÉM É SEMPRE UMA CASA ABERTA AO DEBATE DE TEMAS CONTEMPORÂNEOS.



C A P Í T U L O

8

BANCADAS
REGIONAIS
E ASSEMBLEIA
ITINERANTE

*“Nada é permanente,
exceto a mudança”*

Heráclito de Éfeso

"O CRCSC parabeniza a ALESC pelos seus 190 anos, celebrando a aproximação do legislativo com o povo por meio das bancadas regionais e da Assembleia itinerante.

Entenda, neste capítulo, a importância de conectar o legislativo às comunidades."



As Bancadas Partidárias formadas pelos atuais 40 deputados e deputadas da Alesc congregam 12 partidos políticos: PL, MDB, PT, PSD, União Brasil, PP, Podemos, PSDB, Novo, Republicanos, PSOL e PDT. Os líderes das respectivas Bancadas e os links para cada deputado e deputada que as compõem podem ser acessados pela página.



Aponte a câmera do celular e acesse as bancadas aqui.

BANCADAS REGIONAIS

Já as Bancadas Regionais – das Regiões Sul, Norte, Grande Florianópolis, Oeste, Serra e Vale do Itajaí – foram instituídas oficialmente na Assembleia Legislativa em 2023, por meio da Lei Complementar nº 828. Por intermédio destes colegiados suprapartidários, os deputados e as deputadas tratam de pautas regionais e articulam ações, também de forma regionalizada, com o objetivo de atender de forma coletiva às demandas da população.



No mesmo ano de 2023, o Parlamento Catarinense, a partir da economia de gestão, destinou R\$ 80 milhões ao Poder Executivo, para a aplicação em projetos regionais que foram indicados pelas bancadas. Em 2024, os deputados e as deputadas estaduais aprovaram, por unanimidade de votos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024, de autoria do deputado Mauro De Nadal (MDB), que assegura que no mínimo 25% dos recursos financeiros devolvidos anualmente pelo Legislativo estadual ao governo sejam aplicados em demandas apresentadas pelas Bancadas Regionais da Assembleia Legislativa.

Na exposição de motivos que acompanha a Proposta, o autor desta aponta a intenção de proporcionar aos deputados e às deputadas uma maior possibilidade de atender as necessidades das localidades que representam: “Esta medida assegura que os parlamentares, representantes diretos das diversas regiões do Estado, tenham maior influência sobre a destinação dos recursos financeiros, garantindo que esses recursos sejam aplicados em projetos e iniciativas que realmente atendam às demandas específicas de suas comunidades.”

A proposta foi promulgada pela Alesc que antecipou, em meados de 2024, a devolução de R\$ 30 milhões ao Governo do Estado. Para o Norte, foram destinados R\$ 5 milhões para ativar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Barra Velha. Para o Sul, igual valor foi direcionado para o projeto de desassoreamento e readequação do canal e fixação da barra da Lagoa de Imaruí, objetivando beneficiar o porto pesqueiro de Laguna. Na Capital, Florianópolis, a Defesa Civil recebeu R\$ 5 milhões para distribuir para populações carentes atingidas por recentes eventos climáticos. Em Bocaina do Sul, a escolha dos parlamentares da Serra foi apoiar a reativação do Hospital São José. E em Chapecó, no Oeste, mais R\$ 5 milhões foram investidos no Centro de Treinamentos do Paradesporto do Complexo Esportivo Verdão.



COMPOSIÇÃO DAS BANCADAS REGIONAIS

BANCADA DA REGIÃO OESTE

Fabiano da Luz (PT)
Altair Silva (PP)
Mauro de Nadal (MDB)
Massocco (PL)
Maurício Eskudlark (PL)
Marcos Vieira (PSDB)
Luciane Carminatti (PT)
Nilso Berlanda (PL)
Padre Pedro Baldissera (PT)
Neodi Saretta (PT)

BANCADA DA REGIÃO NORTE

Fernando Krelling (MDB)
Matheus Cadarin (Novo)
Antídio Lunelli (MDB)
Maurício Eskudlark (PL)
Sargento Lima (PL)
Dr. Vicente Caropreso (PSDB)

BANCADA DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Marquito (PSOL)
Camilo Martins (Podemos)
Sérgio Guimarães (União)
Sergio Motta (Republicanos)

BANCADA DA REGIÃO SUL

Pepê Collaço (PP)
Jessé Lopes (PL)
Rodrigo Minotto (PDT)
Sérgio Guimarães (União)
Volnei Weber (MDB)
Julio Garcia (PSD)
José Milton Scheffer (PP)
Tiago Zilli (MDB)
Estêner Soratto Júnior (PL)

BANCADA DA REGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ

Paulinha (Podemos)
Ana Campagnolo (PL)
Egídio Ferrari (PL)
Emerson Stein (MDB)
Ivan Naatz (PL)
Napoleão Bernardes (PSD)
Oscar Gutz (PL)
Marcos da Rosa (União Brasil)
Carlos Humberto (PL)

BANCADA DA REGIÃO DA SERRA

Lucas Neves (Podemos)
Marcius Machado (PL)
Mário Motta (PSD)

O CONCEITO DE ASSEMBLEIA ITINERANTE

Após instituir oficialmente as seis novas Bancadas Regionais, em 2024, o presidente da Alesc, Mauro De Nadal, deu continuidade ao processo de descentralização do Parlamento por meio do Projeto “Alesc Itinerante”, que transfere temporariamente a sede do Parlamento para as principais regiões do Estado. A inédita iniciativa foi idealizada como parte das comemorações dos 190 anos da Assembleia Legislativa e tem por objetivo aproximar ainda mais o Parlamento da população.

No decorrer de 2024, os deputados e as deputadas estaduais percorreram as cidades de Blumenau (Vale do Itajaí), Joinville (Norte), Criciúma (Sul), Lages (Serra) e Chapecó (Oeste) e tiveram um contato direto com a população das respectivas regiões, que pôde acompanhar de perto e interagir com o trabalho dos parlamentares. Nas referidas cidades, foram promovidas reuniões de Comissões, Sessões Plenárias e votações, assim como ocorre na sede da Assembleia Legislativa, em Florianópolis.

O diferencial do projeto Alesc Itinerante é a destinação de um espaço da Sessão para que entidades, indicadas pelas Bancadas Regionais, apresentem seus trabalhos e demandas. De acordo com o presidente do Legislativo, De Nadal, o “Alesc Itinerante” consolida o espírito que levou à implantação das Bancadas Regionais, com a valorização de pautas e debates que tratam da coletividade.

Somente nas três primeiras edições (Blumenau, Joinville e Criciúma), mais de 80 entidades se manifestaram na tribuna da Alesc durante a Sessão Plenária, sem contar as dezenas que também participaram das reuniões das Comissões. Mais de 150 matérias legislativas, entre projetos de lei, moções, requerimentos, entre outras, foram aprovadas nessas três regiões. As informações e estatísticas deste Capítulo foram compiladas com base nos dados disponíveis até setembro de 2024.





OS DEPUTADOS E DEPUTADAS DA ATUAL LEGISLATURA

*“Seja a mudança que
você quer no mundo”*

Mahatma Gandhi



"O LIDE SC/RS saúda

a ALESC pelos 190 anos,

destacando os deputados

que hoje representam o povo catarinense.

Convidamos a todos a conhecer

os parlamentares que trabalham

em prol do Estado e da construção

de um presente mais igualitário para todos.”

LIDE[®]
SANTA CATARINA

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina encontra-se hoje em sua 20ª Legislatura, que compreende o período entre 1º de fevereiro de 2023 e 31 de janeiro de 2027, e cujos detalhamentos e conteúdos adicionais podem ser acessados no site Memória Política da Alesc.

A Mesa Diretora da Casa desta Legislatura, para o biênio 2023-2024, tem a seguinte composição: Presidente: Mauro De Nadal – MDB, 1º Vice-presidente: Maurício Eskudlark – PL, 2º Vice-presidente: Rodrigo Minotto – PDT, 1ª Secretária: Paulinha – Podemos, 2º Secretário: Padre Pedro Baldissera – PT, 3º Secretário: Marcos da Rosa – União Brasil e 4º Secretário: Delegado Egídio – PL.

Para a edição deste livro, foi enviado ao Gabinete dos 40 deputados e deputadas, em julho de 2024, um questionário padrão com prazo para ser respondido e oportunizando que cada um(a) fornecesse: sua fotografia, dados gerais de identificação, formação/profissão, base eleitoral, mandato(s) na Alesc, breve biografia e principais bandeiras, cujas respostas foram condensadas, em setembro de 2024, nos perfis apresentados a seguir. Iniciando com a Mesa Diretora da atual legislatura.

Ao final de cada perfil, é informado o respectivo QR code que dá acesso à página oficial do(a) parlamentar no website da Alesc. Também foi solicitado que expressassem resumidamente sua visão e suas prioridades temáticas com relação ao futuro da Sociedade Catarinense, conteúdos estes reunidos no Capítulo 14.

A relação dos deputados e das deputadas que integram este capítulo é de setembro de 2024



MAURO DE NADAL
PRESIDENTE 2023-2024

Mauro De Nadal é o presidente da Alesc, eleito pela segunda vez. Presidiu a Casa em 2021, e foi novamente eleito para o biênio 2023-2024. Assumiu, interinamente, o governo do Estado em duas ocasiões, em 2021 e em 2024. Cumpre seu quarto mandato como deputado pelo MDB e já foi líder de sua bancada. Presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e também foi vice-presidente da Alesc. Foi prefeito de Cunha Porã por dois mandatos, e secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

Nome completo: Mauro De Nadal.
Data e local de nascimento: 17 de outubro de 1971, em Caibi (SC).
Partido político: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Base eleitoral: Extremo Oeste catarinense.
Formação/profissão: Graduado em Direito, com especialização em Gestão Pública. Cursou a Escola da Magistratura.
Mandatos: 2011 a 2015, 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Trabalho focado para ampliar oportunidades aos catarinenses e presença nas comunidades que representa são marcas políticas de Mauro De Nadal, que tem base eleitoral estadualizada em mais de 120 municípios, especialmente no Oeste catarinense. Para atender às demandas de seus eleitores, ele cumpre com disciplina atribuições como presidente da Alesc, mas todas as semanas programa roteiros de visitas às comunidades, e mantém com sua família residência em Cunha Porã, cidade onde iniciou sua vida política. Sempre aberto ao diálogo e atento às considerações das pessoas, com foco em informações que possam auxiliar na solução de demandas comunitárias. De Nadal também preza o compartilhamento de gestão pública, com a valorização de lideranças e delegação de atribuições aos colaboradores.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MAURÍCIO ESKUDLARK
VICE-PRESIDENTE 2023-2024

Cursou a Faculdade de Direito na Univali, em Itajaí. Aprovado no concurso de Delegado de Polícia, iniciou sua carreira em São Miguel do Oeste como Delegado de Comarca, Delegado Regional, Diretor de Polícia do Litoral, Diretor de Combate ao Crime Organizado, chegando, então, ao cargo de Delegado Geral da Polícia Civil de Santa Catarina. Tomou posse como Deputado Estadual em cinco Legislaturas após as eleições de 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022.

Nome completo: Maurício José Eskudlark.
Data e local de nascimento: 18 de janeiro de 1958, em Canoinhas (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Oeste Planalto Norte, Norte e Vale do Itajaí.
Formação/profissão: Advogado, com pós-graduação em Direito Penal, Administrativo e Constitucional, Delegado de Polícia Civil.
Mandatos: 2007 a 2011, 2011 a 2015, 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Foi eleito pela primeira vez como deputado estadual com a bandeira da Segurança Pública, a qual continua trabalhando incansavelmente para implementar políticas que garantam a proteção e o bem-estar de todos. No entanto, percorrendo o estado de Santa Catarina, ampliou sua atuação para outras áreas igualmente essenciais como a saúde, especialmente a estrutura hospitalar, a infraestrutura por ser demanda crucial para o desenvolvimento do estado, a agricultura como forte atividade econômica geradora de emprego e renda, e a educação como base para o desenvolvimento social, cultural e econômico da nossa sociedade.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



RODRIGO MINOTTO

2º Vice-Presidente 2023-2024

Rodrigo Minotto é advogado e em 1993 resolveu entrar para a política. Estudou os programas de todos os partidos e decidiu-se pelo PDT, pelo seu compromisso com a educação. Atuou como coordenador estadual do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina. Posteriormente, exerceu o cargo de chefe de gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias. Em 2014, foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 2018 e 2022.

Nome completo: Rodrigo Minotto.
Data e local de nascimento: 31 de março 1973, em Criciúma (SC).
Partido político: Partido Democrático Trabalhista (PDT).
Base eleitoral: Região Sul catarinense.
Formação/profissão: Graduado em Direito e Administração. Advogado de profissão. Pós-graduação em nível de Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal.
Mandatos: 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A educação e a saúde norteiam os mandatos de Rodrigo Minotto. Essas bandeiras são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em 2019, Minotto criou a Frente Parlamentar das Universidades, com o objetivo de incrementar as bolsas de estudo. Em quatro anos de intensa articulação, os recursos disponíveis saltaram para R\$ 1,3 bilhão e 130 mil famílias foram beneficiadas. “A defesa do ensino superior é crucial para garantir a qualidade e a acessibilidade do ensino em níveis avançados e para promover a pesquisa e a inovação”, destaca Minotto. Na saúde, Minotto tem feito a defesa permanente do aumento do investimento para melhorar a infraestrutura, ampliar o acesso a medicamentos e tratamentos, com foco na prevenção de doenças e atendimento integral à saúde mental.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



PAULINHA

1ª Secretária 2023-2024

Primeira mulher a ser vereadora (2005-2008) e prefeita de Bombinhas por dois mandatos (2013-2016 e 2017-2018). Premiada como a melhor gestora municipal de Santa Catarina e a terceira melhor do Brasil pelo Conselho Federal de Administração. Atualmente, é a primeira-secretária da Mesa Diretora da Alesc, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo desde Antonieta de Barros, há 86 anos. Trabalha pelo desenvolvimento de todos os municípios catarinenses, tanto que foi eleita com votos em 291 cidades.

Nome completo: Ana Paula da Silva.
Data e local de nascimento: 27 de abril de 1975, em Florianópolis (SC).
Partido político: Podemos.
Base eleitoral: Região da Foz do Rio Itajaí, Litoral Norte de Santa Catarina, com presença em todas as demais regiões.
Formação/profissão: Ensino superior incompleto.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O mandato inclui diversas causas de áreas essenciais para Santa Catarina, como o apoio ao desenvolvimento regional, incentivo à segurança nas escolas e proteção das mulheres, além de foco na saúde pública, com ênfase em garantir um atendimento digno para todos. Também promove os direitos das pessoas com deficiência e a valorização do terceiro setor, que é crucial para atender áreas onde o poder público não consegue alcançar. Inclui a causa animal e a mobilidade urbana como prioridades, refletindo o compromisso com um futuro mais sustentável para toda Santa Catarina. Atua também como voz de diversos segmentos organizados, como despachantes, servidores públicos, contadores e outras tantas categorias.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



PADRE PEDRO BALDISSERA

2º Secretário 2023-2024

Graduou-se em São Paulo em Filosofia, Pedagogia e Teologia. Foi ordenado padre católico em 1985. Atuou, em 1986 a 1987, como reitor do Seminário Salvatoriano de Videira (SC), foi pároco em Tangará e em Videira (1988 a 1992). Em Guaraciaba, a partir de 1993, desenvolveu atividades na paróquia local, até 1996. Em 1996 foi eleito prefeito de Guaraciaba pelo PT e reeleito em 2000. Se elegeu deputado estadual em 2002 e teve o mandato renovado em 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022.

Nome completo: Pedro Baldissera.
Data e local de nascimento: 29 de maio de 1957, em Caçambu do Sul, na época distrito de Chapecó (SC).
Partido político: Partido dos Trabalhadores (PT).
Base eleitoral: Oeste de Santa Catarina.
Formação/profissão: Filosofia (Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras, Lorena-SP); Pedagogia (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema, São Paulo-SP); e Teologia (Instituto Teológico de São Paulo).
Mandatos: 2003 a 2007, 2017 a 2011, 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: 1) Cadeia produtiva do mel: o mel e as abelhas representam a atuação em favor da apicultura e da meliponicultura e da biodiversidade. 2) Agroecologia e alimentação saudável: agroecologia e produção orgânica são fundamentais para a sobrevivência, daí a dedicação à proteção dos recursos naturais e à sustentabilidade. 3) Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS): são opções terapêuticas mais humanizadas, eficazes e preventivas para os catarinenses. 4) Água e meio ambiente: o parlamentar defende os recursos hídricos, as águas superficiais, subterrâneas, as nascentes, os rios, as fontes, os aquíferos. 5) Energias renováveis: energias renováveis e transição energética são essenciais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e garantir um futuro mais limpo e sustentável.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MARCOS DA ROSA

3º Secretário 2023-2024

É Bacharel em Administração e em Teologia, e cursou MBA em Gestão Pública. Foi vereador por três mandatos, sendo por duas vezes o mais votado de Blumenau (SC) e o quarto mais votado nas eleições de 2020. Em 2017-2018 foi o presidente da Câmara de Vereadores. Está em seu primeiro mandato na Alesc, tendo obtido 25.845 votos no pleito de 2022. Preside três Frentes Parlamentares: a Defesa da Família Catarinense, a Defesa das Comunidades Terapêuticas e a Implantação de Escolas Cívico-Militares.

Nome completo: Marcos da Rosa.
Data e local de nascimento: 17 de junho de 1978, em Laguna (SC).
Partido político: União Brasil (UB).
Base eleitoral: Blumenau – Região do Vale do Itajaí.
Formação/profissão: Administração.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Família como base da sociedade. Educação de qualidade com a implantação de escola-cívico militar. Prevenção e combate às drogas. Apoio às Comunidades Terapêuticas. Saúde de qualidade. Infraestrutura adequada para o fomento da economia catarinense. É a favor da vida desde a sua concepção e totalmente contra o aborto.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



DELEGADO EGIDIO

4º SECRETÁRIO 2023-2024

O deputado estadual Delegado Egidio Ferrari atuou como Delegado nas cidades de Curitibaanos, Gaspar, Blumenau e Brusque. Já foi Delegado Regional de Blumenau e é o embaixador em Santa Catarina do movimento Cadeia Para Maus-Tratos, o maior projeto de proteção animal do Brasil.

Nome completo: Egidio Maciel Ferrari.
Data e local de nascimento: 18 de setembro de 1981, em Blumenau (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Vale do Itajaí.
Formação/profissão: Formado em direito pela Universidade Regional de Blumenau. Delegado da Polícia Civil.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O deputado estadual Delegado Egidio Ferrari é conhecido pelo seu trabalho em prol da Segurança Pública, tendo como objetivo buscar melhores condições de trabalho para as forças de segurança, agregar investimentos em tecnologia de investigação e lutar pelo aumento do efetivo. Além disso, Ferrari é um grande defensor da proteção animal, lutando pelo aumento das penas para aqueles que cometem o crime de maus-tratos aos animais.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ALTAIR SILVA

Altair Silva nasceu em Major Gercino (SC), cresceu em São João Batista (SC), formou-se técnico agrícola em Araquari (SC), e aos 18 anos mudou-se para Chapecó (SC), onde empreendeu, concluiu o curso de Direito e reside até hoje. Lá, assumiu a secretaria de Agricultura em 2012. Ocupou o cargo de deputado estadual pela primeira vez em 2017 como suplente, e elegeu-se como titular em 2018 e 2022. Com atuação na agricultura, foi secretário estadual da pasta entre 2021 e 2022, fazendo grandes investimentos em Santa Catarina.

Nome completo: Altair Silva.
Data e local de nascimento: 23 de maio de 1966, em Major Gercino (SC).
Partido político: Partido Progressistas (PP).
Base eleitoral: Grande Oeste e Vale do Rio Tijucas.
Formação/profissão: Técnico agrícola, bacharel em Direito, especialização MBA em Agrobusiness e empresário.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A agricultura e o desenvolvimento rural são as principais bandeiras do deputado Altair Silva. Sua atuação se concentra em ações que promovem a permanência do jovem no campo, o investimento em tecnologias rurais e a defesa de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento da atividade e no cotidiano dos produtores. Além disso, o parlamentar prioriza o progresso dos pequenos municípios do interior de Santa Catarina, buscando aplicar soluções que visem garantir a melhoria na qualidade de vida de toda a população local. É reconhecido pela destinação de recursos em infraestrutura, saúde, educação, esportes, inclusão de pessoas com deficiência e maquinários que contribuem com a manutenção das nossas cidades.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANA CAMPAGNOLO

Nascida em Itajaí, Ana Campagnolo graduou-se em História pela Unochapecó. Criou no Youtube o Canal Vlogoteca, que abordava detalhadamente inúmeras obras literárias. Lançou seu primeiro livro “Feminismo, Perversão e Subversão” em 2018, ano em que foi eleita deputada estadual por Santa Catarina com 34 mil votos. Campagnolo criou cursos de formação política e cultural, concedeu inúmeras palestras e, por ter se mantido fiel às pautas pelas quais foi eleita, reelegeu-se como a deputada estadual mais votada da história de Santa Catarina, com 196 mil votos.

Nome completo: Ana Caroline Campagnolo Galvão.
Data e local de nascimento: 26 de novembro de 1990, em Itajaí (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Itajaí.
Formação/profissão: Graduada em História, pós-graduada em Literatura Portuguesa. Professora de História do Ensino Médio e Fundamental.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A deputada estadual Ana Caroline Campagnolo Galvão defende a família, em especial os direitos do nascituro e das crianças e adolescentes, o direito à legítima defesa, o direito dos pais na educação de seus filhos, a liberdade religiosa, a segurança pública, a eficiência na utilização das verbas públicas e da participação constante da sociedade civil, a fiscalização permanente por transparência nas indicações a cargos de confiança, a maior participação dos municípios na gestão de recursos e gastos e a pequena propriedade.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANTÍDIO LUNELLI

Antídio Lunelli é filho de agricultores, trabalhou na roça até os 17 anos. Em 1981, fundou a Lunelli, um dos maiores grupos da indústria têxtil do país, com unidades no Brasil e no Paraguai, e mais de cinco mil colaboradores. Também é empresário da comunicação e do agronegócio. Foi o primeiro prefeito reeleito da história de Jaraguá do Sul. Em 2022, disputou uma cadeira no Legislativo e foi eleito deputado estadual, sendo o terceiro candidato mais votado no Estado.

Nome completo: Antídio Aleixo Lunelli.
Data e local de nascimento: 16 de junho de 1963, em Corupá (SC).
Partido político: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Base eleitoral: Norte Catarinense.
Formação/profissão: Empresário.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Com mais de 40 anos de experiência no setor privado, Lunelli ingressou na política determinado a simplificar a máquina pública e entregar mais para a população. Foi com esses objetivos que atuou na Prefeitura de Jaraguá do Sul e transformou o município em exemplo de gestão eficiente e transparente. Carrega como principais bandeiras a desburocratização e a inovação, visando ao desenvolvimento econômico e aproximação dos serviços públicos com a população. Enxerga a educação e o trabalho como instrumentos de transformação, capazes de gerar mais oportunidades e qualidade de vida para todos. Defende maiores investimentos na infraestrutura, no saneamento, na saúde, na prevenção aos desastres naturais, na segurança e na educação. Sua missão como político é servir ao povo catarinense e ajudar a construir um futuro melhor.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



CARLOS HUMBERTO

Carlos Humberto nasceu em Balneário Camboriú. Aos 14 anos, começou a trabalhar em um hotel, onde fazia as compras da feira na Ceasa (SC). A partir de 2001 passou a atuar na empresa da família, na construção civil. Presidiu o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) de Balneário Camboriú. Eleito duas vezes vice-prefeito, além de deputado estadual suplente. Em 2022 conquistou uma cadeira na Alesc, com 46.445 votos. É o atual líder do governo.

Nome completo: Carlos Humberto Metzner Silva.
Data e local de nascimento: 5 de julho de 1981, em Balneário Camboriú (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Foz do Rio Itajaí (Balneário Camboriú, Itajaí e Camboriú).
Formação/profissão: Formado em Direito e atuação como empresário da construção civil.
Mandatos: deputado estadual suplente (2020) e deputado estadual eleito de 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Carlos Humberto trata de pautas relacionadas à Mobilidade Urbana, Saúde, Educação e Turismo. Além disso, a proteção das famílias catarinenses, o investimento nos municípios e a liberdade econômica são as três bandeiras defendidas pelo deputado. Pauta sua atuação pela defesa da melhoria da infraestrutura catarinense como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico. Também defende a revisão do pacto federativo, para que o percentual de recursos que retornam a Santa Catarina seja maior. Atualmente, o estado envia muito a Brasília e recebe pouco em retorno.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



CAMILO MARTINS

Procurador de carreira do legislativo de Palhoça (SC), iniciou a vida profissional em escritório de advocacia. Foi eleito e reeleito prefeito de Palhoça. Encerrou o segundo mandato com 87% de aprovação, a maior marca da história da cidade. Fez uma gestão voltada à geração de emprego e renda, transformou o ambiente de negócios, elevou a arrecadação da cidade sem aumentar impostos e investiu na infraestrutura. Agora, como deputado estadual, leva o que deu certo em Palhoça para Santa Catarina.

Nome completo: Camilo Nazareno Pagani Martins.
Data e local de nascimento: 30 de novembro de 1979, Palhoça (SC).
Partido político: Podemos.
Base eleitoral: Grande Florianópolis, Serra e Sul.
Formação/profissão: Formado em Direito (Unisul), pós-graduado em Direito Municipal e Eleitoral, advogado e procurador da Câmara de Vereadores de Palhoça.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Gestão inovadora, carisma, popularidade e preocupação com a população são pilares que guiam e marcam sua atuação política. Continua trabalhando nas questões de mobilidade urbana, infraestrutura, transporte público e saneamento básico. Enquanto prefeito, Palhoça fez a maior parceria público-privada em iluminação pública de Santa Catarina. Também é responsável pela execução da terceira faixa na BR-101 e pela retomada das obras do Contorno Viário, resultado da ação que ingressou na justiça quando prefeito. Outro ponto forte de sua carreira são os programas de bem-estar social, como o Criança com Visão, que distribui óculos de grau aos alunos da rede municipal; o Sorria Palhoça, que fornece próteses dentárias; e o Ciclo, que oferece absorventes higiênicos às mulheres; todos em pleno funcionamento atualmente.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



DR.VICENTE CAROPRESO

Nascido em Blumenau, reside em Jaraguá do Sul desde 1984, casado e pai de duas filhas. Médico neurologista, líder comunitário atuante, voluntário da APAE por mais de 30 anos e médico aposentado do SUS. Foi vereador, deputado federal, deputado estadual, Secretário de Estado da Saúde, atualmente deputado estadual em terceiro mandato. Defensor de propostas – especialmente na área da saúde pública – que elevem a qualidade de vida e os indicadores sociais e econômicos de Santa Catarina.

Nome completo: Vicente Augusto Caropreso.
Data e local de nascimento: 1º de setembro de 1956, em Blumenau (SC).
Partido político: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Base eleitoral: Região Norte/Nordeste de Santa Catarina.
Formação/profissão: Médico Neurologista.
Mandatos: 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Saúde, inclusão, obras e ações para que os municípios possam se desenvolver com qualidade de vida para todos os catarinenses. Defende firmemente que os catarinenses tenham acesso a bons serviços na saúde pública. É parceiro dos hospitais, especialmente dos filantrópicos, que respondem por 70% do atendimento pelo SUS. Como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, desenvolve diversas ações para levar informação de qualidade por meio de seminários e palestras, visando capacitar e promover a inclusão social, a inserção no mercado de trabalho e uma educação de qualidade para todos, incluindo pessoas com deficiência e autismo. A infraestrutura também é uma bandeira fundamental do deputado, por significar melhor qualidade de vida para a população e desenvolvimento para os municípios.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



EMERSON STEIN

Secretário municipal de Finanças (2001-2002), presidente municipal da Fundação de Turismo (2002), vereador (2009-2012), assessor parlamentar (2014-2015), prefeito (2016-2020) reeleito (2021-2022) com mais de 83% dos votos. Todos os cargos políticos foram exercidos no município de Portobelo (SC).

Nome completo: Emerson Luciano Stein.
Data e local de nascimento: 7 de janeiro de 1975, Blumenau (SC).
Partido político: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Base eleitoral: Região Vale do Itajaí – Litoral.
Formação/profissão: Superior em Gestão Pública/Corretor de Imóveis.
Mandato: 2023 a 2027 (como 1º suplente).

Principais bandeiras: Turismo é uma das principais fontes de renda e divulgação do nosso estado, onde temos as quatro estações. Para esta área dar certo e o estado ser a excelência que é, temos que, conjuntamente, mantermos os setores que fazem o tripé de sustentação que é o turismo. Nossa segurança, saúde e infraestrutura também precisam sempre de investimentos para dar qualidade de vida aos catarinenses.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



FABIANO DA LUZ

Nascido em Chapecó, Fabiano foi criado em Pinhalzinho, Oeste de Santa Catarina. Formado em Administração, fez pós-graduação em Gestão Pública. Foi radialista. Depois de vereador, em 2004, conquistou o cargo de prefeito em Pinhalzinho, de 2009 a 2016. Em 2018, foi eleito deputado estadual para a Alesc. Em 2021, coordenou e criou a Bancada do Oeste para debater e buscar soluções aos problemas da região. Em 2022, foi reeleito deputado estadual com 34.972 votos e, em 2023, reconduzido a Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Alesc.

Nome completo: Fabiano da Luz.
Data e local de nascimento: 4 de maio de 1974, em Chapecó (SC).
Partido político: Partido dos Trabalhadores (PT).
Base eleitoral: Oeste catarinense.
Formação/profissão: Administração Pública/Radialista.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A construção de um futuro sustentável para a nossa Santa Catarina exige a integração de três pilares fundamentais, que também são as nossas bandeiras: infraestrutura, agricultura familiar e direitos humanos. O investimento em infraestrutura é primordial para conectar as regiões, salvar vidas, gerar desenvolvimento econômico e qualidade de vida para a nossa gente. Além disso, defendemos nossos agricultores familiares porque sabemos que eles são cruciais para a nossa segurança alimentar, são eles que levam a comida para a nossa mesa, geram renda e preservam as tradições locais. Porém, todo esse desenvolvimento não pode vir sem a defesa dos direitos humanos, promovendo justiça social, inclusão e igualdade para todos.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



FERNANDO KRELLING

Joinvilense, Fernando Krelling é casado e pai de um menino. Graduado em Educação Física, pós-graduado em Gestão Pública, tem dedicado boa parte de sua vida a ajudar a desenvolver a comunidade e o Estado de Santa Catarina. Sua família tem vocação para a política. Seu avô, Arno, e o tio, Décio, foram eleitos vereadores de Joinville no passado, função que Fernando Krelling também exerceu após ser o vereador mais votado da história de Joinville no pleito de 2016. Em 2017, foi eleito presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.

Nome completo: Fernando Krelling.
Data e local de nascimento: 27 de junho de 1982, em Joinville (SC).
Partido político: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Base eleitoral: Norte e Nordeste catarinense.
Formação/profissão: Gestor público, empresário, educador físico.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A vocação de Fernando Krelling é atuar em busca de melhorias na qualidade de vida da população catarinense, fiscalizando o executivo, elaborando projetos de lei e programas que façam a diferença na vida das pessoas. Krelling tem como bandeiras fundamentais o esporte, a educação, a saúde e a segurança pública. Para o parlamentar, o esporte é uma ferramenta muito importante, transformadora, inclusiva e de promoção e desenvolvimento social, assim como educação de qualidade e excelência. Esporte é prevenção à saúde e também à segurança. Na Alesc, Fernando apresenta as demandas e articula por investimentos junto ao Poder Executivo, com o intuito de ampliar a assistência em saúde dos equipamentos e serviços municipais, e fortalecer as forças de segurança pública.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



IVAN NAATZ

Advogado, professor em Blumenau, Ivan Naatz foi suplente de deputado estadual, em 2008, pelo PV. Também vereador, pelo PDT; deputado estadual, PV – 2018. Reeleito, no PL, como mais votado do Vale do Itajaí, em 2022. Exerceu a liderança do PL e a presidência da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Proponente e relator da histórica CPI dos Respiradores, em 2020. Autor da PEC que proibiu a implantação dos pedágios urbanos no acesso aos municípios. É o atual presidente da União Interamericana de Parlamentares (UNIPA).

Nome completo: Ivan Naatz.
Data e local de nascimento: 1º de dezembro de 1966, em Blumenau (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL). Base eleitoral: Blumenau e Vale do Rio Itajaí.
Formação/profissão: Advogado, professor. Graduado em Direito e pós-graduado em Processo Civil pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Especialização em Direito na Universidade de Coimbra, Portugal; em Política, Ambiental e Cidadã pela Fundação Verde Herbert Daniel. Mestrado em Desenvolvimento Regional pela FURB. Doutorando em Ciências Jurídicas na Univali e Universidade de Perugia, Itália.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A defesa do municipalismo e o fortalecimento, sobretudo, dos pequenos municípios, bem como do turismo regional, de forma sustentável, além da defesa do contribuinte e a desburocratização de processos e procedimentos em prol do consumidor são algumas das principais bandeiras do deputado Ivan Naatz na Alesc. Também atua na defesa do meio ambiente e sua conciliação com as iniciativas empreendedoras, no combate à corrupção no setor público, na busca de melhorias e mais recursos para setores da saúde hospitalar, educação, ampliação da mobilidade urbana e obras de infraestrutura nos municípios e rodovias estaduais, além da efetiva implantação da Região Metropolitana de Blumenau e leis mais rigorosas de proteção animal.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JAIR MIOTTO

Nascido em 1970, em São Lourenço do Oeste. Residiu nove anos em Chapecó. Atua como pastor, palestrante, escritor e administrador. Também exerce a função de 2º vice-presidente e secretário administrativo e financeiro do Conselho Estadual de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), de Santa Catarina.

Nome completo: Jair Antonio Miotto.
Data e local de nascimento: 31 de julho de 1970, em São Lourenço do Oeste (SC).
Partido político: União Brasil (União).
Base eleitoral: Oeste, Grande Florianópolis e Sul catarinense.
Formação/profissão: Bacharel em Administração, com registro no Conselho Regional de Administração, é formado em Ciências Políticas e pós-graduado em Teologia.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Busca pela excelência na função legislativa, com 26 leis em vigor no Estado, austeridade nos gastos com os recursos públicos, investimentos nos municípios com mais de R\$ 80 milhões em emendas pagas. Valores Cristãos e da Família, contra o aborto e a legalização das drogas, contra o ensino de ideologia de gênero e a doutrinação das crianças nas escolas. Contra a corrupção e a favor da liberdade econômica e de expressão.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JESSÉ LOPES

Filho de Júlio Cesar Lopes e Maria Julia de Faria Lopes, Jessé é casado com Moyra Feltrin Lopes e, juntos, são pais do Davi Cesar. Jessé Lopes é dentista há mais de 10 anos, faixa preta de Jiu-jitsu e de Karatê, foi professor de artes marciais por hobby por mais de 10 anos. Participou de vários campeonatos estaduais e nacionais, sendo destaque nas duas modalidades. Foi eleito deputado estadual para a Assembleia Legislativa em 2018 quando obteve 31.595 votos, tendo sido reeleito em 2022 com 55.013 votos.

Nome completo: Jessé de Faria Lopes.
Data e local de nascimento: 14 de maio de 1982, em Criciúma (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Criciúma.
Formação/profissão: Cirurgião-dentista.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Jessé é conhecido como um grande defensor e apoiador da segurança pública e por manter-se firme em seus propósitos e objetivos na defesa do conservadorismo, da família tradicional, dos valores morais cristãos e por ser contra o aborto e outros males trazidos pela ideologia marxista. Também defende a liberdade individual, como o porte e a posse de armas de fogo pelo cidadão de bem.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JOSÉ MILTON SCHEFFER

Casado com Juçara Borba Scheffer e pai de Rafael, Aline e Marcela Scheffer. Destacou-se como Diretor Administrativo e Financeiro da EPAGRI/SC. Foi prefeito de Sombrio por dois mandatos. Sua atuação é marcada pela presidência das Frentes Parlamentares do Cooperativismo, Silvicultura e Saúde dos Catarinenses, além de participar em Comissões Legislativas estratégicas. Coordenador da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz em SC. Responsável por importantes leis e programas que podem ser consultados no seu perfil oficial na Alesc.

Nome completo: José Milton Scheffer.
Data e local de nascimento: 13 de setembro de 1960, em Sombrio (SC).
Partido político: Partido Progressista (PP).
Base eleitoral: Sul catarinense.
Formação/profissão: Engenheiro Agrônomo – Extensio-nista Rural da Epagri.
Mandatos: 2011 a 2015, 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O deputado Zé Milton, que tem como característica estar próximo das pessoas, construiu sua carreira política com base na credibilidade, trabalho e resultado. Dentre suas bandeiras se destacam a agricultura, na qual trabalha incansavelmente para apoiar as famílias rurais, promovendo políticas que incentivem a produção sustentável e a competitividade no mercado. Na saúde, na qual preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Hos-pitais, busca constantemente mais investimentos e ações de promoção para ampliar o acesso e a qualidade do atendimento. Ex-prefeito, defende a autonomia e o fortalecimento das gestões munici-pais. Destaca-se por ser um fervoroso defensor da inclusão das pessoas com deficiência, promovendo seminários e ações para garantir a acessibilidade e igualdade de oportunidades para todos.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JULIO GARCIA

Deputado estadual em seu sétimo mandato e pre-sidente da Escola do Legislativo. Foi presidente da Alesc eleito três vezes com a unanimidade dos votos, tendo assumido interinamente o governo do Estado e criada a Lei das Apaes, que institui o repasse de recursos públicos para todas as Apaes catarinenses. Foi conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, presidente do Badesc e da Casan. Fun-cionário de carreira do BESC, chegando ao cargo de diretor de Crédito Geral e Câmbio da instituição.

Nome completo: Julio Cesar Garcia.
Data e local de nascimento: 28 de março de 1950, em Florianópolis (SC).
Partido político: Partido Social Democrático (PSD).
Base eleitoral: Região Sul de SC.
Formação/profissão: Técnico em Contabilidade. Funcionário de carreira do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).
Mandatos: 1987 a 1991, 1991 a 1995, 1999 a 2003, 2003 a 2007, 2007 a 2011, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Defensor das causas sociais, voluntário do Movimento Apaeano, Julio Garcia de-fende que “Política é a arte de fazer o bem!”. É autor da Lei das Apaes – pioneira no Brasil. Julio Garcia defende que as Apaes tenham uma fonte perma-nente de recursos, a fim de que não dependam so-mente de doações e campanhas. E isso foi possível em 2005 quando, como presidente da Assembleia Legislativa, assumiu interinamente o governo do Estado. Nesse período, concebeu e encaminhou o Projeto de Lei ao Legislativo Catarinense garantindo os recursos mensais provenientes do Fundo Social para as Apaes de Santa Catarina, distribuídos de acordo com o número de alunos de cada unidade. Naquele momento, 183 Apaes foram beneficiadas.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



LUCAS NEVES

Lucas Neves começou sua trajetória profissional em Lages, atuando em veículos de comunicação locais, onde foi repórter e apresentador na RBS TV. Em 2016, candidatou-se a vereador em Lages, tornan-do-se o mais votado da história da cidade. Em 2018, disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ficando como quarto suplente de sua coligação. Em 2020, foi candidato a prefeito de Lages. Atualmente, está em seu primeiro mandato como deputado estadual, eleito com 23.053 votos nas eleições de 2022.

Nome completo: Lucas Felipe Melo Neves.
Data e local de nascimento: 26 de novembro de 1988, em Lages (SC).
Partido político: Podemos.
Base eleitoral: Serra Catarinense e Meio-Oeste Catarinense.
Formação/profissão: Jornalista formado com pós-gradua-ção em Gestão Pública.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O deputado Lucas Neves foi eleito com o compromisso de melhorar a vida das pessoas e impulsionar o desenvolvimento regional. Suas principais bandeiras são o incentivo ao turismo, fundamental para o crescimento econômico local, e o apoio à agricultura sustentável, fortalecendo a produção rural. Lucas vê a educação como chave para o progresso social. Também defende políticas rigorosas contra as drogas e a promoção da inclusão social, garantindo oportunidades iguais para todos.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



LUCIANE CARMINATTI

Atuou como professora e coordenadora pedagógica em escola pública de Chapecó antes de ocupar cargos públicos eletivos. Foi vereadora por dois mandatos, secretária municipal da Educação em Chapecó e é deputada estadual desde 2011. Como secretária da Educação municipal, levou para Chapecó o campus da Udesc. Coordenou o movimento pró-Universidade Federal no Oeste, garantindo a instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Em 2021, liderou a implementação do Observatório da Violência contra a Mulher (OVM) na Alesc.

Nome completo: Luciane Maria Carminatti.
Data e local de nascimento: 9 de julho de 1970, em Chapecó (SC).
Partido político: Partido dos Trabalhadores (PT).
Base eleitoral: Oeste catarinense.
Formação/profissão: Professora, graduada em Pedagogia com especialização em Educação Especial e habilitação em Orientação Educacional.
Mandatos: 2011 a 2015, 2015 a 2019, 2019 a 2023, 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Liderança política reconhecida em Santa Catarina por sua atuação em diversas áreas com prioridade para a Educação, sendo a voz em defesa da educação pública, dos profissionais da educação, da inclusão, dos direitos das mulheres, da cultura, da assistência social e da economia solidária. Também atua na defesa do serviço público de qualidade e na maior participação das mulheres na política. Tem se tornado uma intermediadora das ações do governo federal no Estado, especialmente para Educação e Cultura.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MARCIUS MACHADO

Decidiu seguir carreira política e, antes de concorrer, qualificou-se cursando Ciência Política na Univali, em Itajaí. Lá, presidiu por dois mandatos o Centro Acadêmico do curso. Ao retornar a Lages, cursou Direito na Uniplac, sendo eleito e reeleito presidente do Diretório Central dos Estudantes. Participou de sete eleições, tendo três aprendizados e quatro vitórias. Além de vender sonhos como político, "transformo vidas como treinador de desenvolvimento pessoal".

Nome completo: Marcius da Silva Machado.
Data e local de nascimento: 23 de janeiro de 1979, em Santa Maria (RS).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Serra Catarinense.
Formação/profissão: Formado e pós-graduado em Ciência Política, advogado e treinador de desenvolvimento pessoal.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Atua fortemente na proteção animal no Estado. Criou a Comissão Permanente de Proteção e Bem-Estar Animal, da qual é presidente. Autor da Lei nº 18.057, que dispõe sobre a conscientização dos direitos dos animais domésticos e silvestres nas escolas públicas e privadas; e da Lei nº 18.058, que garante o direito às pessoas de alimentar animais em situação de rua. Trabalha fortemente no combate à Farra do Boi, tendo aprovado a Lei nº 18.877, que aplica multa aos farristas. A Lei nº 18.684, que estabelece penalidade de multa para as práticas de abandono de animais, zoofilia, corrida de cães, rinha de galo é também de autoria do deputado, que foi o primeiro na história de SC a indicar recursos de emendas impositivas para a castração de animais.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MARCOS VIEIRA

Filho da professora Hilda Teodoro Vieira e do pescador Francisco Magno Vieira. Casado com Ivonete Petres. Pai da Eliza e da Priscila. Avô do Francisco e Frederico. Foi servidor público concursado do IPESC. Formado em Direito, pela UFSC. Advogou por mais de 25 anos. Chefe de gabinete da presidência da Alesc. Diretor da Santur e do Ciasc. Foi Secretário de Estado da Administração no governo Luiz Henrique da Silveira. Em 2024 foi eleito pela quarta vez presidente estadual e vice-presidente nacional do PSDB.

Nome completo: Marcos Luiz Vieira.
Data e local de nascimento: 19 de agosto de 1953, Florianópolis (SC).
Partido político: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Base eleitoral: Grande Florianópolis e Grande Oeste.
Formação/profissão: Advogado.
Mandatos: 2007 a 2011, 2011 a 2015, 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Municipalista por convicção, é um defensor de mais distribuição de recursos aos municípios. É autor do projeto de obrigatoriedade do exame oftalmológico nos alunos de 1ª a 5ª séries da rede de ensino, reconhecido pelo Senado com o Prêmio Mérito Legislador; e da Lei 16.597, que altera o retorno de parte do ICMS para os municípios que tenham empresas que fabricam produtos para exportação. Também são de sua autoria: a Lei 18.8761/2024, que cria o Programa de Qualificação dos Consórcios Interfederativos de Saúde e garante o repasse de recursos do Governo do Estado para os municípios realizarem mais exames e consultas; a Lei de controle de cães da raça pitbull; e a Lei que proíbe a realização de trotes violentos nas universidades. Relator do projeto que destina recursos para a prevenção à seca.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MÁRIO MOTTA

Mário Motta nasceu no Circo Teatro Motinha e Nhá Fia, que era dos seus pais. Ainda criança, apresentou números de acrobacias, trapézio, palhaço, entre outros. Após o fim do circo, a família se fixou em Tupã (SP). Formou-se em Educação Física e, na mesma época, iniciou no jornalismo na Rádio Piratininga, em Tupã. Em 1975, mudou-se para Santa Catarina, onde trabalhou como professor e em várias emissoras de rádio e TV, incluindo a RBS (atualmente NSC TV), onde se destacou como âncora e colunista.

Nome completo: Mário Pinto da Motta Júnior.
Data e local de nascimento: 25 de março de 1952, em Santo André (SP).
Partido político: Partido Social Democrático (PSD).
Base eleitoral: Grande Florianópolis e Região Serrana.
Formação/profissão: Graduado em Educação Física. Além de ter atuado como professor, Mário Motta trabalhou por mais de três décadas como comunicador, sendo por 36 anos apresentador do Jornal do Almoço.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A prioridade do mandato é a educação. Além de ser o caminho para mudar futuros, a educação é parte da vida do deputado que se aposentou como professor de Educação Física. Sendo assim, grande parte das ações do mandato são focadas no aprimoramento da educação catarinense. Outra bandeira do parlamentar é o fomento do esporte, área que também transforma vidas. Além disso, o deputado baseia a sua atuação na fiscalização. Com uma equipe técnica, o gabinete acompanha, monitora e questiona as ações do Governo, visando, especialmente, a redução do gasto do dinheiro público, a qualidade da prestação dos serviços e a garantia de que cada cidadão terá do Estado aquilo que é de direito para uma vida digna.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MARQUITO

Em seu primeiro ano como deputado estadual de Santa Catarina, Marquito assumiu a presidência da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Suas principais áreas de atuação são ecologia e justiça social. Foi vereador de Florianópolis por seis anos, sendo autor das Leis da Compostagem, Política Municipal da Agroecologia e Produção Orgânica, Floripa Zona Livre de Agrotóxicos e Direitos da Natureza. Essa última lei virou uma referência internacional e foi apresentada por Marquito na ONU em 2022.

Nome completo: Marcos José de Abreu.
Data e local de nascimento: 06 de dezembro de 1979, em Florianópolis (SC).
Partido político: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).
Base eleitoral: Grande Florianópolis.
Formação/profissão: Engenheiro Agrônomo, mestre em Agroecossistemas.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Ecologia e justiça social são os temas centrais do mandato do parlamentar, também aberto a quaisquer outras demandas da população. Ecologia é a ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o ambiente. É um conceito que nos guia por ser sistêmico, por tratar da interdependência entre todos os seres, por buscar um caminho saudável para nossa casa comum. Além de ser muito acionado para auxiliar em denúncias de danos ao meio ambiente, o deputado dedica-se à construção de legislações e ações que evitem impactos ambientais e promovam justiça climática. Assim, a proteção da natureza une-se à defesa da dignidade humana. Marquito trabalha por uma realidade em que todas as pessoas tenham acesso à alimentação, moradia, educação, saúde, cultura e assistência social, como garante a Constituição Brasileira.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MASSOCCO

Edilson Massocco é filho de agricultores. Ainda jovem descobriu que tinha jeito para empreender. Começou vendendo produtos produzidos pela família. Depois abriu seus próprios negócios: vendeu primeiro livros, depois roupas e logo prosperou em diversos segmentos. Entrou na política em 2012, incomodado com os problemas de sua cidade. Foi o vereador mais votado da história de Concórdia. Ganhou notoriedade e respeito, foi eleito e reeleito vice-prefeito. Em 2022 chegou à Alesc como deputado estadual.

Nome completo: Edilson Massocco.
Data e local de nascimento: 1º de agosto de 1971, em Concórdia (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Oeste Catarinense.
Formação/profissão: Ensino Médio incompleto.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: 1ª) Fortalecer a representatividade do Agro é sua principal bandeira, que carrega com o orgulho e o conhecimento de quem nasceu, cresceu e empreendeu na roça. 2ª) Infraestrutura, como importante ferramenta para o desenvolvimento, propulsora da indústria, do agro e do comércio, além de simbolizar qualidade de vida ao catarinense com mais segurança e economia de tempo e dinheiro. 3ª) A defesa da família e da vida sempre foi uma de suas prioridades, zelando por um futuro melhor. Vê neste o vínculo mais importante entre as pessoas, fruto da união e do amor. 4ª) Defesa do Grande Oeste Catarinense. Região de indústria forte e agro pujante, é o lar de pessoas trabalhadoras, ordeiras e resilientes. Massocco usa de representatividade na Alesc para trabalhar pela região.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



MATHEUS CADORIN

Matheus Andreis Cadorin, nascido em Joinville, é formado em Relações Internacionais. Com vasta experiência em gestão empresarial e aceleração de startups, foi diretor-executivo dos Bombeiros Voluntários de Joinville e Gestor de Desenvolvimento Econômico Municipal em Joinville e Jaraguá do Sul. Atualmente, representa a região de Joinville na Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelo Partido Novo.

Nome completo: Matheus Andreis Cadorin.
Data e local de nascimento: 16 de abril de 1981, em Joinville (SC).
Partido político: Partido Novo (Novo).
Base eleitoral: Joinville.
Formação/profissão: Graduado em Relações Internacionais, tem experiência empresarial na área de gestão, com foco em aceleração de startups.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Matheus Cadorin defende a inovação e o empreendedorismo como motores do desenvolvimento econômico sustentável de Santa Catarina. Suas principais bandeiras incluem a aceleração de startups, desburocratização e fortalecimento do voluntariado. Cadorin é autor do projeto "Tô de Olho! - Desperdício Zero em SC", que fiscaliza o mau uso do dinheiro público, e do projeto de lei para pagamento de taxas e impostos por Pix, facilitando a vida dos catarinenses. No primeiro ano de mandato, economizou mais de R\$ 1 milhão em despesas de gabinete, demonstrando compromisso com a eficiência e respeito ao dinheiro do contribuinte.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



NAPOLEÃO BERNARDES

Nascido em 28 de setembro de 1982, Napoleão Bernardes é advogado e professor universitário. Iniciou a carreira política como vereador em Blumenau, em 2009. Em 2012, foi eleito o prefeito mais jovem e mais bem votado da história da cidade, com mais de 129 mil votos. Concorreu à reeleição, em 2016, e venceu mais uma vez. Em 2018, foi candidato a vice-governador de Santa Catarina, e, em 2022, se elegeu deputado estadual, com cerca de 37 mil votos. Atualmente, está filiado ao PSD.

Nome completo: Napoleão Bernardes Neto.
Data e local de nascimento: 28 de setembro de 1982, em Blumenau (SC).
Partido político: Partido Social Democrático (PSD).
Base eleitoral: Vale do Itajaí.
Formação/profissão: Advogado e professor universitário, com mestrado em Ciência Jurídica e especialização em Ciências Criminais.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Por ter atuado como prefeito e vereador, Napoleão conhece profundamente as dificuldades e os desafios vividos pelos municípios catarinenses. Por isso, empunha a bandeira municipalista, com foco na descentralização de serviços e de recursos públicos, possibilitando maior autonomia às prefeituras e resolutividade às necessidades específicas de cada população. O deputado também acredita no poder da educação e da igualdade de oportunidades como ferramentas indutoras do desenvolvimento econômico, humano e social. Por fim, Bernardes defende a adoção dos mecanismos de inovação e governo aberto como forma de promover eficiência na gestão pública, aprimorar a tomada de decisões e combater a corrupção, garantindo, assim, que mais e melhores resultados sejam entregues à sociedade.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



NEODI SARETTA

Neodi Saretta, advogado com 35 anos de experiência política, começou sua carreira em 1988 como o mais jovem vereador eleito em Concórdia pelo PT. Em 1994, foi eleito deputado estadual, sendo o mais jovem daquela legislatura, e em 1998 tornou-se o mais jovem presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Foi eleito prefeito de Concórdia em 2000 e reeleito em 2004. Eleito deputado em 2011, está em seu sexto mandato como deputado e há oito anos como presidente da Comissão de Saúde.

Nome completo: Neodi Saretta.
Data e local de nascimento: 18 de outubro de 1963, em Jaborá (SC).
Partido político: Partido dos Trabalhadores (PT).
Base eleitoral: Meio Oeste catarinense.
Formação/profissão: Advogado, ex-prefeito de Concórdia.
Mandatos: 1995 a 1999, 1999 a 2003, 2011 a 2015, 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O deputado Neodi Saretta destacou Saúde, Educação e Infraestrutura como suas principais bandeiras. Para ele, a saúde é a prioridade máxima, pois acredita que é a base de tudo. Com oito anos na presidência da Comissão de Saúde, Saretta afirma conhecer profundamente as angústias dos catarinenses. Ele é autor do projeto de lei que institui o Fundo Estadual de Combate ao Câncer. A educação também é uma de suas prioridades, pois ele vê nela a base do desenvolvimento humano. Além disso, defende fortemente a infraestrutura e, desde 2011, tem lutado por melhorias nas rodovias catarinenses, como a revitalização da SC-283, visando aprimorar as condições de tráfego e segurança para a população.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



NILSO BERLANDA

Nilso José Berlanda nasceu em 1º de novembro de 1961, em Nova Itaberaba (SC). Filho de Adelar Berlanda e Nair Berlanda (in memoriam). É casado com Leoni desde 1984, pai de Aline e Leonardo, avô da Júlia, de Lucas de Pedro. Começou a vida profissional como carregador de malas em Chapecó, foi office-boy, além de bancário no antigo Banco do Estado de Santa Catarina – BESC. Em 1991, junto com a esposa Leoni, inaugurou a primeira loja Berlanda. Atualmente, a Rede conta com cerca de 200 lojas.

Nome completo: Nilso José Berlanda.
Data e local de Nascimento: 01 de novembro de 1961, em Nova Itaberaba (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Curitibanos e região.
Formação/profissão: Administração de Empresas Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Empresário e industrial.
Mandatos: 2011 a 2015, 2015 a 2019, 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O deputado estadual Nilso Berlanda é reconhecido por suas bandeiras em prol do desenvolvimento econômico e do comércio varejista em Santa Catarina. Como deputado estadual, ele advoga por políticas que estimulem o crescimento das empresas locais, especialmente no setor industrial. Além disso, Berlanda apoia iniciativas que fortaleçam o comércio varejista, buscando criar um ambiente favorável aos pequenos e médios empreendedores, essenciais para a economia regional.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



OSCAR GUTZ

Oscar Gutz é casado com Andréia Roloff Gutz, pai da Beatriz e do Dener. Iniciou a vida profissional na agricultura e há 35 anos é empresário no ramo madeireiro. Como empresário conquistou prêmios e certificações internacionais pela qualidade dos produtos que são exportados para todos os continentes. Na vida pública, presidiu associações e foi eleito prefeito duas vezes de Pouso Redondo. Em 2022, foi considerado o melhor prefeito da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), com mais de 90% de aprovação popular.

Nome completo: Oscar Gutz.
Data e local de nascimento: 04 de junho de 1964, em Taió (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Vale do Itajaí.
Formação/profissão: Ensino Médio. Empresário.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A descentralização da Saúde, a valorização da Agricultura, melhoria na Infraestrutura e o combate às cheias no Alto Vale. Teve conquistas importantes, como o início das obras de implantação da radioterapia no Hospital Regional Alto Vale e a habilitação para mais especialidades, de modo que o atendimento ao cidadão aconteça perto de seu domicílio. Na infraestrutura, trabalha pela BR 470 e assegurou R\$ 170 milhões para a rodovia; importantes rodovias estaduais foram incluídas no Programa Estrada Boa. Além disso, atuou na crise do setor leiteiro, construindo junto com o governo do estado o programa Leite Bom. Há 40 anos era aguardada a dragagem do Rio Itajaí-Açu, que foi iniciada em 2024 por meio da articulação do deputado Oscar, bem como o início das obras de contenção das cheias no Alto Vale.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



PEPÊ COLLAÇO

Formado em Direito, iniciou a carreira na vida pública aos 22 anos, quando foi eleito vereador. Reeleito para mais dois mandatos, presidiu a Câmara de Vereadores de Tubarão em duas ocasiões. Em 2008, foi eleito vice-prefeito de Tubarão. Também foi diretor administrativo do Departamento de Transportes e Terminais (DETER), gestor da Secretaria Adjunta de Defesa Civil de Santa Catarina e superintendente geral da Agência Reguladora de Saneamento de Tubarão.

Nome completo: Felipe Luiz Collaço.
Data e local de nascimento: 13 de julho de 1978, em Tubarão (SC).
Partido político: Partido Progressistas (PP).
Base eleitoral: Tubarão – Associação Municípios Região de Laguna (Amurel).
Formação/profissão: Pós-Graduação em Direito Constitucional.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Ser a voz de toda região Sul Catarinense, em especial a de Tubarão e da Amurel. Lutar para que se torne realidade o projeto de lei que prevê sessões de cinema especiais para pessoas com transtorno do espectro autista. Captar recursos para que a emergência do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Tubarão, se torne realidade. Trabalhar para que seja concretizada a obra de duplicação da SC-370, entre Tubarão e Braço do Norte. Redragagem do Rio Tubarão.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



SARGENTO LIMA

Ainda adolescente, Sargento Lima veio para Santa Catarina com a família. cursou o Curso Técnico Agrícola no Paraná e serviu ao Exército em Joinville (SC). Trabalhou como domador de cavalos até 1996, quando passou no concurso da Polícia Militar – PM. Sentou praça em Joinville, no 8º Batalhão. Ao assumir como deputado, em 2019, precisou ir para a reserva. Politicamente, herdou do pai o ódio ao comunismo – o pai se refugiou no Brasil após sair da Cortina de Ferro, região dominada pela antiga União Soviética no pós-guerra.

Nome completo: Carlos Henrique de Lima.
Data e local de nascimento: 6 de agosto de 1972, em Belo Horizonte (MG).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Joinville – Região Norte de SC.
Formação/profissão: Sargento da reserva da PM. Formado em Processos Gerenciais e pós-graduado em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O deputado estadual Sargento Lima entrou na política partidária e disputou uma eleição com o propósito de quebrar o establishment. Ou seja, combater o grupo social dominante, a elite que controla a política, o grupo fechado que está entrincheirado em instituições de poder. Nesta linha, apresentou projetos de lei: que buscam a descentralização de poder; que dificultam a invasão de propriedades; e de combate à imposição da linguagem neutra. Também apresentou propostas que buscam a relação correta entre empresas e o Estado.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



SÉRGIO GUIMARÃES

Filho caçula de Luiz Guimarães e Jaira da Rosa Nascimento. Em Tubarão, concluiu o Ensino Médio e se formou em Comunicação Social pela Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Trabalhou nas principais emissoras do país, tornando-se referência no jornalismo catarinense. Em 2020, foi candidato a prefeito de Palhoça pelo Partido Liberal (PL). Casado com Dayana Wolff, pai de Nicole e Felipe.

Nome completo: Sérgio da Rosa Guimarães.
Data e local de nascimento: 13 de janeiro de 1983, em Laguna (SC).
Partido político: União Brasil.
Base eleitoral: Grande Florianópolis.
Formação/profissão: Jornalista.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Eleito com 27.977 votos, tem presença forte nos municípios da Grande Florianópolis e em defesa das populações vulneráveis. Pauta seu mandato em ações fiscalizadoras em áreas como saúde, educação e segurança. Ademais, reforça a atuação nestes setores em projetos de lei apresentados que incluem o desenvolvimento econômico, como melhorias na infraestrutura catarinense. Faz do dever de fiscalizar do parlamentar a bandeira para o pleno desenvolvimento social e econômico de todos os catarinenses.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



SÉRGIO MOTTA

Bispo licenciado da Igreja Universal, Sergio Motta é casado com Marcia Passos Ribeiro, com quem tem um filho, Daniel Passos Ribeiro. Com 25 anos, mudou-se para Portugal e dedicou-se a projetos sociais voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Quando voltou para o Brasil, aos 38 anos de idade, continuou atuando em atividades da Igreja. Desde 2018 é deputado estadual pelo Republicanos (antigo Partido Republicano Brasileiro – PRB), estando em seu segundo mandato.

Nome completo: Sergio Motta Ribeiro.
Data e local de nascimento: 12 de maio de 1968, no Rio de Janeiro (RJ).
Partido político: Republicanos.
Base eleitoral: Grande Florianópolis.
Formação/profissão: Ensino Médio completo e Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: A principal bandeira do deputado Sergio Motta é a defesa da concepção tradicional de família cristã. Para que essa defesa seja colocada em prática, deve-se trabalhar pela melhoria de áreas como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Os valores da nossa sociedade, em grande parte, são fundamentados nos ensinamentos de Deus e Santa Catarina é um dos estados mais cristãos do país, independente da religião. Justamente por isso, o deputado Sergio Motta pensa que quando se defende a família em sua definição tradicional, defendem-se os interesses do cidadão. Não existe problema algum em seguir uma visão de mundo diferente do comum, todavia, nossos valores e tradições, passados de pai para filho no decorrer da história, devem ser conservados para que possamos viver em harmonia.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



SORATTO

Soratto é filho de Estêner Soratto da Silva e Marilza Rosalba Raulino da Silva. Casado com Grazielle de Souza Soratto da Silva, é pai do Manoel. Começou sua trajetória política ocupando os cargos de Secretário de Indústria e Comércio, de Gestão, e de Estado do Desenvolvimento Regional de Tubarão. Em 2020, foi eleito vereador. Em 2022, candidatou-se a deputado estadual. Em 2023, assumiu a Secretaria da Casa Civil, onde trabalhou para trazer melhorias a todos os catarinenses. Em 2024, retornou à Assembleia.

Nome completo: Estêner Soratto da Silva Júnior.
Data e local de nascimento: 16 de maio de 1977, Tubarão (SC).
Partido político: Partido Liberal (PL).
Base eleitoral: Associação Municípios Região de Laguna – Amurel.
Formação/profissão: Formação acadêmica em Direito. Advogado há 24 anos, pós-graduado em Direito Processual Civil e Direito Notarial e Registral, e Corretor de Seguros desde 2012.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Eleito deputado para representar o Sul de SC, sua missão é devolver à região o protagonismo perdido. A duplicação da BR-101 na região Sul sofreu um atraso de 10 anos em relação ao Norte, prejudicando o desenvolvimento. Algumas das bandeiras de seu mandato são: lutar por infraestrutura adequada para o crescimento sustentável; e a geração de empregos, gerando oportunidades de trabalho que proporcionem dignidade e qualidade de vida. Defende políticas públicas que incentivem a instalação de novas empresas, apoiem o empreendedorismo local e a qualificação profissional. Também valoriza a educação, a saúde e a segurança. Sua atuação é guiada pelo compromisso de ouvir e atender às necessidades da comunidade, trabalhando incansavelmente para que o Sul de Santa Catarina recupere sua força e destaque no cenário estadual.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



TIAGO ZILLI

De hábitos simples, herdou do pai Adelino Zilli a disposição para o trabalho e, da mãe Anair Zilli, fé e confiança nos valores humanos e religiosos. Casado com Luci, têm três filhos: Willian, Bernardo e Maria Emília, e é avô do Santiago. Empresário e sócio-proprietário das Lojas Adelino, com 25 unidades em SC e no RS. Iniciou sua carreira política em Turvo, foi vice-prefeito em 2012 e prefeito em 2016, ganhando o prêmio da Firjan, em 2019, pela melhor gestão fiscal de SC e 5ª melhor do Brasil.

Nome completo: Tiago Zilli.
Data e local de nascimento: 30 de outubro de 1967, em Timbé do Sul (SC).
Partido político: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Base eleitoral: Região Sul de Santa Catarina.
Formação/profissão: Graduação em Direito pela Unisul e especialização em Administração de Empresas.
Mandato: 2023 a 2027.

Principais bandeiras: Defende a ampliação da representatividade política do Sul, investimentos constantes em saúde, humanizando o atendimento e melhorando a infraestrutura das unidades de saúde como hospitais e postos, a redução da carga tributária na economia catarinense, a geração de emprego e renda, fomento e apoio ao turismo, fortalecimento do agronegócio e investimentos em infraestrutura. No Parlamento Catarinense, preside a Comissão de Assuntos Municipais e integra a Comissão de Constituição e Justiça; a Comissão de Segurança Pública e a Comissão dos Direitos do Consumidor e do Contribuinte e de Legislação Participativa.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

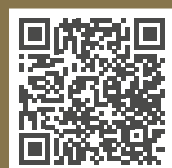


VOLNEI WEBER

Volnei Weber é empresário, empreendedor, pai de família e político. Casado com Simonete, pai do Jorge Luiz, Jordhana e João Lucas (em memória) e avô do Miguel, Tito e Conrado. Natural de São Ludgero, foi eleito prefeito do município, sendo que na segunda vez, foi reeleito com quase 80% dos votos, ou seja, 92% de aprovação, maior percentual do Brasil. Empresário bem-sucedido, segue seu caminho com trabalho e honestidade, agora, como deputado estadual em seu segundo mandato.

Nome completo: Volnei Weber.
Data e local de nascimento: 1º de julho de 1956, em São Ludgero (SC).
Partido político: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Base eleitoral: Região Sul catarinense.
Formação/profissão: Empresário.
Mandatos: 2019 a 2023 e 2023 a 2027.

Principais bandeiras: O deputado estadual Volnei Weber atua em diversas bandeiras, mas se identifica mais com a indústria, agricultura, turismo, infraestrutura e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento da economia catarinense, uma vez que geram emprego, renda e qualidade de vida, além de fortalecerem ainda mais o estado de Santa Catarina. Seu trabalho é voltado principalmente para as pessoas, sejam os catarinenses, sejam os turistas que aqui nos visitam e contribuem para a economia local. Seu slogan de trabalho e vida é: “Respeito, isso muda tudo”, além de sempre empregar em tudo que faz a teoria dos quatro Ds: Dedicação, Determinação, Disciplina e Deus!



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

DEPUTADOS E DEPUTADAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1891 A 2024

Nas próximas páginas apresentamos 763 nomes dos deputados e deputadas que fazem parte dos 190 anos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A fonte desta Relação, organizada em ordem alfabética, é a Coordenadoria de Documentação da Alesc, com dados atualizados em 17/09/2024. Para pesquisas complementares sobre cada parlamentar, a Coordenadoria detém as datas das legislaturas nas quais participaram todos os deputados e deputadas listados, bem como o(s) partido(s) político(s) aos quais eram ou ainda são vinculados. As biografias completas dos parlamentares podem também ser acessadas no website Memória Política de Santa Catarina (<https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>), menu Biografias.

Abdon Batista
Abel Ávila dos Santos
Abílio Justiniano de Oliveira
Acácio Pereira
Achiles Balsini
Ada Faraco de Luca
Adelor Francisco Vieira
Ademar Frederico Duwe
Ademar Garcia Filho
Ademar Paladini Chisi
Aderbal Guarany da Rosa
Aderbal Ramos
Aderbal Tavares Lopes
Adherbal Ramos Cabral
Adílio Bertoncini
Adilor Guglielmi
Adilson Paes Ventura
Adir Cardoso Gentil
Admir Aúreo Bortolini
Adriano Curi
Adriano de Martini (Adrianinho)
Adriano Pereira
Afonso Cavalcanti do Livramento
Afonso Guizzo
Afonso Spaniol
Afrânio Boppré
Agostinho Mignoni
Agripa de Castro Faria
Alan Índio Serrano
Alba Terezinha Schlichting
Albino Zeni
Aldo Pereira de Andrade
Aldo Schneider
Alessandro Sandro Tarzan S. Campos da Silva
Alexandre Ernesto de Oliveira
Alexandre Marcelino Bayma
Alfredo Campos
Alfredo Cherem
Alfredo Felipe da Luz
Alfredo Nóbrega de Oliveira
Algemiro Manique Barreto
Aloísio Acácio Piazza
Altair Guidi
Altair Silva
Altir Weber de Mello
Álvaro Catão
Álvaro Correia
Álvaro Ramos Vieira
Álvaro Trindade Cruz
Alvim Schrader
Amilcar Gazaniga
Ana Caroline Campagnolo Martins
Ana Paula Lima
Anderlei Antonelli
André de Oliveira
André Fretta May
André Luiz Dadam
André Wendhausen
Antônio Pereira Filho
Anes Gualberto
Angela Albino
Angelino Rosa
Antenor Tavares
Antídio Lunelli
Antonietta de Barros
Antônio Carlos Konder Reis
Antônio Carlos Vieira
Antônio Ceron
Antônio de Barros Lemos
Antônio de Castro Gandra
Antônio Dib Mussi
Antônio Edú Vieira – PSD
Antônio Gomes de Almeida
Antônio Guglielme Sobrinho
Antônio Heil
Antônio Henrique Bulcão Viana
Antônio Luz Neto
Antônio Mâncio da Costa2
Antônio Mauro Aguiar
Antônio Menezes Lima
Antônio Nunes Varella
Antônio Palma
Antônio Pedro de Andrade Müller
Antônio Pereira da Silva e Oliveira
Antônio Pereira Oliveira Filho
Antônio Pichetti
Antônio Pinto da Costa Carneiro
Antônio Plínio de Castro Silva
Antônio Serafim Venzon
Antônio Vicente Bulcão Viana
Aparecido Votolini
Apolinário João Pereira
Ari de Mello Mosimann
Ari Milles
Aristides Bolan
Aristiliano Ramos

Arlindo Alberto Trebien
Armando Calil Bulos
Arnaldo Bittencourt
Arnaldo Manfrói Moraes
Araldo Schmitt Júnior
Arno Sieverdt
Arnoldo Rinnert
Aroldo Carneiro de Carvalho
Artêmio Paludo
Artidônio Ramos Fortes
Artur Ferreira da Costa
Artur Ferreira de Melo
Artur Müller
Artur Siewerdt
Atílio Zonta
Augusto Bresola
Augusto Schiefeler Thies
Áureo Vidal Ramos
Ayrton Muller
Benedito Terézio de Carvalho Jr.
Benedito Terézio de Carvalho Neto
Benjamin Gallotti
Benjamin de Sousa Vieira
Biase Agnésimo Faraco
Bibiano Rodrigues Lima
Boanerges Pereira de Medeiros
Brás Limongi
Braz Joaquim Alves
Caetano (Vieira) da Costa
Caíru Hack
Camilo Martins
Cândido Mário Bampi
Carlito Merss
Carlos Büchele
Carlos Chiodini
Carlos F. Augustini (Fernando Coruja)
Carlos Gomes
Carlos Hoegen
Carlos Humberto Metznen Silva
Carlos José Stüpp
Carlos Luís Büchele
Carlos Moreira de Abreu
Carlos Otaviano Seara
Carlos Renaux
Carlos Vítor Wendhausen
Casildo Maldaner
Cássio Medeiros
Celestino Secco
Celso Ivan da Costa
Celso Ramos Branco
Celso Ramos Filho
César Antônio de Souza
Cesar Antonio Valduga
Cesar Moritz
César Pereira de Sousa
Cesar Souza Júnior
Cezar João Cim
Chiquinho Zenatti
Cid Caesar de Almeida Pedroso
Cid Campos
Cid Gonzaga
Cid Loures Ribas
Cirio Vandresen
Ciro Marcial Rosa
Clarikennedy Nunes
Cláudio Ávila da Silva
Cleiton Marcio Fossa
Cleiton Salvaro
Clesio Salvaro
Antônio de Castro Gandra
Cristóvão Nunes Pires
Dagomar Carneiro
Dalmiro Gomes de Barros
Dalmo de Oliveira Claro
Daniel Netto Cândido
Daniel Tozzo
Dante Heróico Fortunato de Patta
Darci de Matos
Darci Souza Vieira
Dário Geraldo Salles
Décio da Fonseca Ribeiro
Décio Góes
Dejandir Dalpasquale
Delamar Filomeno Vieira
Delegado Egidio Ferrari
Delfim de Pádua Peixoto Filho
Dérccio Augusto Knop
Derli Rodrigues
Dib Cherem
Dieter Janssen
Dionei Walter da Silva
Dionísio Albino Badin
Dirce Heiderscheidt
Dirceu Dresch
Djalma Berger
Domingos Rocha

Dorval Melchíades de Souza
Durval Vasel
Edison Adrião Andrino de Oliveira
Edmond Jorge José Saliba
Edmundo Ribeiro Rodrigues
Edson Bez de Oliveira
Edson Dias (Piriquito)
Eduardo Horn
Eduardo Santos Lins
Egídio Martorano Neto
Elgydio Lunardi
Eliseu Guilherme da Silva
Elizeu Mattos
Eloy José Ranzi
Elpídeo Barbosa
Elvert de Oliveira
Emerson Luciano Stein
Emílio Blum
Emílio Ritzmann
Enedino Batista Ribeiro
Eni José Voltolini
Eno Steiner
Enory Teixeira Pinto
Epitácio Bittencourt
Érico Müller
Ermembergo Pellizzetti
Erminio Marchi
Ernesto Canac
Erwin Prade
Estanislau Romanowski
Eugênio Nicolau Stein
Evaldo Amaral
Evaldo G. Wellerding
Evelásio Vieira
Evilásio Nery Caon
Fabiano da Luz
Fábio Francisco Flor
Fausto Lobo da Silva Brasil
Felippe Luiz Collaço
Félix Busso Asseburg
Félix Odebrech
Fernando Brüggemann Amorim Viegas
Fernando Ferreira de Melo
Fernando Gil Born
Fernando José Caldeira Bastos
Fernando Krelling
Fernando Osvaldo de Oliveira
Fioravante A. Massolini
Flavio Ragagnin
Francisco Alves Fagundes
Francisco Barreiros
Francisco Barreiros Filho
Francisco Dall'igna
Francisco de Almeida
Francisco de Assis
Francisco de Assis Filho
Francisco de Assis Küster
Francisco de Souza Neves
Francisco Evaristo Canziani
Francisco Ferreira de Albuquerque
Francisco João Cabral Canziani
Francisco Machado de Souza
Francisco Margarida
Francisco Mascarenhas
Francisco Mastella
Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho
Francisco Tolentino
Frederico Gassenferth
Frederico Heyse
Frederico Kuerten
Fúlvio Aducci
Gabriel Ribeiro
Gasparino Buys de Raimondi
Gasparino Zorzi
Gean Marques Loureiro
Gelson Merisio
Gelson Sorgato
Genésio Goulart
Genésio Tureck
Genir Destri
Gentil Battisti Archer
Gentil Bellani
Gentil Teles
Geovah José de Freitas Amarante
Geraldo Mariano Gunther
Geraldo Werninghaus
Germano Augusto Lepper
Germano Vieira
Germano Wendhausen
Gerri Adriani Consoli
Gervásio José Maciel
Gherard Neufert
Giancarlo Tomelin
Gilmar Knaesel
Clauco Beduschi
Gustavo Adolfo Richlin

Gustavo Lebon Régis
Hans Fritsche
Hans Jordan
Haroldo Ferreira
Heitor de Alencar Guimarães Filho
Heitor Luiz Sché
Heitor Pereira Liberato
Hélio Carneiro
Helvídio de Castro Veloso Filho
Henrique Arruda Ramos
Henrique Boiteux
Henrique Córdova
Henrique de Almeida Valga
Henrique José Ramos da Luz
Henrique Rupp
Henrique Rupp Júnior
Hercílio Vieira do Amaral
Joe Collaço
Johannes Arno Enke
Jorge Barroso Filho
Jorge Gonçalves da Silva
Jorge Teixeira
Jorquinho dos Santos Mello
José Acácio Soares Moreira
José Bahia Spinola Bittencourt
José Bel
José Boabaid
José Boiteux
José Bonifácio da Cunha
José Cândido da Silva
José Cardozo (Cardozinho)
José Carlos Vieira
José Celso Bonatelli
José Claudio Caramori
José de Araújo Coutinho
José de Miranda Ramos
José Eliomar da Silva
José Fernandes Martins
José Gallotti Peixoto
José Gonçalves
José Joaquim de Córdova Passos
José Johnny
José Luiz Cunha
José Maria Cardoso da Veiga
José Martins Cabral
José Mauricio dos Santos
José Milton Scheffer
José Natal
José Nei Alberton Ascari
José Paulo Serafim
José Severiano Maia
José Vicente de Carvalho Filho
José Waldomiro Silva
José Zanin
José Zeferino Pedrozo
Juarez Rogério Furtado
Júlio Cesar
Julio Cesar Garcia
Júlio Coelho de Souza
Julio Ronconi
Júlio Vânio Celso Teixeira
Kennedy Nunes
Kid Meireles
Ladir P. Cherubini
Laércio Schuster
Laerte Ramos Vieira
Lauro André da Silva
Lauro Locks
Lauro Trichês
Lauro Vieira de Brito
Lecian Slovinski
Lenoir Vargas Ferreira
Leodegar da Cunha Tiscoski
Lyonel Arcângelo Pavan
Leopoldo Engelk
Leopoldo Olavo Erig
Líbero Guimarães
Lício Mauro da Silveira
Lídio Martins Barbosa
Lírio Rosso
Livadário Nóbrega
Lourenço Antônio Brancher
Lucas Neves
Luci Terezinha Choinacki
Luciane Carminatti
Lúcio Antônio Caldeira
Luís Abry
Luís Antônio Ferreira Gualberto
Luís Cavalcanti de Campos Melo
Luís Gallotti
Luiz Adelmo Budant
Luiz Amilton Martins
Luiz Basso
Luiz Bianchi
Luiz Dalcanalle
Luiz de Souza

João Omar Macagnan
João Paulo Kleinübing
João Paulo Schmalz
João Pedro de Oliveira Carvalho
João Pedro Xavier da Câmara
João Raimundo Colombo
João Ribas Ramos
João Rodrigues
João Romário Carvalho
Joaquim Antônio de São Tiago
Joaquim Coelho Lemos
Joaquim Davi Ferreira Lima
Joaquim de Almeida da Gama Lobo d'Eça
Joaquim Elói de Medeiros
Joaquim José Silveira Júnior
Joaquim Pinto de Arruda
Joares Carlos Ponticelli
Joe Collaço
Johannes Arno Enke
Jorge Barroso Filho
Jorge Gonçalves da Silva
Jorge Teixeira
Jorquinho dos Santos Mello
José Acácio Soares Moreira
José Bahia Spinola Bittencourt
José Bel
José Boabaid
José Boiteux
José Bonifácio da Cunha
José Cândido da Silva
José Cardozo (Cardozinho)
José Carlos Vieira
José Celso Bonatelli
José Claudio Caramori
José de Araújo Coutinho
José de Miranda Ramos
José Eliomar da Silva
José Fernandes Martins
José Gallotti Peixoto
José Gonçalves
José Joaquim de Córdova Passos
José Johnny
José Luiz Cunha
José Maria Cardoso da Veiga
José Martins Cabral
José Mauricio dos Santos
José Milton Scheffer
José Natal
José Nei Alberton Ascari
José Paulo Serafim
José Severiano Maia
José Vicente de Carvalho Filho
José Waldomiro Silva
José Zanin
José Zeferino Pedrozo
Juarez Rogério Furtado
Júlio Cesar
Julio Cesar Garcia
Júlio Coelho de Souza
Julio Ronconi
Júlio Vânio Celso Teixeira
Kennedy Nunes
Kid Meireles
Ladir P. Cherubini
Laércio Schuster
Laerte Ramos Vieira
Lauro André da Silva
Lauro Locks
Lauro Trichês
Lauro Vieira de Brito
Lecian Slovinski
Lenoir Vargas Ferreira
Leodegar da Cunha Tiscoski
Lyonel Arcângelo Pavan
Leopoldo Engelk
Leopoldo Olavo Erig
Líbero Guimarães
Lício Mauro da Silveira
Lídio Martins Barbosa
Lírio Rosso
Livadário Nóbrega
Lourenço Antônio Brancher
Lucas Neves
Luci Terezinha Choinacki
Luciane Carminatti
Lúcio Antônio Caldeira
Luís Abry
Luís Antônio Ferreira Gualberto
Luís Cavalcanti de Campos Melo
Luís Gallotti
Luiz Adelmo Budant
Luiz Amilton Martins
Luiz Basso
Luiz Bianchi
Luiz Dalcanalle
Luiz de Souza

Luiz de Vasconcellos
Luiz Eduardo Cherem
Luiz Fernando Cardoso (Vampiro)
Luiz Henrique da Silveira
Luiz Meneguzzi
Luiz Roberto Herbest
Luiz Suzin Marini
Manoel Bertoncini
Manoel Carlos de Souza
Manoel de Menezes
Manoel Deodoro de Carvalho
Manoel Dias
Manoel do Nascimento Passos Maia
Manoel dos Santos Lostada
Manoel dos Santos Marinho
Manoel Mota
Manoel Pinto de Lemos
Manoel Siqueira Belo
Manoel Tiago de Castro
Manoel Vitor Cavalcante
Manoel Vitor Gonçalves
Manuel Gomes da Nóbrega
Marcelo Albuquerque Melo Rego
Marcius Machado
Marcolino Ramos
Marcondes Marchetti
Marcos da Rosa
Marcos Konder
Marcos Vieira
Marinho de Sousa Lobo
Mário Cilião de Araújo
Mário de Sousa Lobo
Mário Marcondes Nascimento
Mário Motta
Mário Olinger
Mário Orestes Brusa
Mário Roberto Cavallazzi
Mário Tavares da Cunha Mello
Marlene Fengler
Marquito
Martinho Herculano Ghizzo
Massocco
Matheus Cadorin
Maurício José Eskudlark
Maurício Peixer
Mauro de Nadal
Mauro Mariani
Mauro Vargas Candemil
Max João Colin
Miguel Daux
Miguel Ximenes de Mello Filho
Milton Carlos de Oliveira
Milton Hobus
Milton Mendes de Oliveira
Milton Sander
Miraci Dereti
Moacir Bértoli
Moacir Sopelsa
Murilo Sampaio Canto
Nagib Zattar
Napoleão Bernardes
Narcizo Luiz Parisotto
Natalino Lázare
Nazareno Martins
Nelson Carlos Locatelli
Nelson Goetten de Lima
Nelson Morro
Nelson Pedrini
Nelson Rosa Brasil
Nelson Tófano
Neodi Saretta
Nereu Celeste Ghizzoni
Nereu do Vale Pereira
Nereu Ramos
Nestor dos Santos
Neudy Primo Massolini
Neuto Fausto de Conto
Neuzildo Borba Fernandes
Nicolau Bley Neto
Nikolas Reis Moraes dos Santos
Nilo Bello
Nilo Bianchini
Nilo Munaretti
Nilso Berlanda
Nilson Germano Zomkowski
Nilson Gonçalves de Souza
Nilson Nandi
Nilson Nelson Machado
Nilton Jacinto da Silva
Nilton José Fagundes
Nilton Kucker
Nodgi Eneas Pelizzetti
Noemi dos Santos Cruz
Norberto Stroisch Filho
Octacílio Pedro Ramos
Odacir Zonta

Odete de Jesus Prestes do Nascimento
Olice Pedra Caldas
Olices Omar Santini
Olintho de Almeida Campos
Olívio Nóbrega
Onofre Santo Agostini
Orlando Bértoli
Orlando Ricardo Carlesso
Orty Magalhães Machado
Oscar Gutz
Oscar Rodrigues da Nova
Oscar Rosas
Osmar Vicentini – Suplente
Osni Granemann de Souza
Osni Medeiros Régis
Osni Piske
Oswaldo Bulcão Viana
Oswaldo Della Giustina
Oswaldo Rodrigues Cabral
Otacílio Costa
Otacílio Nascimento
Otair Becker
Otávio Gilson dos Santos
Oto Augusto Guilherme Urban
Oto Boehm
Otto Entres
Ozair Coelho de Souza
Padre Pedro Baldissera
Patrício Carlos Destro
Paulinha Ana Paula da Silva
Paulino Búrigo
Paulo Afonso Evangelista Vieira
Paulo de Tarso da Luz Fontes
Paulo Eccel
Paulo F. Penso
Paulo Henrique da Rocha Faria
Paulo Konder Bornhausen
Paulo Marques
Paulo Preiss
Paulo Roberto Bauer
Paulo Roberto Bornhausen
Paulo Roberto de Miranda Gomes
Paulo Roberto Tesserolli França
Paulo Roberto Vidal
Paulo Stuart Wright
Pedro Bittencourt Neto
Pedro Celso Zuchi
Pedro Cristiano Feddersen
Pedro de Assis Silvestre
Pedro Ferreira e Silva
Pedro Francisco Uczai
Pedro Harto Hermes
Pedro Ivo Figueiredo Campos
Pedro Ivo Mira Gomes
Pedro Kuss
Pedro Lopes Vieira
Pedro Luís Collaço
Pedro Paulo
Pedro Zimmerman
Pelágio Parigot de Souza
Pepê Collaço
Plínio Arlindo de Nês
Polidoro de São Tiago
Procópio Gomes de Oliveira
Protógenes Vieira
Querino Alfredo Flach
Rafael Faraco
Ralf Knaesel
Ramiro Emerenciano
Raul Schaefer
Raulino Horn
Raulino Rosskamp
Raymundo Stanke
Reinaldo Gomes Tavares
Renato Hinnig
Renato Jardel Gurtinski
Renato Silveira
Reneau Cubas
Reno Caramori
Repórter Sérgio Guimarães
Ricardo Alba
Ricardo Zanatta Guidi
Ricarte de Freitas
Rivaldo Antônio Macari
Roberto João Motta
Roberto Salum
Roberto Soares de Oliveira
Roberto Tuffi Mattar
Rodolfo Benevenuto Garnier
Rodolfo Vitor Tietzmann
Rodrigo de Oliveira Lobo
Rodrigo Minotto
Rodrigo Preis
Rogério Mendonça
Rogério Vieira
Roland Harold Dornbusch

Romano Massignann
Romeu Sebastião Neves
Romildo Luiz Titon
Ronaldo José Benedet
Rubens Nazareno Neves
Ruberval Francisco Pilotto
Rudinei Luis Floriano – Suplente
Rui César Feuerschuette
Rui Corrêa Hülse
Sady Cavalheiro Marinho
Salomão Antônio Ribas Júnior
Sandro Silva
Sargento Amauri Soares
Sargento Carlos Henrique de Lima
Saturnino Dadam
Saulo Saul Ramos
Sebastião Netto Campos
Sérgio de Souza Silva
Sérgio Godinho
Sérgio Grando
Sérgio Motta
Sidney Carlos Pacheco
Sílvio Dreveck
Sílvio Ferraro
Sílvio Silva Sobrinho
Simone Schramm
Soratto
Stélio Cascaes Boabaid
Telmo Arruda Ramos
Thatianne Ferro Teixeira
Tiago Bolan Frigo
Tiago Zilli
Tobias Becker
Tupy Barreto
Udo Altemburg
Udo Wagner
Ulisses Gabriel
Ulisses Marcllio Longo
Unirio Dalpiaz
Urbano Bertoldi
Vagemiro Jablonski
Valdir Cesar Baretta
Valdir Cobalchini
Valério Teodoro Gomes
Valmir Comin
Valter Gallina
Vanderlei Olívio Rosso
Vanessa da Rosa
Vânio de Oliveira
Vânio dos Santos
Vânio Faraco
Vasco Fernandes Furlan
Venício Tortato
Vicente Augusto Caropreso
Vicente João Scheneider
Victor Petters
Vidal Ramos
Vidal Ramos Neto
Vilson João Santin
Virgílio Várzea
Vivaldo Herbst
Volnei José Morastoni
Volnei Weber
Volney Colaço de Oliveira
Waldemar Beduschi
Waldemar Grubba
Waldemar Rupp
Waldemar Salles
Waldir Luiz Buzatto
Waldomiro Colautti
Walmir Wagner
Walmeor de Oliveira
Walter Francisco da Silva
Walter Muller
Walter Ronssenq
Walter Tenório Cavalcanti
Walter Vicente Gomes
Walter Zigelli
Wenceslau Borini
Wenceslau Breves
Wigand Pershun
Willian Duarte da Silva
Wilmar Orlando Dias
Wilmar Ortigari
Wilson Cesar Floriani
Wilson Rogério Wan-Dall
Wilson Vieira
Wittich Freitag
Ylmar de Almeida Corrêa
Zani Gonzaga

C A P Í T U L O 10

*“Se alguém está sentado na sombra
hoje, é porque alguém plantou
uma árvore há muito tempo”*

Warren Buffet

AS COMISSÕES PERMANENTES

"Com orgulho, HABITASUL
celebra os 190 anos da ALESC,
ênfatizando o trabalho das
Comissões Permanentes que
asseguram a eficácia do nosso legislativo.

Entenda como cada uma
contribui para o desenvolvimento
das respectivas áreas de atuação."



HABITASUL
Uma *relação* de vida.

Além da atuação no Plenário da Assembleia, nos gabinetes e junto às suas bases de representação, os parlamentares sempre dedicaram especial atenção ao diligente trabalho por meio das chamadas Comissões, que fazem parte da história da Alesc desde 25 de junho de 1836.

Nesta data, quando era denominada Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, o Regimento Interno constituiu as seis primeiras Comissões. Desde aquela época até os dias de hoje, houve uma contínua expansão e um fundamental aperfeiçoamento dessas atividades cruciais do Parlamento, de modo a acompanhar as necessidades e aspirações da sociedade em múltiplos campos.

No portal e-Legis (<https://portalelegis.alesc.sc.gov.br/comissoes-permanentes>) é possível acompanhar e pesquisar on-line a Agenda, a Pauta e as Atas das Comissões, bem como a composição de cada uma delas, que é integrada por um presidente, vice-presidente e um número médio de cinco outros parlamentares membros.

A Coordenadoria das Comissões da Alesc, com a cooperação do Centro de Memória da Casa e de bibliografia especializada, reuniu informações que permitem identificar os principais marcos de evolução das Comissões nos últimos 188 anos decorridos, e propiciam também um balanço sintético das 23 Comissões em atividade em 2024.



LINHA DO TEMPO DAS COMISSÕES

1836 A 2023

1836 São criadas seis comissões: de Polícia; da Constituição, Poderes, Redação de Leis e Instrução Pública; de Câmaras Municipais, Juízes de Paz, Saúde Pública e Força Policial; de Fazenda e Orçamento; de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes, Estatística, Navegação, Pontes e Estradas, Minas e Bosques, Colonização e Catequese; e de Justiça Civil e Criminal, Negócios Eclesiásticos, Cadeias e Casa de Correção e seu regime. Apesar de serem apenas seis Comissões, abrangiam diversos temas e setores de atividade.

1857 É criada a Comissão de Contas, que posteriormente é incorporada à Comissão de Câmaras Municipais, perdendo sua autonomia, por lei de 1864.

1864 As Comissões passam a ser dez, assim designadas: de Polícia da Casa; de Poderes e Redação de Leis; de Fazenda e Orçamento Provincial; de Câmaras Municipais, Posturas, Contas e Orçamento Municipal; de Justiça Civil e Criminal, Guarda de Constituição e das Leis; de Negócios Eclesiásticos, Catequese, Civilização dos Índios e Divisão Eclesiástica; da Instrução Pública, Associações e Estabelecimentos Públicos e Religiosos; de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes, Navegação, Canais, Pontes e Estradas, Minas e Bosques, e Colonização; de Saúde Pública, Força Policial, Cadeias, Casas de Correção e seu Regime; e de Estatística e Divisão Civil e Judiciária.

1911 O Regimento Interno deste ano traz algumas alterações nas Comissões, que passam a ser 10, assim denominadas: de Constituição, Poderes e Redação das Leis; de Fazenda e Orçamento; de Intendências Municipais; de Justiça Civil e Criminal; de Instrução Pública; de Higiene Pública e Cadeias; de Estatística, Divisão e Judiciária; de Obras Públicas, Comércio, Navegação, Artes, Indústria, Telégrafos, Concessões e Privilégios; de Força Pública; e de Associações, Estabelecimentos Públicos e Civilização dos Índios.

1935 Uma nova versão do Regimento Interno apresenta em seu art. 23, as 11 Comissões efetivas, sendo, pela primeira vez, utilizada a expressão Comissão Permanente, na forma do Artigo 76 da Constituição do Estado. As demais Comissões ficam assim definidas: Executiva, composta pelo Presidente e seus secretários; de Constituição, Legislação e Justiça; de Finanças, Orçamento e Contas do Estado; de Saúde Pública e Assistência Social e Higiene; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Comércio e Indústria; de Educação e Cultura; de Minas, Terras Públicas e Estâncias Hidrominerais; de Negócios e Contas Municipais; de Petições, Estatística, Divisão Civil e Fixação da Força; e a da Redação das Leis.

1948 Uma nova Lei altera o Regimento Interno e as Comissões, que passam a ser divididas em: a) Diretoras – subdivididas em Permanente e Executiva, b) Legislativas e c) Especiais. As 10 Comissões Legislativas estabelecidas são: Agricultura, Indústria e Comércio; Constituição, Legislação e Justiça; Educação e Cultura; Finanças, Orçamento e Contas do Estado; Minas, Terras Públicas e Estâncias Hidrominerais; Negócios e Contas Municipais; Petição, Estatística, Divisão Civil e Fixação de Força; Redação de Leis; Saúde Pública e Assistência Social; e Viação, Obras Públicas e Transportes.

1967 Uma comissão especial se reúne para propor uma nova versão do Regimento da Assembleia Legislativa, adaptada à Constituição Estadual e Federal aprovadas naquele ano.

Entre as alterações consolidadas na Resolução nº 18, de 19 de março de 1968, destacam-se a alteração do termo “Comissões Legislativas” para “Comissões Técnicas” e a redução do quantitativo, passando de dez para sete Comissões, sendo elas: Constituição e Justiça; Finanças, Orçamento e Contas do Estado; Ciência, Tecnologia, Agricultura, Economia e Desenvolvimento; Educação e Saúde; Viação, Obras Públicas e Comunicações; Serviços Públicos, Trabalho, Municipalismo e Assistência Social; e Redação de Leis.

1989 A Resolução nº 47 faz novas alterações no Regimento Interno. As Comissões antes Técnicas, agora são chamadas de Permanentes, e são novamente em número de 10: de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Economia; de Defesa do Consumidor; de Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural; de Educação, Cultura e Desporto; de Saúde e Meio Ambiente; de Trabalho, de Administração e de Serviço Público; de Fiscalização e Controle; e 10) de Redação e Leis.

1996 A Resolução DP nº 007 fez novas alterações no âmbito das Comissões: foram incorporadas as atribuições da Comissão de Redação de Leis à Comissão de Constituição e Justiça, criando a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis; alterou a Comissão de Defesa do Consumidor, que passou a ser Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, incorporando em suas atribuições assuntos atinentes à cidadania e aos direitos humanos no território catarinense; alterou a denominação da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Economia, suprimindo o termo “desenvolvimento”; deu nova redação para a Comissão de Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural, que passou a ser Comissão de Transporte, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo; e também nova redação à Comissão de Fiscalização e Controle, que passou à Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.

1999 A Resolução DP nº 070/99 classifica as comissões como: a) Permanentes Técnicas e Permanentes de Mérito; b) Temporárias; e c) Comissão Especial para os assuntos do Mercosul, constituída a cada legislatura por treze membros e tendo por campo temático e área de atuação, supletiva e concorrentemente com as demais comissões da Assembleia Legislativa, todas as matérias e questões que envolvam o Mercado Comum do Sul. Nesta versão do Regimento Interno, então, as Comissões Permanentes Técnicas, em número de três, passam a ser as seguintes: de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Fiscalização e Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis; e as Comissões Permanentes de Mérito são sete: de Agricultura, Cooperativismo, Ciência e Tecnologia; de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; de Transportes e Desenvolvimento Urbano; de Educação, Cultura e Desporto; de Saúde e Meio Ambiente; de Trabalho, de Administração e de Serviço Público; e de Turismo e Economia.

2002 Neste ano, suprimiu-se a divisão entre Comissões Técnicas e de Mérito na nova versão do Regimento Interno. Os temas relacionados ao Mercosul deixam de ser da alçada de uma Comissão Especial e passam a ser de uma Comissão Permanente. A partir de 2022, as Comissões passam a ser as seguintes, em número de 12: de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Segurança Pública; de Agricultura e Política Rural; de Direitos e Garantias Fundamentais; de Transportes e Desenvolvimento Urbano; de Educação, Cultura e Desporto; de Saúde; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Economia, Ciência e Tecnologia; de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul; e de Turismo e Meio Ambiente. É também em 2022 que é criada a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, totalizando 13 Comissões.

2004 a 2023 Neste intervalo de tempo, ocorreram alterações na nomenclatura de algumas Comissões; e foram criadas, de 2008 a 2023, novas Comissões que são listadas em detalhes neste Capítulo, integrando o total das 23 atualmente existentes.

CONHEÇA QUAIS SÃO E O QUE FAZEM AS 23 COMISSÕES PERMANENTES DA ALESC

O compromisso dos parlamentares com a sociedade catarinense abrange todas as áreas da atividade social, econômica, cultural, educacional, de saúde, meio ambiente e os mais variados setores. Por meio dos descritivos a seguir, o leitor poderá se familiarizar melhor com o foco de cada uma das 23 Comissões Permanentes hoje em atividade, suas prioridades, seus presidentes, suas principais realizações. A pesquisa e a escrita dos conteúdos foram concluídas em setembro de 2024.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Presidente: Dep. Camilo Martins (PODEMOS)

Teve origem em 1836, e foi designada por diferentes denominações. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é a principal comissão da Assembleia Legislativa. É responsável por analisar a constitucionalidade e a legalidade das proposições que tramitam na Casa, tais como: projetos de lei, propostas de emendas constitucionais, dentre outras. A atuação preventiva no controle de constitucionalidade e legalidade das proposições contribui para a proteção dos direitos fundamentais, a observância dos princípios democráticos e a estabilidade do ordenamento jurídico catarinense. Desde o início da Legislatura até agosto de 2024, a CCJ analisou 721 proposições, como Propostas de Emendas à Constituição, Medidas Provisórias, Mensagens de Veto, Projetos de Leis Ordinárias e Complementares e Ofícios, dentre elas, o Programa Universidade Gratuita, a PEC que pretende destinar 0,5% das receitas orçamentárias para o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil, na forma de duodécimo, o Programa Emprego na Pista e a Lei que dispõe sobre e controle populacional do javali.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Presidente: Dep. Volnei Weber (MDB)

Criada no ano de 2002. O objetivo da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar é zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar. Compete aos membros dessa Comissão analisar as denúncias recebidas pelo Parlamento contra atos que atentem contra o decoro, a ordem e a disciplina esperada dos membros deste Poder. Além disso, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar é o órgão colegiado, composto de nove membros, responsável pela fiscalização do cumprimento pelos Deputados, no exercício do mandato, dos preceitos regimentais, legais e constitucionais a eles aplicáveis, conforme previsto no Regimento Interno da Alesc. Ao receber quaisquer denúncias de ato que seja considerado atentatório à dignidade do mandato parlamentar, o Presidente da Comissão encaminha o feito para apuração de responsabilidade, cujo parecer será deliberado por todos os membros do colegiado. Quando verificada a infração, a Comissão poderá propor a aplicação ou aplicar medida disciplinar. Nenhum Deputado que tenha recebido qualquer penalidade poderá ser Membro dessa Comissão durante toda a Legislatura.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO Presidente: Dep. Marcos Vieira (PSDB)

Teve origem em 1836, e recebeu diferentes denominações. Composta por nove membros, é encarregada de analisar e emitir parecer sobre os projetos de lei do Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO), Orçamento Anual (LOA) e créditos adicionais, e também sobre todas as emendas apresentadas a esses projetos. Também analisa o interesse público das proposições, emite pareceres, apura e fiscaliza fatos dos programas e atos governamentais voltados às matérias de caráter financeiro e orçamentário e tributário, de quaisquer proposições que importe aumento ou redução de receita, impostos ou qualquer despesa pública. Também analisa licitações e contratos, empréstimos, tributação e arrecadação, o controle de despesas públicas, inclusive de pessoal, a prestação de contas do Governador do Estado e a fixação de subsídios, vencimentos ou remuneração dos deputados, do governador, do Vice-governador, do Procurador-Geral do Estado, dos Secretários de Estado e dos membros da Magistratura, dos membros do Ministério Público de Contas e da Defensoria Pública do Estado. Também analisa proposições sobre incentivos fiscais além de realizar auditorias no Tribunal de Contas do Estado e no Ministério Público de Contas.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO Presidente: Dep. Ivan Naatz (PL)

Teve origem em 1968. A Comissão tem como prioridade garantir que as leis e políticas aprovadas sejam implementadas de forma eficiente e justa. Este foco é crucial para promover o bem-estar dos trabalhadores e assegurar a transparência na administração pública. A crescente atividade da Comissão reflete seu compromisso com essas questões urgentes. A dedicação da comissão evidencia a prioridade em examinar, debater e propor soluções para políticas de emprego, administração pública e serviços oferecidos à população. Além disso, a comissão atua como um fórum de discussão, ouvindo e analisando as demandas da população. Sua atuação direta e contínua contribui para criar um ambiente legislativo dinâmico e responsivo. O seu trabalho reforça a missão da Alesc de promover um governo eficiente, transparente e comprometido com o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. A tônica da atuação desta Comissão é garantir a implementação eficaz e justa das leis e políticas, promovendo a transparência e o bem-estar da população.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Presidente: Dep. Jessé Lopes (PL)

Teve origem em 1836, recebendo outras denominações ao longo do tempo. Segundo o entendimento do presidente da Comissão, sua prioridade é a valorização dos servidores da Secretaria de Segurança Pública como condição essencial para garantir um serviço de qualidade à população, pois dedicam suas vidas diariamente para proteger e servir a comunidade, enfrentando desafios e colocando suas vidas em risco em prol do bem-estar de todos. Desta maneira, o trabalho árduo e corajoso desses agentes, que muitas vezes trabalham em condições adversas e sob pressão constante, não é apenas uma questão de justiça, mas sim de reconhecimento para o funcionamento da sociedade. Além disso, é preciso também investir na melhoria da percepção pública dos serviços prestados por esses profissionais. Portanto, os trabalhos da Comissão de Segurança Pública são direcionados à valorização e ao reconhecimento desses profissionais, pois assim refletem a melhoria da percepção da segurança pública no estado de Santa Catarina.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Presidente: Dep. Altair Silva (PP)

Teve origem em 1836, passando por diversas outras denominações. A Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural concentra seus esforços em questões cruciais para o setor agrícola em Santa Catarina. O colegiado desenvolve políticas públicas para a área e promove debates sobre temas importantes para os produtores, como controle e manejo de pragas, proteção ambiental e soluções para os setores afetados por intempéries climáticas ou econômicas. As pautas discutidas pela Comissão vêm de todas as regiões produtoras do estado. Na legislatura atual, os parlamentares já ouviram demandas de suinocultores, avicultores, arrozeiros, apicultores, meliponicultores, produtores de maçã, leite e alho, entre outros. Os encontros têm como objetivo permitir que tais produtores exponham suas necessidades, de modo que os deputados possam elaborar soluções viáveis para cada caso. A Comissão também busca melhorias no cotidiano da população rural, como a expansão da rede trifásica, a internet rural e a implantação da Nota Fiscal eletrônica (NF-e). O colegiado empenha-se em fiscalizar a atuação do Executivo e a implementação de programas voltados ao agronegócio no Estado.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA
Presidente: Dep. Oscar Gutz (PL)

A Comissão teve sua origem em 1996, tendo recebido diferentes nomenclaturas para designá-la. Desempenha um papel fundamental na promoção e proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, com uma atenção especial às famílias e aos grupos mais vulneráveis. Atribuições como a defesa da dignidade humana, o fomento à convivência familiar e a garantia de condições dignas de vida são prioritárias nas ações desta Comissão. Em um contexto sociopolítico desafiador, a tônica da atuação se volta para a valorização da família como núcleo essencial da sociedade, promovendo políticas que fortaleçam sua estrutura e garantam um ambiente seguro e acolhedor para crianças, adolescentes e idosos. A Comissão busca combater práticas discriminatórias e promover a inclusão, sendo vigilante em relação à legislação que afete diretamente os direitos das pessoas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA
Presidente: Dep. Antídio Aleixo Lunelli (MDB)

Teve origem em 1836 e diferentes denominações ao longo da história. A Comissão, além das suas atribuições regimentais que contribuem para o bom funcionamento do Legislativo, tem competência para realizar audiências públicas, receber reclamações, representações dos cidadãos e instituições sobre assuntos pertinentes ao campo de atuação e áreas de atividades afins, tendo como primado, a atuação como interlocutora das demandas dos transportes, desenvolvimento urbano e infraestrutura, contribuindo com o Executivo para o desenvolvimento econômico do estado. Atua para sugerir, fiscalizar e cobrar do Governo, priorização de investimentos em obras e serviços para a melhoria da infraestrutura de transportes, além de estimular as autoridades públicas e a sociedade à discussão, debate e participação em torno da estrutura das rodovias, ferrovias e aeroportos, de modo a garantir competitividade das empresas, circulação dos bens e bem-estar social. O seu Colegiado permite debates mais detalhados em torno dos projetos que tramitam no Legislativo e que impactam diretamente a vida da população.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Presidente: Dep. Luciane Carminatti (PT)

Sua origem remonta a 1836. A Comissão acolhe demandas da sociedade, das Câmaras de Vereadores, dos movimentos sociais, de setores organizados e de profissionais das áreas de educação e cultura. Avalia o mérito das proposições que tramitam na Alesc, realizando o debate com a sociedade por meio de audiências públicas e seminários, bem como fiscaliza e cobra as ações nestas áreas. Exemplo são os debates sobre as legislações de concurso, processos seletivos e da carreira do magistério estadual, audiências e seminários sobre ensino médio, planos de educação, defesa das escolas regulares e as particularidades das escolas técnicas, quilombolas, indígenas, educação do campo e da inclusão. Inclui diálogo com os Institutos Federais e Universidades, professores e pesquisadores. Outras ações importantes são a defesa da gestão democrática, do enfrentamento às violências, na urgência estrutural das escolas e no desafio da efetiva inclusão e respeito às diversidades dentro da escola. Acompanha a aplicação das políticas públicas e atua propondo legislações para qualificar e garantir mais recursos para o diverso e plural setor cultural do estado, a exemplo dos editais, programas culturais e dos Comitês da Cultura.

COMISSÃO DE SAÚDE
Presidente: Dep. Neodi Saretta (PT)

Sua origem é de 1836, recebendo diferentes denominações e atribuições ao longo dos anos. A Comissão opina sobre proposições e assuntos relativos às políticas públicas de saúde. Pode ainda criar ou participar de comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, de acordo com a necessidade e com a aprovação do seu colegiado. Atua como órgão consultivo, destinado a elaborar estudos e emitir pareceres sobre os projetos e outras proposições em tramitação na Casa, avaliando o mérito de cada proposta e apresentando pareceres indicando sua aprovação ou rejeição. É também no âmbito da Comissão que acontecem as audiências públicas e visitas técnicas, e são enviados pedidos de informações e consultas ao Poder Executivo, com o objetivo de acompanhar o andamento das políticas de saúde no Estado. Um dos destaques da Comissão foi sua atuação junto aos demais órgãos governamentais no enfrentamento da pandemia de Covid-19 em SC e no Brasil, mantendo-se atuante durante todo o período pandêmico e na pós-pandemia. Visando uma maior participação da sociedade civil em suas atividades, a Comissão de Saúde busca constantemente dar voz a essas manifestações. A tônica desses 190 anos do Parlamento Catarinense é a participação ativa da sociedade nos espaços do Parlamento.

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Presidente: Dep. Jair Miotto (UNIÃO BRASIL)

Originou-se em 1967, e recebeu a nomenclatura atual em 2023. A Comissão abrange diversas áreas temáticas, e sobre elas exerce sua função legislativa e fiscalizadora propondo: políticas e sistemas de gestão e desenvolvimento, seus aspectos institucionais e legais; desenvolvimento industrial e comercial; políticas de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica; intercâmbio científico e tecnológico; diretrizes, objetivos e metas relativos aos temas de sua competência em articulação com as demais comissões, promovendo o debate, a pesquisa, a elaboração de leis e projetos e o desenvolvimento social. Em articulação com os demais órgãos integrantes da Alesc, trabalha para cooperar com a implementação e gerenciamento de políticas e programas destinados ao desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e da inovação, levando em conta os anseios da sociedade por meio de debates, pesquisas e da participação popular. Nos últimos dois anos, esta Comissão tem priorizado convidar autoridades e empresários das mais variadas áreas, vinculados especialmente aos temas econômicos e de inovação, proporcionando um amplo e saudável debate a fim de obter um diagnóstico atualizado do Estado em tais áreas.

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL | Presidente: Dep. Carlos Humberto (PL)

Teve origem em 2023. A atribuição prioritária da Comissão é o fortalecimento das relações comerciais e diplomáticas do Estado de Santa Catarina com os países do Mercosul e demais parceiros internacionais. A Comissão tem se empenhado em criar um ambiente propício para o estreitamento das relações entre o setor produtivo catarinense e as diversas esferas do governo, mediante reuniões estratégicas que envolvem não apenas representantes do setor produtivo, mas também autoridades ligadas às Secretarias estaduais, especialmente a de Articulação Internacional, a da Indústria e Comércio, a de Turismo e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Tais reuniões têm como objetivo central alinhar estratégias que impulsionem as exportações dos produtos catarinenses para os mercados do Mercosul, além de atrair novos investimentos para o Estado e criar sinergias entre os setores público e privado visando ampliar a competitividade de Santa Catarina no cenário internacional. A Comissão busca também valorizar a importância do turismo como um vetor de desenvolvimento econômico, evidenciando a capacidade de Santa Catarina de se posicionar como um destino atrativo durante todo o ano e um polo de negócios e turismo.

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Presidente: Dep. Marquito (PSOL)**

Teve origem em 1836, passando por diversas nomenclaturas e escopos, e ganhando a denominação atual em 2022. A Comissão atuou de modo intenso na diversidade de temas, prezando pela escuta da sociedade civil quanto às suas demandas e proposições, e realizando dez Audiências Públicas e 14 reuniões com convidados, a fim de aprofundar os conhecimentos de temas sensíveis e embasar as análises dos projetos de lei. Ressalta-se a transversalidade entre turismo e meio ambiente, com destaque para as iniciativas do turismo ecológico, do cicloturismo e do turismo de base comunitária. Essa intersecção é fundamental e traz consigo a essencialidade de promover debates públicos onde turismo e a proteção da natureza caminham juntos na promoção de um desenvolvimento socioambiental justo. Outra atuação relevante desta Comissão é quanto à temática da emergência climática. De acordo com o “Atlas de Desastres Naturais 1991 a 2012”, Santa Catarina está entre os Estados mais afetados pelos eventos extremos, com destaque para os hidrológicos. Nesse sentido, a atuação da Comissão aproximou os atores envolvidos, especialmente quanto ao debate sobre a estruturação da Defesa Civil e o aproveitamento da expertise acadêmica de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) para a mitigação e a adaptação objetivando a promoção de cidades resilientes.

**COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Presidente: Dep. Ana Campagnolo (PL)**

Criada em 2008. A Comissão atua na promoção de debates, estudos e elaboração de políticas públicas para o setor, além de tratar de assuntos como regulamentação da atividade pesqueira, sustentabilidade dos recursos pesqueiros e apoio aos profissionais da área. Seu trabalho também é importante para mediar as relações entre os pescadores, as comunidades costeiras, as entidades de classe e o governo, buscando soluções para os desafios enfrentados pelo setor. Adicionalmente, a Comissão se empenha em contribuir ativamente com o interesse do setor pesqueiro, não apenas dando andamento a projetos que beneficiem a economia local, mas também ouvindo e atendendo às necessidades mais urgentes dos pescadores. Isso inclui colaborar na elaboração de projetos de lei e medidas regulatórias pertinentes à pesca. Atualmente, a prioridade da Comissão tem sido tratar do tema das cotas para a pesca industrial e artesanal, especialmente da tainha. Este peixe, crucial para a economia local, está no centro de um intenso debate sobre a adequada quantificação dos recursos naturais disponíveis em nosso litoral, um assunto que tem gerado significativas preocupações e mobilizações por parte dos pescadores.

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Presidente: Dep. Mário Motta (PSD)

Teve origem em 1989. Recebeu a nomenclatura atual em 2023. A Comissão tem como foco a proteção dos direitos do consumidor e do contribuinte, bem como a promoção da participação legislativa nesta área. Desde o início da Legislatura, estão sendo realizadas ações para divulgar e qualificar os trabalhos da Comissão, como a aprovação de um Regulamento Interno, a realização de visitas institucionais e a participação em programas de rádio e outros veículos de comunicação. Quanto à Legislação Participativa, três sugestões legislativas foram recebidas após a aprovação do Regulamento Interno (até 17/07/2024), apresentadas por entidades da sociedade civil regularmente constituídas, representando segmentos importantes da sociedade catarinense. No tocante às temáticas de consumidor e contribuinte, a aproximação com entidades e autoridades tem sido o foco principal, resultando na participação em eventos institucionais, como o encontro dos Procons municipais, e na realização de eventos a serem organizados na própria Alesc, como o seminário em alusão ao Dia Internacional de Combate à Corrupção e a palestra com o deputado federal Celso Russomanno, atual vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados.

**COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS
Presidente: Dep. Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)**

Criada em 2011, ganhou a nomenclatura atual em 2023. No início da década de 1970, o então governador Colombo Machado Salles, preocupado com os eventos climáticos que atingiam Santa Catarina, criou um órgão voltado para tratar de ações que minimizassem os estragos causados por desastres. Em maio de 1973, organizou a "Coordenadoria Estadual de Defesa Civil" (CEDEC). No Brasil, o início da Defesa Civil foi no Rio de Janeiro, em 1966, visando ser um serviço essencial à comunidade diante de catástrofes. Coube à Alesc compreender o seu papel enquanto Poder Legislativo e o tema da Defesa Civil, e como aprovar medidas que minimizem as tragédias que assolam o estado. Este é o foco da Comissão de Defesa Civil e Desastres Naturais, um colegiado que se reúne para debater, escutar e criar políticas públicas para os catarinenses. Há muito a fazer, historicamente. A atividade de Defesa Civil não é tratada com a devida prioridade pelos poderes e os governos, e o parlamento ainda se encontra disperso em relação à importância do tema. Esta Comissão, portanto, tem a missão de contribuir para salvar vidas e, para tal, é preciso reconhecer e incentivar o desenvolvimento de projetos ligados à questão. Em tempos de mudanças climáticas, a Comissão assume relevância estratégica.

**COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Presidente: Dep. Dr. Vicente Caropreso (PSDB)**

Criada em 2011, teve a nomenclatura alterada em 2023. A Comissão tem como compromisso construir um diálogo contínuo com a sociedade e os poderes Legislativo e Executivo, objetivando a inclusão, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade em Santa Catarina. Nos últimos anos, a Comissão se consolidou como um importante fórum focado na formação de profissionais, sensibilização da sociedade, combate ao capacitismo, construção de políticas públicas inclusivas e fortalecimento da rede de apoio, como Apaes, Amas e outras instituições congêneres. Em 2023, suas atividades legislativas e eventos como seminários e palestras atraíram mais de 6,6 mil participantes, abordando temas como educação especial, autismo e síndrome de Down. A Comissão trabalha para garantir acesso a políticas públicas, serviços e programas governamentais, promovendo a acessibilidade nos espaços públicos e privados e assegurando a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Diversos Projetos de Lei focados na inclusão e acessibilidade foram discutidos e aprovados, como o direito à pensão especial para a pessoa com autismo grave, nível 3, e a implementação de tecnologias assistivas. A Comissão também promove campanhas de conscientização e programas educativos para combater preconceitos e construir uma sociedade mais inclusiva.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Presidente: Dep. Pepê Collaço (PP)

Criada em 2012. A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo assegurar os direitos e a proteção integral para crianças e adolescentes por meio de sua função legislativa e fiscalizadora. Entre suas prioridades está a observância aos direitos humanos, a preservação da vida privada e a livre expressão de opinião. Também acompanha programas de assistência: que prestam atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por drogas; que cuidam de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar; e que oferecem alternativas educacionais para vulneráveis. A Comissão assegura o acesso à educação e à justiça especializada, monitorando a permanência de menores infratores em centros exclusivos de recolhimento provisório, separados dos adultos. Além disso, fiscaliza e legisla sobre a criação e manutenção de organismos estaduais que atendem crianças e adolescentes, como o Fundo para Infância e Adolescência (FIA) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/SC).

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Presidente: Dep. Lucas Neves (PODEMOS)

Criada em 2013. A Comissão de Combate e Prevenção às Drogas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina desempenha um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do problema das drogas no estado. Suas atribuições incluem a elaboração de projetos de lei que visam à prevenção ao uso de substâncias ilícitas, o apoio a iniciativas educativas nas escolas e comunidades. Além disso, a Comissão atua no fortalecimento da rede de assistência aos dependentes químicos, buscando melhorar o acesso a tratamentos e a reinserção social dos indivíduos afetados. Essas medidas visam não apenas reduzir o consumo de drogas, mas também mitigar os impactos sociais e econômicos associados ao problema, promovendo assim um ambiente mais saudável e seguro para todos os cidadãos catarinenses.

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Presidente: Dep. Sergio Motta (REPUBLICANOS)

Criada em 2019. A Comissão tem como prioridade promover e assegurar a dignidade e a qualidade de vida das Pessoas Idosas. Concentra-se principalmente em questões relacionadas à saúde, segurança, inclusão social e proteção contra abusos e negligências. Uma das principais tônicas é a implementação de políticas públicas que promovam a autonomia e a participação ativa de pessoas idosas na sociedade, incluindo palestras que têm sido feitas em todo o Estado, com a participação de profissionais de áreas como gerontologia, geriatria, psicologia, fisioterapia, direito e Polícia Militar. A Comissão trabalha intensivamente na fiscalização e melhoria dos serviços de acolhimento institucional e domiciliar, garantindo que as instituições que abrigam pessoas idosas ofereçam um ambiente seguro, acolhedor e que respeite a individualidade de cada residente. A Comissão dedica-se à sensibilização da sociedade sobre a importância do respeito e valorização de pessoas idosas, combatendo estereótipos e preconceitos que possam levar à marginalização desse grupo. A defesa dos direitos das pessoas idosas em situações de vulnerabilidade, como aquelas em condições socioeconômicas precárias, também é um foco importante, buscando garantir que todos tenham acesso a condições de vida dignas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
Presidente: Dep. Tiago Zilli (MDB)

Criada em 2019. A Comissão tem como objetivo fortalecer a integração entre os prefeitos, o Poder Legislativo e o Governo do Estado. Responsável por acompanhar e analisar projetos de lei que impactam diretamente os municípios, enfatiza a importância das fiscalizações e controles externos para assegurar a eficiência das ações públicas. Valoriza intensamente o debate e a discussão sobre temas fundamentais como saúde, transporte, infraestrutura, educação, segurança pública e outros assuntos de interesse local. Para isso, promove regularmente audiências públicas e reuniões que permitem ouvir as demandas das entidades municipais, regionais, estaduais e da população em geral, essenciais para a formulação de políticas que impulsionem o desenvolvimento local. A Comissão desempenha um papel crucial na articulação e defesa dos interesses municipais perante o legislativo estadual. Além de acompanhar recursos, como as Transferências Especiais Voluntárias (TEVs), que são hoje o meio principal de transferências entre o estado e os municípios catarinenses, a Comissão está focada em pleitear as necessidades específicas de cada município, contribuindo significativamente para o avanço e a melhoria da qualidade de vida em Santa Catarina.

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER
Presidente: Dep. Fernando Krelling (MDB)

Criada em 2023. O esporte e o paradesporto ganharam mais protagonismo na atual legislatura do Parlamento Catarinense com a criação da Comissão Permanente de Esportes e Lazer. O desmembramento da então Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto se deve à crescente demanda do setor esportivo em Santa Catarina, tanto no desporto educacional, de rendimento ou de participação. Essa demanda sugere o levantamento de várias questões por parte da sociedade, que agora tem nesta Comissão seu elo mais forte com o Legislativo Catarinense. Uma vez que o Estado tem se consolidado com destaque nacional, torna-se imperativo discutir políticas públicas que envolvam melhores equipamentos e infraestrutura esportiva, ampliação de programas de participação social nos esportes e atividade física, tanto quanto o fomento ao esporte em todas as regiões. A Comissão também atua com os equipamentos e atividade de lazer, tão importantes à população.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL
Presidente: Dep. Marcius Machado (PL)

Criada em 2023. Pela primeira vez na história, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina conta com uma Comissão Permanente de Proteção e Bem-Estar Animal. Foi criada com a intenção de legislar políticas públicas de proteção, defesa e bem-estar dos animais, acompanhamento de ações governamentais, colaboração com entidades sociais voltadas à proteção e defesa dos animais, acolhimento de denúncias de maus-tratos e ações de conscientização da população em favor da causa animal e guarda responsável. Desde sua criação, a Comissão tem atuado na aprovação de Projetos de Lei que buscam a proteção de animais domésticos e silvestres. Ainda em 2023, foi realizado o primeiro Fórum Catarinense Para Ativistas e Protetores da Causa Animal, com discussões sobre a importância das políticas públicas de castração, proteção animal, aplicação de recursos e busca pela aplicabilidade das leis. Em 2024, o evento voltará a acontecer no Auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa, trazendo ainda mais discussão e atenção a tão importante causa.

C A P Í T U L O

11

A COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ALESC

*“A imaginação é mais
importante que o conhecimento”*

Albert Einstein



"A ComCoope - Cooperativa de Comunicação,
parabeniza a ALESC pelos 190 anos,
reconhecendo a importância da
comunicação social como um instrumento
fundamental para a promoção
da transparência e do acesso
à informação. Explore os canais
que estabelecem a conexão entre
a Assembleia e a sociedade, contribuindo
para o fortalecimento da democracia."

com
coope

O Parlamento Catarinense, historicamente, tem valorizado e aperfeiçoado o seu processo de comunicação com a sociedade, utilizando seus próprios canais e cultivando um relacionamento profissional e qualificado com os profissionais do jornalismo e os veículos de imprensa. Na estrutura da Assembleia Legislativa, o setor responsável por conceber e operar a política de comunicação é a Diretoria de Comunicação Social (DCS), composta pelas Coordenadorias de Imprensa (Agência AL), de TV (TVAL) e de Rádio (Rádio AL Digital), e pelas Gerências de Comunicação Social (Sala de Imprensa), de Redes Sociais e de Publicidade. Foi constituída como Unidade Administrativa em junho de 2020.

A missão da DCS, sob a orientação da presidência da Casa, abrange definir a estratégia de comunicação do Poder Legislativo, estabelecendo a linha editorial de seus veículos próprios, controlando a lisura e a qualidade da informação divulgada e garantindo igualdade no tratamento aos parlamentares e bancadas partidárias; e realizar a comunicação da Assembleia Legislativa com a sociedade, por meio dos seus veículos: TVAL, Rádio AL, Agência AL e Redes Sociais. Inclui também estabelecer a comunicação e o relacionamento da Alesc com os órgãos de comunicação do Estado e do país, com seus dirigentes, colonistas e jornalistas; e distribuir as notícias do Parlamento e monitorar matérias, notas e postagens veiculadas sobre o Poder Legislativo e seus membros, fornecendo esclarecimentos, quando necessário.

A Diretoria de Comunicação Social é ainda responsável pela estratégia de comunicação no que diz respeito à publicidade institucional, definindo temas e conteúdos das campanhas, bem como os critérios de distribuição da verba publicitária, atividades que são feitas por meio da Gerência de Publicidade. Veja a seguir um breve histórico da Comunicação Social da Alesc e um balanço atualizado sobre a atuação de suas plataformas e canais de informação e interação com a sociedade e a mídia.



Fonte: Agência AL

HISTÓRICO DO TRABALHO DE COMUNICAÇÃO NA ALESC

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A comunicação é um instrumento fundamental para o exercício da democracia. Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o trabalho de assessoria de imprensa foi iniciado na década de 1960 e, mesmo em um período de cerceamento das liberdades, já buscava promover maior transparência às ações parlamentares, atendendo e apoiando aos profissionais de comunicação de todo o estado. Localizada fisicamente próxima ao Plenário da Casa, a Sala de Imprensa é um espaço onde os jornalistas podem acompanhar as sessões ordinárias e demais atividades legislativas, realizar entrevistas coletivas, coberturas e transmissões ao vivo.

A Gerência de Comunicação Social, responsável pela Sala de Imprensa, atua na divulgação das atividades institucionais e legislativas do Parlamento e promove o elo entre a imprensa externa e os deputados estaduais.

O atendimento personalizado aos profissionais de imprensa catarinense é realizado pessoalmente, por telefone, via e-mail e por WhatsApp. Além disso, a equipe envia diariamente à imprensa todos os conteúdos veiculados nas páginas da Agência AL, TVAL, Rádio AL, bem como os gerados pelos gabinetes dos deputados e das deputadas.

AGÊNCIA AL



Fonte: Agência AL.

As reportagens escritas – ou matérias, no jargão da imprensa – foram as primeiras manifestações jornalísticas do Parlamento catarinense. Nos anos 1980, as notícias, produzidas em pesadas máquinas de escrever e em laudas de papel amarelado, eram enviadas em boletins diários impressos, entregues pessoalmente aos veículos de imprensa da capital, e remetidas pelos Correios para os municípios do interior do estado.

Mais tarde, as notícias da Alesc passaram a ser diagramadas no Jornal “AL Notícias”, impresso semanalmente em gráficas e distribuído para prefeituras, câmaras municipais, escolas, sindicatos, associações, entre outras instituições de Santa Catarina. Além das notícias factuais, o AL Notícias trazia, eventualmente, cadernos com conteúdos especiais sobre temas como história, cultura, economia, turismo e meio ambiente.

A edição nº 1 do “AL Notícias” foi publicada em 12 de agosto de 1999. O último exemplar do jornal, de nº 405, foi impresso em 1º de setembro de 2011, com uma tiragem de 8 mil exemplares. Acompanhando os avanços tecnológicos, a assessoria de imprensa da Assembleia Legislativa, já estruturada como uma Diretoria de Comunicação implantou, a partir de 2011, a “Agência AL”, um site de notícias, caracterizado

pela integração e agilidade na divulgação dos conteúdos da Alesc em textos, fotografias, vídeos e áudios. Consolidada atualmente como um dos principais veículos de comunicação do Parlamento, a Agência AL faz a publicação diária de notícias, que além de informar o público em geral, são utilizadas como fonte para jornais, portais de notícias e colunistas de Santa Catarina. Além de notícias factuais, a Agência AL publica reportagens especiais sobre temas diversos e mantém o espaço dos Gabinetes, com a divulgação de notícias encaminhadas pelas assessorias parlamentares sobre a atuação dos mandatos. Em 2023, a página da Agência AL registrou mais de 1 milhão de visualizações. No mesmo ano, a cobertura jornalística rendeu 1.302 reportagens e 1.288 galerias de imagens.

RÁDIO AL



Fonte: Agência AL.

A Rádio AL surgiu simultaneamente à Assessoria de Imprensa, em uma época em que a televisão ainda engatinhava no estado. Imediatamente tornou-se um importante instrumento de apoio às emissoras de radiodifusão, que passaram a receber gravações de pronunciamentos em rolos de fita magnética enviadas pelo correio, enquanto as emissoras da capital recebiam as gravações diretamente em seus estúdios.

Em 1984, foram montados o estúdio e as cabines. A partir daí, o setor de Rádio passou a produzir boletins e flashes oferecidos diariamente por telefone aos radialistas. Em 1999, foi implantado o estúdio digital, com sistema de gravação e edição por computador e transmissão das atividades legislativas para emis-

soras de rádio via Internet, com qualidade de áudio em alta definição chamada Rádio Alesc Digital On-Line, o Som do Parlamento Catarinense na Internet. Foi um movimento pioneiro no país entre as Assembleias Legislativas. A partir de então, foi oferecido um menu diário de notícias publicadas em página Web e um sistema de distribuição de áudio sob forma de arquivos MP3.

Em 2002, foi adotada a fibra ótica e a Rádio passou a oferecer, na internet, transmissão diária ininterrupta, com programação musical, programas ao vivo, e emissão em tempo real e na íntegra dos pronunciamentos de parlamentares e das votações.

Atualmente, a atuação da Rádio AL é predominantemente a de rádio-agência, com a disponibilização de conteúdos sobre o Legislativo estadual para mais de 230 emissoras de rádio de Santa Catarina. Em 2023, a Rádio AL distribuiu às emissoras, via WhatsApp, 1.570 materiais. Entre janeiro e dezembro, os áudios foram reproduzidos total ou parcialmente 9.952 vezes nas rádios.

TVAL



Fonte: Agência AL.

A implantação de TVs públicas legislativas no país foi viabilizada na década de 1990, quando o Governo Federal regulamentou as operações e concessões de TVs por assinatura. Pelas novas regras, as concessionárias de TV a cabo tiveram que disponibilizar, sem custos, canais para emissoras de interesse público. Um deles foi destinado às assembleias legislativas para compartilhamento com as câmaras municipais. Santa Catarina se

inspirou na experiência de Minas Gerais e foi o segundo estado a colocar a legislação em prática. A data de 25 de outubro de 1999 marca a inauguração dos trabalhos da TVAL.

No começo, a TVAL transmitia apenas as sessões em plenário, sessões solenes e especiais, boletins jornalísticos e entrevistas com deputados e convidados. Com o tempo, a emissora foi ampliando a divulgação do Parlamento catarinense e passou a apresentar ao vivo ou em gravações na íntegra, reuniões de comissão, audiências públicas e outros eventos do Poder Legislativo estadual, além de telejornais, documentários e reportagens especiais preparados pela equipe de jornalistas e técnicos. A partir daí, foram firmadas parcerias com TVs das câmaras municipais de vários municípios. Em 2004, o canal legislativo já podia ser captado por antenas parabólicas com receptor digital e logo chegou na internet. Com a ampliação do número de telespectadores, a TVAL começou a produzir documentários e reportagens especiais sobre o potencial econômico, turístico e cultural das diferentes regiões de Santa Catarina se destacando pela qualidade das produções premiadas dentro e fora do estado.

Atualmente, a programação da emissora chega em 124 municípios, por meio de cabo ou fibra óptica. A TVAL também é transmitida pelo canal aberto, em sistema HD, na região da Grande Florianópolis e em Blumenau.

A programação da TVAL está à disposição da sociedade no canal da Assembleia Legislativa no YouTube, pelo qual atualmente transmite ao vivo todas as atividades legislativas, por meio de “lives” que podem ser acompanhadas pelo público, simultaneamente. A iniciativa garante a cobertura integral dos trabalhos dos parlamentares.

REDES SOCIAIS

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina tem nos seus perfis das plataformas de Redes Sociais um dos principais meios de se comunicar com os catarinenses. Além de informar sobre tudo o que ocorre no Parlamento, são nesses canais que acontecem os debates sobre os temas, projetos, leis, audiências públicas e ações da Alesc e dos 40 deputados e deputadas que formam o Legis-

lativo estadual. Em números absolutos, a Alesc está entre as assembleias do país com mais seguidores em todas as plataformas.

Presente no Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, WhatsApp e TikTok, os perfis do Parlamento de Santa Catarina somavam, em julho de 2024, quase 275 mil seguidores. No ano anterior, as postagens alcançaram 9,5 milhões de visualizações de forma orgânica. O principal canal de comunicação da Alesc hoje é o Instagram, com mais engajamento, visualização e participação dos seguidores.



Fonte: Agência AL.

Como parte da constante inovação na forma de se comunicar com os mais variados segmentos de público, a Alesc entrou no TikTok, plataforma na qual pretende alcançar ainda mais o público jovem. Um trabalho constante vem sendo promovido desde 2010, ano em que a Alesc foi pioneira ao criar perfis em plataformas de redes sociais.

Todo o conteúdo produzido pela Agência de Notícias, pelo Rádio AL e pela TVAL ganha espaço nas plataformas da Alesc, seguindo a linguagem específica de cada uma delas. Desta forma, o cidadão se sente participante do processo legislativo, com espaço para expressar sua opinião acerca dos temas debatidos e votados na Assembleia Legislativa. No momento, o desafio da Diretoria de Comunicação Social da Alesc é o uso da Inteligência Artificial na produção de conteúdos para aproximar ainda mais os catarinenses do Parlamento.



*“Cada segundo é uma
oportunidade para mudar tudo”*

Charles Chaplin

SERVIÇOS DA ALESC PARA A SOCIEDADE

"O Poder Judiciário de Santa Catarina

parabeniza a ALESC pelos seus 190 anos,

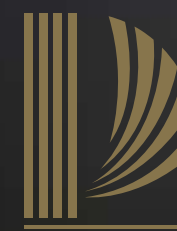
destacando as ferramentas virtuais

e serviços que aproximam

o legislativo da sociedade catarinense.

Descubra as inovações que facilitam o acesso

à informação e à participação cívica.”



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ao longo de sua trajetória, desenvolveu e aperfeiçoou um conjunto de serviços voltados a um amplo espectro de atendimento direto à sociedade, em um esforço contínuo de aproximação, interação e cooperação em inúmeras áreas que desempenham um papel cidadão muito significativo e merecem ser descritas e tornadas visíveis, mesmo que de forma parcial e resumida, por meio dos tópicos a seguir. O leitor encontrará, em alguns deles, canais de contato para obter mais informações e eventualmente utilizar os serviços e ferramentas relacionados.

ESCOLA DO LEGISLATIVO: 23 ANOS APROXIMANDO O PODER LEGISLATIVO DA SOCIEDADE



A Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, da Alesc, foi criada a partir da Resolução Nº 72/2000 e realiza as ações pedagógicas do Parlamento Catarinense relativas à qualificação profissional, reflexão democrática, formação política e cidadã, pesquisa e difusão de conhecimentos sobre o Poder Legislativo em Santa Catarina. Atualmente, a instituição é presidida pelo deputado Julio Garcia.

A Escola do Legislativo realiza suas ações fortalecendo a integração e o trabalho colaborativo entre os municípios. Para atender às demandas regionais, o Estado foi dividido em 14 Regiões, viabilizando o acesso da população aos eventos promovidos pela Escola: Extremo-Oeste, Oeste I, Oeste II, Meio-Oeste I, Meio-Oeste II, Região Serrana, Planalto Norte, Norte, Alto Vale do Itajaí, Vale do Itajaí, Litoral do Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul I e Sul II.

A Escola desenvolve seu trabalho pedagógico por meio de seis Núcleos: Núcleo de Inclusão e Políticas Públicas, Núcleo de Ensino a Distância, Núcleo de Educação para a Democracia, Núcleo de Qualificação Profissional e Desenvolvimento Humano, Núcleo de Formação Política e Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento.

Constam ainda da estrutura da Escola do Legislativo uma Secretaria Acadêmica que orienta, recepciona e processa as inscrições dos participantes dos eventos promovidos diretamente pela Escola ou em parceria, e que é responsável pelo controle de frequência e expedição dos certificados. Já as Assessorias realizam a gestão, o acompanhamento pedagógico, a comunicação e o acesso aos recursos tecnológicos, além do apoio operacional, e incluem as áreas: Administrativa, Comunicação, Executiva, Orientação Pedagógica e Assessoria de Tecnologia da Informação.

Libras na Educação Legislativa

A Escola do Legislativo da Alesc oferece acessibilidade em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para as pessoas surdas. Este trabalho é realizado de várias formas: interpretação simultânea de alguns eventos organizados pela Escola e pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; tradução de materiais e publicações para as redes sociais; e capacitação dos servidores do Parlamento Catarinense, proporcionando o curso de Comunicação Básica em Libras. A

Escola do Legislativo cumpre o seu papel em “reconhecer a Libras como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas” (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002).

Alguns indicadores de resultados da Escola do Legislativo

- ▮ Quase 1.000 eventos realizados na última década.
- ▮ 55.000 usuários inscritos no Ambiente Virtual da Escola, alcançando 26 estados brasileiros e o Distrito Federal.
- ▮ 48 Leis Catarinenses de 2005 a 2022 foram elaboradas pelos Parlamentares Jovens do Programa Parlamento Jovem Catarinense.
- ▮ Nos últimos cinco anos, mais de 3.000 crianças e jovens participaram dos Encontros Estaduais de Vereadores Mirins em Florianópolis.
- ▮ Mais de 100.000 participantes em eventos de Inclusão, Políticas Públicas e Qualificação Profissional.
- ▮ 1.290 jovens catarinenses já participaram do Programa Parlamento Jovem Catarinense nas suas 31 edições.
- ▮ 14 cursos ofertados em EaD, permitindo que os usuários complementem seus conhecimentos de acordo com seu tempo disponível.
- ▮ Mais de 140.000 visualizações no website Memória Política de Santa Catarina, originárias de 81 países diferentes.

DEFENSORIA PÚBLICA NA ALESC



Fonte: Agência AL

A unidade de atendimento da Defensoria Pública na Alesc foi inaugurada em outubro de 2021. Conta com equipe das 12h às 19h e presta serviços como orientações jurídicas, educação em direitos, realização de acordos extrajudiciais e ações judiciais. Até o primeiro semestre de 2023 já haviam sido prestados mais de 1.000 atendimentos, quando foi renovado o termo de colaboração entre a Alesc e a Defensoria Pública de Santa Catarina. O titular da unidade é o defensor Tausser Ximenes Farias e as áreas de atribuição são: Vara da Fazenda Pública, Vara Cível, Vara da Família e Vara da Infância e Juventude.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



O Observatório foi criado em 7 de maio de 2015, pela Lei 16.620, de autoria da então deputada estadual Ana Paula de Lima (PT), por meio da qual instituiu-se, em 2018, o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher, denominado Observatório da Violência contra

a Mulher de Santa Catarina (OVM/SC). Trata-se de um programa de monitoramento, registro e análise de dados intersetoriais relacionados à violência contra mulheres e meninas, com o intuito de embasar a proposição de políticas públicas vinculadas ao tema.

A criação e implementação do OVM/SC é uma grande conquista tanto para os órgãos públicos que trabalham com esta questão, quanto para a academia e para movimentos de mulheres da região. Suas diretrizes estão sustentadas pelos pressupostos da Lei Maria da Penha e pelo Pacto Estadual Lei Maria da Penha.

Em 30 de junho de 2020, a deputada estadual Luciane Carminatti (PT), representando a Bancada Feminina da Alesc, constituiu um Grupo de Trabalho (GT) formado por pessoas integrantes de instituições envolvidas com a questão do enfrentamento à violência contra a mulher, com o objetivo de retomar a proposta da Lei nº 16.620/2015.

O GT, sob a coordenação da professora Teresa Kleba Lisboa (Instituto de Estudos de Gênero – IEG/ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e Fabiana de Souza (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social do Estado de Santa Catarina – SDS), ficou constituído de uma representante titular e uma suplente das seguintes Instituições: Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM); Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC); Defensoria Pública; Ministério Público de Santa Catarina (MPSC); Ministério Público de Contas (MPC/SC); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC); SDS; Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/CEVID); e IEG/UFSC.

Em 31 de agosto de 2021 foi lançado o website Observatório da Violência Contra a Mulher, que é um canal virtual de integração dos dados e das redes de atendimento e serviços de proteção às mulheres, com estrutura física e operacional na Alesc e um Comitê Gestor formado por membros de diversos grupos e órgãos.

INTEGRA – COMITÊ DE AÇÕES INTEGRADAS PARA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS

Em 5 de abril de 2023, o Brasil se chocou com a morte de quatro crianças, atacadas por um homem que invadiu uma creche em Blumenau (SC). No mesmo dia, a Alesc se mobilizou e deu início a um movimento que resultou na criação do Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar (Comseg), que posteriormente passou a se chamar Comitê de Ações Integradas para Cidadania e Paz nas Escolas (Integra). O comitê foi instituído oficialmente por intermédio de ato da Mesa Diretora da Casa.

Liderado pelo Parlamento, o Integra reúne cerca de 30 instituições que, juntas, trabalham na elaboração de ações para evitar ocorrências semelhantes e com o objetivo de propor uma política de promoção da paz, da cidadania e segurança, a ser implantada nas unidades de ensino do estado. No decorrer de 2023, o grupo promoveu reuniões temáticas, workshops e audiências públicas macrorregionais nas cidades de Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó, Criciúma e Florianópolis. Nas audiências, o Integra recebeu as sugestões da comunidade escolar e apresentou as ações que já vinham sendo realizadas pelo Comitê.

Em maio de 2023, a Alesc lançou a campanha institucional “Protegendo o Presente para Cuidar do Futuro”, que foi veiculada na imprensa de todo o estado a partir de junho daquele ano. Coordenada pela Diretoria de Comunicação do Parlamento, a campanha institucional teve a digital dos 40 deputados e das instituições parceiras e foi mais uma ferramenta de conscientização da população sobre o tema.

Missões a Medellín (Colômbia), a Washington, Atlanta e Macon (EUA) e em São Paulo (SP) também foram realizadas pelo Comseg, com o objetivo de conhecer iniciativas e políticas públicas com potencial de serem aplicadas à realidade de Santa Catarina para a construção de um ambiente de paz nas escolas. Em setembro de 2023, uma solenidade marcou a entrega do relatório

final do Comitê. Entre os principais resultados apresentados estava a apresentação de dez projetos de leis visando ao reforço das unidades escolares em aspectos como: estrutura e recursos humanos, protocolos e normas, questões sociais e de publicidade. As propostas estão em análise nas Comissões Permanentes da Alesc.

CEAC – CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS CATARINENSES



Fonte: Agência AL

O Centro de Apoio às Câmaras Municipais (CEAC) é um setor da Alesc que tem por finalidade apoiar e auxiliar as ações dos vereadores catarinenses, visando contribuir para um mandato eficiente e de qualidade. O CEAC é o espaço institucional de relacionamento entre a Alesc e as Câmaras Municipais do Estado. Os vereadores contam com serviços oferecidos gratuitamente e voltados às atividades parlamentares municipais.

Entre as ações do CEAC estão: a publicação da agenda de eventos da Alesc; o compartilhamento de informações relevantes aos legisladores nas redes sociais; a disponibilização de um escritório para que os vereadores recebam assessoria jurídica e legislativa gratuita, que contribui para elaboração e análise de projetos de lei, emendas, requerimentos, moções, pedidos de informação, indicações e pareceres.

No espaço do CEAC na Alesc, os vereadores também podem esclarecer dúvidas sobre constitucionalidade de projetos de lei e acessar outras informações relacionadas à atividade

parlamentar. A estrutura conta com computador, internet, impressora e com uma equipe capacitada para auxiliar os legisladores na realização de suas atividades parlamentares quando estiverem de passagem pela sede do Parlamento Estadual em Florianópolis. A utilização desses serviços pode ser feita sem agendamento. O CEAC também disponibiliza diversos materiais úteis ao mandato parlamentar, elaborados por instituições reconhecidas.

PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM CATARINENSE



O programa Parlamento Jovem é um dos projetos mais importantes desenvolvidos pela Escola do Legislativo da Alesc e possibilita aos jovens de escolas públicas e privadas o conhecimento sobre o funcionamento do Parlamento Catarinense. Os estudantes vivenciam a rotina de atividades de um deputado estadual, participam de oficinas e palestras voltadas a temas como elaboração de projetos de lei, participação de jovens e mulheres na política, entre outros.

Por meio da iniciativa, os jovens também promovem debates sobre proposições e realizam uma sessão plenária com a votação dos projetos apresentados por eles, que podem, inclusive, ser, posteriormente, incorporados por um deputado estadual para tramitação na Alesc. Um total de 48 Leis catarinenses, de 2005 a 2022, foram elaboradas por estudantes do Parlamento Jovem. Em 31 edições, 1.290 jovens catarinenses participaram do projeto.

PORTAL TRANSPARÊNCIA
ALESC



A Assembleia Legislativa de Santa Catarina tem compromisso com a transparência segundo os preceitos das Leis Federais, Lei Complementar 131/2009 e da Lei 12.527/2011. O Poder Legislativo catarinense entende que a transparência vai muito além da mera disponibilização de dados e passa, também, pela efetiva participação, pelo acompanhamento e a fiscalização por parte da sociedade visando o exercício pleno da cidadania.

A Alesc constituiu Comissão de Transparência Institucional especialmente para aprimorar informações e garantir sua disponibilidade ao público e cumprir o princípio da divulgação das atividades realizadas pelo Poder Legislativo em sua forma mais ampla. O objetivo é estabelecer um canal de comunicação entre Parlamento e sociedade em duas vias: informar o que acontece no Parlamento para a sociedade e levar para debate no Parlamento necessidades e interesses do dia a dia das pessoas.

Para garantir a eficácia da transparência no Estado optou-se por adotar uma linguagem acessível à maior parte da população, com o cuidado de apresentar as informações em uma forma gráfica clara e agradável, facilitando a consulta pelos meios digitais. Os canais de participação incluem:

Facebook:
<http://www.facebook.com/assembleiasc>
Twitter: twitter.com/assembleiasc
Instagram: [instagram.com/assembleiasc](https://www.instagram.com/assembleiasc)
E-mail: ci@alesc.sc.gov.br
Telefone: (48) 3221-2500

Links úteis:

Portal da Transparência Alesc:



Aponte a câmera do celular e acesse o portal aqui.

Radar da Transparência Pública:



Aponte a câmera do celular e acesse o portal aqui.

SIC – SERVIÇO DE
INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

O SIC – Serviço de Informação ao Cidadão é um canal de comunicação da sociedade direto com a Alesc, que pode ser acessado no próprio site da Assembleia Legislativa. A interação é feita por meio de um formulário de contato digital no qual o interessado identifica-se e deixa sua mensagem. O serviço cumpre o determinado pela Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de garantir o acesso a informações de interesse público e social. O atendimento do SIC da Alesc pode ser também presencial, por telefone ou correio:

Coordenadoria de Informações
Av. Mauro Ramos, 300 - Unidade Administrativa
- Sala 706 CEP: 88020-300 – Florianópolis – SC
(48) 3221-2891 / 3221-2892
ci@alesc.sc.gov.br
Horário de atendimento: das 07:00 às 19:00, de segunda à sexta-feira.

OUVIDORIA DA ALESC

Com o objetivo de atender cada vez melhor a sociedade, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina estabeleceu uma linha de comunicação direta com a população para melhorar cada vez mais o atendimento ao público. O cidadão pode procurar a Alesc para obter informações sobre diversos assuntos, encaminhar reclamações, sugestões, críticas ou elogios relacionados aos serviços prestados pelo Poder.

Se alguém faz alguma solicitação e não obtém resposta da Alesc, verifica irregularidades ou ilegalidades no âmbito das atividades e serviços da Alesc, tem o direito de exercer sua cidadania e enviar sua mensagem para a Ouvidoria, que recebe, analisa, responde e, quando for o caso, encaminha aos órgãos competentes as manifestações da sociedade. Os prazos de resposta estão previstos na Lei de Acesso à Informação (LAI), sendo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

No caso de indeferimento de acesso a informações ou para saber as razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias a contar da sua ciência. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 dias. Setor responsável: Coordenadoria de Informações.

DICIONÁRIO DO LEGISLATIVO

É um glossário sintético e didático dos principais termos e expressões utilizados no dia a dia do Poder Legislativo e que os interessados podem consultar de forma rápida e simplificada.

OS MUNICÍPIOS CATARINENSES
– MECANISMO DE BUSCA

O Estado de Santa Catarina tem como capital administrativa Florianópolis e possui 295 municípios. Com 7.609.601 habitantes (IBGE/2022), localiza-se no centro da Região Sul, faz fronteiras ao norte com o Estado do Paraná, ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul e ao Oeste com a Argentina. Sua área territorial é de 95.730,921 km², e a extensão litorânea é de 561,4 km.

A Alesc disponibiliza um mecanismo de busca virtual aberto ao público, pelo qual é possível pesquisar dados relacionados a cada um dos 295 municípios catarinenses, incluindo informações sobre: dados históricos, geográficos e econômicos, bem como os endereços, websites e telefones da Prefeituras Municipais e das Câmaras de Vereadores.

Pesquise sobre os municípios catarinenses aqui:



Aponte a câmera do celular e pesquise aqui.

BIBLIOTECA VIRTUAL DA
ALESC

O acervo da Biblioteca da Alesc é aberto ao público em geral para consultas e pesquisas. Uma equipe auxilia os usuários na busca de informações, tanto na base de dados da Biblioteca ou em outras fontes de informações. O atendimento é realizado pessoalmente, por telefone ou e-mail.

Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
Coordenadoria da Biblioteca
Telefone: (48) 3221-2741
Fone-Fax: (48) 3221-2909
E-mail: biblioteca@alesc.sc.gov.br

GERÊNCIA CULTURAL DA
ALESC

A Gerência Cultural da Alesc tem como objetivo ampliar o diálogo entre a Alesc e a sociedade catarinense. Sua função é organizar exposições de artes visuais, lançamentos literários, apresentações musicais, dentre outras programações culturais.

Meios de contato:
E-mail: cultural@alesc.sc.gov.br
Telefone: (48) 3221-2584

VISITE A ALESC

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina recebe, gratuitamente, grupos de visitantes no Palácio Barriga Verde, sede do Poder Legislativo Catarinense, em Florianópolis, de segunda a sexta das 9h00 às 18h00, com duração de aproximadamente 30 minutos. Os grupos são conduzidos por funcionários da Gerência do Cerimonial e durante a visita são abordados temas como a história, o papel, a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo Catarinense. Para agendar sua visita, acesse o QR code a seguir. Em caso de dúvidas, entre em contato com a Gerência do Cerimonial pelos telefones (48) 3221-2582 / 3221-2887 ou envie e-mail para cerimonial@alesc.sc.gov.br

Agende sua visita à Alesc aqui:



Aponte a câmera do celular
e agende
aqui.



C A P Í T U L O 13

*"Cada vitória carrega em si o esforço
de quem se atreveu com fé a acreditar"*

Catarina S.D.

GALERIA LILÁS

A PRESENÇA PARLAMENTAR FEMININA NA ALESC

“Com grande satisfação,

o Governo do Estado de Santa Catarina

celebra os 190 anos da ALESC,

ressaltando a crescente presença

feminina no parlamento.

Conheça as mulheres que

desempenham papéis significativos

e transformadores na Assembleia,

contribuindo de forma decisiva

para a construção de um futuro

mais igualitário e representativo.”



Desde a concessão do direito ao voto às mulheres, em 1932, até os dias atuais, a participação feminina na política tem sido um caminho de avanços e conquistas. O início da inclusão das mulheres no cenário político marcou uma transformação significativa na democracia brasileira, permitindo que as vozes femininas comesçassem a moldar as políticas e decisões do país. Este processo gradual de integração teve um impacto profundo, ampliando a diversidade e representatividade nas esferas de poder.

Para reconhecer e valorizar a trajetória das mulheres no Legislativo catarinense, foi inaugurada a Galeria Lilás, no dia 19 de agosto de 2015. Localizada no Palácio Barriga Verde, a Galeria foi criada a pedido da Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Este espaço tem como objetivo resgatar e registrar a importância das parlamentares que contribuíram para o desenvolvimento político e social do estado.

A Galeria Lilás é um símbolo do compromisso com o reconhecimento da relevância da participação feminina nos aspectos social e político, celebrando as conquistas das mulheres ao longo dos anos. A seguir, os perfis resumidos de 19 deputadas estaduais que exerceram mandatos na Alesc de 1935 até 2024, com um QR code, ao final dos textos, para acesso à biografia integral de cada uma no website Memória Política de Santa Catarina.



ANTONIETA DE BARROS

Partido: Partido Liberal Catarinense (PLC) e Partido Social Democrático (PSD).
Legislaturas: 1ª (1935/1937) e 2ª (1947/1951).

Nascida em Florianópolis em 11 de julho de 1901, Antonieta de Barros foi uma figura de destaque na história brasileira. Professora, jornalista e escritora, ela se tornou a primeira mulher deputada constituinte e deputada estadual no Parlamento Catarinense, além de ser a primeira representante negra a assumir um mandato no Brasil no século XX. Filha de Catarina de Barros e Rodolfo de Barros, Antonieta lutou por educação e igualdade em uma época de grandes desafios. Formada no ensino médio, sua trajetória política foi marcada por sua filiação ao Partido Liberal Catarinense (PLC) e ao Partido Social Democrático (PSD). Antonieta faleceu em 28 de março de 1952, em sua cidade natal, Florianópolis, deixando um legado de coragem e pioneirismo.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



INGEBORG COLIN

Partido: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
Legislaturas: 4ª (1959/1963).

Ingeborg Colin Barbosa Lima, nascida em 15 de fevereiro de 1921 em Joinville (SC), foi uma pioneira na política catarinense e uma figura marcante no setor industrial. Filha de Otto Colin e Ingeborg Hermann Colin, Ingeborg fez história ao se tornar a segunda mulher a assumir o cargo de deputada estadual no Parlamento Catarinense durante o século XX, representando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com formação ginásial, ela dedicou sua vida à indústria e à política, recebendo em 1999 uma homenagem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina por sua importante contribuição durante sua legislatura. Ingeborg faleceu em 6 de fevereiro de 2022, aos 100 anos, em sua cidade natal.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



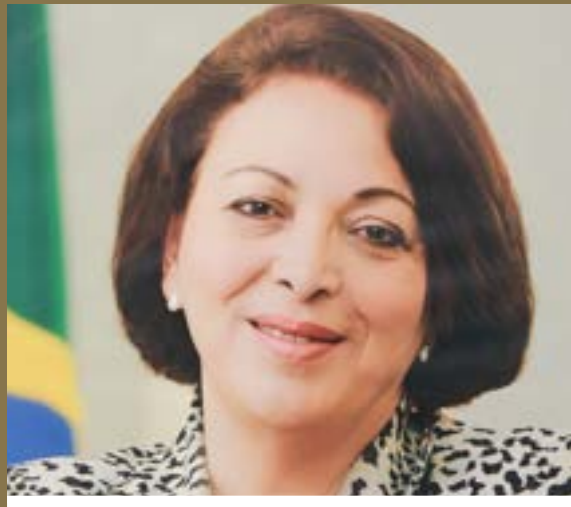
LUCI CHOINACKI

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT).
Legislaturas: 11ª (1987/1991).

Luci Terezinha Choinacki, nascida em 17 de março de 1954 em Descanso (SC), é uma destacada agricultora e política brasileira. Conhecida por sua atuação como deputada estadual, foi a segunda mulher a se tornar Constituinte no Parlamento catarinense e exerceu quatro mandatos como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Natural da região Oeste, Luci iniciou sua trajetória política na Pastoral da Terra e no Movimento dos Sem-Terra, integrando-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Descanso. Durante sua carreira, presidiu a Comissão Permanente de Agricultura e a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor na Assembleia Legislativa, além de contribuir para a Comissão da Ordem Econômica, Financeira e Social nos trabalhos constituintes.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



IDELE SALVATTI

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT).
Legislaturas: 13ª (1995/1999) e 14ª (1999/2003).

Nascida em São Paulo (SP) em 18 de março de 1952, Ideli Salvatti foi professora e sindicalista, e ocupou posições de destaque na política catarinense e nacional. Com formação em Física (Licenciatura), ela atuou como deputada estadual no Parlamento Catarinense e, posteriormente, como senadora, tornando-se a primeira mulher de Santa Catarina a ocupar uma cadeira no Senado Federal. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), ela também foi Ministra de Estado, consolidando sua trajetória como uma das principais vozes políticas de Santa Catarina no final do século XX e início do XXI. Filha de Oscar dos Santos Mello e Célia Maria Mello, sua carreira é marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pela promoção da educação.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ODETE DE JESUS

Partido: Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Liberal (PL), Partido Republicano Brasileiro (PRB) e Partido Trabalhista Nacional (PTN).
Legislaturas: 14ª (1999/2003), 15ª (2003/2007), 16ª (2007/2011) e 17ª (2011/2012).

Odete de Jesus Prestes do Nascimento, nascida em 2 de março de 1951 em União da Vitória (PR), é uma professora e pastora que desempenhou um papel significativo na política catarinense. Com formação em Geografia, Odete atuou como deputada estadual no Parlamento Catarinense, onde representou a população no final do século XX e início do XXI. Ao longo de sua carreira política, esteve filiada a diversos partidos, incluindo o Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Liberal (PL), Partido Republicano Brasileiro (PRB) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). Filha de Francisco Prestes do Nascimento e Leonidia Alves de Almeida, Odete é conhecida por sua dedicação à educação e ao trabalho pastoral, além de sua atuação em prol da comunidade catarinense.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANA PAULA LIMA

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT).
Legislaturas: 15ª (2003/2007), 16ª (2007/2011), 17ª (2011/2015) e 18ª (2015/2019).

Ana Paula de Souza Lima, nascida em 19 de abril de 1964 em Curitiba/PR, é formada em Enfermagem e Obstetrícia. Iniciou sua trajetória política no Partido dos Trabalhadores (PT) em 1987, e foi a primeira deputada estadual mulher eleita por Blumenau em 2002. Além disso, ela também foi a primeira mulher a presidir a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), ocupando o cargo em várias ocasiões entre 2007 e 2008. Reeleita em 2012, foi líder da bancada do PT e desempenhou um papel fundamental na criação da Bancada Feminina na Alesc, além de coordená-la em duas ocasiões. Conhecida por seu pioneirismo e compromisso com a transparência e os direitos das mulheres, Ana Paula é autora da lei que institui o Observatório da Violência contra a Mulher em Santa Catarina.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



SIMONE SCHRAMM

Partido: Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Legislaturas: 15ª (2003/2007).

Natural de Joinville (SC) e nascida em 28 de abril de 1961, Simone Schramm possui formação em Pedagogia e Administração Escolar. Filha de Milton e Edith Schramm, iniciou sua carreira como professora na rede estadual, e atuou como consultora educacional, diretora de escola, administradora escolar e diretora da 5ª Coordenadoria Regional de Educação. Também foi Conselheira Municipal de Educação e Secretária Adjunta de Estado da Educação. Além de sua atuação na educação, assumiu a função de secretária-executiva da Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC) em junho de 2020. Atuou como deputada estadual no Parlamento Catarinense pelos partidos Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ALBA SCHLICHTING

Partido: Partido da Frente Liberal (PFL) e Democratas (DEM).
Legislaturas: 15ª (01/2007).

Alba Terezinha Schlichting, nascida em 15 de outubro de 1949 em Bocaina do Sul (SC), é formada em Letras Língua Portuguesa e Direito. Iniciou sua carreira como advogada e professora, e foi deputada estadual no Parlamento Catarinense. Atuou como Superintendente Estadual do INSS/SC (1997-2002), e Diretora Administrativa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) de 2011 a 2014. Além disso, teve experiências administrativas na Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina, foi Diretora de Operações da Fundação Educar, Diretora de Trabalho e Renda da Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família, Consultora Técnica da FUNPREV e Assessora da Presidência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (2005-2007).



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ADA DE LUCA

Partido: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Legislaturas: 16ª (2007/2011), 17ª (2011/2015), 18ª (2015/2019) e 19ª (2019/2023).

Ada Lili Faraco de Luca, nascida em 19 de abril de 1949 em Criciúma (SC), é uma advogada de destaque e figura influente na política catarinense. Com formação em Direito, Ada atuou como deputada estadual na Casa Legislativa no século XXI e foi uma das fundadoras do PMDB Mulher, além de ser a primeira deputada eleita pela legenda no Parlamento Catarinense. Ela é autora do projeto que instituiu a Delegacia Virtual da Mulher no Estado, marcando um avanço significativo na proteção dos direitos das mulheres. Filha de Addo Vânio de Aquino Faraco e Nely Firmino Faraco, Ada Lili Faraco de Luca trabalhou pelo desenvolvimento e segurança da região Sul de Santa Catarina e sua trajetória é marcada pela luta pela justiça e igualdade.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANGELA ALBINO

Partido: Partido Comunista do Brasil (PCdoB).
Legislaturas: 16ª (06/2009 - 08/2009) e 17ª (2011/2015).

Natural de Florianópolis (SC) e nascida em 28 de agosto de 1969, Angela possui formação em Técnico em Enfermagem e Direito. Iniciou sua trajetória política no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 2004, quando foi eleita vereadora na Câmara Municipal de Florianópolis, tornando-se a única mulher eleita na 15ª Legislatura. Eleita deputada estadual na Casa Legislativa e, posteriormente, deputada federal, representou os catarinenses no século XXI. Foi a primeira mulher do PCdoB a assumir um cargo na Casa Legislativa e, em 2014, foi a mais votada para a Câmara dos Deputados. Em 2018, tornou-se a primeira catarinense a presidir a Secretaria de Mulheres do PCdoB, partido com a maior bancada feminina no Congresso Nacional. Filha de Francisco de Souza Albino e Dilma Frécia Albino, sua base eleitoral é na Grande Florianópolis.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



LUCIANE CARMINATTI

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT).
Legislaturas: 17ª (2011/2015), 18ª (2015/2019), 19ª (2019/2023) e 20ª (2023/2027).

Luciane Maria Carminatti, nascida em 9 de julho de 1970 em Chapecó (SC), é pedagoga e iniciou sua trajetória política como vereadora em sua cidade natal. Posteriormente, foi eleita deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), representando o Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina. Na Assembleia Legislativa, destacou-se como líder em diversas Frentes Parlamentares e participou ativamente de Comissões Permanentes, como Educação e Cultura, Finanças e Tributação, Prevenção e Combate às Drogas, Segurança Pública, Trabalho, Administração e Serviço Público, Direitos da Pessoa com Deficiência, e Direitos do Consumidor e do Contribuinte. Luciane Carminatti é uma voz firme em defesa da educação, dos direitos das mulheres, da saúde, da segurança pública e da agricultura familiar nos municípios catarinenses.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



DIRCE HEIDERSCHIEDT

Partido: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Legislaturas: 17ª (2011/2015), 18ª (2015/2019), 19ª (10/2020 – 12/2020) e 19ª (2021/2022).

Dirce Aparecida Heiderscheidt, nascida em 6 de setembro de 1957 em Ituporanga (SC), é assistente social com uma carreira política significativa. Com formação em Técnico em Enfermagem e graduação em Serviço Social, Dirce atuou como deputada estadual no Parlamento Catarinense no século XXI, contribuindo para a legislação com sua experiência e compromisso social. Filha de Olindo Zunino e Verônica Sebold Zunino, ela foi filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sua trajetória é marcada pela dedicação à área social e defesa de políticas públicas para idosos, mulheres, crianças, adolescentes e pessoas com deficiências.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



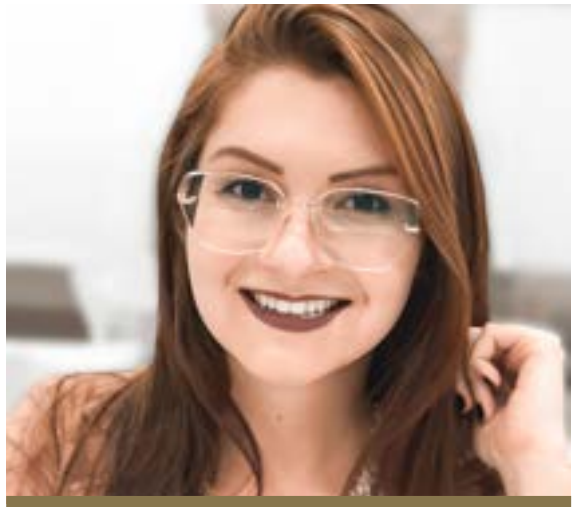
MARLENE FENGLER

Partido: Partido Social Democrático (PSD).
Legislaturas: 19ª (2019/2023).

Nascida em 8 de junho de 1968 em Itapiranga (SC), Marlene Fengler é graduada em Letras pela UFSC e especialista em Políticas Públicas, pela Fundação Internacional e Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas, na Espanha, ganhando destaque no cenário político catarinense no século XXI. Atuou como deputada estadual no Parlamento Catarinense, e foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. Marlene também integrou a Bancada Feminina e a Bancada do Oeste, sendo a primeira Coordenadora da Bancada do Oeste. Filha de Blasius Augusto Fengler e Maria Lucena Fengler, ela representa o Partido Social Democrático (PSD) e dedica-se ao desenvolvimento e à promoção da região Oeste de Santa Catarina.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANA CAMPAGNOLO

Partido: Partido Social Liberal (PSL) e Partido Liberal (PL).
Legislaturas: 19ª (2019/2023) e 20ª (2023/2027).

Ana Caroline Campagnolo, nascida em 26 de novembro de 1990 em Itajaí (SC), é uma historiadora e professora que se destacou no cenário político catarinense no século XXI. Com formação em História, ela atuou como deputada estadual no Parlamento Catarinense, representando suas ideias e propostas para o desenvolvimento da região. Filha de Job Campagnolo e Maria Raquel Teixeira Campagnolo, Ana Caroline foi filiada ao Partido Social Liberal (PSL) e atualmente ao Partido Liberal (PL). Atualmente, ela participa das Comissões Permanentes: de Constituição e Justiça; Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; de Educação e Cultura; de Pesca e Aquicultura; de Relacionamento Institucional, das Relações Internacionais e do MERCOSUL.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



PAULINHA

Partido: Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Podemos (Pode).
Legislaturas: 19ª (2019/2023) e 20ª (2023/2027).

Ana Paula da Silva, nascida em 27 de abril de 1975 em Florianópolis (SC), é uma destacada figura na política catarinense. Com formação em Ensino Médio, ela consolidou sua carreira como vereadora e prefeita em Bombinhas (SC) e, mais tarde, como deputada estadual no Parlamento Catarinense, no século XXI. Representando o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Podemos (Pode), Ana Paula tem sua base eleitoral no Vale do Itajaí. Foi a primeira mulher a liderar o Governo Carlos Moisés na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), de 14/2/2020 a 8/2/2021. Em fevereiro de 2023, assumiu como 1ª Secretária da Mesa Diretora da Alesc, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo desde 1937, quando a Deputada Antonieta de Barros aceitou a posição.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



ANNA CAROLINA
CRISTOFOLINI MARTINS

Partido: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Legislaturas: 19ª (02/2020 - 04/2020).

Anna Carolina Cristofolini Martins, nascida em 9 de junho de 1981 em Itajaí (SC), é uma advogada que ganhou destaque na política catarinense. Com formação em Direito, iniciou sua trajetória como vereadora em sua cidade natal e, posteriormente, atuou como deputada estadual no Parlamento Catarinense. Filha de João José Martins e Delma Cristofolini, ela representa o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e tem sua base eleitoral no Vale do Itajaí. Em 2013, foi eleita vereadora de Itajaí, assumindo sua cadeira aos 31 anos, sendo a mulher mais jovem a ingressar no Parlamento municipal. Em 2016, candidatou-se à Prefeitura de Itajaí, rompendo um vácuo de 30 anos sem uma candidata mulher ao cargo. Anna Carolina tornou-se a primeira mulher filiada ao PSDB a chegar à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



TATI TEIXEIRA

Partido: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Popular Socialista (PPS), Cidadania e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).
Legislaturas: 19ª (01/2021 - 02/2021).

Thatianne Ferro Teixeira, nascida em 23 de agosto de 1979 em Criciúma (SC), faleceu em 21 de março de 2023 na mesma cidade. Ela foi uma psicopedagoga de destaque no cenário político catarinense do século XXI. Formada em Pedagogia, dedicou sua carreira à psicopedagogia clínica e institucional, além de atuar como professora e voluntária social. Iniciou sua trajetória política como vereadora em Criciúma e, posteriormente, serviu como deputada estadual no Parlamento Catarinense. Filha de Valnei Teixeira e Salete Ferro Teixeira, Thatianne foi filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Popular Socialista (PPS), Cidadania e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e concentrou sua atuação na base eleitoral do Sul de Santa Catarina.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



VANESSA DA ROSA

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT).
Legislaturas: 20ª (09/2023 - 11/2023).

Nascida em 4 de dezembro de 1972 em Joinville (SC), Vanessa da Rosa é professora com formação em Pedagogia. Atuou como secretária municipal de Educação em Joinville, onde fez importantes contribuições para o desenvolvimento educacional da cidade. Posteriormente, foi eleita deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), destacando-se por seu compromisso com a educação e o aprimoramento das políticas públicas na área. Sua posse na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina foi um momento histórico, marcando o retorno, após 89 anos, de uma mulher negra como deputada estadual. O cargo havia sido ocupado anteriormente apenas pela professora Antonieta de Barros, a primeira parlamentar negra a assumir mandato no Brasil, em 1934.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.



JANA GUEDES

Partido: Partido Democrático Trabalhista (PDT).
Legislaturas: 20ª (02/2024 - 03/2024).

Janaína Guedes de Freitas, natural de Videira(SC), é uma liderança política com atuação destacada tanto no cenário municipal quanto estadual. Nascida em 14 de janeiro de 1982, Jana Guedes, como é amplamente conhecida, começou sua trajetória política na terra natal, sendo eleita vereadora em Videira nas eleições municipais de 2020. Em 2022, ela ampliou sua atuação ao concorrer a uma vaga no parlamento catarinense, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com 3.984 votos, Jana conquistou a quarta suplência. Em fevereiro de 2024, assumiu a cadeira de deputada estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em virtude do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, ocupando oficialmente o cargo em 15 de fevereiro.



Para acessar a biografia completa, aponte a câmera de seu celular para o QR code.

C A P Í T U L O

14



*“Todos estamos matriculados na escola
da vida aonde o mestre é o tempo”*

Cora Coralina

OS COMPROMISSOS DOS LEGISLADORES COM O FUTURO



"A SHARE – Marketing Estratégico,

felicita a ALESC pelos 190 anos,

manifestando seu apoio

aos compromissos que os deputados

assumem em prol do futuro

de Santa Catarina. Convidamos

todos a compreender as visões

que moldarão o nosso estado.”

SHARE®
MARKETING ESTRATÉGICO

Tão importante quanto recuperar e compartilhar o passado da Alesc é mostrar suas realizações no presente e prospectar as tendências e atenções para o futuro. Tendo em vista tal premissa, a abrangente pesquisa empreendida para a geração deste livro auscultou também a visão e as prioridades temáticas dos atuais 40 parlamentares e seus compromissos para com o futuro da sociedade catarinense.

O resultado foi o conjunto de textos originais especialmente expressos pelos deputados e deputadas e editados a seguir, por ordem alfabética. Por meio desses depoimentos, é possível obter uma radiografia – ao mesmo tempo abrangente e sintética – do que os integrantes do Parlamento entendem como fundamental levar em conta para uma salutar governança e para um harmônico desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Santa Catarina. Os depoimentos foram coletados entre julho e setembro de 2024.

ALTAIR SILVA (PP – Partido Progressistas)

“Altair Silva sempre buscou o desenvolvimento da agricultura em Santa Catarina e a melhoria da vida da população de todo o estado. Em sua atuação parlamentar, trabalha para que os produtores rurais sejam atendidos da forma mais adequada pelo Poder Público, com soluções que tragam melhorias para o setor. É autor de propostas e leis que visam dar celeridade no atendimento das necessidades desta população e melhorias nas condições de trabalho. Nos 14 meses em que estive à frente da Secretaria de Estado de Agricultura, criou programas que levaram o desenvolvimento tecnológico ao campo e elaborou políticas públicas de fomento à atividade rural e de combate à estiagem, além de fortalecer programas já existentes, totalizando um investimento de mais de R\$ 900 milhões. Altair Silva também atua para o bem-estar da população, elaborando projetos com ênfase em programas de conscientização sobre cuidados com a saúde e na manutenção da infraestrutura estadual, bem como na prevenção de desastres naturais. O objetivo do parlamentar é criar um ambiente em que toda a população seja assistida pelo Poder Público, que tenham condições de trabalho, de segurança e que a saúde também seja priorizada, fazendo com que Santa Catarina seja solo de grandes realizações.”

ANA CAMPAGNOLO (PL – Partido Liberal)

“Vivemos em um estado brasileiro com mais de sete milhões e meio de habitantes. Santa Catarina é um dos carros-chefes do país, movida pela potência de um povo que preza pelo trabalho duro e pelo mérito do seu esforço pessoal. Produzimos o suficiente para nos mantermos em constante crescimento e emplacar fechamentos positivos ano após ano. O catarinense é um cidadão que preza pela valorização da família e celebra a vida

desde a concepção, em todas as suas fases. Os catarinenses estão dispostos a batalhar pelas demandas que os representam, proteger aqueles em necessidade e cobrar seus gestores e representantes para que ouçam a nossa tradição e respeitem a vontade da nossa sociedade, especialmente em temas que dizem respeito ao que acreditamos e a nossa visão de mundo. Nosso estado é um reflexo da nossa fé cristã e do nosso trabalho árduo. Para o futuro, não queremos que nenhuma ideologia venha atrapalhar esse sucesso.”

ANTÍDIO LUNELLI (MDB – Movimento Democrático Brasileiro)

“Em meus discursos, sempre defendi que Santa Catarina é a Suíça brasileira. Não falo isso da boca para fora: somos o melhor estado do país, temos um povo ordeiro e trabalhador. Nossas paisagens naturais vão da praia à serra com uma beleza exuberante. Somos exemplo de empreendedorismo e associativismo, e também na segurança pública, na educação e no agronegócio. Mas, ainda existem muitos desafios a serem superados para o pleno desenvolvimento do nosso estado. Em infraestrutura, estamos mais de 40 anos atrasados. Nossas rodovias estaduais e federais estão colapsadas. Os gargalos estão por todo o território e prejudicam não só a logística das indústrias e agricultores, como a qualidade de vida da população. Além disso, é preciso diversificar os modais de transporte e ampliar nossos portos, ferrovias e aeroportos. A burocracia e a falta de transparência também prejudicam nosso crescimento. É preciso implantar processos e sistemas inovadores que tornem o setor público mais inteligente, ágil e assertivo. Melhorar os serviços oferecidos à população, criar um ambiente favorável a novos negócios e deixar mais dinheiro na mão do trabalhador, com menos impostos e tributos. Não existe política

social mais eficiente do que uma economia forte, que gere oportunidades.”

CAMILO MARTINS (Podemos)

“A veia de Santa Catarina é de um estado inovador, próspero e pujante. Investir em mobilidade urbana, infraestrutura, transporte público e saneamento básico é essencial para o desenvolvimento sustentável e a competitividade do estado. Temos políticas públicas bem-sucedidas, como as que implantamos em Palhoça, como chave para ampliar o acesso a serviços de qualidade, geração de emprego, renda e oportunidades em todas as regiões. Santa Catarina deve priorizar a inovação no gerenciamento de recursos para otimizar os serviços prestados aos cidadãos. Temos práticas bem-sucedidas e outras nem tanto, as quais também nos servem de aprendizado. Um bom exemplo são os projetos de desestatização que realizamos em Palhoça, que buscam fortalecer a segurança jurídica e o desenvolvimento econômico, mantendo uma gestão eficiente e próxima das reais necessidades da população. Com foco na infraestrutura robusta, serviços públicos eficientes e uma sociedade justa, planejamos e trabalhamos para construir um futuro em que Santa Catarina se destaque como referência em qualidade de vida.

CARLOS HUMBERTO (PL – Partido Liberal)

“Como alguém que tem o seu desenvolvimento pessoal ligado à livre iniciativa e ao trabalho como parte fundamental para a evolução social, minha premissa básica de atuação é o incentivo ao empreendedorismo. Desta forma, a visão de desenvolvimento de Santa Catarina é centrada na tradição do estado em que a força do trabalho e da inovação dos imigrantes que povoaram o território catarinense fez surgir uma economia forte e diversificada. Do Estado é importante que se tenha fomento ao empreendimento privado e a diminuição da máquina pública. Para tanto, a infraestrutura é fundamental para garantir desenvolvimento econômico e geração de empregos aos catarinenses. Por fim, o investimento em Saúde e Educação são vitais para a população e responsabilidade de atuação dos gestores públicos em todas as esferas.”

DELEGADO EGIDIO (PL – Partido Liberal)

“Tenho como objetivo melhorar, cada vez mais, a segurança de Santa Catarina. Seja por meio de in-

vestimentos em inteligência, equipe ou estrutura, acredito que, mesmo que Santa Catarina seja o estado mais seguro do país, ainda há muito o que se fazer para proteger o catarinense. Sempre trabalhando pela especialização das polícias, tenho como objetivo manter Santa Catarina no topo da segurança, devolvendo às pessoas a oportunidade de estar em família nas ruas sem se preocupar com assaltos ou furtos. Também acredito que através de punições mais rígidas e leis a favor da proteção animal, Santa Catarina se tornará referência para a proteção animal no país. Como deputado, iniciei o maior programa de castração e microchipagem do estado e batalhei pela criação da Diretoria Estadual de Bem-Estar Animal. Além do trabalho focado em minhas bandeiras, atuo diretamente na luta por melhores condições para a educação, saúde, infraestrutura e todas as áreas do Estado que implicam na construção de um futuro cada vez melhor para o catarinense, tornando Santa Catarina o melhor estado do país para se viver.”

DR. VICENTE CAROPRESO (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira)

“Santa Catarina se destaca pela economia diversificada e geração de empregos, com índices de desenvolvimento econômico e social muito superiores à média nacional. Precisamos manter esse rumo, levando desenvolvimento às regiões que ainda necessitam melhorar seus indicadores. É essencial aplicar políticas públicas para avançar nos indicadores educacionais, ampliar a oferta regional de serviços de saúde de alta complexidade e melhorar a rede de atendimento de urgência e emergência nos municípios. Além disso, devemos ampliar a inclusão de pessoas com deficiência e autismo, tanto na rede escolar quanto no mercado de trabalho, assim como o acesso a tratamento. Precisamos, sobretudo, de grandes obras de logística e mobilidade para atrair mais empresas e investimentos. Meu mandato viabilizou obras como a duplicação da BR-280 entre Jaraguá e Guaramirim, a recuperação e duplicação da SC-108 entre Guaramirim e Massaranduba, a revitalização da SC-110 entre Pomerode e Jaraguá do Sul e a pavimentação da SC-114 entre Luiz Alves, Massaranduba e Blumenau, totalizando quase meio bilhão de reais em investimentos estaduais. É urgente ampliar a capacidade da BR-101 nos principais gargalos, assim como acelerar as obras federais de duplicação das BRs 470 e 280 e ampliar a malha ferroviária, com a ligação Oeste/Litoral.”

EMERSON STEIN (MDB – Movimento Democrático Brasileiro)

“Que, ao longo do meu mandato como deputado, possamos conquistar, com trabalho e dedicação, as metas que nos comprometemos com a sociedade catarinense. Nossa prioridade é atender aos pedidos, propor leis e garantir recursos que beneficiem toda a população. Com isso, que a confiança e o trabalho também sejam voltados para as áreas que sempre vão merecer a nossa atenção para os catarinenses e de modo que os turistas voltem a visitar nosso estado – que Santa Catarina continue a ser um estado de qualidade, com ótimos índices. A segurança e a infraestrutura, juntamente com a saúde, que são destaques nacionais, fazem com que nosso dever é idealizar e apoiar bons projetos destes setores. Geração de emprego e renda também temas prioritários de nossa legislatura, sendo que a maioria da Casa Legislativa dedica atenção a projetos em tais áreas. Como deputado, vou estar sempre na busca de solução com diálogo e indicações para que o catarinense possa sentir a presença do Legislativo em sua vida e em sua cidade. Vamos continuar neste mesmo ritmo e dedicando nosso tempo aos projetos, leis e recursos que façam de Santa Catarina um estado de qualidade, diferente dos demais.”

ESTÊNER SORATTO DA SILVA JÚNIOR (PL – Partido Liberal)

“Minha visão para o futuro da sociedade catarinense está alicerçada em princípios de desenvolvimento sustentável, inclusão e inovação, com foco na valorização das potencialidades regionais. É imperativo que avancemos em infraestrutura, como a recuperação e ampliação das nossas rodovias estaduais. No entanto, o progresso econômico deve caminhar lado a lado com a criação de oportunidades de emprego que ofereçam dignidade e qualidade de vida, por meio de políticas públicas que incentivem o empreendedorismo, a atração de novas empresas e a qualificação profissional dos trabalhadores. Estamos recuperando o protagonismo da Região Sul sendo destaque no cenário estadual, contribuindo para uma Santa Catarina mais equilibrada e próspera, onde cada região tenha suas necessidades atendidas e suas potencialidades plenamente exploradas. É com dedicação, trabalho árduo e compromisso com a nossa gente que acredito ser possível construir um futuro melhor para todos os catarinenses.”

FABIANO DA LUZ (PT – Partido Dos Trabalhadores)

“Minha visão e prioridades para o futuro de Santa Catarina é um Estado mais justo, próspero e sustentável. Minha atuação na Assembleia Legislativa sempre se norteou no compromisso com as causas que são cruciais para o desenvolvimento social. Na agricultura familiar, tenho proposto e apoiado projetos de lei que visam fortalecer nossos pequenos produtores. Batalhamos pela ampliação de programas de assistência técnica e extensão rural, bem como infraestrutura para a zona rural. Cada vez mais precisamos fortalecer nossos pequenos produtores, que representam 78% dos estabelecimentos rurais. Espero também que Santa Catarina seja um Estado com cada vez menos violência doméstica, que tenha uma rede efetiva de proteção às vítimas. Uma Santa Catarina que invista, de verdade, em Assistência Social, com programas para apoiar os migrantes que chegam aqui e promova a educação em direitos humanos nas escolas. Cada conquista nos aproxima da Santa Catarina que sonhamos: um estado onde o progresso econômico caminha lado a lado com a justiça social e a sustentabilidade. Continuarei a ser uma voz ativa na Assembleia, lutando por um futuro melhor para todos nós.”

FERNANDO KRELLING (MDB – Movimento Democrático Brasileiro)

“Cuidar das pessoas, trabalhar para transformar a sociedade em um ambiente melhor, ampliando a qualidade de vida nas cidades e no interior. Promover políticas públicas inclusivas, a saúde, a educação e o esporte, sempre fiscalizando e buscando apoio do executivo para resolver os problemas dos catarinenses. É assim que quero seguir atuando no Parlamento Catarinense, a fim de construir, num somatório de forças, uma sociedade mais justa e humana. Sou a favor do trabalho para diminuir a polarização na política e de utilizar o diálogo na busca de soluções para as demandas da população. Na Alesc, pretendo seguir articulando, em busca de recursos para todos os municípios de Santa Catarina, em especial os do Norte e Nordeste do Estado. Por lá, pensar soluções para deixar as cidades mais inteligentes, cidadãs e humanas. Lutar para melhorar a mobilidade, impulsionar a economia e o desenvolvimento dos municípios e, por consequência, de nossa gente.”

IVAN NAATZ (PL – Partido Liberal)

“Em minha atuação parlamentar na Alesc e, de forma descentralizada em minha base regional, destaco sempre que é necessário marcar as atividades políticas e parlamentares com produtividade, dinamismo, inovação e muito trabalho. Neste sentido, defendo uma visão e prioridades temáticas para Santa Catarina ligadas ao constante fortalecimento do setor educacional público em todas as suas fases, desde o ensino básico até o superior, sem esquecer do resgate e apoio ao ensino técnico-profissionalizante como forma de garantir a continuidade da vocação econômica estadual centralizada no setor industrial, pesqueiro e agroindustrial. A continuidade e melhoria do desempenho econômico e da qualidade de vida do catarinense também passa pela ampliação das políticas de parcerias público-privadas em todos os setores, especialmente na política de saneamento básico, no enxugamento da máquina pública e no investimento constante no segmento de inovação e tecnologia. Neste sentido, o Parlamento Catarinense deve fazer sua parte contribuindo com legislação específica, inovadora e com justiça tributária.”

JAIR MIOTTO (União Brasil)

“Melhoria da infraestrutura, principalmente a logística, ampliando e modernizando nossas rodovias, buscando novas formas de distribuição dos produtos fabricados em nosso estado. Incentivos e implementação de acessos à tecnologia para todos os setores, desde a indústria ao agronegócio, a saúde e a educação, com a ampliação da rede e cobertura do sinal de internet. Melhoria na área da saúde com construção de mais hospitais, aumentando, assim, o número de leitos e atendimentos, buscando a aquisição de equipamentos de última geração para os municípios mais afastados da Capital de nosso Estado e, dessa forma, terminando com os deslocamentos de pacientes buscando tratamentos fora de seu domicílio. Políticas públicas de assistência social focadas na educação e na qualificação de nossos jovens para o mercado de trabalho. Preservação do meio ambiente e de nossas reservas naturais.”

JESSÉ LOPES (PL – Partido Liberal)

“Minha visão e prioridades temáticas para o futuro da sociedade catarinense envolvem a defesa incansável da segurança pública, o apoio ao conservadorismo e à família, a valorização dos

princípios morais cristãos e a luta contra males como o aborto e a influência da ideologia marxista. Além disso, defendo a liberdade individual, incluindo o direito ao porte e posse de armas de fogo por cidadãos de bem. Também tenho como prioridade a defesa do liberalismo econômico, promovendo políticas que incentivem a livre iniciativa e a desburocratização das atividades econômicas. Acredito que essas questões são fundamentais para garantir um futuro seguro e próspero para todos os catarinenses.”

JOSÉ MILTON SCHEFFER (PP – Partido Progressista)

“Para o futuro de Santa Catarina, minha visão é de um estado que combine a inovação tecnológica com o desenvolvimento sustentável. Acredito que a modernização das práticas agrícolas é fundamental. Investir em tecnologias avançadas no campo irá aumentar a produtividade e garantir uma agricultura mais eficiente e atrativa para os jovens, sendo mais rentável e sustentável. Na saúde, defendo a continuidade de ações para promover iniciativas que fortaleçam a infraestrutura hospitalar, a atualização da Tabela SUS, para garantir o acesso do catarinense ao sistema de Saúde com qualidade e celeridade. A inclusão das pessoas com deficiência é outra prioridade, com programas voltados para garantir a independência e uma vida autônoma. Por fim, o fortalecimento do municipalismo, apoiando diretamente os municípios para um desenvolvimento equilibrado em todo o estado, para fomentar a economia regional e estadual. Ou seja, a visão de estado inclusivo, inovador e comprometido com o bem-estar de todos os catarinenses.”

JULIO GARCIA (PSD – Partido Social Democrático)

“Santa Catarina é um estado diferenciado, de modo especial pela diversificação da sua economia, tendo base e sustentação nos mais variados setores, o que faz com que sua rica matriz econômica proteja o Estado por ocasião das crises, sejam elas nacionais ou internacionais. A principal prioridade deve ser a educação. Vivemos num mundo em transformação e é necessário que através da educação preparemos nossos jovens para enfrentar as mudanças que a cada tempo ocorrem em maior velocidade. O mercado de trabalho vive em constante transformação. São profissões que desaparecem, outras que sofrem mutação e ainda aquelas que surgem. Por tudo isso, é imperioso que a educação seja a prioridade das prioridades. So-

mente com uma educação de excelência teremos um Estado melhor e através do desenvolvimento teremos mais qualidade de vida e uma sociedade mais igual.”

LUCAS NEVES (Podemos)

“Sou nascido e criado na Serra, tenho um amor incondicional pela nossa região. Venho à Assembleia para defender os interesses desse povo com muita determinação, trazendo as grandes demandas e pautas da região para o debate. Meu objetivo é promover o desenvolvimento regional e, consequentemente, o de Santa Catarina. Sempre tive a capacidade de conviver com as diferenças, e o Parlamento é onde a diversidade se faz presente. Com uma grande quantidade de partidos, estou certo de que, dialogando, buscaremos o que é comum a todos. Na tribuna, serei a voz daqueles que não podem estar aqui para falar.”

LUCIANE CARMINATTI (PT – Partido dos Trabalhadores)

“Santa Catarina enfrenta o desafio de promover um desenvolvimento econômico e social mais equitativo entre suas regiões. Para superar essas disparidades e construir um futuro mais próspero, a educação precisa emergir como a principal alavanca de transformação. Entretanto, a falta de investimentos nas escolas públicas e a carência de profissionais geram dificuldades para manter programas extracurriculares, laboratórios, professores valorizados, bibliotecas atualizadas e suporte psicológico para os alunos. A educação pública, gratuita e de qualidade é uma das principais ferramentas não somente para a distribuição de renda, mas também para a cidadania. Investir em educação, da básica ao ensino superior, por meio de unidades de ensino, sejam elas creches, escolas, universidades públicas, institutos federais ou sistema comunitário, proporciona às pessoas melhores oportunidades de emprego, renda e, principalmente, qualidade de vida. Para que todas as regiões do Estado se desenvolvam de maneira equilibrada, é crucial que as políticas públicas considerem as vocações e potencialidades de cada região. Com um planejamento estratégico regionalizado, com apoio das universidades públicas e comunitárias, baseado em análises qualitativas e por intermédio de pesquisas e extensão, poderemos ter um desenvolvimento regional e sustentável.”

MARCIUS MACHADO (PL – Partido Liberal)

“A visão é que todos possam ter uma vida em abundância, pois esta é a promessa; e para que possamos acessá-la, primeiro preciso acreditar em mim, acreditar nas minhas habilidades, que eu sou capaz de fazer e ser, acreditar no meu Deus. Todo o ser humano possui dons maravilhosos, mas muitos passam nesta vida sem ativá-los ou potencializá-los, deixando de saber quem são de verdade, deixando de viver o seu Ikigai, isto é, a sua razão de viver. Minha prioridade é o ativar do potencial das pessoas, para que possam ser mais e melhores, para que possam descobrir quem elas são de verdade e, assim, possamos edificar uma sociedade respeitosa, educada, onde as pessoas possam fazer e ter suas coisas com o suor do seu trabalho, que possam ter energia para fazerem suas atividades, sejam saudáveis, respeitando a vida, a mãe natureza e os animais.”

MARCOS DA ROSA (União Brasil)

“É de suma importância que o Parlamento Catarinense estabeleça uma visão clara, com prioridades, que possam direcionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do estado catarinense. Precisamos defender não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais, assegurando um crescimento que respeite e valorize a diversidade e a qualidade de vida de toda a população. Entre as prioridades fundamentais estão a educação de qualidade e acessível a todos, garantindo que cada indivíduo possa alcançar seu potencial máximo. Além disso, a promoção de políticas públicas eficazes para a saúde, a segurança e o bem-estar é essencial para criar uma sociedade mais justa e resiliente. No campo econômico, investimentos estratégicos em infraestrutura, inovação e tecnologia são cruciais para impulsionar a competitividade e a sustentabilidade dos setores produtivos catarinenses. Isso inclui a valorização e preservação do meio ambiente, promovendo práticas econômicas que respeitem os recursos naturais e mitigando os impactos das mudanças climáticas. A governança eficaz e transparente é fundamental para assegurar que essas visões e prioridades sejam implementadas de maneira eficiente e responsável, garantindo um futuro promissor e sustentável para toda a sociedade catarinense.”

MARCOS VIEIRA (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira)

“O estado de Santa Catarina é altamente consumidor de matéria-prima. Aqui se produz muito para ser consumido pelo mundo inteiro. Também é polo e berço da agroindústria nacional. Mesmo tendo apenas 1,1% de todo o território nacional é o sexto maior arrecadador de impostos no Brasil. Com uma economia diversificada e indústrias com atuação global, Santa Catarina tem características naturais que atraem turistas de todo o mundo. Para continuar assim é necessário prosseguir investindo, especialmente em infraestrutura. Para isso, defendo a construção de um túnel na Serra do Corvo Branco, um novo corredor de exportação, especialmente para o agronegócio, além de uma nova perspectiva econômica para todo o Sul do Estado, que conta com um dos melhores portos do Brasil, em Imbituba. Fui o relator da Lei 15.227/2010, que cria os complexos intermodais de Joinville e de Catanduvas, que irão aumentar a exportação, facilitando o despacho aduaneiro e ampliando a economia. Atuo na ampliação da cobertura de internet, na substituição das redes de energia elétrica monofásica e bifásica em trifásica, e na ampliação da malha aeroportuária, pois acredito que a tecnologia, aliada com energia de qualidade e com acesso, vão garantir que o Estado continue crescendo e sendo destaque mundial em produção e qualidade.”

MÁRIO MOTTA (PSD - Partido Social)

“Por conhecer cada um dos 295 municípios catarinenses, entendo a essência de Santa Catarina, um estado pujante, referência em várias áreas, e que tem à frente do sucesso um povo aguerrido e trabalhador que faz deste o melhor lugar para viver. Para o futuro do estado, do país e do mundo, a educação não é apenas o caminho, mas é a ponte que conduz a todos os caminhos. Por isso, sempre estarei ao lado das ações que contribuam para o aprimoramento do ensino, para a formação dos jovens e adultos, para a transformação de futuros e para a abertura de mais oportunidades que levem cada catarinense a viver de forma digna e abundante. Meu mandato seguirá trabalhando fortemente na fiscalização, combatendo a corrupção, o desperdício do recurso público e a ineficiência do Estado (servir ao público ao invés de se servir do público), buscando políticas públicas efetivas para melhorar a qualidade dos serviços. Além de lutar pela desburocratização, oportuni-

zando que os empreendedores tenham cada vez mais instrumentos para crescer. Com ensino de qualidade, oportunidades para todos, menos burocracia, Santa Catarina será ainda melhor, ainda maior em todos os setores.”

MARQUITO (PSOL – Partido Socialismo e Liberdade)

“A qualidade de vida da população catarinense depende muito da forma como lidaremos com as questões ambientais nos próximos anos. Com a mudança climática, nosso estado tem sido castigado pelos eventos extremos. Por isso, temos nos dedicado – pelo mandato, pela presidência da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e pela coordenação da Bancada da Grande Florianópolis –, a fortalecer as defesas civis municipais e estadual. Quem está lá na ponta, atendendo às pessoas atingidas, demanda mais investimentos do poder público em prevenção. Temos ouvido e apoiado a reivindicação. Também acreditamos que a preservação das águas é essencial para o futuro de Santa Catarina – sejam dos rios ou das praias. Sem recursos hídricos para o abastecimento das cidades e uso nas nossas principais atividades econômicas, como a agricultura e o turismo, pereceremos. Garantir a segurança hídrica passa pela necessidade de transição para práticas agrícolas ecológicas, pois boa parte da contaminação das fontes de água no nosso estado se dá pelo uso de agrotóxicos. A agroecologia é uma saída para essa questão e também para um instrumento de promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional da nossa população.”

MASSOCCO (PL – Partido Liberal)

“A força do trabalho e os valores de sua sociedade consolidam Santa Catarina como um dos melhores estados brasileiros para se viver. Nosso lar não se destaca apenas por sua beleza. Ostentamos ótimos índices de segurança, empreendedorismo, trabalho, educação e economia. Porém, é inegável que há necessidades e potencialidades que, ao serem trabalhadas com seriedade, podem elevar ainda mais a qualidade de vida em Santa Catarina. Ao olhar para o futuro, pode-se dar prioridade a valorização do agronegócio, setor que tem grande peso na economia catarinense e é responsável por 64,7% das exportações do estado; qualificação dos serviços de saúde, área de extrema importância para cuidar das pessoas e que tem necessidades, e melhorias na infraestrutura, por muito tempo

deixada de lado e está em situação precária. Este estado já é exemplo para as demais unidades federativas em nosso país. Pelos braços de seu povo, caminha para se consolidar como o melhor estado do Brasil, com responsabilidade na gestão pública e espírito empreendedor.”

MATHEUS CADORIN (Partido Novo)

“Vislumbro uma Santa Catarina onde a inovação e o empreendedorismo são pilares centrais do desenvolvimento. Para mim, investir em educação de qualidade e infraestrutura é essencial. Durante meu mandato, criei a Frente Parlamentar da Liberdade Econômica e Inovação, lutando contra a burocracia e apresentando o Código de Defesa do Empreendedor. Fui pioneiro ao utilizar inteligência artificial para elaborar um projeto de lei e propus a lei que permite o pagamento de impostos por Pix. Com mais de 74 fiscalizações e R\$ 850 milhões monitorados em contratos, propicie uma economia de R\$ 33 milhões para o Estado. Também implementei o programa "Você Decide: Seu Imposto, Sua Escolha", permitindo aos cidadãos decidirem a destinação de emendas parlamentares. Percorri mais de 70 mil quilômetros pelo estado para ouvir de perto as demandas dos catarinenses, reforçando meu compromisso com uma gestão pública eficiente e transparente, que valoriza a autonomia de Santa Catarina e o protagonismo de seus cidadãos.”

MAURÍCIO ESKUDLARK (PL - Partido Liberal)

A Segurança Pública é a base para uma sociedade próspera, sendo necessário investir nas forças policiais, proporcionando melhores condições de trabalho e formação contínua, e promover políticas públicas que previnam o crime antes que ele aconteça. A Saúde é outra área crucial para o futuro de Santa Catarina, sendo necessário implementar um sistema de saúde mais eficiente e acessível. Na Infraestrutura, a prioridade é garantir que Santa Catarina continue a crescer de forma sustentável. Precisamos de investimentos em estradas, portos e aeroportos, essenciais para o desenvolvimento econômico e social, facilitando o comércio e a mobilidade das pessoas. A Agricultura, tão vital para nossa economia, requer atenção especial. Apoiar nossos agricultores, especialmente os pequenos e médios, é fundamental. Isso inclui a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, acesso a crédito facilitado e incentivos à inovação tecnológica no campo. Por fim, a Educação é a base de uma so-

riedade justa e próspera, a principal ferramenta de transformação social. Investir em escolas de qualidade, na valorização dos professores e na criação de oportunidades para os jovens”.

MAURO DE NADAL (MDB - Movimento Democrático Brasileiro)

“Sou considerado um parlamentar pragmático e afeto ao diálogo. Prego que há o tempo para o debate ideológico, no período que antecede as eleições, mas, após o pleito, os eleitos precisam buscar convergir em busca de soluções para atender o que a sociedade considera como suas prioridades. Em muitas ocasiões repito o bordão de que brigas políticas não constroem pontes, hospitais ou escolas. É uma máxima que procuro sempre colocar em prática. Interagindo sempre com todos os segmentos e lideranças, busco ampliar espaços que possam permitir encaminhamentos para questões do interesse do cidadão. Saúde, infraestrutura, melhorias da educação, oportunidades para os jovens, ampliação do mercado de trabalho e oferta de habitação, políticas de incentivos à agricultura, em todos os níveis, são assuntos sempre presentes em minhas pautas de debates. Considero que o agente público deve ter visão abrangente, ouvidos atentos e tomadas de decisões equilibradas, para buscar sempre o melhor dentro do possível.”

NAPOLEÃO BERNARDES (PSD - Partido Social Democrático)

“Santa Catarina é um estado pujante, vigoroso e com musculatura para prosperar ainda mais, contudo necessita receber os devidos estímulos para tanto. Estratégica para o desenvolvimento do estado, a infraestrutura logística precisa estar no cerne do planejamento público para os próximos anos, abrindo caminhos e perspectivas para a atração de novos negócios e oportunidades. Há que se considerar ainda as transformações e os atuais desafios do mercado de trabalho, com a procura por mão de obra especializada e, consequentemente, demanda por políticas de formação, qualificação e atualização profissional que estejam em consonância com a nova agenda da economia global. Nosso estado possui uma matriz econômica diversificada e se destaca nacional e internacionalmente em diferentes segmentos, mas dois deles merecem destaque: o tecnológico e o turístico, polos estes com grande potencial de crescimento,

geração de renda e empregos. Por sua vez, a área da saúde é um ponto notadamente sensível para a garantia de dignidade e qualidade de vida aos catarinenses, com especial atenção à necessidade de se reduzir drasticamente as filas por consultas, exames e, sobretudo, cirurgias.”

NEODI SARETTA (PT – Partido dos Trabalhadores)

“Eu vejo Santa Catarina como um estado com inúmeras potencialidades, onde o governo deve centralizar seus esforços na melhoria da qualidade de vida das pessoas, sempre colocando o ser humano em primeiro lugar. É essencial garantir um atendimento de saúde de qualidade, uma educação que prepare para o futuro e serviços públicos eficientes. Tenho trabalhado para garantir que essas prioridades sejam atendidas, com destaque para a área da saúde, onde defendo mais investimentos. Além disso, investir na infraestrutura do estado é primordial. Atualmente, nossas rodovias, fundamentais para o desenvolvimento econômico, estão malcuidadas. Melhorar essa infraestrutura é vital para facilitar a circulação das riquezas e o escoamento da produção do nosso estado. Em resumo, defendo que é necessário focar tanto na qualidade de vida para as pessoas quanto na infraestrutura para garantir o desenvolvimento econômico sustentável de Santa Catarina.”

NILSO BERLANDA (PL – Partido Liberal)

“O foco de meu trabalho parlamentar é em assuntos relacionados às áreas de economia, infraestrutura, educação e segurança. Em relação ao desenvolvimento econômico, proponho políticas que promovam o crescimento sustentável, com especial atenção ao fortalecimento do setor industrial e do varejo, pilares fundamentais para a economia do estado. No campo da infraestrutura, busco investimentos significativos em melhorias rodoviárias e logística, essenciais para a competitividade das empresas catarinenses. Na área educacional, priorizo a valorização dos professores e a melhoria da qualidade do ensino, preparando os jovens para os desafios do mercado de trabalho. Quanto à segurança pública, sou defensor de medidas que fortaleçam as forças policiais, propondo o aumento do efetivo policial e trabalhando em prol da ressocialização dos detentos. Em síntese, busco construir um futuro para Santa Catarina baseado no desenvolvimento econômico sustentável, na infraestrutura eficiente, na educação de qualidade e na segurança pública eficaz, visando melhorar a

qualidade de vida e promover o bem-estar social de todos os catarinenses.”

OSCAR GUTZ (PL - Partido Liberal)

“Santa Catarina é considerado o melhor estado do Brasil. Somos referência em segurança, educação, qualidade de vida e geração de empregos. Somos formados por pessoas de bem, com espírito empreendedor e que carregam o DNA do trabalho. Somos um estado predominantemente conservador. Nossa missão é continuar valorizando essas tradições, defendendo a família Catarinense através de nossas ações no parlamento. Nossa agricultura é forte e em sua maioria cultivada em pequenas propriedades, por famílias que se dedicam há gerações em cultivar a terra. Fortalecer a agricultura para que nossa produção continue crescendo é garantir comida na mesa de milhares de brasileiros. A infraestrutura de Santa Catarina precisa de grandes investimentos, sobretudo as rodovias federais. Hoje nossa produção depende quase que exclusivamente do transporte terrestre. O Vale do Itajaí sofre há décadas com enchentes, é uma das regiões mais ricas do nosso estado. O projeto de combate às cheias está caminhando, mas é necessário que municípios, estado e o governo federal se unam para que as consequências sejam amenizadas. Estamos trabalhando em nosso mandato para que essas pautas ganhem a relevância e atenção necessária. Santa Catarina é forte, mas podemos ser muito mais.”

PADRE PEDRO BALDISSERA (PT – Partido dos Trabalhadores)

“A prioridade das prioridades, quando se pensa no desenvolvimento humano, social e econômico de Santa Catarina, do país e do nosso planeta, passa necessariamente pela nossa relação com o clima. Nossa relação com o meio ambiente, com a vida em todas as suas dimensões, é que se traduz como a maior das nossas prioridades. Se não enfrentarmos o desafio que essa crise ambiental e climática que estamos vivendo nos impõe, infelizmente entraremos em um processo de colapso. Se o planeta se estagnar ou colapsar, automaticamente seremos uma civilização em extinção. No contexto dessa grave crise climática, uma das consequências que teremos é a fome. Daí faço questão de realçar a importância da presença da abelha, fundamental para manter o planeta vivo e harmônico e, ao mesmo tempo, com a qualidade de vida que todos os seres vivos que o habitam necessitam e

desejam. A abelha é fundamental porque, além de polinizar espécies e multiplicá-las, ela cuida da vida. No nosso dia a dia devemos seguir o exemplo da abelha e, com o planeta, estabelecer uma relação harmoniosa.”

PAULINHA (Podemos)

“Meu compromisso com Santa Catarina vai além de cumprir um mandato; é dedicado a transformar genuinamente a vida das pessoas. Enxergo a educação como a base para o desenvolvimento do nosso estado, com um sistema educacional qualificado e seguro sendo o alicerce para construir um futuro promissor. Na saúde, meu foco está em garantir acessibilidade e qualidade nos serviços, para que cada catarinense tenha acesso a cuidados médicos adequados. A inclusão social é outra prioridade, pois é necessário que todas as vozes catarinenses sejam ouvidas e respeitadas para construirmos um estado cada vez melhor. É por isso que atuo para fortalecer leis que protejam as mulheres, que historicamente enfrentam mais desafios nos espaços políticos, garantindo que todos tenham o mesmo respeito e oportunidades. Promover o desenvolvimento regional, principalmente na região da Foz do Rio Itajaí, é essencial. Isso envolve fortalecer a infraestrutura logística, além de incentivar o desenvolvimento econômico e preservar o riquíssimo patrimônio ambiental. Tenho um compromisso com a transparência e a eficiência na gestão pública, defendendo que cada real investido retorne à população. Estou sempre aberta ao diálogo, pois acredito que as melhores

PEPÊ COLLAÇO (PP – Progressistas)

“Promover o debate e investir na inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista é uma de nossas prioridades, assim como apoiar o produtor rural e fortalecer o agronegócio em Santa Catarina. Defendo políticas públicas que impulsionem pequenos e médios negócios, criando um ambiente favorável ao empreendedorismo. Também é essencial aumentar a oferta de cursos profissionalizantes, oferecendo mais oportunidades para nossos jovens. Incentivar a criação de ovinos e caprinos é uma estratégia para diversificar e fortalecer a economia regional. Além disso, busco recursos para fortalecer os hospitais regionais, melhorando a distribuição dos atendimentos de saúde. Luto por um Pacto Federativo mais justo, onde a distribuição de competências e recursos seja equitativa entre União, Estados e Municípios. Por fim, o investimento

em modais de transporte é crucial para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável das regiões catarinenses. Juntos, vamos construir um futuro melhor para Santa Catarina.”

SARGENTO LIMA (PL - Partido Liberal)

“Entendo que Santa Catarina faz parte de um conjunto e que, muitas vezes, medidas adotadas são positivas para o Brasil, mas não para os municípios. É preciso ter em mente que o político é um servidor. Porém, a realidade é outra: há uma troca de favores em busca de um objetivo. É necessário escolher o sistema político por razão e não por emoção. Pensando no futuro da sociedade, apresentei projeto de lei que propõe a implantação da Política do Hidrogênio Verde para o estado, como forma de reduzir o impacto ambiental das atividades econômicas. O hidrogênio gerado por energia renovável, ou por energia de baixo carbono, possui emissões de carbono significativamente menores do que o hidrogênio cinza. O hidrogênio verde produzido pela eletrólise da água é inferior a 0,1% da produção total de hidrogênio. Ele pode ser usado para descarbonizar setores difíceis de eletrificar, como a produção de aço e cimento e, assim, ajudar a limitar as mudanças climáticas.”

RODRIGO MINOTTO (PDT – Partido Democrático Trabalhista)

“Vivemos em tempos de desafios, mas também de grandes oportunidades. Estamos atravessando um momento de transformação e, para que possamos prosperar, é fundamental que tenhamos uma visão clara e um plano estratégico que una crescimento econômico e justiça social. Em um mundo que enfrenta desafios ambientais e sociais sem precedentes, o conceito de crescimento sustentável não é apenas uma opção, mas uma necessidade urgente. É essencial que nossa trajetória de desenvolvimento respeite os limites do nosso planeta e promova um futuro próspero e equitativo para todos. O futuro de Santa Catarina depende do compromisso com o desenvolvimento integral e com a promoção de políticas públicas que incentivem a economia sustentável, valorizem as práticas que preservem o meio ambiente e que promovam o uso responsável dos recursos naturais. O crescimento sustentável é a chave para um futuro equilibrado e resiliente. Estamos em um ponto crucial na história de Santa Catarina. Com prioridades bem definidas, teremos a chance de transformar nos-

so estado em um exemplo de progresso, justiça e qualidade de vida.”

SÉRGIO GUIMARÃES (União Brasil)

“Para falar do papel e da importância do parlamento catarinense, precisamos saber da sua história, e ela começa no dia 12 de agosto de 1834. Há 190 anos, a Assembleia Legislativa é o poder do equilíbrio político, como representação do povo, se tornou palco de discussões e criação de políticas públicas que se tornaram pilares para o desenvolvimento do estado, transformando-o na potência que somos. Mudaram os cenários, contextos históricos diferentes, mas todos os que passaram pelo parlamento se doaram para enfrentar e superar as dificuldades encontradas naquele momento, para dentro das suas competências como parlamentar contribuir pelo estado. É necessário que o parlamento comece a estreitar a sua relação com aqueles que os elegeram, como fazer política mudou, mas as dores do povo muitas seguem as mesmas. Adaptação ao novo formato de estado, país e mundo deve ser prioridade na Alesc para alcançar o desenvolvimento sustentável com políticas inovadoras para nos manter competitivos como estado. Não existe estado forte, sem um parlamento comprometido, como o nosso sempre foi. Podemos reforçar esta qualidade ainda mais, assim seremos lembrados como os tantos que nos antecederam.”

SERGIO MOTTA (Republicanos)

“Conhecido como ‘Guardião da Família’ pelo catarinense por conta da minha atividade em prol da família, compreendo que a sociedade irá se desenvolver ainda mais caso preservemos os valores cristãos e nos dediquemos a cuidar e trabalhar pelo próximo. Infelizmente, a família vem sendo degradada nos dias de hoje, ainda que o catarinense demonstre força para nunca abrir mão daquilo que pensa. Quando atacam o bem-estar da nossa maior instituição, por conseguinte atacam o próprio cidadão e seus principais anseios. Defendo uma vida baseada na fé, na paixão e no trabalho. Dessa forma, atingiremos os nossos maiores objetivos como sociedade. Para mim, o bem-comum só é realizado quando a população conta com saúde de qualidade, quando pais conseguem proporcionar uma boa educação para os seus filhos e mulheres podem caminhar livremente nas ruas sem se preocupar com sua segurança. Nesse processo, valores e fé se tornam peças fundamentais para a

melhora destes serviços, quando escolhemos com sabedoria representantes qualificados. Considero que esses atributos são presentes no povo catarinense e isso nos dá confiança de um futuro ainda mais próspero.”

TIAGO ZILLI (MDB - Movimento Democrático Brasileiro)

“Minha legislatura tem como propósito um futuro próspero e sustentável para Santa Catarina, com foco na qualidade de vida das pessoas, desenvolvimento econômico equilibrado e gestão transparente dos recursos públicos. Busco transformar essas prioridades em ações concretas para um futuro melhor para todos os catarinenses. São minhas prioridades temáticas: (1) Saúde: Investir na infraestrutura hospitalar e serviços de saúde, promovendo programas de prevenção e bem-estar. (2) Economia: Reduzir a carga tributária, incentivar a geração de empregos e fomentar o empreendedorismo. (3) Agronegócio: Fortalecer o setor agropecuário com investimentos em tecnologia e suporte aos pequenos produtores. (4) Infraestrutura: Melhorar estradas, portos e aeroportos, com projetos. (5) Representatividade: Ampliar a voz política do Sul catarinense.”

VOLNEI WEBER (MDB - Movimento Democrático Brasileiro)

“Como representante do povo, compartilho minhas visões e prioridades para o futuro da sociedade catarinense com foco no desenvolvimento sustentável, na inclusão social e na promoção de políticas públicas abrangentes. Acredito que uma sociedade justa e próspera é construída com base em valores como igualdade, solidariedade e respeito. Trabalho incansavelmente para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de qualidade nas áreas de saúde, educação e segurança. Além disso, defendo uma economia equitativa e inovadora, buscando impulsionar o crescimento econômico sem descuidar dos aspectos ambientais e sociais. Em minha agenda política, destaca-se o fortalecimento dos laços comunitários e a valorização da cultura local. A preservação das tradições e o estímulo às manifestações artísticas são considerados essenciais para a construção de uma identidade sólida e o enriquecimento da vida em sociedade. Minha missão parlamentar visa promover um futuro mais inclusivo e próspero para todos os catarinenses.”

C A P Í T U L O 15

*“Não sabendo que era
impossível, ele foi lá e fez”*

Jean Cocteau

DNA CATARINENSE



"Neste capítulo especial, a equipe responsável por este livro parabeniza a ALESC pelos 190 anos, celebrando a força do DNA Catarinense.

Um estado rico em histórias de superação, inovação e dedicação que, juntas, moldam a identidade de um povo.

Na sequência, apresentamos os textos de algumas instituições que, por meio de seus esforços, fortalecem o presente e contribuem para a construção do futuro de Santa Catarina."

DNA CATARINENSE: A ESSÊNCIA DE UMA TERRA CONSTRUÍDA PELA UNIÃO E COOPERAÇÃO

O estado de Santa Catarina foi construído sob a égide do trabalho e da cooperação. Da união de ideais e propósitos muito bem delineados, surgiram as bases que sedimentaram o futuro próspero, almejado por todos aqueles que nos antecederam. A excelência dos nossos atos, o comprometimento com as nossas palavras e ações transcende a linha do tempo, formando uma verdadeira fraternidade através da união dos três poderes, da academia e da livre iniciativa. Neste contexto, a interação harmoniosa entre os setores público e privado propiciou a criação de um ambiente fértil para o desenvolvimento econômico e social, refletindo a essência do espírito catarinense.

E como resultado de uma alquimia perfeita entre todos os partícipes, somos um dos estados mais pujantes do Brasil, originando a molécula que deu à luz ao DNA Catarinense. Esse material genético formulou um estado único em suas mais variadas frentes de atuação, sendo referência em ciência, tecnologia e inovação, comércio, turismo e serviços, agronegócio, pecuária, indústria, agricultura, belezas e recursos naturais.

Santa Catarina é, sem dúvida, uma terra que gestou o associativismo, o cooperativismo e o municipalismo como movimentos que envolvem a coletividade como premissa da transformação. Esses movimentos, enraizados em nossa cultura local, nos ensinam que o progresso não é obra de um único indivíduo, mas sim o resultado da soma de esforços de uma comunidade unida. A força do cooperativismo, em particular, tornou-se uma marca registrada de nosso estado, promovendo o desenvolvimento integrado e sustentável através da união de pequenos e grandes produtores, artesãos e empreendedores em uma rede de colaboração mútua que impulsiona nossas economias locais.

Destarte, cumpre consignar que a seção DNA Catarinense foi concebida dentro da Campanha: ALESC 190 Anos, visando prestigiar todos os organismos e as entidades que são coautores desta fabulosa trajetória. É importante reconhecer, neste contexto, a relevância das instituições que sempre se mostraram a favor do desenvolvimento regional e do bem-estar social. Desde a criação de políticas públicas inovadoras até a promoção de iniciativas que valorizam o ser humano, cada ação contribui para o fortalecimento do nosso caráter coletivo e da identidade catarinense.

PARCERIA ENTRE ALESC E O AGRO GERAM FRUTOS



Em qualquer país democrático, onde o Poder Legislativo funciona com transparência, agilidade e harmonia com os demais Poderes, os resultados sempre são positivos e vão ao encontro da maioria da população.

Os deputados são representantes do povo nas decisões, e as Casas Legislativas são as caixas de ressonância da população. Cada parlamentar que integra o Poder Legislativo representa uma camada do eleitorado. Ele age, fala e vota de acordo com o pensamento do eleitor que o elegeu. Portanto, o parlamento é a fotografia da população.

A setor agropecuário catarinense sempre foi um segmento de notável importância, para a economia e a sociedade catarinense. Atravessando todos os contratempos que a atividade enfrenta pela sua característica de céu aberto, e mercado livre, tem tido necessidade de estar alinhado com os Poderes constituídos, em e, em especial, com o Legislativo, que além de aprovar Leis que interessam ao setor, também, encaminham pleitos aos demais Poderes, especialmente ao executivo.

Em SC, a Assembleia Legislativa nesses seus 190 anos de existência sempre esteve presente em defesa do agronegócio e do cooperativismo.

Parlamentares alinhados com o setor, originários do campo, têm maior facilidade de compreender e defender o setor, mas os seus poderes de convencimento junto a todos os integrantes da Alesc, também é peça fundamental na aprovação dos pleitos apresentados.

A Comissão de Agricultura da Alesc, por exemplo, tem sido o canal técnico e político ideal para encaminhamento dos pleitos do setor agropecuário.

As frentes parlamentares, especialmente da FRENCOOP, do COOPERATIVISMO, também têm sido o instrumento mais próximo das cooperativas para levar e trazer solicitações e demandas dos pleitos das cooperativas.

Foram inúmeros os projetos e ações aprovados no legislativo de SC que contaram com o apoio dos deputados para viabilizar os pleitos com demandas do setor agropecuário e cooperativista, com repercussão na sociedade catarinense.

FRENCOOP SC

A partir dos anos 90, Santa Catarina se tornou o primeiro estado brasileiro a criar uma frente parlamentar estadual. Inicialmente sob o comando do então deputado Jose Zeferino Pedrozo, originário do sistema cooperativo da região de Joaçaba. Na sequência, foi sob a

liderança do deputado estadual Odacir Zonta, então presidente da Coperdia, de Concórdia. Nesse período foi ampliado o leque de parlamentares que aderiram à Frente, no Legislativo Catarinense.

A FRENCOOP-SC teve quatro presidentes: José Zeferino Pedroso, Odacir Zonta, Moacir Sopelsa e José Milton Scheffer. Nesse período, a Frente se tornou vital para o apoio e a defesa do setor cooperativista catarinense, com a implementação de políticas públicas que viabilizem o crescimento e o fortalecimento das cooperativas.

Entre as tantas defesas, destaque para duas, as mais relevantes: a criação da Lei Estadual do Cooperativismo e a Lei de Incentivo às Cooperativas de Energia Elétrica. Sem contar que a FRENCOOP conseguiu também barrar inúmeros movimentos que poderiam afetar o setor. Como, por exemplo, o aumento dos impostos estaduais, no governo de Moisés da Silva, sobre os defensivos agrícolas que impactaria negativamente as cooperativas do ramo agro. Hoje Santa Catarina possui 250 cooperativas de diversos ramos e emprega, diretamente, perto de 100 mil pessoas. Além disso, dos 30% PIB estadual, o sistema é responsável por 11% de toda a riqueza gerada aos cofres públicos.



DEPOIMENTOS:

JOSÉ ZEFERINO PEDROZO / 1986 A 1994

“Eu lembro que não tinha nenhuma intenção de ser deputado quando o nosso saudoso e grande líder Aury Bodanese, me deu a missão de buscar uma vaga à Assembleia Legislativa. Eu era vice dele na Cooperativa Aurora. Ele defendia também o apoio nas leis que beneficiasse as cooperativas e as agroindústrias do estado. Nós sentíamos dificuldade de termos acesso aos incentivos fiscais para o sistema cooperativo. Santa Catarina, na época, não tinha essa opção, e as indústrias particulares, agroindústrias similares à da Aurora, gozavam desses benefícios e isso provocava um diferencial muito importante. E foi com essa intenção que nós tomamos a decisão comandados por Aury Bodanese, de nós tentarmos uma vaga na Assembleia Legislativa. E assim foi feito. Tivemos êxito e tive a felicidade de ser deputado constituinte, e que conseguimos, depois reforçada pelo Deputado Odacir Zonta, também do sistema cooperativo, criar esse bloco que tem sido uma vanguarda dos interesses do sistema cooperativo e também do setor primário catarinense. Os benefícios são enormes, nós nos sentimos tranquilos, embora não esteja mais hoje como executivo de cooperativa, mas como dirigente sindical, representando o produtor rural, nos é facilitado o nosso trânsito na Assembleia para defender os interesses do produtor. Então foi uma iniciativa válida. Nós somos gratos a todos os deputados que passaram pela Frencoop que defende o nosso sistema cooperativo. Lembro-me de quando divergimos com o executivos que queriam tributar defensivos agrícolas e foi na assembleia onde nós encontramos a guarida, fruto da organização dessa frente parlamentar”.



ODACIR ZONTWA / 1995 A 2002

“Efetivamente em 1997, nós conseguimos consagrar a Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa de SC. Ela reúne os parlamentares que têm um sentimento de associativismo e de cooperação. Ou seja, pode organizar matérias, os pleitos, o cooperativismo, acompanha isso por meio da Frente Parlamentar. Ela dinamiza, faz projetos de leis de interesses de cooperativismo, isso voltado aos diversos ramos de atuação da cooperativa, porque facilita pro próprio parlamentar que faz parte da Frencoop. O trabalho voltado não só para o agro, como da saúde, como dos serviços, como do crédito, como a eletrificação rural que ainda é forte aqui, de transporte, tudo isso está no bojo das atividades do cooperativismo. E essa organização tem um peso fundamental porque ela agrega independentemente de partido político, ela tem vocação para o associativismo, participar da frente parlamentar.

Aqui no estado de Santa Catarina, tenho um testemunho que sim, porque sempre tivemos depois da minha presença parlamentar de identificá-los e que tem interesse. As entidades como a Fecoagro e a Ocesc, mobilizam, e requerem uma atenção especial. Tanto é que o deputado José Milton, hoje presidente da Frencoop, com facilidade incluir o presidente da Assembleia, Mauro Nadal, que é um cooperativista. Isso tudo ajuda a mobilizar. Não é em todos os estados que tem acontecido isso. São os estados mais do Sul, a partir do Leste pra baixo. Lá no Norte, podemos colocar o Nordeste o Espírito Santo. Os demais não funcionam muito adequadamente. Tem que ter espírito cooperativo, e tem que ter a força do cooperativismo para injetar isso. E parte também desde das eleições em apoiar os candidatos que têm identificação, independente como eu disse de partido, mas cumpre um papel importante”.

MOACIR SOPELSA -1999-2023

Como presidente da Frente do Cooperativismo na Assembleia Legislativa (Frencoop/SC) por três mandatos (2006/09, 2010/13 e 2018/22), o ex-deputado Moacir Sopelsa sempre esteve próximo do segmento, que, reconhece, tem importância vital para a economia de Santa Catarina. Agropecuarista e sempre atento às questões que envolvem a economia rural, Sopelsa foi deputado por seis mandatos consecutivos, de 1999 a 2023. No período, por duas vezes respondeu pelo comando da Secretaria da Agricultura (2003/06 e 2014/18).

“Ali percebi claramente, nos governos de Luiz Henrique e de Raimundo Colombo, que várias políticas públicas só tiveram êxito devido à parceria com o segmento cooperativo, em especial com o

envolvimento da Fecoagro e Ocesc. Destaco que a Frencoop/SC contou com grande estímulo de lideranças do setor do agro, como os ex-deputados José Zeferino Pedroso e Odacir Zonta, e sempre encontrou receptividade no parlamento estadual. Houve mandato em que os 40 deputados e deputadas subscreveram o requerimento para a constituição da Frente Parlamentar, renovada a cada legislatura. As estruturas da Ocesc e Fecoagro foram canais permanentemente abertos de lideranças como Marcos Zordan, Luiz Vicente Suzin, Neivor Canton, Claudio, Post, Arno Pandolfo e Vanir Zanatta, sem contar inúmeros dedicados colaboradores.

Devo valorizar os colegas deputados que dividiram a responsabilidade de tocar os trabalhos da Frencoop/SC, como os ex-deputados Romildo Titon e Reno Caramori. Desenvolvemos muitas ações interessantes, em defesa de produtores de leite, aves e suínos; da expansão da energia de qualidade para as propriedades rurais; para evitar a taxa de insumos e defensivos agrícolas; e até para levar ao bom debate questões do interesse do segmento, como quando a Alesc elaborava o Código do Meio Ambiente de Santa Catarina”, diz Sopelsa. A Frencoop segue atuante sob a condução de seu atual presidente, deputado José Milton Scheffer, e tem ações incentivadas pelo presidente da Assembleia, deputado Mauro De Nadal. Sabemos o que representa o cooperativismo, que em Santa Catarina envolve mais de 4 milhões de pessoas e gera 30% do PIB, e 70% das nossas exportações. A diversidade de atuação do segmento, do agro ao crédito, da infraestrutura à saúde, dos serviços ao transporte, do consumo à produção de bens mostra a importância do setor. É um grande impulsionador da sociedade catarinense”, ele valoriza”.

DEP. JOSÉ MILTON SCHEFFER DE / 2011 A 2024

“Sem dúvida nenhuma estamos todos muito alinhados com as prioridades das nossas cooperativas, dos diferentes ramos. Nós vivemos num momento de bastante turbulências políticas, mas as cooperativas elas seguem firmes, como um porto seguro, para o associativismo para o empoderamento das pessoas. Também para o crescimento das nossas comunidades e aqui em Santa Catarina, onde cerca de 4,3 milhões de catarinense são sócios em alguma cooperativa, estar aqui junto

com a Ocesc, que é uma organização que disciplinou todo o sistema cooperativista catarinense, para ser o sucesso que é hoje. Então para nós é motivo de muita honra. Para mim, como deputado, coordenador da frente do cooperativismo é um momento muito especial, estar em contato com uma nova diretoria, que vai seguir trabalhando pelo cooperativismo aqui em Santa Catarina e nós, na Assembleia, cuidando das pautas de interesse do cooperativismo Catarinense. Você só consegue defender aquilo que você conhece bem. E é essa relação da Ocesc com a Assembleia Legislativa, através da Frencoop, permite com que os deputados tenham conhecimento de todo o sistema cooperativista, nos seus diferentes ramos. E, a partir disso a gente tem hoje um grupo muito grande de deputados, são 16 deputados estaduais que fazem parte dessa frente. Nós estamos presente em todas as comissões e são os olhos do cooperativismo que estão ali ajudando a construir projetos e também, muitas vezes ajudando a impedir que projetos que não são favoráveis ao cooperativismo ou que venham prejudicar, prosperem dentro da casa legislativa -, faz parte do processo democrático, mas essa relação com as cooperativas, com a direção da Ocesc, e todas as federações que compõem a Ocesc, é fundamental para que os deputados possam fazer a defesa do sistema.



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional

A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

A cobertura da imprensa catarinense consolidou a atuação democrática da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) ao longo dos 190 anos do Parlamento. Desde sempre, jornais e emissoras de rádio e tv prestam um inestimável serviço ao conectar o cidadão com seus representantes. Desta forma, jornalistas e radialistas são testemunhas das transformações da Alesc.

Particularmente, a relação do Parlamento bar-riga-verde com a radiodifusão começa no dia 19 de março de 1932, quando surge a primeira emissora de rádio do estado: a Clube, de Blumenau. Era uma época difícil, com o fechamento dos legislativos estaduais durante o governo de Getúlio Vargas. Quando foram reabertos, com a Constituição de 1946, o estado já contava com várias emissoras de rádio em funcionamento, como a Guarujá, de Florianópolis, operando desde 1943. Mais tarde, em janeiro de 1955, é criada a Diário da Manhã.

Pelo fato dessas emissoras estarem na capital, a aproximação com a Assembleia Legislativa é facilitada, já que na época a tecnologia de comunicação dificultava a cobertura das rádios do interior. Nos anos 60, imprensa e parlamento viveram a conjuntura política do país, com restrições de informação da atuação dos parlamentares. Foi nesse período, em 1969, que começou a funcionar a primeira emissora de televisão de Santa Catarina, a TV Coligadas, de Blumenau.

REABERTURA

Com o fim da ditadura militar e reabertura democrática, os veículos de comunicação puderam exercer seu papel de informar a população. Neste contexto, é fundada a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão – ACAERT em novembro de 1980. O objetivo era fortalecer o segmento ao reunir as emissoras de Santa Catarina que até então não tinham uma representatividade associativa.

O surgimento da ACAERT coincide com a elaboração das Constituições Federal e Estadual, que desenharam o atual Estado Democrático de Direito do país. Em Santa Catarina, todo o processo constitucional teve ampla cobertura jornalística da imprensa, notadamente do rádio e da televisão.

RNA - No dia 04 e julho de 2007, é lançada a Rede de Notícias ACAERT – RNA, um serviço jornalístico que a entidade disponibilizou aos seus associados. Equipe de repórteres passou a cobrir os fatos mais relevantes do estado e do país. Neste sentido, de lá pra cá, a atuação da Alesc sempre foi destaque nos noticiários da RNA, dando voz ao Parlamento e seus representantes. Assim como é feito no Congresso Nacional.

Com a RNA, as emissoras associadas ganharam conteúdo relevante de Florianópolis e de Brasília, ampliando a visibilidade dos Poderes Legislativos. Este inestimável serviço veio a somar à iniciativa de modernização dos serviços jornalísticos da Alesc, com produção de texto, vídeo, áudio e imagens que informam ao cidadão o trabalho desenvolvido pela Casa Legislativa.

Em outubro de 2015, a sociedade é mais uma vez beneficiada, com o início do convênio da Alesc com a ACAERT, transformando a iniciativa em um marco para a comunicação pública do país, com a democratização da mídia do Parlamento. Mais tarde, o convênio tornou-se referência para o Governo de Santa Catarina, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público.

O resultado é que em nenhum momento dos 190 anos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, os parlamentares tiveram tanto espaço na mídia para mostrar o que fazem em prol da sociedade catarinense. Ao todo, 160 emissoras de rádio e 24 emissoras de tv formam uma grande rede capaz de levar as informações da Casa Legislativa a todos os cantos do estado. Esse fato foi possível com o desenvolvimento do Parlamento e da Radiodifusão, cujas trajetórias se cruzam e se complementam a serviço da democracia.



Aponte a câmera do celular e assista a mensagem do presidente da ACAERT, Fábio Bigolin, por ocasião dos 190 anos da ALESC.



DO AMANHECER À AURORA

190 PRIMAVERAS DE PROSPERIDADE E DEMOCRACIA



Há 190 anos, o sol despontava sobre a paisagem verdejante da Santa e bela Catarina, refletia os primeiros raios dourados no mar que abraça Florianópolis e dava luz a uma das guardiãs da democracia catarinense. Antes mesmo da Proclamação da República, no dia 12 de agosto de 1834, nascia a Assembleia Legislativa Provincial, que posteriormente se tornaria a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

A quase bicentenária ALESC é símbolo vivo da representação e representatividade plural que define o povo catarinense. Suas lutas ultrapassam os limites do papel e das paredes legislativas, levando avanços históricos a todo o estado para a construção de uma Santa Catarina cada vez mais justa e inclusiva. Também imbricada à história catarinense e aos ideais democráticos da Casa do Povo, surge no território barriga-verde um movimento que o torna a potência e referência socioeconômica atual: o cooperativismo.

Em 1889, ano da Proclamação da República e da transição de Assembleia Legislativa Provincial para Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, registrava-se no estado a Società Cooperativa del Tabaco, uma das primeiras cooperativas do Brasil, pioneira fundada por colonos italianos. Ligados por diversos ideais em comum, cooperativismo e ALESC encontraram solo fértil para florescer com vigor e dedicarem-se à perene missão de um futuro melhor para todos.

As sementes que germinaram no seio de nossa terra estabeleceram um robusto alicerce. De lá para cá, ALESC e OCESC estreitaram relações e excelentes frutos vieram a ser colhidos.

Ao olharmos a fundo, são inúmeras as heróicas páginas que foram e ainda serão escritas por esta união entre o cooperativismo catarinense e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A parceria de corações e mentes unidos pelo bem comum permite que o cooperativismo emergja como uma das

forças mais transformadoras do nosso estado.

À ALESC, vida longa para que possa prosseguir fazendo história e celebrando sua importância na defesa dos direitos e fortalecimento das instituições democráticas de Santa Catarina. Igualmente à FRESCOOP/SC e a todos os seus passados, presentes e futuros membros, que possam seguir trilhando este legado de inestimáveis contribuições.

Com 190 anos e tantos ímpares feitos e efeitos positivos ao nosso Estado, a Casa do Povo ainda tem muito a nos orgulhar num futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional



SICOOB: COOPERAR E PROSPERAR



O cooperativismo é uma ideia que completa 181 anos em 2025 e continua cada vez mais atual, pois é baseada numa economia colaborativa, em que as pessoas se juntam para alcançar seus objetivos e todos se beneficiam. A ideia surgiu após a Revolução Industrial, quando a população começou a ficar insatisfeita com as altas taxas de desemprego e baixos salários.

O principal objetivo do cooperativismo é equilibrar a justiça social com a prosperidade econômica e a sustentabilidade com os resultados financeiros, respeitando os interesses coletivos e as aspirações individuais. Para isto, se baseia em sete princípios democráticos: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade.

O cooperativismo, no Brasil, se divide em sete ramos: agropecuário; financeiro; trabalho, bens e serviços; transporte; saúde; consumo; e infraestrutura.

HISTÓRIA

A cooperativa mais antiga ainda em atividade no país é do ramo financeiro. Foi criada em 1902 pelo padre suíço Theodor Amstad, em

Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Santa Catarina vivenciou algumas experiências cooperativistas incipientes no meio rural ainda no século 19. A mais antiga ainda em atividade é o Sicoob Creditapiranga, fundado em 21 de outubro de 1932, em Itapiranga, com o nome de Caixa Rural União Popular de Porto Novo.

O Sicoob possui 8,3 milhões de cooperados e está presente em mais de 2 mil municípios, em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

Tem 4,6 mil agências físicas no país – é o maior número entre todas as instituições financeiras, o que também acontece em Santa Catarina, onde o Sicoob está presente em 98% dos municípios.

O cooperativismo é uma ideia poderosa, porque é baseada na cooperação, sem abrir mão da prosperidade. Cada cooperado, que é também dono da cooperativa, tem direito a voz e voto nas assembleias anuais e decide os rumos da cooperativa. É uma sociedade de responsabilidades compartilhadas. E os resultados são divididos entre os seus associados, de acordo com a movimentação financeira de cada um, prevista em estatuto.

“O Sicoob nasceu das necessidades das pessoas que não estavam satisfeitas com os serviços bancários, que em alguns casos nem chegavam às menores cidades. A partir desta premissa básica,

várias cooperativas foram fundadas. Ao longo de sua existência, o Sicoob foi adicionando produtos e serviços à medida que aumentava sua capacidade e sua capilaridade”, informa o presidente do Sicoob Central SC/RS, Rui Schneider da Silva.

O Sicoob Central SC/RS, uma das 14 centrais do Sicoob em todo o Brasil, foi fundado no dia 8 de novembro de 1985, tem 1,5 milhão de associados e 38 cooperativas que possuem mais de 670 agências nos três estados do Sul.

“A nossa missão é levar desenvolvimento socioeconômico para as regiões em que atuamos, com foco nas necessidades de pessoas e empresas. Cada cooperado é dono do negócio e tem direito à devolução dos resultados positivos”, assinala Rui Schneider da Silva.

Toda a movimentação financeira captada na área de atuação da cooperativa é reinvestida no local, gerando mais desenvolvimento, emprego, renda e qualidade de vida à população. E as cooperativas, por seus compromissos estatutários e seguindo os sete princípios, promovem ações que apoiam as comunidades em diferentes áreas, como saúde, cultura, educação, esporte e meio ambiente – entre outras.

TECNOLOGIA DE PONTA

Ao mesmo tempo em que o Sicoob expande a sua rede física, investe em tecnologias de ponta para estar cada vez mais próximo e conectado com os associados. A instituição tem recebido, ao longo dos anos, alguns dos principais prêmios pelo desenvolvimento de tecnologias financeiras, garantindo maior agilidade, segurança e uma enorme plataforma de produtos e serviços ao alcance de um simples toque digital.

É por essas e outras soluções, e o seu modelo de negócios, que o Sicoob foi destacado no ranking das 100+ Inovadoras no Uso de Tecnologia da Informação, em uma análise de ambiente realizada anualmente pela IT Fórum, como uma das instituições líderes na utilização da tecnologia para impulsionar projetos inovadores.

Em 2024, o Sicoob foi reconhecido, pelo segundo ano consecutivo, como a terceira melhor instituição financeira do Brasil, segundo o ranking “Melhores Bancos do Mundo 2024”, realizado pela Forbes em parceria com a empresa de estudos de mercado Statista.

A FORÇA DO COOPERATIVISMO CATARINENSE

As 249 cooperativas associadas à Ocesc, que atuam em Santa Catarina, são fundamentais para impulsionar a economia, gerar empregos, garantir renda e qualidade de vida aos catarinenses. São mais de 4 milhões de associados (o que representa mais da metade da população).

As cooperativas também contribuem para garantir recursos aos cofres públicos. Em 2023, recolheram R\$ 3,4 bilhões em impostos sobre a receita bruta. Elas são responsáveis por 95.400 empregos diretos.

No parlamento catarinense, as cooperativas possuem uma participação consistente, através da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Crédito – Frencoop/SC. Mais de uma dezena de parlamentares oriundos ou com fortes vínculos com o cooperativismo catarinense integram a Frente e organizam, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, uma pauta de demandas do setor que são fundamentais para garantir ao estado uma maior projeção econômica e social.

O Sicoob também tem orgulho de ter recebido, nos últimos anos, vários Certificados de Responsabilidade Social, concedidos pela Alesc às empresas privadas, empresas públicas e organizações sem fins lucrativos, com atuação em território catarinense, que têm a responsabilidade socioambiental incluída em suas políticas de gestão.

É por isso que o Sicoob se caracteriza como mais que uma escolha financeira, afinal, associar-se a uma cooperativa vai além do foco material, porque o cooperativismo acredita no desenvolvimento das comunidades, gerando mais emprego, renda e qualidade de vida para todos.



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional

SINDICARNE FORTALECE A CADEIA PRODUTIVA DA SUINOCULTURA CATARINENSE

O Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina (SINDICARNE) foi fundado em 11 de novembro de 1959 por iniciativa das indústrias da proteína animal. Com sede em Florianópolis, o Sindicato tem como objetivo principal representar os interesses das empresas associadas, promovendo estudos, coordenação e defesa técnica, política e institucional.

O SINDICARNE representa os interesses das empresas de processamento de carne perante autoridades administrativas e judiciárias, negociando acordos coletivos de trabalho, elegendo representantes da categoria e colaborando com o estado em estudos e soluções para os desafios do setor.

O compromisso da instituição é consolidar Santa Catarina como líder nacional em qualidade e exportação de proteínas suínas, além de fortalecer ainda mais a competitividade da cadeia produtiva, garantindo que os produtos atendam aos mais altos padrões internacionais e continuem conquistando novos mercados.

O Brasil do agronegócio tem plena consciência da importância do setor e do que representa dentro da economia nacional.

A agropecuária brasileira expandiu 16% em 2023 e, com isso, proporcionou um crescimento de cerca de 3% para a economia brasileira como um todo.

LIDERANÇA NACIONAL

Santa Catarina foi o estado que mais exportou em 2023, respondendo por mais da metade dos embarques. Para se ter uma ideia da proporção, de 1,2 milhão de toneladas vendida a outros países, o estado catarinense comercializou 663,3 mil toneladas. O estado é o único do país a vender a carne para nações com exigências sanitárias mais rígidas e específicas, sendo área livre de aftosa sem vacinação desde 2007. Essa é uma das exigências de mercados como Japão e Coreia do Sul, importantes consumidores.



Apesar de sua reduzida extensão territorial, o estado é um dos principais produtores agropecuários do país. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ocupa a 8ª posição no ranking de Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) elaborado pela instituição (MAPA, 2018). Dentre outras razões, esse destaque deve-se ao elevado valor agregado de algumas atividades desenvolvidas no meio rural catarinense, como é o caso da produção animal, que contribuiu com 60,30% do VBP total da agropecuária do estado em 2017, segundo informações da EPAGRI/CEPA. Dos cinco produtos mais relevantes na composição do VBP de Santa Catarina, três são de origem animal: frangos, suínos e leite.

Líder nacional na produção de suínos, com mais de seis mil suinocultores, o estado vive um período de crescimento no setor, impulsionado por fatores internos e externos que estão redefinindo o panorama econômico para os criadores desse território. Desde o início do segundo trimestre deste ano, a indústria tem experimentado melhorias significativas, oferecendo novas perspectivas e esperanças para os suinocultores independentes.



O consumo de proteína animal no Brasil, quando comparado a países desenvolvidos, é muito mais acessível e com preços muito convidativos. Há proteínas com valor mais elevado como a da carne bovina, contudo, outras possuem um menor preço, tais como aves, suínos e ovos. Os fatores internos podem interferir na migração para uma ou outra espécie de proteína, mas continuará sendo acessível no Brasil desde que condições de macroeconomia permitam empregabilidade e renda.

A produção brasileira de carne suína atingiu 5,2 milhões de toneladas, com o consumo per capita interno estabilizado em 18 kg por habitante/ano. As exportações ficam em torno de 1,325 milhão de toneladas/ano.

O Brasil ganha espaço no contexto internacional, no qual o principal exportador é a União Europeia, que vem gradualmente diminuindo sua participação no mercado global.

GOVERNANÇA

DIRETORIA:

Presidente: José Ribas (Seara Alimentos).

Tesoureiro: Cláudio Almeida Faria (Fricasa Alimentos).

Secretário: Dilvo Casagrande (Aurora Alimentos).

Conselho Fiscal: Irani Pamplona Peters (Pamplona Alimentos), Ronaldo Kobarg Muller (Fricasa Alimentos), Fábio Stumpf (BRF) e Helena Romeiro de Araújo (BRF).

Delegados federativos: José Antônio Ribas Júnior e Neivor Canton.

Diretor executivo: Jorge Luiz de Lima.

ASSOCIADOS:

BRF, AURORA COOP, FRICASA, MASTER, PAMPLONA, BUGIO e SEARA.



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional

ACAV: 45 anos promovendo a avicultura de Santa Catarina

A Associação Catarinense de Avicultura (ACAV), fundada no dia 16 de janeiro de 1979 em Florianópolis, desempenha há 45 anos um papel fundamental na avicultura catarinense, promovendo a eficiência, a biossegurança e a construção de cadeias produtivas mais sólidas. A ACAV também realiza bianualmente o Simpósio Técnico, que aborda a avicultura de forma científica e proporciona aos participantes a atualização de conhecimentos através de palestras com renomados especialistas do setor.

Os objetivos da entidade são assegurar a qualidade dos serviços prestados, atuar de forma efetiva nas entidades nacionais, gozar de credibilidade, orientar na prática as normas que regulamentam o setor, tratar de forma imparcial, criar campanhas de incentivo ao consumo dos produtos, desenvolver programas de capacitação e ser o agente de promoção para aperfeiçoar o nível de qualidade da cadeia produtiva. Ainda, entre seus propósitos, estão interagir com os órgãos oficiais, incentivar a participação dos associados, divulgar os resultados alcançados, buscar constantemente inovação tecnológica e de gestão,

interagir com os parceiros da cadeia produtiva, orientar aos clientes e consumidores e promover um ambiente de trabalho seguro.

A avicultura é a melhor alternativa econômica para o pequeno produtor rural, constituindo um modelo copiado por outras nações. Muitos países da América Latina e do Oriente Médio frequentemente estão em busca de empresas brasileiras que queiram se instalar no exterior, oferecendo, para isso, uma série de incentivos fiscais e materiais. A carne de aves é universalmente aceita em razão de sua alta qualidade e da inexistência de restrições de ordem religiosa.

O sistema de produção avícola integrada – uma parceria que há 70 anos une criadores de frangos e agroindústrias em território catarinense – é exitosa e deve ser mantida. Graças a ela fortaleceu-se a economia dos municípios e fixou-se a família rural no campo, amenizando o êxodo rural.

O sistema de integração levou bem-estar às famílias rurais e transferiu tecnologia aos criadores. Todas as regiões brasileiras desejam empresas avícolas com esse sistema de produção em razão da capacidade de gerar empregos, viabilizar estabelecimentos rurais e distribuir riquezas ao longo da cadeia produtiva que, no Brasil, mantém 4,5 milhões de empregos indiretos.



EXPORTAÇÕES

Esse setor desempenha um papel fundamental na geração de empregos, impulsionando a economia e garantindo a segurança alimentar da população. A avicultura é um pilar da economia no estado catarinense, abrangendo desde a genética até a distribuição. Santa Catarina é reconhecida internacionalmente pelo trabalho sério e comprometido do Governo do Estado, das agroindústrias e de toda a cadeia produtiva, que se dedicam a impulsionar a produção e exportação de carne de frango.

Em Santa Catarina a avicultura é considerada uma das mais avançadas do mundo, sendo o segundo maior produtor e o maior exportador do país, respondendo por 64% das exportações do Estado. Com mais de cinco mil produtores, conforme dados do Observatório do Agro/2023, predomina no Estado o sistema de integração na cultura avícola. O setor é uma força produtiva com abate de 883,3 milhões de aves ao ano, sendo 870,9 milhões de frangos.

É vice-campeão nacional nas exportações de carne de frango e derivados, com 1,1 milhão de toneladas (22,8% das exportações nacionais). Este sucesso é impulsionado por políticas públicas efetivas e programas de fomento à produção e sanidade avícola, coordenados pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR) e suas empresas vinculadas, com integral apoio da ACAV.

A biossegurança é a principal defesa para garantir a saúde dos animais e a qualidade dos produtos avícolas. O trabalho incansável dos avicultores, aliado às ações do Ministério da Agricultura e das Secretarias Estaduais, transformou o Brasil em um case de sucesso internacional. Santa Catarina é o único grande produtor global a nunca registrar Influenza aviária na produção industrial e superou rapidamente os desafios impostos pela Doença de Newcastle.

Essa conquista é resultado de anos de investimento em sanidade animal, boas práticas de manejo e tecnologia. A união entre produtores, governo e instituições de pesquisa é fundamental para manter esse patamar de excelência e garantir a sustentabilidade do setor.



O setor avícola no Brasil, apoiado por uma cadeia produtiva robusta e por políticas governamentais eficazes, está bem posicionado para enfrentar os desafios futuros e continuar a crescer. Programas como o Pronampe Agro SC, Terra Boa e Água no Campo, em Santa Catarina, exemplificam o compromisso com a inovação, sustentabilidade e legalidade produtiva, garantindo que a avicultura brasileira permaneça competitiva e sustentável no longo prazo.



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional

AINCADESC fundamental para o desenvolvimento do agronegócio em Santa Catarina

A Associação das Indústrias de Carnes de Santa Catarina (AINCADESC) surgiu em 1971, em Concórdia, com o objetivo de representar o setor da agroindústria e trabalhar pelo desenvolvimento e fortalecimento das empresas do ramo.

As principais linhas de atuação da entidade são a criação do Fundo Sanitário de Suinocultura de Santa Catarina para combate, principalmente, das doenças: Peste Suína Africana (PSA), Peste Suína Clássica (PSC) e Aujeszky, apoio às ações da SAR, CIDASC e ICASA, desenvolvimento de projetos junto à EMBRAPA Aves e Suínos, qualificação de profissionais e emergências zoossanitárias de suínos, suporte logístico para temas de biossegurança no estado de Santa Catarina, entre outros.

O agronegócio catarinense representa com grande importância a economia nacional. Os

produtos de origem animal são os grandes destaques, seguidos pelos florestais.

No caso do mercado internacional, a análise da 44ª edição da Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, lançada pela Epagri, mostra que em 2023 o agronegócio alcançou o segundo melhor desempenho da história. O valor exportado, de US\$ 7,49 bilhões, é superado apenas pelos US\$ 7,74 bilhões de 2022. Com isso, o agro respondeu por 64,7% dos US\$ 11,58 bilhões gerados pelas exportações totais de Santa Catarina. O setor também foi responsável por 4,5% dos US\$ 165,45 bilhões exportados pelo agro brasileiro.

O agronegócio catarinense é responsável por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e lidera as exportações catarinenses, sendo responsável por 64,4% do total exportado. Movimenta cerca de US\$ 7,5 bilhões em divisas e leva a marca catarinense para mais de 150 países.

O estado é o maior produtor nacional de suínos e lidera as exportações brasileiras, produzindo mais de 50% da carne suína do país. Na avicultura, situa-se entre os dois estados brasileiros que mais produzem carne de aves e é o segundo maior exportador. Outro destaque é a maricultura: cerca de 90% da produção de ostras do país vem do litoral catarinense.

As condições de sanidade animal, sanidade vegetal e o trabalho de inspeção sanitária junto às indústrias contribuíram para que Santa Catarina se destacasse no mercado nacional e também internacional. O status sanitário diferenciado permite ao produtor e à agroindústria catarinense acesso a mercados bastante exigentes.

É reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como área livre de febre aftosa sem vacinação, o que demonstra um cuidado extremo com a sanidade animal e é algo extremamente valorizado pelos impor-

tadores de carne. Além disso, Santa Catarina, junto com o Rio Grande do Sul, é zona livre de Peste Suína Clássica.

O futuro do agronegócio é promissor. A tecnologia, a sustentabilidade e a inovação serão os principais motores da transformação do setor, garantindo a produção de alimentos de forma mais eficiente, segura e sustentável para atender às necessidades de uma população mundial em constante crescimento.



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional





O PAPEL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS NO DESENVOLVIMENTO CATARINENSE

Importantes referências para auxiliar na tomada de decisões de organizações públicas ou privadas, os profissionais contábeis deram grandes contribuições para o ambiente de negócios e, por consequência, para o desenvolvimento catarinense. Por meio do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC) esta atuação tem sido baseada na inovação, na ética e na transparência.

Desde a fundação em 1946, o CRCSC atua na regulamentação e profissionalização da contabilidade catarinense. Com programas de educação continuada e uma política de fiscalização preventiva, o CRCSC busca constantemente aprimorar a qualidade dos serviços prestados e divulgar as normas que regem a profissão para assegurar o correto exercício das atividades desenvolvidas.

INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA

Entre as principais ações do CRCSC para o desenvolvimento do estado, destacam-se as iniciativas voltadas para a capacitação profissional,

promoção da ética e transparência, inovação no setor contábil, apoio à gestão das empresas e desenvolvimento social. "Nosso objetivo é garantir que os contadores catarinenses estejam atualizados e que com a capacitação possam melhorar a gestão das empresas e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento do estado", ressalta a presidente do CRCSC, Marisa Luciana Schvabe de Moraes.

A inauguração da sede em dezembro de 2001 foi um grande acontecimento na história da entidade. A partir de então, houve um esforço concentrado em melhorar a estrutura do conselho em todas as regiões de Santa Catarina. Subsedes foram criadas nas principais cidades, para prestar atendimento de qualidade a todos os profissionais da contabilidade.

PARCERIAS E AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Outro ponto importante foi a criação, em 2002, do projeto "Parceria com Órgãos Públicos e Privados", que promoveu reuniões com entidades como a Receita Federal, a Secretaria da Fazenda e prefeituras locais para discutir a modernização e desburocratização de processos fiscais. O projeto resultou na implemen-

tação de soluções como a assinatura digital e procedimentos mais ágeis para a área fiscal.

Voltada inicialmente aos registros e à fiscalização, a entidade ampliou suas ações ao longo dos anos e se destacou em sua atuação junto às grandes discussões do setor contábil no país. Teve participação ativa em debates como a inclusão dos escritórios contábeis no Simples Nacional e promoveu eventos para preparar os profissionais para a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

A partir de 2008, o CRCSC passou a oferecer a possibilidade de requerimento de registro diretamente no site, e simplificou a vida dos contadores. A emissão de alvarás para organizações contábeis e escritórios individuais também foi digitalizada e confirmou o avanço da entidade na adoção de soluções tecnológicas.

Em 2009, com a reivindicação das entidades contábeis, a Secretaria da Fazenda prorrogou a entrada em vigor do Sped Fiscal para aproximadamente 30 mil empresas que estavam obrigadas a adotar a escrituração digital a partir de 1º de janeiro, o que representou uma vitória importante para a classe.

Em 2010, a aprovação da Lei 12.249/2010 permitiu o retorno do Exame de Suficiência – suspenso por seis anos –, que se tornou pré-requisito para o registro nos Conselhos Regionais de Contabilidade. "As normativas passaram a estar em sintonia com o perfil da classe contábil, que despontou para um profissional moderno e preocupado com a responsabilidade social", salienta a presidente do CRCSC, Marisa Luciana Schvabe de Moraes.

AVANÇOS E RECONHECIMENTOS

O CRCSC também foi pioneiro entre os Conselhos Regionais na implantação do Portal da Transparência, que posteriormente tornou-se obrigatório pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Em 2013 foi aprovada a Resolução nº 1.445/16 sobre a prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, que trouxe orientações aos profissionais sobre os procedimentos e situações suspeitas a serem identificadas na prática profissional.

Em 2014, pela primeira vez candidatos e partidos políticos prestaram contas ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC)

dos recursos arrecadados e gastos de campanhas nas eleições com a obrigatoriedade da assinatura de um profissional de contabilidade na confecção delas, o que mostrou a importância da categoria também nesta esfera.

Parceiro da classe empresarial, em 2015, com o Fórum Simplifica, o CRCSC focou em soluções para desburocratizar o processo de criação e funcionamento de empresas no estado, o que trouxe reflexos muito positivos nos negócios do Estado.

Com o objetivo de sensibilizar a sociedade e os empresários, a partir de 2022 foram intensificadas as campanhas para ampliar a arrecadação de recursos para os fundos sociais, especialmente o Fundo da Criança e do Adolescente e o Fundo do Idoso.

Com um histórico de inovação e compromisso com a ética, o Conselho segue firme em sua missão de promover o desenvolvimento da contabilidade e contribuir para o crescimento do estado, orientado pela responsabilidade social e pela qualificação contínua dos profissionais.

Desta forma, nestes 78 anos, o CRCSC tem contribuído para o reconhecimento da classe contábil, e atuado como promotor do progresso social e econômico do estado. "A promoção da ética e a transparência contribuíram para que a sociedade reconhecesse a relevância da classe contábil que, por meio dos serviços prestados, impacta direta ou indiretamente no desenvolvimento social e econômico", afirma a presidente Marisa Luciana Schvabe de Moraes.



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional

LIDERANÇA PARA O FUTURO

1 90 anos da ALESC: Uma honra para o LIDE, o principal grupo empresarial multissetorial do país com atuação há mais de 20 anos, fazer parte da história do empreendedorismo de Santa Catarina sempre apoiado pelo legislativo catarinense.

Fundado no Brasil, em 2003, o LIDE - Grupo de Líderes Empresariais é uma organização que reúne executivos dos mais variados setores de atuação em busca de fortalecer a livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança nas esferas pública e privada. Presente em cinco continentes e com mais de duas dezenas de frentes de atuação, o grupo conta com unidades regionais e internacionais com o propósito de potencializar a atuação do empresariado na construção de uma sociedade ética, desenvolvida e competitiva globalmente. Participam do LIDE empresas brasileiras e multinacionais com faturamento igual ou superior a R\$ 200 milhões anuais, companhias que praticam a governança corporativa, valorizam o ser humano em todos os níveis, respeitam o meio ambiente e oferecem apoio a programas de responsabilidade social; além de organizações notórias, que tenham imagem pública de alta reputação no Brasil e no exterior. A Alesc é uma instituição que simboliza a democracia e liberdade de expressão, e contribui para a integração do estado em torno das grandes pautas da sociedade, entre as princi-

pais, o fomento ao empreendedorismo para o desenvolvimento econômico e social.

"Se vi mais longe foi porque me apoiei em ombros de gigantes". O pensamento humilde do inovador Isaac Newton poderia ilustrar como devemos reverenciar aqueles que contribuíram para construir as bases do que temos hoje. Assim é a história de Santa Catarina, que colhe dos pioneiros que nos antecederam, um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo e uma cultura voltada à valorização de quem faz acontecer e gera oportunidades, trabalho e prosperidade.

As famílias desbravadoras do estado ajudaram a formar um modelo empresarial que espalhou marcas de valor por todo o país. Algumas centenárias ou que caminham nesta direção, como: Hering, Malwee, Karsten, Refrigerante Pureza, Hemmer, Chocoleite e Bala Dalva.

Os produtos e serviços desenvolvidos, combinando excelência e paixão, conquistaram mercados globais em diversos setores, do agro-negócio ao metalmecânico, e recentemente nos destaques em empresas de tecnologia, assim como nossos destinos turísticos colecionam prêmios e povoam os sonhos de turistas de todo país e internacionais.

Se por um lado recebemos este presente das gerações que nos precederam, por outro aumenta nossa responsabilidade na construção de um futuro ainda mais promissor, onde possamos usar estas conquistas como inspiração para superarmos os desafios de nosso tempo.



E nosso principal desafio, talvez o maior de nossa história, está relacionado com a construção de uma nova economia.

A reorganização da atividade produtiva em prol de uma agenda de desenvolvimento sustentável e de geração de riqueza compartilhada se torna fundamental para garantir um ciclo virtuoso de geração de renda e consumo e de novos investimentos para modernização e crescimento das empresas e consequentemente da sociedade.

E não apenas precisamos de urgência na retomada, mas, na verdade, a agenda precisará ser de aceleração do desenvolvimento.

Um país com tantas necessidades de infraestrutura, saneamento, educação, saúde, apenas para citar algumas das frentes onde estamos muito atrás do padrão de países maduros, deve ter pressa para fazer acontecer. E Santa Catarina tem as condições para continuar na vanguarda do país.

Uma agenda de retomada e aceleração da economia se torna fundamental, e as startups e empresas em expansão têm a vocação de se tornarem o motor deste grande propósito enquanto sociedade.

Uma agenda que leve em conta o acesso a capital, a atração de investimentos, a criação de

polos de inovação conectando setor privado e academia, a busca pela abertura de novos mercados, o incentivo às cadeias produtivas e de fornecedores, a conexão das empresas com a forte matriz cooperativista, o fortalecimento de relações globais com diferentes regiões do mundo, o estabelecimento de um ambiente de negócios com segurança jurídica, a valorização da inovação, da sustentabilidade, e da governança.

Santa Catarina tem as condições para apontar nesta direção para o país, dando exemplo sobre como reagir rapidamente às adversidades, se reinventar, e crescer de forma equilibrada. Já sabemos a fórmula: o mesmo caminho de esperança, empreendedorismo e trabalho trilhado pelos pioneiros que nos deixaram como principal herança o exemplo de que é possível construirmos nosso próprio futuro, e a parceira da sociedade civil representada pela ALESC e o empreendedorismo se torna o caminho para realizarmos este futuro.

LIDE®
SANTA CATARINA



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional

UM PODER ESSENCIAL NA CONSTRUÇÃO DE SANTA CATARINA

Empreendendo em Santa Catarina desde 1980, o Grupo Habitasul se integra às homenagens aos 190 anos de história da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e destaca o papel do Legislativo para o desenvolvimento do Estado. A companhia se consolida cada vez mais no cenário econômico nacional e estadual, avançando no propósito de desenvolver lugares que inspirem a vida.

Fundado em Porto Alegre inicialmente como uma joint venture imobiliária, o Grupo Habitasul construiu, ao longo de quase seis décadas, uma história de sucesso. Reconhecida no mercado nacional pela solidez e atuação em setores fundamentais para o desenvolvimento econômico brasileiro, tem como foco de atuação o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários sustentáveis.

Como forma de oferecer produtos e serviços para melhorar a qualidade de vida das pessoas, aliado ao propósito de desenvolver lugares que inspirem a vida, o grupo cria comunidades planejadas, participa de atividades de urbanização, incorporação e comercialização de produtos imobiliários; e serviços de administração hoteleira e de locações. Também tem participação em empresas dedicadas a atividades industriais nas áreas de papel e embalagens, empreendimentos florestais e outras correlatas, lideradas pela Irani Papel e Embalagem S.A.



Em Jurerê in_, produto do seu portfólio, coloca em prática a missão de transformar lugares em experiências de bem-viver, viver bem e conviver. Com planejamento arquitetônico, urbanístico e ambiental revolucionário, o projeto se transformou em uma referência de bairro planejado. É reconhecido mundialmente por oferecer qualidade de vida, segurança e conexão com a natureza.

Em 1981, iniciou a operação do Sistema de Água e Esgoto (SAE) com o desafio de estabelecer, de forma autônoma, toda a infraestrutura necessária para o abastecimento de água e saneamento em Jurerê in_ e mitigar problemas comuns nos balneários brasileiros durante o verão, como a escassez de água e a poluição do mar.

Com um sistema de tratamento pioneiro no país, o SAE se tornou uma referência no segmento de tratamento de efluentes. Mantendo a busca por se tornar uma referência na transformação e desenvolvimento sustentável, recentemente firmou sua participação no Consórcio Clear, vencedor da licitação para operação em Pomerode (SC), sob o nome de Pomerwasser Ambiental.

A governança da Habitasul é pautada por valores de ética, transparência, responsabilidade socioambiental, coragem, cordialidade, inovação e pioneirismo, além da adoção das melhores práticas de relacionamento com as partes interessadas.

Orientado para o futuro, o Grupo Habitasul possui horizonte traçado até 2032, e acredita que com a harmonia das suas equipes, irá alcançar o marco como referência em excelência no desenvolvimento imobiliário de lugares sustentáveis, uma empresa moderna, dinâmica, inovadora e inclusiva, um dos melhores lugares para trabalhar no país e que possibilita o retorno para o acionista acima do custo de capital, tendo um baixo nível de endividamento com uma estrutura otimizada.

DESENVOLVIMENTO DE SC

Para a Habitasul, as comemorações dos 190 anos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina significam homenagear um poder que, historicamente, é fundamental para a construção de um Estado diferenciado como Santa Catarina no atual cenário nacional e internacional. Em todas as áreas em que atua – do imobiliário ao turismo – o Grupo percebe os reflexos dos projetos e leis que foram aprovadas pelo Legislativo e que abriram caminhos para que não só seus negócios, mas todo o ecossistema econômico catarinense, a indústria, o comércio e os serviços – pudesse desenvolver suas atividades.

Santa Catarina tem uma das mais avançadas políticas de incentivos fiscais do país e apoio ao empreendedorismo, e toda essa legislação, desde o início, nos anos 1990, passou pelas Comissões e pelo Plenário da Alesc.

Acima do aspecto econômico, o Grupo Habitasul destaca as questões sociais e políticas que tiveram no Parlamento catarinense seu grande palco, especialmente nos anos 1980, quando se inicia o processo de redemocratização do país. E 2024, além dos 190 anos da Casa de Leis, marca também os 35 anos da Constituição Estadual catarinense,



um marco nesse processo de redemocratização e de consolidação do Estado de Direito. Na área social, a ALESC realiza um trabalho ímpar, que se destaca por atingir todas as camadas e pela diversidade. Mas, um deles, tem um caráter muito especial por abranger praticamente todos esses aspectos: o Programa Antonieta de Barros, que há duas décadas transforma realidades. Desde 2004, esse programa já contemplou mais de 600 jovens em situação de vulnerabilidade social que passaram por estágio dentro da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O PAB foi resultado de uma ação dos movimentos sociais e idealizado pelo Fórum de Mulheres Negras de Florianópolis. Seu nome é uma homenagem à professora, jornalista e primeira mulher negra eleita deputada no Brasil, a catarinense Antonieta de Barros.

MENSAGEM

“O Grupo Habitasul se sente honrado por poder parabenizar a ALESC pelos 190 anos de trabalho incansável pelo desenvolvimento social e econômico do nosso Estado, e por ser um pilar fundamental para a manutenção da Democracia e do Estado de Direito.”



Aponte a câmera do celular e assista nosso vídeo institucional

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 1

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/assembleia-legislativa-sc>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Legislativo. Deputado (a) Estadual. Legislaturas. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/legislaturas>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Legislativo. Deputado(a) Estadual. Biografias. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/biografias>. Acesso em 8 ago. 2024.

Sobre. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/sobre-o-projeto>. Acesso em: 8 ago. 2024.

CAPÍTULO 2

CABRAL, Oswaldo. **Breve notícia sobre o Poder Legislativo em Santa Catarina – Suas Legislaturas e Seus Legisladores**: 1835 – 1974. Editora Lunardelli. Florianópolis, SC.

GERLACH, Gilberto. **Desterro Ilha de Santa Catarina**. Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. Casa da Memória de Florianópolis. Centro de Memória – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 4º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Legislativo. Deputado (a) Estadual. Legislaturas. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/legislaturas>. Acesso em: 8 ago. 2024.

PEREIRA, Moacir. **Presidentes**: O Legislativo na República. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2013.

PIAZZA, Walter. **O Poder Legislativo catarinense**: Das suas raízes aos nossos dias – 1834 – 1984. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

VERZBICKAS, Karin; ESPEZIN, Rossana. **A construção da democracia – os fatos que marcaram os 175 anos do Parlamento Catarinense – 1834 – 2009**. Santa Catarina: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2008.

CAPÍTULO 3

PEREIRA, Moacir. **Presidentes**: O Legislativo na República. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2013.

PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo Catarinense**: das suas raízes aos nossos dias 1834-1984. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

Provincial. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-provincial/legislaturas/68-1a_Legislatura. Acesso em: 4 jun. 2024.

VERZBICKAS, Karin; ESPEZIN, Rossana. **A construção da democracia – os fatos que marcaram os 175 anos do Parlamento Catarinense – 1834 – 2009**. Santa Catarina: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2008.

CAPÍTULO 4

Deputado (a) Estadual. Legislaturas. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/legislaturas>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Legislativo. Deputado(a) Estadual. Biografias. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/biografias>. Acesso em 8 ago. 2024.

PEREIRA, Moacir. **Presidentes**: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2013. 192 p. il.

PEREIRA, Moacir. **Presidentes**: o Legislativo catarinense no bicentenário da Independência. Florianópolis: Dois por Quatro, 2022. 192 p. il.

CAPÍTULO 5

Constituição de Santa Catarina. **Portal do Governo do Estado**. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/constituicao>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Constituições estaduais. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/mesa/segundavice/interacao-legislativa/constituicoes-estaduais>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Constituições. **Centro de Memória**. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/centro-de-memoria/constituicoes>. Acesso em: 8 ago. 2024.

PEREIRA, Moacir. **Presidentes**: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2013. 192 p. il.

RIBAS JÚNIOR, Salomão. **Participação e transparência**: 30 anos da Constituição do Estado de Santa Catarina (1989-2019). Florianópolis: Dois por Quatro, 2019.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Edição atualizada com 94 Emendas Constitucionais. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2024. 245 p. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/CESC%202024%20-%2094%20emds.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SENADO FEDERAL. **O que é a Constituição?** Portal do Jovem Senador. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovem-senador/home/arquivos/textos-consultoria/o-que-e-a-constituicao>. Acesso em: 8 ago. 2024.

CAPÍTULO 6

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/assembleia-legislativa-sc>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Centro de Memória. **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/centro-de-memoria>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Livros digitais. **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/centro-de-memoria/livros-digitais>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Sobre. **Memória Política de Santa Catarina, [s.d.]**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/sobre-o-projeto>. Acesso em: 8 ago. 2024.

CAPÍTULO 9

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Deputados e Deputadas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina de 1981 a 2024**. 17 set. 2024.

FONTES: Gabinetes dos Deputados e Deputadas da atual Legislatura da Alesc, a 20ª, mediante resposta a um questionário padrão elaborado e enviado pelos editores do Livro aos 40 parlamentares, em 16/07/2024.

CAPÍTULO 10

Comissões Permanentes. **E-Legis Processo Legislativo Eletrônico**. Disponível em: <https://portalegis.alesc.sc.gov.br/comissoes-permanentes>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PIAZZA, Walter. **O Poder Legislativo Catarinense**: das suas raízes aos nossos dias, 1834-1984. Florianópolis. Edição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1984. 531pp.

CAPÍTULO 11

AGÊNCIA AL. Disponível em: <https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

FONTES: Dayan Schütz, diretor de Comunicação Social Gicieli Dalpiaz, coordenadora de Imprensa.

CAPÍTULO 13

MEMÓRIA POLÍTICA. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 8 ago. 024.

CAPÍTULO 14

FONTES: Gabinetes dos Deputados e Deputadas da atual Legislatura da Alesc, a 20ª, mediante resposta a um questionário padrão elaborado e enviado pelos editores do Livro aos 40 parlamentares, em 16 JUL. 2024.

CAPÍTULO 15

As fontes deste capítulo têm como referência as respectivas instituições.

